

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA

TEREZA DE SOUSA RAMOS

**Escritos diplomáticos e a Amazônia: Leandro Tocantins e a diplomacia cultural brasileira durante o regime político militar no Brasil**

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA

TEREZA DE SOUSA RAMOS

**Escritos diplomáticos e a Amazônia: Leandro Tocantins e a diplomacia cultural brasileira durante o regime político militar no Brasil**

A aluna Tereza de Sousa Ramos apresenta este trabalho, orientado pela professora Dra. Marilene Correa da Silva Freitas, como pré-requisito à defesa de Tese ao Programa de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175e Ramos, Tereza de Sousa  
Escritos diplomáticos e a Amazônia : Leandro Tocantins e a diplomacia cultural brasileira durante o regime político militar no Brasil / Tereza de Sousa Ramos. 2019  
206 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Marilene Corrêa da Silva Freitas  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Pensamento Social Brasileiro. 2. Diplomacia Cultural. 3. Amazônia. 4. Ditadura Político Militar. 5. Relações Internacionais. I. Freitas, Marilene Corrêa da Silva II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA:

---

Profª Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (presidente da banca) - UFAM

---

Profº Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas (membro) - UEA

---

Profº Dr. Odenei de Souza Riberio (membro) - UFAM

---

Profª Dra. Artemis de Araújo Soares (membro) - UFAM

---

Profº Dr. Saturnino José Valladares López (membro) – UFAM

*Pois a sabedoria é mais proveitosa do que a prata e  
rende mais do que o ouro. É mais preciosa do que  
rubis; nada do que você possa desejar se compara a  
ela.*

*Livro de Provérbios- Bíblia Sagrada*

*A Deus e ao Senhor Jesus Cristo.*  
*Aos meus queridos e inesquecíveis pais, Paulo e Ivete (in memoriam).*  
*À minha irmã e amiga, Paula Ramos.*

## **Agradecimentos**

A Deus, por me inspirar em cada letra escrita e em cada passo da vida. Obrigada por ter me guiado até aqui!

À papai (in memoriam) por ter sido tão amigo e carinhoso. Obrigada por me ensinar que sorrindo é a melhor maneira de superar os desafios da vida. Nunca te esqueço!

À mamãe, minha Ivete (in memoriam), por seu amor aglutinador, incentivo e força. Obrigada por ter sido a minha árvore de copas frondosas!

À Paula, minha única irmã e amiga de todas as horas. Você foi uma peça fundamental na conquista de mais essa etapa da minha vida. Obrigada pela parceria fraterna e amiga!

À minha orientadora, Dra. Marilene Correa da Silva Freitas, por ter feito de cada orientação um momento de inspiração e aprendizado. Obrigada por toda gentileza e por ter acreditado em mim como pesquisadora.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA, pelo arsenal de conhecimentos compartilhados nestes quatro anos de doutoramento.

À Biblioteca Floresta e a Rosane Tocantins pela oportunidade de ter acesso ao acervo de tamanha relevância histórica e sociológica, para a Amazônia e o Brasil, tal como os escritos de Leandro Tocantins.

E finalmente aos amigos e familiares que de alguma forma contribuíram para esse trabalho.

Meu muito obrigada!

## **RESUMO**

O interesse dessa pesquisa se dá em investigar a contribuição do intelectual paraense Leandro Tocantins na divulgação da cultura brasileira na Europa, e a sua denúncia da necessidade de inserção dos aspectos culturais amazônicos aos debates sobre o desenvolvimento nacional, durante a ditadura político militar brasileira e na consolidação de um pensamento social sobre a região. Leandro Tocantins fez incursões ao ambiente mais estrito do Estado e o ápice da relação deste intelectual com a política externa e as políticas de desenvolvimento nacional que até então seriam construídas durante o regime, foi quando assumiu o cargo de adido cultural da embaixada do Brasil em Lisboa nos anos de 1970 a 1973 e estendido após a sua volta ao Brasil quando retoma a posição de conselheiro dos projetos de desenvolvimento para a Amazônia, função exercida por ele desde quando ocupou a função de assessor de Arthur Cezar Ferreira Reis na SPVEA. Deste modo, o presente trabalho visa apreender, através dos diários, cartas e correspondências escritas por Leandro Tocantins, o modo como o intelectual e adido cultural enxergava a realidade da qual fazia parte, buscando assim, quais as relações entre estes documentos e os contextos sociais e políticos que possibilitaram a constituição dos mesmos.

**Palavras chaves:** Pensamento Social Brasileiro, Diplomacia Cultural, Amazônia, Ditadura Político Militar, Relações Internacionais.

## **ABSTRACT**

The interest of this research is to investigate the contribution of Pará intellectual Leandro Tocantins in the dissemination of Brazilian culture in Europe, and his denunciation of the need to insert the Amazonian cultural aspects in the debates about national development during the Brazilian military political dictatorship and in the consolidation of a social thought about the region. Leandro Tocantins made inroads into the stricter environment of the state and the pinnacle of this intellectual's relationship with foreign policy and national development policies that would have been built during the regime was when he assumed the post of cultural attaché of the Brazilian embassy in Lisbon, from 1970 to 1973 and extended after his return to Brazil when he resumed his position as adviser to development projects for the Amazon, a position he has held since he was adviser to Arthur Cezar Ferreira Reis at SPVEA. Thus, the present work aims to apprehend, through the diaries, letters and written correspondences of Leandro Tocantins the way the intellectual and cultural attaché saw the reality of which he was part, seeking, therefore, what are the relations between these documents and the social and political contexts. That made their constitution possible.

**Keywords:** Brazilian Social Thought, Cultural Diplomacy, Amazon, Military Political Dictatorship, Leandro Tocantins and International Relations.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> - Paulo Freire. Fonte: <a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/</a> Acesso em: 01\09\2019.....   | 25  |
| <b>Figura 2</b> - Leandro Tocantins. Fonte: <a href="https://arquivos.rtp.pt/page/195/?advanced=1&amp;s=rtp">https://arquivos.rtp.pt/page/195/?advanced=1&amp;s=rtp</a> Acesso em: 27\06\2019 .....   | 27  |
| <b>Figura 3</b> - ArthurCezarFerreiraReis.Fonte: < <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_governador_do_Amazonas">https://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_governador_do_Amazonas</a> > acesso em: 28\06\2019. ....  | 41  |
| <b>Figura 4</b> - Planta da igreja da Sé no Pará [Iconográfico]: Guarda vento da Sê do Grão Pará, projetado por Antonio José Landi. [Ano 17--]. Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional..  | 48  |
| <b>Figura 5</b> - Gilberto Freyre. Fonte: < <a href="https://fichasmarra.wordpress.com/2011/11/01/o-brasil-negro-reavaliando-gilberto-freyre-patriarcalismo">https://fichasmarra.wordpress.com/2011/11/01/o-brasil-negro-reavaliando-gilberto-freyre-patriarcalismo</a> > acesso em:28\06\2019. ....            | 52  |
| <b>Figura 6</b> - Livro “ <i>Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas</i> ” volume I do padre Jesuíta João Daniel. Fonte: < <a href="https://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=113">https://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=113</a> > acesso em: 30\06\2019.....                       | 59  |
| <b>Figura 7</b> - Arquiteto Severiano Porto. Fonte: < <a href="https://www.portaldozacarias.com.br">https://www.portaldozacarias.com.br</a> > acesso em: 02\07\2019.....  | 64  |
| <b>Figura 8</b> - Euclides da Cunha. Fonte: < <a href="https://revistacult.uol.com.br/home/o-legado-de-euclides-da-cunha/">https://revistacult.uol.com.br/home/o-legado-de-euclides-da-cunha/</a> > acesso em: 02\07\2019.....  | 68  |
| <b>Figura 9</b> - Leandro Tocantins. Fonte: Jornal Diário de Notícias, ano 1972 .....   | 76  |
| <b>Figura 10</b> - General Emílio Garrastazu Médici presidente do Brasil durante 1969 a 1974, período que compreende anos de ditadura militar no Brasil. Fonte: < <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio">https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio</a> >. Acesso em: 02\07\2019 .....              | 77  |
| <b>Figura 11</b> - Leandro Tocantins sendo entrevistado pelo jornal português Diário de Notícia [s\ d] .....  | 79  |
| <b>Figura 12</b> - Leandro Tocantins e Ferreira de Castro em Portugal. Fonte; Jornal [s\ n].....  | 85  |
| <b>Figura 13</b> - Janio Quadros, presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, data em que renunciou. Fonte: < <a href="http://www.brasil.gov.br/governo">http://www.brasil.gov.br/governo</a> >. Acessado em: 05\07\2019.....   | 92  |
| <b>Figura 14</b> - Cineasta brasileiro Glauber Rocha. Fonte: < <a href="http://blogs.correiobraziliense.com.br">http://blogs.correiobraziliense.com.br</a> >. Acesso em:10\07\2019. ....  | 93  |
| <b>Figura 15</b> -José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco sentado ao centro. Fonte: <a href="http://www.historiaegenealogia.com">http://www.historiaegenealogia.com</a> . Acesso em: 11\07\2019 .....  | 95  |
| <b>Figura 16</b> - Carlos Diegues, cineasta e membro da Academia Brasileira de Letras. Fonte: < <a href="http://www.academia.org.br/academicos/carlos-diegues">http://www.academia.org.br/academicos/carlos-diegues</a> >. Acesso em: 11\07\2019.....   | 101 |
| <b>Figura 17</b> - FONTE: Acervo Jornal Estadão .....   | 109 |
| <b>Figura 18</b> - Rachel de Queiróz. Fonte: Acervo do jornal O GLOBO .....   | 114 |
| <b>Figura 19</b> - Foto do Embaixador Luiz Antonio da Gama e Silva. Fonte: Arquivo CPDOC....  | 120 |
| <b>Figura 20</b> - Editor e amigo de Leandro Tocantins, José Olympio Pereira Filho. Fonte: < <a href="https://jornal.usp.br/atualidades/a-trajetoria-do-editor-jose-olympio-pereira-filho">https://jornal.usp.br/atualidades/a-trajetoria-do-editor-jose-olympio-pereira-filho</a> > Acesso em: 12\07\2019..... | 124 |
| <b>Figura 21</b> - Imagem do escritor, diplomata e Embaixador brasileiro Dario Moreira de Castro Alves. Fonte: < <a href="https://e-cultura.blogs.sapo.pt/69537.html">https://e-cultura.blogs.sapo.pt/69537.html</a> > Acesso em: 13\07\2019 .....  | 131 |
| <b>Figura 22</b> - Imagem de Ferreira de Castro. Porto, 1960 Fonte: Castriana, nº 3, Ossela, 2007.  | 139 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 23</b> - Luiz de Miranda Corrêa. Fonte: Acervo do Núcleo de Antropologia Visual\ UFAM<br>.....                          | 141 |
| <b>Figura 24</b> - Campanha política de Van-Dyck Amanajás Tocantins. ....   | 151 |
| <b>Figura 25</b> - Foto do menino Leandro Tocantins. Fonte: Livro Aventuras de Tizinho: nos rios e<br>nas selvas da Amazônia..... | 155 |

## LISTA DE CARTAS

- 1 – Carta de Leandro Tocantins para Gilberto Freyre – Recife, 14 de setembro de 1965.
- 2 – Carta de Leandro Tocantins para Marita Leite Ribeiro – Lisboa, 7 de dezembro de 1971.
- 3 – Carta de Leandro Tocantins para Paiva Chaves – Lisboa, 5 de abril de 1971.
- 4 – Carta de Leandro Tocantins para Aloysio – Lisboa, 16 de abril de 1971.
- 5 – Carta de Leandro Tocantins para Cacá – Lisboa, 23 de abril de 1971.
- 6 – Carta de Leandro Tocantins para Cacá – Lisboa, 5 de maio de 1971.
- 7 – Carta de Leandro Tocantins para Leonardo Arroyo – 02 de abril de 1971.
- 8 – Carta de Leandro Tocantins para Carlos – Lisboa, 01 de abril de 1971.
- 9 – Carta de Leandro Tocantins para Roberto – Lisboa, 12 de agosto de 1971.
- 10 – Carta de Leandro Tocantins para Dr. Marcial Dias Pequeno – Lisboa, 31 de março de 1971.
- 11 – Carta de Leandro Tocantins para General Lyra Tavares – Lisboa, 06 de maio de 1970.
- 12 – Carta de Leandro Tocantins para Embaixador Lyra Tavares – Lisboa, 07 de maio de 1971.
- 13 – Carta de Leandro Tocantins para José Olímpio – Lisboa, 10 de maio de 1971.
- 14 – Carta de Leandro Tocantins para Rachel de Queiroz – Lisboa, 10 de maio de 1971.
- 15 – Carta de Leandro Tocantins para D. Heloísa – Lisboa, 04 de maio de 1971.
- 16 – Carta de Leandro Tocantins para Ministro Gama e Silva – Lisboa, 09 de abril de 1970.
- 17 – Carta de Leandro Tocantins para José Olympio – Lisboa, 21 de outubro de 1971.
- 18 – Carta de Leandro Tocantins para Coronel Otávio Costa – Lisboa, 07 de maio de 1970.
- 19 – Carta de Leandro Tocantins para Dario Castro Alves – Lisboa, 4-10-71.
- 20 – Carta de Leandro Tocantins para Alves Pinheiro – Lisboa, 26 de julho de 1971.
- 21 – Carta de Leandro Tocantins para Cacá – Lisboa, 5 de maio de 1971.
- 22 – Carta de Leandro Tocantins para Augusto Fraga – Lisboa, 12-03-71.
- 23 – Carta de Leandro Tocantins para Mario da Silva Brito – Lisboa, 19 de abril de 1971.
- 24 – Carta de Leandro Tocantins [sem destinatário] – Lisboa, 11 de fevereiro de 1971.
- 25 – Carta de Leandro Tocantins para Rachel – Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1977.
- 26 – Carta de Rachel de Queiroz para Leandro Tocantins – Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1977.
- 27 – Carta de Leandro Tocantins para Djalma – Lisboa, 26 de março de 1971.
- 28 – Telegrama de Leandro Tocantins para Jadyr Carvalho Magalhães – Rio, 21-09-88.
- 29 – Telegrama de Leandro Tocantins para Governador Amazonino Armando Mendes [sem data].
- 30 – Telegrama de Leandro Tocantins para Romulo José de Paula Nunes – Rio, 21-09-88.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 12  |
| CAPÍTULO I – LEANDRO TOCANTINS E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ÁREA DA CULTURA DURANTE O REGIME MILITAR ..... | 23  |
| CAPÍTULO II – O INTELLECTUAL AMAZÔNICO: SUAS MEMÓRIAS E TRAJETÓRIA..                                   | 36  |
| 2.1. A Amazônia como fruto das lembranças e da memória de Leandro Tocantins .....                      | 36  |
| 2.2 A amizade intelectual e política com Arthur Cezar Ferreira Reis .....                              | 39  |
| 2.3. A influência de Gilberto Freyre e a amazonotropologia de Leandro Tocantins.....                   | 48  |
| 2.4. A admiração por Euclides da Cunha e a relação com a história do Acre.....                         | 67  |
| CAPÍTULO III - UM ADIDO CULTURAL: DA AMAZÔNIA PARA O MUNDO E DO MUNDO PARA A AMAZÔNIA .....            | 72  |
| 3.1. O adido e a diplomacia cultural.....  | 86  |
| 3.2. Leandro Tocantins: um adido e ativista da cultura amazônica.....                                  | 128 |
| 3.3. O Intelectual adido e um projeto para a Amazônia .....  | 148 |
| CONCLUSÃO .....  | 169 |
| REFERÊNCIAS .....  | 174 |
| ANEXO.....   | 179 |

## INTRODUÇÃO

Resgatar o pensamento de Leandro Tocantins é uma oportunidade de refletir sobre como o Brasil e a Amazônia foram explicados e como a sua cultura foi divulgada no cenário internacional. Isto proporciona também o exercício de compreensão das direções assumidas pela intervenção política nesta área. Deste modo, esse trabalho está situado na história do pensamento social e das relações internacionais do Brasil, tendo em vista que por meio deste será possível compreender as tomadas de ações e de decisões da política brasileira no âmbito da produção e da divulgação cultural dentro e fora do país.

Para Élide Rugai Bastos (2007), o pensamento social se constitui como força social que, ao lado de outras forças, atua na definição dos caminhos dos grupos sociais. Ou seja, as ideias se constituem em fator, expressão e reflexo do destino de uma sociedade. Desta forma, surge a necessidade de indagar sobre o efeito político do pensamento dos diferentes pensadores do Brasil no momento proposto e sua repercussão a médio e longo prazo, na medida que o mesmo seja instrumentalizado institucionalmente e acabe por se constituir em elemento importante da cultura política do país.

Para se refletir sobre as ideias de um autor é necessário restituí-las ao seu tempo, reconstituindo o contexto intelectual, político e social no qual se insere. Deste modo, torna-se também importante indagar como as ideias de Leandro Tocantins se inserem no quadro mais amplo da reflexão sobre o pensamento social brasileiro e, para o situarmos, mesmo como um autor menor, nesta constelação de pensadores do Brasil torna-se necessário recorrermos a um inventário destas produções.

Um dos pontos centrais na tradição do pensamento social brasileiro é apontado por Bastos (2007), como a especificidade da reflexão intelectual em um país atrasado. Por este motivo, a questão da articulação entre os elementos tradicionais e modernos e os impasses, encaminhamentos e a busca de soluções para o atraso nacional, serem os temas recorrentes no pensamento nacional apontados também por Leandro Tocantins como problemática central de sua interpretação sobre a cultura e a sociedade que se desenvolveu na região Norte do país.

Essas interpretações vêm crescendo e tornando-se consideravelmente mais complexas nos últimos anos, misturadas aos intensos processos de mudanças no cenário nacional e a própria pluralidade do pensamento brasileiro em vários sentidos e direções. No Simpósio sobre o Pensamento Social Brasileiro, Ricardo Benzaquem de Araújo

(2011) afirma que o pensamento social no Brasil já atingiu um amadurecimento intelectual significativo, pois já mapeou, parte dos mais importantes debates sociológicos do século XX. E também vem desenvolvendo um esforço no sentido de examinar de forma mais sistemática o pensamento social do século XIX.

Em torno destas interpretações há a presença constante dos seus intelectuais, marcando a vida política e cultural brasileira e sendo examinados por meio de suas trajetórias individuais, tradições intelectuais e “linhagens” ou filiações teóricas. Para Freitas (2007), a busca e a releitura dessas interpretações se assentam na responsabilidade de responder aos desafios postos à sociedade e a estes intérpretes, constituindo as conexões decisivas entre as esferas internas do pensamento sociológico e seu modo de intervenção na organização e desenvolvimento da sociedade e da política brasileira.

A interpretação dessas reflexões pelo pensamento social torna-se relevante, pois com relação à participação das ideias destes intelectuais na formação da política de desenvolvimento nacional e na participação na política externa, tal como proponho analisar em Leandro Tocantins, Gildo Marçal Brandão afirma, em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro* (2007), que para se fazer a construção de uma história do Pensamento Político faz-se necessário ao mesmo tempo desenvolver uma análise política, a qual não se cumpre sem o exame de sua inscrição social. Ou seja, pensar a política nacional implica pensar o pensar a política, devido esta ser uma intervenção nos processos sociais, voltada para buscar dar-lhe uma direção, na medida em que lhes dá um sentido e uma significação.

Neste sentido, o autor continua afirmando que as ideias a serem redescritas e combinadas em modelos, conjuntos conceituais ou paradigmas, aparecem graças ao condão de seu enfoque, encarnadas em processos históricos, materializando os programas que elas concebem e cultivam para cativar e dirigir os programas cuja direção elas postulam e disputam. Nesse processo, surgem em muitos autores, e em várias obras relevantes pressupostos e análises imbricados, que se sobrepõem e entrecortam-se em perspectivas e projetos de ação, compondo constelações bastantes menos dicotômicas e extremadas, permitindo a presença de metamorfoses e hibridismos e a conjugação de continuidades e rupturas.

No processo de releitura destas interpretações do Brasil encontra-se, portanto, uma vasta gama de posições que se completam, se opõe, dialogam e entram em confronto trazendo riqueza ao debate e a reflexão das ideias sobre o país. Sob este aspecto, há também a oportunidade de identificar o conhecimento sobre as composições regionais e

locais em que o pensamento se anuncia e se diferencia, é neste cenário onde situa-se o pensamento brasileiro sobre a Amazônia.

Renan Freitas Pinto afirma em sua obra *Viagem das Ideias* (2008), que o pensamento social tem se debatido constantemente com a questão regional, ou seja, com a questão das diferenças e desigualdades que marcam sua heterogeneidade espacial e sociocultural. E nesse panorama, a Amazônia tem aparecido como o território por excelência deste universo de “contrastes e confrontos”, isso porque tal região sempre esteve presente no interior dos principais movimentos e processos conformadores do projeto de Estado-Nação, como o movimento pela independência política, o abolicionismo, a integração de nossas fronteiras ao mercado mundial, a modernidade, a integração nacional, o movimento modernista entre outros.

Os pensadores que contribuíram para a formação de um pensamento social sobre a Amazônia podem ser identificados nas diversas matrizes do pensamento filosófico e social. Estes são tanto autores de âmbito universal quanto autores locais que se propuseram a estudar a região e a relação entre o homem, a natureza amazônica e a própria relação entre a região e o país. Para Pinto (2008), a compreensão desse pensamento é a chave não apenas para se perceber como se processou o padrão de desenvolvimento em desvantagem no Brasil, ou seja, como se produziu e como continua se produzindo o subdesenvolvimento não apenas econômico, mas sobretudo o atraso cultural relativo, que atravessa o espaço configurado como região amazônica. Desta forma, vê-se que a presença do pensamento regional fortalece o sentido real da existência de um pensamento nacional, pois reafirma as conexões entre a nação e suas regiões culturais.

No estudo do pensamento brasileiro sobre a Amazônia é possível desenvolver uma análise histórica das ideias e do itinerário intelectual dos autores e ainda recuperar suas relações mais amplas com o pensamento do país. Para Marilene Correa da Silva Freitas (2007), no pensamento social sobre a Amazônia as tradições são representadas pela importância que autores e suas ideias repercutem nas sociedades amazônicas, na formação de novos intelectuais e na necessidade de se investigar sobre o poder emanado dessas interpretações na ação política de indivíduos e grupos em seus processos de auto reconhecimento nacional e regional.

Portanto, o ato de reconstruir o pensamento desses autores que interpretaram a Amazônia e o Brasil é, para Freitas (2007), recuperar a infância do pensamento nacional, pois, o ato de ampliar as percepções originais desses registros e identificar uma relação de filiação no campo das ciências sociais dá sentido a um processo de recuperação e de

iniciação ao artesanato de tradições intelectuais que deram vigência às exigências de explicação da sociedade brasileira e da história de sua capacidade de analisar-se a si própria.

Sob este contexto, vale ressaltar que a sistematização desses estudos sobre os intérpretes do Brasil, ou seja, o desenvolvimento do Pensamento Social brasileiro, vem acompanhando a própria institucionalização das ciências sociais no país, por isso é muito recente. Começou com o surgimento da disciplina de Pensamento Social nas áreas de ciências sociais e na história. Sendo em princípio um esforço isolado de pesquisadores se rotinizando somente a partir da formação do grupo do Pensamento social da Anpocs nos anos de 1980. Como disciplina reforçou-se na sociologia e na ciência política e agora começa a se espalhar para as Relações Internacionais.

Vê-se que a aproximação do pensamento social brasileiro às Relações Internacionais se dá a partir de uma própria evolução da área e aproximação dos temas centrais ao entendimento da sociedade global contemporânea. Neste sentido, temas abordados pelos intérpretes do Brasil, sejam por meio de suas obras ou trajetórias que revelam os processos e as condições não democráticas do país e as inquietações por modernizá-lo e assim superar a condição periférica, são analisados por meio da avaliação dos alcances, limites e efeitos dos debates que insere a reflexão brasileira no cenário internacional.

Neste sentido, resalto a importância de resgatar e situar o pensamento de um intérprete da Amazônia que adentrou no campo diplomático brasileiro e propagou os aspectos culturais do Brasil, em plena ditadura militar brasileira, na Europa. Deste modo, o trabalho na Embaixada brasileira em Portugal permitiu que Leandro Tocantins estivesse em contato com personalidades políticas e diplomáticas importantes em sua época. Uma vez inserido nesse ambiente político e intelectual, acreditava na sua própria perspectiva sobre a cultura brasileira o que lhe proporcionava pensar e discutir a inserção do Brasil no cenário internacional. A recuperação dessas concepções é passo importante para uma melhor compreensão das conexões existentes entre o pensamento social brasileiro e as relações internacionais.

No campo de pesquisa do pensamento social brasileiro voltado à interpretação da Amazônia, Odenei de Souza Ribeiro realizou tarefa intelectual de grande porte ao inventariar o pensamento de Leandro Tocantins por meio de sua interpretação acerca da sociedade e da cultura amazônica e revisitá-lo no sentido de se compreender a sua ação como escritor e sujeito político da inserção da Amazônia entre os desafios nacionais, na

metamorfose do nacional desenvolvimentismo e a modernização conservadora. Diante disso, verifiquei que Leandro Tocantins já foi pesquisado tanto na chave curta (examinado por meio de estudos específicos de sua autoria) quanto na chave longa (revisitado no conjunto de sua obra e trajetória). Considerando o intercâmbio de Tocantins entre a intelectualidade e a vida pública presente em sua trajetória, propus diagnosticar o nível de unidade entre o intelectual que pensou a sociedade e a cultura amazônicas por bases regionalistas e o homem que esteve a serviço do Estado na divulgação da cultura brasileira durante o regime militar no Brasil.

Vale destacar que a partir da segunda metade do século vinte a Amazônia se inseriu novamente no quadro de preocupação nacional voltada para a sua participação no crescimento econômico do Brasil. Era portanto necessário o Estado intervir para atender as dinâmicas globais. De acordo com Élide Rugai Bastos (2007), esse processo de desenvolvimento econômico fundamentado na lógica global, estimulou os intelectuais brasileiros a voltarem sua atenção mais uma vez sobre a nação. Por isso, a temática mais comum entre os pensadores sociais deste período esteve relacionada à questão dos impasses, encaminhamentos e buscas de soluções para o chamado atraso nacional.

Nesta constelação, a Amazônia revelou também uma *Intelligentsia* caracterizada por seguir a marca da intelectualidade brasileira quanto à preocupação em identificar e apontar os caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Esses intelectuais, a partir de diversos modos analisaram a região e sob variados pontos de vista, contribuíram também para o fortalecimento de um pensamento social amazônico. Dentre estes, destaca-se Leandro Tocantins que através da importância dada à cultura amazônica sugeriu através de suas obras o aproveitamento do passado, válido através da modernização de valores e a inspiração no tradicional e no regional para a caracterização do espírito nacional.

Na trajetória de Tocantins vê-se pois o resultado das matrizes coletivas responsáveis pela construção de uma cultura nacional. Isso porque, o papel de muitos intelectuais do período histórico em que viveu este intelectual foi de mediadores ou porta-vozes para a construção da identidade da nação, e neste processo Leandro Tocantins aliou o regionalismo amazônico ao contexto desenvolvimentista do momento histórico vigente e durante o Regime militar à Modernização Conservadora. Em paralelo, o seu itinerário misturou-se ao acesso á aparelhos de Estado por meio de relações interpessoais, todavia, foram através de suas obras e de uma ampla relação social que Tocantins se envolveu

com o conjunto de ideias que constituem o pensamento social sobre a Amazônia e o Brasil e a sua relação com o mundo.

Sendo assim, procuro mostrar nesta pesquisa a contribuição do legado intelectual de Tocantins na formação e na divulgação da cultura amazônica no Brasil e em Portugal. Lidando com a percepção de forte vínculo entre texto e contexto histórico, entre autor e ator, busco também divulgar os liames – enquanto continuidades e mudanças que aparecem no “ponto” adido cultural da Embaixada brasileira em Lisboa e no “sistema” de interpretação do intelectual amazônico.

Como um intelectual amazônida que participou ativamente dos debates políticos locais e nacionais sobre o futuro da região, Leandro Tocantins testemunhou os fortes ditames da ditadura militar na idealização dos projetos de desenvolvimento da nação e na própria produção intelectual e artística brasileira. Portanto, este intelectual não é somente uma testemunha, mas um ator importante nesse cenário quando após inserido, como funcionário, no gabinete do ministério da Justiça é escolhido pelo governo brasileiro como adido cultural em Portugal em um cenário internacional regido pela bipolaridade da Guerra Fria.

Sua missão diplomática era divulgar a produção cultural brasileira mostrando o ufanismo dessa produção na Europa. Entretanto, a produção cultural do Brasil, mesmo com a censura, revelava também o caráter de resistência e mesmo assim foi exibida pela missão diplomática ao qual Tocantins participou em Portugal.

O governo militar sob a ditadura no Brasil desejava suprimir a cultura local, pois a diversidade regional era algo a ser superada para se alcançar a integração do país. Sob este contexto, apreende-se um intelectual nascido na região amazônica que escrevia sobre a cultura local sendo indicado pelo próprio regime, na figura de Gama e Silva, ex-ministro da justiça recém escolhido a assumir a embaixada do Brasil em Lisboa, a prestar o serviço de divulgação cultural brasileira em Portugal.

Como pergunta inicial desta pesquisa, indaguei-me se havia uma continuação linear ou mais ou menos precisa entre aquilo que o intelectual brasileiro informava em suas obras e aquilo que ele propunha e recomendava em sua missão de representante da cultura nacional na Europa quando exerceu a sua função de adido cultural. Notando que o resultado material desse trabalho foram pareceres e impressões encaminhados por meio de correspondências a diversos personagens inseridos no campo político e cultural brasileiro, deste modo, me foi de grande valia trazer esses escritos à tona e os analisar profundamente. Motivei-me também a investigar por meio desses escritos a

especificidade do uso que o autor fazia de suas ideias e interpretações acerca do Brasil no momento em que ele participava da transformação de sua realidade social e política. E ainda, verificar as inflexões, rupturas e continuidades presentes no conjunto da obra de Tocantins posterior aos anos de 1970 que foram determinadas pela sua experiência diplomática. Deste modo, tornou-se também importante retomar a trajetória de vida de Leandro Tocantins, para perceber como o contexto social interferiu em suas obras e, conseqüentemente, em sua vida pública junto ao governo brasileiro (BOURDIEU, 1996b).

A execução desta tese teve como fonte principal um conjunto de materiais organizados pelo próprio Leandro Tocantins disponibilizado para a pesquisa pública, após a sua morte em 2004, na Biblioteca da Floresta, localizada na cidade de Rio Branco – AC, e o contato com a família deste intelectual.

Com a doação pelas herdeiras de Leandro Tocantins de uma série de documentos e objetos pessoais que constitui o espaço Leandro Tocantins na Biblioteca Floresta, tive acesso aos originais das cartas, dos cadernos de anotações entre outros documentos como também telegramas e trechos de jornais que relatavam momentos chaves para a minha pesquisa sobre a trajetória intelectual e diplomática de Leandro Tocantins durante o regime militar no Brasil.

Leandro Tocantins não deixou nenhum registro literário sobre os anos que exerceu o cargo de adido cultural do Brasil em Portugal e revelou em seus cadernos de anotações o arrependimento por não ter escrito mais sobre os anos que viveu nas terras lusitanas. Deste modo, usamos para a análise deste período da vida de Tocantins as cartas e os telegramas, que escreveu e recebeu durante sua missão diplomática, os seus cadernos de anotações e alguns jornais da época.

Desta forma, o arsenal empírico da pesquisa se fundamentou no acervo institucionalizado de natureza pública e nas informações oriundas do contato com a família de Leandro Tocantins. Na biblioteca, tive acesso aos manuscritos, datiloscritos e impressos onde as cartas ganharam relevância devido a ausência de produção literária do escritor durante os anos em que viveu em Portugal.

Para Antonio Candido (2005), a carta pode ser considerada pelo pesquisador o ponto de partida para a divulgação. Todavia diante deste ponto, me deparei também com o problema da caligrafia quase indecifrável do autor, presentes nos cadernos de anotações e nos epistolários manuscritos.

Nos epistolários datiloscritos feitos por Tocantins encontrei descrições das paisagens vislumbradas por ele em Portugal, acontecimentos, vivências e expressão de sentimentos, discussões sobre arte, literatura e política, valores documentais e negociações em torno da cooperação cultural, tanto no campo da literatura quanto no cinema entre Brasil e Portugal. Ou seja, pontuo daí que essas cartas, por ser a anunciação do escritor, adquiriu literalidade e capacidade de sustentar minha pesquisa como uma base literária, sendo transcritas de modo literal, inclusive com os erros de datilografia e analisadas neste estudo.

Nos epistolários, Leandro Tocantins também fornece informações sobre a composição e impressões de algumas das suas obras e expõe sua relação com editores, jornalistas e com os intelectuais de sua época. Isto, portanto, me possibilitou uma visão mais abrangente e significativa do escritor e adido cultural acerca de suas atividades intelectuais quando estava a serviço da Embaixada brasileira, podendo revelar também a sua relação com os diversos destinatários (pessoas da profissão, escritores, artistas, editores, jornalistas, diretores de revistas, políticos, diplomatas entre outros).

A escrita torna-se decisiva para compreender como os indivíduos constroem representações do seu mundo. Dessa forma, dentre outros documentos e jornais analisados, a pesquisa em torno dos cadernos de anotações e principalmente das cartas de Tocantins me proporcionou associar o vínculo social à subjetividade deste intelectual durante o serviço prestado ao governo ditatorial militar do Brasil.

Diante destas questões motivadas pelo objetivo de compreender os nexos que caracterizam o momento de encontro entre o intelectual, que pensou regionalmente a Amazônia no contexto do nacional desenvolvimentismo, e o representante diplomático da cultura brasileira na ditadura militar do Brasil, por meio da exposição e análise do conteúdo das missivas e diários escritos por Leandro Tocantins, é que apresento esta tese dividida em três capítulos principais. De partida no primeiro capítulo, **“Leandro Tocantins e a atuação do Estado na área da cultura durante o regime militar”**, há uma breve apresentação sobre a necessidade de se estudar a gênese do pensamento social no Brasil e na Amazônia e os nexos com as relações internacionais através de uma releitura das obras de intelectuais como Leandro Tocantins e da análise da sua trajetória e experiência no campo diplomático brasileiro. Esta reflexão se dá no sentido de se obter o esclarecimento do próprio pensamento social atual e os liames com as relações internacionais e as ciências sociais no Brasil visando resgatar as discussões em torno da compreensão dos processos e das estruturas que articularam a região amazônica com o

restante do país e com o mundo. Após esse debate, o capítulo mostra a relação da ditadura militar com a cultura nacional explicitando o contexto histórico da intervenção do governo autoritário sobre uma política nacional de cultura e a presença de Leandro Tocantins nas estratégias mais amplas que o governo federal desejava implementar.

O segundo capítulo, este intitulado “**O intelectual amazônico: suas memórias e trajetória**”, dedica-se primeiramente a apresentação das memórias de Leandro Tocantins registradas em seus cadernos de anotações e em algumas cartas onde armazenam os elementos simbólicos que marcaram e influenciaram a formação de seu pensamento social sobre a Amazônia, reverberando nas suas tomadas de posição, conduzindo-o até os espaços mais altos da política brasileira durante os anos 1960 e 1970. Estes elementos se fundamentam nas lembranças da infância vivida na região, na influência dos pais, na construção de suas redes de relações, no estudo, na investigação e no saber histórico a respeito do homem e da natureza na Amazônia.

Um dos propósitos deste capítulo também é elucidar a relação de Leandro Tocantins com personagens proeminentes em sua época – sobretudo Arthur César Ferreira Reis, que por meio de sua aproximação intelectual e política possibilitou a Tocantins a inserção nos espaços de discussão política do país até a sua chegada ao Ministério da Justiça e posteriormente ao emprego na Embaixada.

Uma vez feita a reflexão sobre a influência de Arthur Reis sobre a trajetória de Leandro Tocantins, foi analisada a influência teórica e epistemológica de Euclides da Cunha e de Gilberto Freyre sobre a formação do seu pensamento social.

O terceiro e último capítulo da tese intitulado “**Um adido cultural: da Amazônia para o mundo e do mundo para a Amazônia**”, primeiramente reconstrói a visão que Leandro Tocantins tinha dos problemas de política internacional de seu tempo. Alguns temas ganham destaque tal como a concepção de Tocantins acerca da conjuntura político-sul-americana em pleno contexto da Guerra Fria e as relações internacionais de cooperação cultural entre o Brasil, Portugal e a África.

Vale ressaltar que o interesse de Leandro Tocantins por essas questões torna-se acentuado após o seu ingresso ao serviço diplomático, pois o trabalho de adido cultural o colocou na posição de observador privilegiado das questões internacionais. Deste modo, trabalhei neste capítulo a agenda política exterior do Brasil durante os anos 1970, período em que Tocantins exerceu o serviço diplomático na Europa, tendo como pano de fundo a discussão histórica e sociológica sobre os projetos de cooperação Norte-Sul, a luz das teorias da cooperação.

Por meio da trajetória intelectual e diplomática de Leandro Tocantins, mostro também neste capítulo como a experiência de formação de um intelectual e de um representante internacional de um Estado periférico difere das dos intelectuais dos países centrais, e como essas diferenças condicionam de outra maneira o pensamento, a produção simbólica e as tomadas de ações no cenário internacional.

Uma vez ultrapassada a reflexão sobre a relação entre Leandro Tocantins e a política internacional brasileira ficam estabelecidos os pressupostos para o estudo de sua trajetória na embaixada em Portugal. Deste modo, em outra parte do capítulo dediquei-me exclusivamente a analisar as correspondências escritas e recebidas por Tocantins, durante os anos em que esteve a serviço da Embaixada – 1970 a 1973, destacando quais eram as intenções do intelectual em divulgar os elementos da cultura brasileira na Europa.

Neste capítulo também é explanada a relação entre a figura do escritor amazônico com a do representante diplomático do Estado brasileiro sob a égide do regime militar. Apoiando-me, neste sentido, na concepção de ideologia fixada por Karl Mannheim, que compreende este conceito como um conjunto de ideias derivadas da visão de mundo de um grupo social específico.

E por fim demonstro neste mesmo capítulo o quanto o trabalho como adido cultural permitiu a Leandro Tocantins que ampliasse o seu conhecimento sobre a diplomacia cultural além de construir uma rede de relações que lhe proporcionou, ao retornar para o Brasil, ser cooptado pelo Estado brasileiro para integrar-se nas discussões e projetos relacionados à produção da política cultural brasileira e de desenvolvimento para a Amazônia. Deste modo, na última parte deste capítulo demonstro o reflexo da experiência diplomática na concepção de cultura brasileira e amazônica para Leandro Tocantins e de desenvolvimento para a sua região, após os anos vividos em Portugal, uma vez que inserido no ambiente político e intelectual brasileiro após o seu retorno, pode desenvolver uma perspectiva própria sobre a cultura brasileira e a representação desta cultura no cenário internacional. Vejo, portanto, com extrema importância a recuperação desta concepção de Tocantins como um passo importante de seu pensamento social. Este capítulo traz também como marco teórico a sociologia de Karl Mannheim que sustenta a ideia de que os indivíduos reunidos em grupos forçam, através das posições as quais pertencem, por transformar o mundo circundante ou para perpetuá-lo. Deste modo, procuro identificar as ideias que convergem e quais são antagônicas em Leandro Tocantins após o serviço diplomático na Europa e de que modo este intelectual se posiciona de forma a modificar a sociedade ou a de manter o *status quo* social. Ou seja,

pretendo demonstrar a análise dos modos pelos quais esse intelectual organizou a intervenção sobre a política de desenvolvimento regional ou como o pensamento dele interferiu na realidade no sentido de modificá-la ou conservá-la.

## CAPÍTULO I – LEANDRO TOCANTINS E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ÁREA DA CULTURA DURANTE O REGIME MILITAR

Quando pensei em investigar sobre a contribuição do legado de Leandro Tocantins sobre a política internacional brasileira, por meio da diplomacia cultural e sobre os projetos de desenvolvimento e intervenção na Amazônia durante o Regime militar no Brasil, tornou-se necessário entender a cultura como um elemento que se integrou ao projeto político estratégico do governo no âmbito da integração e da segurança nacional.

O regime militar governou o Brasil entre os anos de 1964 a 1985, e as ideias que norteavam o discurso político do período giravam em torno do desenvolvimentismo, do nacionalismo e da oposição ao comunismo. No campo econômico e político, a ditadura no Brasil alcançou notoriedade no sistema internacional por conta do “milagre econômico” e por sua doutrina de segurança internacional, vindo a inspirar outras ditaduras na América Latina.

Todavia, a relação entre a política do Regime e a cultura no Brasil apresentou inúmeras ambiguidades. De um lado, por meio da censura criou-se instituições culturais preocupadas em preservar a identidade e a cultura nacional e de outro, foi proporcionado o incentivo a Indústria Cultural por meio de técnicas mais repressivas.

Segundo Ortiz (1985), o que caracteriza o mercado cultural pós-1964 no Brasil é o seu volume e dimensão. Se nos anos de 1930 alcançava um número reduzido de pessoas após o golpe político militar o mercado cultural alcançou uma dimensão nacional muito mais ampla e diferenciada, visando atingir um grande público consumidor na intenção de disseminar o aparato ideológico vigente.

O desafio volta-se para o Estado no sentido de defrontar o discurso ideológico governamental e o objetivo de integrar as diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal. Deste modo, o conceito de integração nacional construído pela ideologia da Segurança Nacional procurou resolver esta questão imposta ao Estado por meio da cultura nacional, conforme Ortiz ressalta em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (p.82):

Ao definir a integridade nacional enquanto “comunidade”, o Manual da Escola Superior de Guerra retoma os ensinamentos de Durkheim e mostra a necessidade da cultura funcional como cimento de solidariedade orgânica da nação. A noção de integração, trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados objetivos Nacionais. No entanto, a ideologia autoritária não se contenta

com as categorias durkheimianas e vai além; aqui vale a pena citar: “No Estado de Segurança Nacional, não apenas o poder conferido pela cultura não é reprimido, mas é desenvolvido e plenamente utilizado. A única condição é que esse poder seja submisso ao Poder Nacional, com vistas a Segurança Nacional.

Com isso, as ações governamentais no campo da cultura foram centralizadas a partir de 1964, em torno do Poder Nacional, servindo de base para uma série de atividades que foram desenvolvidas pelo Estado. Entretanto, a ação governamental intensificou-se a partir de 1974 com a elaboração do Plano Nacional de Cultura, a criação da Funarte e a reformulação administrativa da EMBRAFILME.

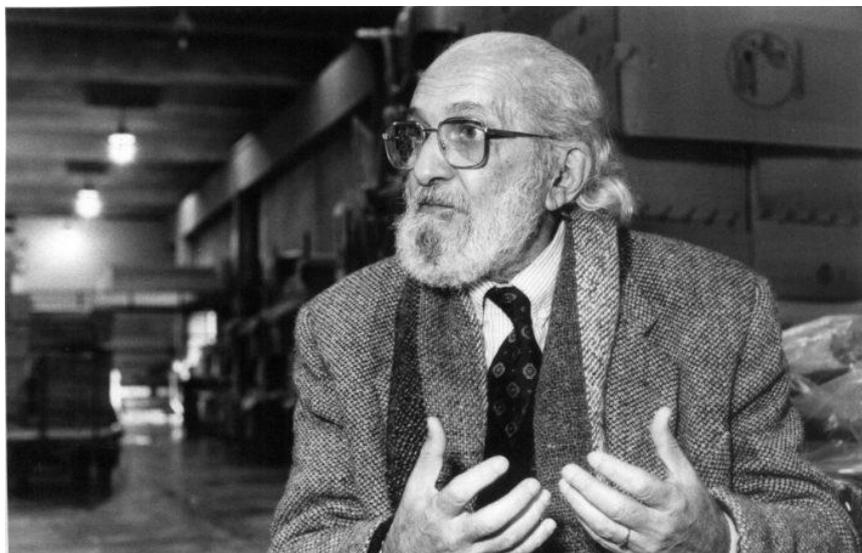
No início dos anos de 1970, Leandro Tocantins é apontado como um nome capaz de difundir a cultura brasileira, neste momento, claramente caracterizada pelo rompimento da cultura engajada e com o mínimo de regionalidade possível, revelando a tentativa do Estado em suprimir as ideias de esquerda no Brasil.

Para melhor explanação da intenção do regime em extinguir os elementos da esquerda na cultura brasileira, se faz necessário um panorama histórico do ambiente cultural vigente no período em que houve o desfecho do golpe militar de 1964, pois este ocorreu em um momento de intensa agitação cultural no Brasil onde o cinema, o teatro, a música popular e a literatura viviam o momento da arte engajada caracterizada pelo discurso da esquerda e envolvido na tarefa de conscientizar o povo brasileiro de sua condição de opressão de forma a conduzir o brasileiro a se posicionar diante da revolução que se aproximava.

Os anos da década de sessenta foram marcados culturalmente pela presença do Cinema Novo, dos teatros Oficina e Arena, do Centro Popular de Cultura – CPC/UNE, da música popular brasileira, da Jovem Guarda e do Tropicalismo. Apesar disso, a ideia de cultura como elemento de transformação socioeconômica já estava presente nas formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, criado nos anos cinquenta e mantidos até a sua extinção com o Golpe Militar de 1964.

O ISEB contava com a colaboração de diversos intelectuais de variadas correntes e também de intelectuais ligados a partidos de esquerda que passaram a pensar na construção de uma política cultural desenvolvimentista para o país. Neste sentido, o surgimento do Centro Popular de Cultura – CPC da União Nacional dos Estudantes, movimento de política cultural voltado para a promoção da arte popular e do Movimento da Cultura Popular de Recife, que entre outras atividades programou o método de

alfabetização de adultos idealizado por Paulo Freire, foram dois movimentos que realizaram o que teoricamente havia sido pensado pelo ISEB.



**Figura 1** - Paulo Freire. Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/> Acesso em: 01\09\2019

O fato é que havia durante este período um variado grupo e correntes de esquerda idealizando reformas de base para o povo pobre do Brasil e essa intenção era claramente exposta nas obras artísticas e intelectuais desse grupo. Todavia, o êxito da atuação desses movimentos em vários estados do país não impediu que desavenças e críticas surgissem principalmente sobre a instrumentalização política da arte pelo CPC em detrimento a qualidade artística dessas obras. Mesmo diante das críticas, esse movimento contribuiu para a efervescência cultural nos anos que antecederam o golpe de 1964.

Sobre a politização da arte, Chaia (2007) afirma que é relevante nesta situação a existência de componentes ideológicos, influencia partidária e a circulação de idéias brotadas dos manifestos de vanguardas permeando a produção artística. Essa condição desdobra-se a partir da atuação do indivíduo, no caso o artista, ou do grupo como produtor de bens simbólicos assumidamente engajados que critica, protesta e age publicamente. Na politização da arte, a obra tende a adquirir um sentido pragmático, a partir da fusão de interesses individuais e institucionais, tanto que nessa produção se manifesta a ambiguidade nascida da livre vontade do artista e do entendimento de que a arte é um meio de transformação (gradativa e revolucionária) da sociedade. Artista e obra incluem-se no fluxo da propagação difusa de algum projeto político, sem deixar-se apanhar completamente pela rede do poder centralizado e impositiva de alguma instituição.

Outro movimento de grande importância neste período e que teve uma relevância inclusive para as outras áreas do campo artístico e cultural foi o Cinema Novo que tinha como fundamento a produção independente e de baixo orçamento e como temática, os problemas do homem brasileiro simples. O maior desígnio do Cinema Novo era, portanto, a busca pela criação da arte popular e nacional comprometida com a conscientização do povo brasileiro sobre a sua realidade social.

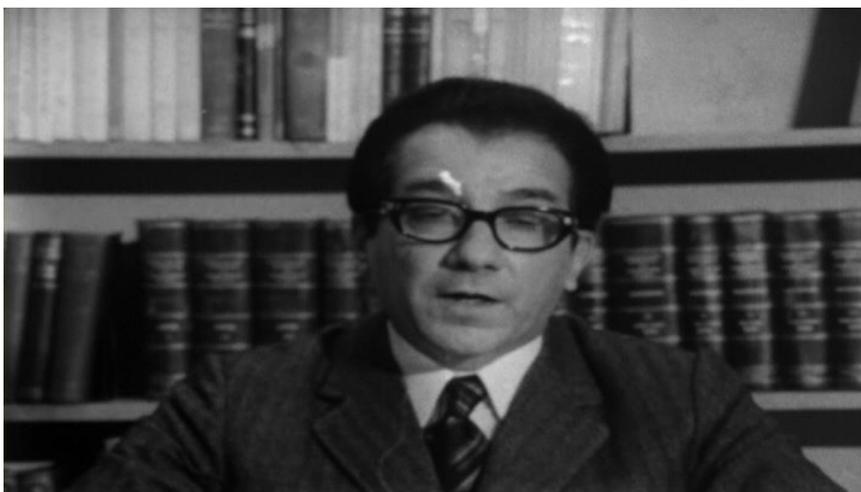
Juntamente com o golpe de 1964 veio também a repressão e a censura ativas com a edição do Ato Institucional Número 5 – AI5 em 1968. Com isso, integrantes dos vários Centros populares de Cultura – CPC foram taxados como réus em Inquéritos Policiais por serem considerados subversivos. Desta forma, fica claro como a tentativa do Governo militar em suprimir os resquícios da esquerda na arte e na cultura brasileira se deu justamente porque os intelectuais e artistas de esquerda formaram uma base de oposição ao movimento de 1964, sofrendo com isso uma dura perseguição com o AI5.

Com relação aos integrantes do Cinema Novo houve no início uma postura de resistência à ditadura após a criação do Instituto Nacional de Cinema em 1966 e a EMBRAFILME, em 1969, pois eram meios de controle que conduziam a criação cinematográfica desde a produção dos roteiros, por isso eram vistos pelos cineastas como uma reação da ditadura contra o cinema brasileiro que até então estava sendo muito divulgado no exterior. Com o governo de Ernesto Geisel (1974-1978), houve uma reformulação na EMBRAFILME na qual os cineastas passaram a colaborar, pois o então presidente deu uma espécie de abertura adotando um programa nacionalista proposto pelos próprios cineastas e aceito pelo governo federal.

Leandro Tocantins não representou a intelectualidade de esquerda, resistente à ditadura. Isso se revela também nas palavras de Odenei de Souza Ribeiro (2015), quando afirma que Tocantins e Arthur Cezar Reis estiveram gravitando em torno do núcleo militar-civil anticomunista e defensor de um modelo de desenvolvimento associado, em oposição ao desenvolvimento autônomo e a política de massa. Contudo, sua trajetória e seu pensamento social revelaram um intelectual que pensou a Amazônia por bases regionalistas ao ser inserido no contexto do reordenamento da política internacional brasileira por meio da divulgação da cultura nacional pelo governo Militar, primeiro atuando como adido cultural e posteriormente como diretor do departamento de assuntos não comerciais da nova EMBRAFILME, após o seu retorno ao Brasil durante os anos de 1970. Sua trajetória revela um posicionamento conduzido pelo fluxo de idéias que norteavam a trajetória da intelectualidade brasileira da época.

Para Mannheim (1986), os indivíduos se encontram em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar estes modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em sua situação. Sob esta percepção teórica, vejo que Leandro Tocantins pensou e atuou no espaço social ao qual estava inserido conforme as dinâmicas históricas que havia se deparado ao longo de sua trajetória.

Segundo Odenei Riberio (2015), as alianças e as relações que Tocantins manteve com grupos sociais distintos apontam os caminhos e as opções políticas que este intelectual trilhou. Desta forma, assim como outros intelectuais brasileiros, lutou por um projeto nacional capaz de fomentar uma integração nacional por meio de ações capazes de tirar as regiões menos desenvolvidas do atraso socioeconômico vivido por consequência das disparidades nacionais.



**Figura 2** - Leandro Tocantins. Fonte: <https://arquivos.rtp.pt/page/195/?advanced=1&s=rtp> Acesso em: 27\06\2019

No caso de Tocantins as ideias que nortearam as suas ações e as suas escolhas políticas estavam relacionadas à necessidade de integração da Amazônia ao Brasil. Por isso, o apreendo como pertencente ao grupo que representava o pensamento conservador na Amazônia, e isto se deve principalmente a sua própria origem, pois era filho das famílias que representavam as antigas oligarquias extrativistas da borracha.

Sustentada pela ideia de que o pensamento é um índice particularmente sensível da mudança cultural e social (MANNHEIM, 1986), os representantes dessas oligarquias em decadência se adaptaram às propostas do nacional desenvolvimentismo. Todavia,

mediante o não êxito das medidas de desenvolvimento para a Amazônia, esses atores migraram para as ideias da modernização conservadora.

O pensamento conservador no Brasil se inspirou em parte no conservadorismo europeu e no norte americano, contudo os nossos conservadores lidaram com as transições e continuidades vividas pela sociedade brasileira ao longo do tempo, muito diferentes das que estão na raiz do conservadorismo clássico (FERREIRA; BOTELHO, 2010). Desta forma, o pensamento conservador exerceu um papel como força político-social na sociedade brasileira em diferentes momentos da sua formação e com isso, tornou-se um importante componente da tradição intelectual brasileira e também amazônica.

Neste contexto, é possível ver que Leandro Tocantins esteve inserido ao longo de sua vida intelectual ao contínuo fluxo de ideias transitando do nacional desenvolvimentismo para a modernização conservadora chegando a apoiar o golpe de 1964. Todavia, a presença marcante do modernismo e do regionalismo foram uma constante na sua interpretação desta modernização conservadora.

Na Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 17 N° 50, André Botelho afirma que as relações entre os intelectuais e a política no Brasil é objeto tanto de debates quanto de controvérsias, sobretudo no que diz respeito as suas relações com o Estado. Isto porque não foram poucos os intelectuais que procuraram justificar suas obras e ações num *ethos* de missão civilizatória ou nacional como se fossem portadores especiais dos interesses gerais da sociedade, claramente presente em figuras da estirpe de Leandro Tocantins que não apenas pensou e agiu motivado pelo fluxo de ideias, mas também se posicionou estrategicamente perante uma missão específica.

Todavia, Botelho (2002) ainda afirma que essa auto-representação dos intelectuais está relacionada a uma experiência social mais ampla, característica dos países marcados pelo desenvolvimento retardatário do capitalismo e no plano cultural, pelo tema do atraso, além de muitas vezes corroborando nas análises das trajetórias e\ou das obras destes pensadores.

Essas disposições remontam também ao próprio reconhecimento e institucionalização dos campos científicos periféricos, que não foram aprofundados neste trabalho. Para os fins desta pesquisa é suficiente compreender que no plano mais amplo, “modernização” e “desenvolvimento” tornam-se conceitos chaves nas pesquisas em ciências sociais e nas posições políticas dessas regiões periféricas, expressando um

paradigma de futuro para essas sociedades que mesmo nas vertentes mais críticas não escapa do modelo calcado nas disposições institucionais da modernidade ocidental.

Deste modo, a problemática central para a reflexão desta periferia (América Latina, África e Ásia) e sua *intelligentsia* era como combater a pobreza e atingir o desenvolvimento, e como alcançar uma mudança política e econômica capaz de propor a estas regiões modelos mais desejáveis conforme os padrões de modernidade vigentes, que neste contexto, estavam intrinsecamente relacionados à Guerra Fria e a bipolarização da geopolítica.

A “modernização” desses estados não era apenas uma questão de paradigma, mas um desdobramento da disputa de poder das duas superpotências, que se mostravam com projetos de modernidade distintos e ávidas em aumentar sua esfera de influência. Lograr o alinhamento de um Estado tinha como consequência, para este último, a adoção de determinadas formas de organização dessa “transformação” da sociedade. A demanda de uma *Intelligentsia* para pensar e operar os Estados desta periferia global e as disposições geopolíticas do período são aspectos estruturais fundamentais para entender a formação dessas elites intelectuais. (BLANCO, 2010)

Sob este aspecto, destaco que Leandro Tocantins estava imbuído da mesma tarefa da maioria dos intelectuais da América Latina no século vinte, que era a de tentar esclarecer a realidade nacional, apontando soluções adequadas a essa realidade ao qual se apresentava imersa nos projetos, primeiro de desenvolvimento e depois, de modernização da nação. De acordo com Pecaú em *Os intelectuais e a política no Brasil* (1990), a capacidade de captar e interpretar os sinais que demonstravam a existência de uma nação inscrita na realidade foi tarefa garantida dos intelectuais que se inseriram no espaço das elites dirigente.

Todavia, Pecaú (1990) também afirma que a noção de engajamento destes intelectuais às causas populares, a partir dos anos 50, soava de forma ambígua, pois não esperaram pelo convite a essa conversão pessoal para entrar num corpo a corpo com a história. Já estavam há muito tempo postos á serviço do conhecimento da “realidade nacional” e da formação da sociedade. Em sua maioria, não o faziam para se desvencilhar do seu *status* de “pequeno burguês”. Tampouco agiam assim para atender a algum ditame moral e fazer prevalecer valores de justiça. Apenas o faziam porque o intelectual tinha de estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica.

Diante do autoritarismo militar no Brasil, a trajetória de ideias de Leandro Tocantins não apresentou uma mistificação de sua tarefa de intelectual, mas teve relevância no sentido político de defender seus ideais conservadores e ainda defendendo a valorização da cultura regional como elemento fundamental para o processo de desenvolvimento e modernização amazônica e brasileira. Isso, traz pontos-chaves para reflexão sobre a sua tarefa de divulgação da cultura brasileira na Europa, no sentido de investigar quais os nexos entre a sua relação com a ideia de uma política de desenvolvimento na Amazônia gerida pelo governo militar e a sua experiência no campo diplomático ressaltando a sua atividade de exibição da arte engajada brasileira em Portugal.

Entre os anos sessenta e setenta era real no Brasil o quadro de radicalização política e cultural e neste ínterim a censura foi exercida com mão de ferro na produção e reprodução cultural no Brasil. Neste cenário, chamou-me atenção ainda o fato de Tocantins quando em serviço do próprio governo brasileiro (1970-1973), por meio da Embaixada em Portugal ter divulgado em Lisboa as obras de artistas que revelavam as realidades e problemáticas regionais brasileiras diferentemente do discurso ufanista do regime, enquanto para as colônias portuguesas na África divulgava as artes brasileiras que revelavam um teor claramente ufanista mas com ideais luso-tropicais.

Inserido no cenário internacional e diante da materialização da política externa brasileira é inegável que como um representante, na área da cultura, do governo brasileiro em Portugal, Tocantins demonstrou na relação com os países africanos de língua portuguesa uma forte influência das ideias do amigo Gilberto Freyre, que por meio da ideia de luso tropicalismo construiu uma base de interpretação de validade transregional com sentidos políticos relevantes. Foi também com base neste processo cognitivo que Leandro Tocantins propôs como um campo de conhecimento para a Amazônia a Amazonotropologia.

Segundo Simone Meucci (2010), por meio do luso-tropicalismo Gilberto Freyre procurou estender a Portugal e às colônias a sua tese sobre a capacidade da sociedade brasileira em equilibrar os seus antagonismos, o que trouxe um novo fôlego especialmente a relação entre o Brasil e Portugal no período da Guerra Fria, durante os anos cinquenta. Isto se deu por conta de sua interpretação acerca da empresa colonial portuguesa, da ideia de civilização luso-tropical e da revisão do Ato Colonial português como alternativa ao liberalismo e ao socialismo.

Vale ressaltar que o Ato colonial português, aprovado em 1930, como lei constitucional de visão imperialista deliberava a maneira como a metrópole se relacionava com as colônias portuguesas limitando a autonomia financeira e administrativa dessas colônias. Pautado no nacionalismo imperialista e na missão civilizadora de Portugal enquanto nação européia, ocidental e de religião cristã se defendia a idéia deste país ter a função histórica de possuir, civilizar e colonizar os domínios ultramarinos. Entretanto, essa visão imperialista do Ato só foi teoricamente rejeitada com a revisão constitucional portuguesa de 1951.

No Brasil, após o Golpe Militar de 1964, a política externa brasileira em relação aos países da África sofre alterações como resultado dos próprios processos de descolonização desses países, e neste sentido a diplomacia brasileira em Portugal e a figura de Leandro Tocantins se apresentam diante de aspectos relevantes no contexto internacional. Do lado estratégico e político, dava-se continuidade aos discursos que enfatizavam os vínculos de afetividade entre Brasil, Portugal e suas províncias, agora fundamentado por meio dos conceitos de “Interdependência” e “Segurança Coletiva”. Do lado moral, estavam as ideias culturalistas chamando atenção para a relação histórica e a dívida simbólica entre o Brasil e a África devido este continente ter fornecido a mão de obra escrava que constituiu as bases da formação econômica brasileira, que não desapareceriam das mentes inquietas dos intelectuais brasileiros envolvidos neste processo, tal como Leandro Tocantins. Em seu livro “Vida, Cultura e Ação” (1969, p.103 e 114), expressa suas ideias em concatenação com as ideias de Gilberto Freyre em relação à importância do negro e do português na composição social e cultural brasileira:

Não se exagera ao dizer que a África, em particular Angola, tornou possível a estabilização social da colônia portuguesa na América do Sul, criando as bases de uma economia permanente, fundada no trabalho escravo, no latifúndio agrário, na monocultura e na família patriarcal. E, também, foi em grande parte responsável pelo clima propício ao desenvolvimento de uma democracia racial. [...] As afinidades históricas e culturais que nos aproximam d’África, e, particularmente de Angola, de certo levaram o professor Gilberto Freyre a afirmar, certa vez, que Portugal, Brasil e África “constituem hoje uma unidade de sentimentos e de cultura (...), sem sacrifício, é claro, das diferenças nacionais e regionais de organização política e de cultura e de especialização econômica”, porque, na verdade, os portugueses realizaram uma “política pansocial de colonização”. As melhores inteligências da história e da sociologia brasileira são acordes em ressaltar que os portugueses demonstraram, na sua aventura de criação social no Brasil, transigência, acomodação, aceitação, e jamais repulsa

aos elementos africano e indígena, ou segregação racial de qualquer espécie.

Com isso, posso dizer que ao assumir o cargo de representante da cultura brasileira em Portugal, Tocantins esteve envolvido tanto no seio das ideias politicamente estratégicas do governo brasileiro, no contexto internacional, quanto nas ponderações oriundas de sua percepção humanista a respeito das relações culturais entre os três continentes. Sob este aspecto, ressalto também que mesmo Tocantins mantendo uma dependência burocrática do Estado a influência de seus processos heurísticos oriundos de seu próprio capital intelectual e percepção hermenêutica da realidade por ele vivida também conduziam as suas ações e atividades por ele desenvolvidas tanto no campo diplomático quanto no campo público brasileiro.

A ideia de que as ações dos intelectuais nem sempre é motivada pelos princípios por eles usados para racionalizá-las é também evidente no posicionamento de Tocantins no cenário internacional. E sob este aspecto, Karl Mannheim ressalta em sua obra *Sociologia da Cultura* (2001), que o indivíduo que experimenta a mudança de suas próprias circunstâncias não se percebe em termos fixos e definitivos. Sua visão nunca se torna compacta, por desprender-se de qualquer esquema antes de cristalizar em torno de uma imagem nítida do mundo. A autossuficiência inabalável também já não pode mais ser um ideal. Desta forma, as tomadas de ações e decisões de Tocantins, como funcionário do governo brasileiro envolvido nas atividades diplomáticas de seu país, reverberavam a presença de um intelectual potencialmente capacitado para o exercício da interpretação multidisciplinar do cenário internacional.

Tocantins, como adido cultural e como um funcionário de confiança do Embaixador Gama e Silva, teve uma participação ativa na divulgação da cultura brasileira com uma relevante contribuição para a política externa do Brasil no período da Guerra Fria. Todavia, para Antônio Gramsci em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (1979), as categorias especializadas para o exercício da função intelectual formam-se historicamente em conexão com os grupos sociais mais importantes e neste sentido, os intelectuais acabam por se tornarem “comissários” para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.

Freitas (2007) sublinha que há uma interdependência da razão com as condições sociais e, por isso, o trabalho do sociólogo consiste em estudar essa interdependência, em identificar como o social age para selecionar as formas de conhecimento e os aspectos da verdade que são adaptados as circunstâncias sociais. Sob este aspecto, percebo também

como problemática relevante a cooptação de Tocantins pelo Estado que não o desvencilhou desta função de intelectual à serviço do governo militar, propondo o que enxergo como a sua contribuição também na formação da política cultural brasileira por meio da nomeação ao cargo de Diretor<sup>1</sup> na EMBRAFILME, após o término da sua missão na Europa.

Por mais que o foco desta pesquisa não se atenha a formação da política cultural brasileira, posso afiançar que a experiência como um adido cultural que usou de forma estratégica o potencial diplomático do cinema e o talento de Leandro Tocantins para a arte cinematográfica, tendo em vista que escreveu também alguns roteiros de filmes tal como *A Selva* do livro de Ferreira de Castro, *O outro Instinto do Pecado* – adaptação livre do romance *O Missionário*, de Inglês de Souza, *A última fronteira* a qual Leandro Tocantins deixou registrado em seus escritos que esta obra ficou inacabada e *Os Missionários*<sup>2</sup>, fez com que o Estado autoritário, dentro da sua missão de criar o seu próprio projeto de Brasil cooptasse Tocantins na estratégia de administrar a cultura nacional.

Ao examinar a trajetória intelectual e diplomática de Leandro Tocantins, como um adido cultural, proponho também a reflexão em torno do papel político das artes, da literatura e do cinema e a sua relevância para as relações internacionais entre os países, isto porque tais produções do espírito humano são capazes de ajudar uma dada sociedade a compreender o seu próprio tempo, o ambiente intelectual, cultural e político de uma época.

Zanella e Júnior (2015) afirmam que ao longo dos anos o cinema foi utilizado para formar e influenciar a opinião pública, induzir posições políticas, criar inimigos e legitimar políticas governamentais. Desde a Revolução Russa e a concepção do Proletkult – organismo para produção de uma nova cultura popular revolucionária - em 1917, passando pela propaganda dos nazistas e dos Aliados da Segunda Guerra Mundial, pelo papel de Hollywood na Guerra Fria e, mais recentemente, na chamada Guerra ao Terror, o cinema tem se destacado como uma poderosa ferramenta política. Tanto quanto ou ainda mais do que as outras manifestações artísticas, o filme transporta valores, estéticas

---

<sup>1</sup> Leandro Tocantins revela em seus manuscritos que este cargo não foi desejado e tratou-se de um período de sua vida onde enfrentou, inclusive, problemas de ordem financeira.

<sup>2</sup> Estes são exemplos de alguns roteiros de filmes encontrados no arquivo pessoal de Leandro Tocantins, localizado na Biblioteca Floresta.

e identidades próprias que refletem uma escolha marcante de quem o produziu ou, no mínimo, demonstra o espírito de um determinado espaço em um tempo determinado.

Historicamente o público só foi percebendo a distinção do cinema para o teatro com o passar dos anos, pois os recursos oferecidos pelo cinema tanto no aspecto do entretenimento quanto como ferramenta pedagógica e como meio de reflexão ou crítica legitimaram essa diferença. Dificilmente um livro ou figuras impressas conseguiriam mostrar com detalhes a impressionante beleza das imagens obtidas por satélites e por telescópios dos elementos do universo, tal como os planetas, desta forma a capacidade do cinema de mostrar a riqueza dos detalhes lhe conferiu o título de arte feita por imagens.

Deste modo, a importância da arte feita por imagens também chega aos palcos da política externa dos países. O adido cultural Leandro Tocantins usou o recurso da cinematografia brasileira para revelar a imagem do Brasil no contexto histórico da ditadura militar, conjuntura a qual analiso mais densamente adiante. Todavia, vale ressaltar que a atração que a cultura de um determinado país pode exercer não é uma peça determinada apenas pela atuação do governo, mas os elementos de cultura e ainda no caso do Brasil o próprio futebol são recursos usados na época da missão de Leandro Tocantins e até os dias de hoje de poder brando (*soft power*) utilizados pela diplomacia brasileira.

Nas relações internacionais é comum associar poder ao domínio de instrumentos suficientes para fazer com que outros sujeitos ou até mesmo Estados se comportem de acordo com a vontade daquele que detém esses recursos. Deste modo, Zanella (2015 p. 208) afirma que:

[...] a população, o território, a riqueza, o número de aviões ou blindados, entre outros, foram historicamente identificados como os recursos de poder. Porém, em 1990 (e, de forma sistematizada, em 2004), Joseph Nye Jr. Provocou a área ao cunhar a expressão *soft Power* para conceituar a habilidade de se conseguir o que se quer por meio da atração ao invés de coerção ou pagamentos. Em contraposição ao *hard power*, cujos recursos para influenciar comportamentos são materiais, no *soft power* a capacidade de influência sobre outros sujeitos derivaria de três recursos diferentes: “cultura (quando esta for atrativa aos olhos dos outros), valores políticos (quando forem reproduzidos doméstica e internacionalmente) e políticas externas (quando elas são vistas como legítimas e dotadas de autoridade moral)”.

Assim definido, é possível perceber a construção do que viria a ser o *soft power* brasileiro durante a missão diplomática do adido e intelectual Leandro Tocantins e a importância de se inserir este estudo no campo do pensamento social. Isto porque na trajetória e na própria obra de intelectuais como Leandro Tocantins é possível ver uma

inclinação a construção nacional revelando ações, análises teóricas e categorias que entrelaçam de diferentes maneiras o Brasil e a Amazônia às conjunturas e estruturas internacionais.

## **CAPÍTULO II – O INTELLECTUAL AMAZÔNICO: SUAS MEMÓRIAS E TRAJETÓRIA**

### **2.1. A Amazônia como fruto das lembranças e da memória de Leandro Tocantins**

Para entender os fundamentos das ações e tomadas de posição de Leandro Tocantins no campo diplomático e no campo do planejamento público, no contexto da Ditadura Militar no Brasil, se torna importante recorrer também a uma análise de sua trajetória como um intelectual nascido e criado em uma região tão particular quanto a Amazônia, revelando a ideia que Tocantins tinha e propagava de sua região. Diante disso, este capítulo se debruça no resgate das lembranças e da memória deste intelectual registradas em seus cadernos de anotações, cartas e obras.

A Amazônia de Leandro Tocantins sempre atraiu olhares astutos e admirados por sua beleza e grandiosidade. Foi elemento de interpretações científicas e de esperanças aventureiras. Foi o inferno e o paraíso, foi fruto das narrativas dos viajantes e das invenções carregadas dos elementos míticos e mágicos. Foi a última página do gênese e a esperança biológica na era das incertezas.

Essa Amazônia, ao longo dos séculos, vem sendo interpretada e inventada por percepções que situam-se na história e carregam consigo ideias que influenciaram diretamente no olhar sobre a região. Torna-se desafiador, portanto, analisar em qual desses olhares é possível identificar as percepções dos processos sociais no tempo e no espaço. Sem sombra de dúvidas, a Amazônia não esteve dissociada das dinâmicas de instituição dos campos das ciências humanas e sociais e, deste modo, identificar os olhares e as ideias de Amazônia torna-se uma tarefa importante na reconstrução do pensamento social sobre esta região.

Dentre os vários escritores que interpretaram a Amazônia, Leandro Tocantins destacou-se por ser um pesquisador dos assuntos relacionados a esta região e que escolheu como missão divulgar a cultura amazônica à nação e ao mundo por meio de uma sensibilidade histórica e sociológica ricamente impressa em suas obras.

Destacou-se por revelar a Amazônia e o Brasil por meio de obras sociológicas, literárias, pela poesia e por meio de roteiros cinematográficos. Grande parte desta obra é resultado das memórias transcritas por Leandro Tocantins em momentos de profundo saudosismo da infância e adolescência na Amazônia. Por outro lado, como um

pesquisador atento à história do ambiente em que viveu, pensou a Amazônia de forma a interpretar uma sociedade e principalmente uma cultura que, por muitas vezes, esteve oculta nos debates sobre modernização e desenvolvimento.

Suas ideias, de certo modo, traziam as ressonâncias do pensamento dominante de sua época, tendo em vista que exerceu cargos na administração pública na região e para o governo durante o Regime Militar no Brasil, por isso também defendia a necessidade de a Amazônia desenvolver seu potencial de riquezas colaborando assim com as ideias desenvolvimentistas propagadas a partir dos anos 1950. Todavia, a particularidade de Tocantins era a sua postura humanista que o levou a ver a cultura como elemento principal no processo de desenvolvimento para que o racionalismo da ciência e da técnica não viesse a trazer consequências drásticas como a degeneração da própria cultura e da natureza amazônicas.

Leandro Tocantins revela em seus manuscritos que não desejava e não era apenas um narrador da natureza amazônica, escrevia sobre ela porque o sangue de suas veias era o sangue desta terra. Deste modo, Leandro Tocantins deixa destacado nas páginas dos cadernos de anotações suas lembranças que mais tarde surgem como dados de relevância histórica, sociológica e literária em seus livros publicados e ainda como material relevante para uma análise da política internacional brasileira durante o regime militar no Brasil.

Leandro Tocantins costumava escrever suas ideias primeiramente nestes cadernos que seriam datilografados posteriormente. Ao ler esse material, encontrei anotações destacadas para serem inseridas em suas obras, tal como o trecho intitulado “Lembranças”:

- Sono na fazenda embalado pelo canto do Bacurau
- Os mergulhões, metendo a cabeça na água, num voo certo para apanhar o peixe
- O mururé – planta aquática [...] quando se toca no mururé parece que se está tocando num delicado corpo feminino que recebendo carícias: a planta se encolhe toda
- Pirarucú, tartarugas, tambaquis, aruanã, tucunaré Açú e tinga<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Este trecho trata de momentos relembrados da infância do autor na fazenda da sua família na Ilha do Marajó em Belém do Pará. São anotações lembretes feitas em um canto de um dos cadernos diários de Leandro Tocantins. (Anexo - Figura 01)

As lembranças da infância, na Amazônia, contribuíram na formação do amazonólogo que, juntamente com a literatura, pode adentrar nos campos das tomadas de decisão política e na diplomacia brasileira. Sua formação cultural é marcada pelo gosto pela literatura e principalmente pela história. Além das suas memórias, as visitas aos arquivos históricos do Pará estimularam a escrita e a interpretação da Amazônia.

Leandro Tocantins foi um apaixonado pela história da Amazônia, mas essa paixão retrata o desejo de desvendar percursos e refletir esperanças para uma região que mesmo possuidora de tantas riquezas foi marcada pelo atraso em relação às outras regiões do Brasil. A amizade com o professor Arthur Cezar Ferreira, Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e Governador do Estado do Amazonas, foi um dos fatores que proporcionou a Leandro Tocantins o convívio cultural com os núcleos de estudo e análise das realidades brasileiras.

Como discípulo de Arthur Reis, tanto no campo da história como nos deveres da administração pública, pode aprender que por meio do saber histórico é possível recompor a ordem dos valores espirituais que fundamentam uma nacionalidade. Para Tocantins, há uma relação profunda entre o passado e o futuro e nessa relação estão as verdades necessárias à ação e ao progresso de um país. Tal como afirma neste discurso proferido no *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*.

[...] o estudo, a investigação e o saber histórico, sobretudo nesta época é uma das riquezas de equilíbrio espiritual, aquele tão desejável equilíbrio entre a ciência e a cultura, entre a ciência e a técnica, e, também, um fator importante, no campo psico-social, para fortalecer a unidade nacional e detectar o verdadeiro sentimento de nação [...]. Daí afirma-se que “o homem só existe integrado numa concepção total que lhe dê um sentido”<sup>4</sup>.

Através desta percepção posso sugerir de que modo se constrói o pensamento de Leandro Tocantins, o qual enxerga o uso da história como ponte para a interdisciplinaridade entre a ciência e a cultura, entre a ciência e a técnica e como elemento essencial no campo psicossocial de uma nação. Sua apreensão histórica pelas coisas da Amazônia se justificava na necessidade de revelar a realidade sociocultural da região e apontar os caminhos para sua inserção no campo de discussão e dos ideais de preservação dos valores capazes de construir o verdadeiro desenvolvimento do país. Em

---

<sup>4</sup> Discurso pronunciado por Leandro Tocantins no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, do qual foi membro indicado pelo então vice-presidente da casa, Arthur Cezar Ferreira Reis. As anotações do discurso encontrava-se sem data [s/d] em um dos seus cadernos diários. (Anexo – Figura 02)

entrevista ao *Jornal Folha do Norte* de 1953, revela as razões pelo uso do método histórico.

O homem é um eterno construtor de mecanismos sociais que vão gerar os grandes dramas históricos que caracterizam as sociedades, no curso do progresso dinâmico do universo. E a História torna-se, deste modo, como bem definiu o francês Marc Bloch, “a ciência dos homens no tempo e o “tempo da história realidade concreta e viva, abandonada ao seu impulso irresistível, é o próprio plasma em que mergulham os fenômenos”. E sendo ela essencialmente temporal, dinâmica, humana, a tarefa de quem procura fazê-la não pode ser um simples apuramento dos fatos, inserindo-os efemérides, alheio a todos os elementos universais que exercem capital influência nos acontecimentos particulares. É necessário unir os tempos divididos pelo hiato espacial, restabelecer a correlação dos fenômenos sociais que resultam de uma espécie de simbiose das consequências coletivas. É um trabalho de inteligência, de recriação artística dos fatos em forma de ficção [...]”<sup>5</sup>.

Nisto, portanto, constitui as bases dos trajetos epistemológicos do pensamento de Leandro Tocantins em torno dos temas e problemas pelos quais se interessou: a Amazônia, o Brasil, a Cultura Regional, a relação entre o Homem e o Meio Ambiente natural e o projeto do Nacional Desenvolvimentismo e a Política Externa Brasileira. Como um intelectual engajado em uma missão, fazia parte de um grupo de jovens intelectuais locais que carregavam a tarefa de propor uma integração regional da Amazônia ao Brasil não somente em termos econômicos, mas também na reprodução de um projeto de modernidade capaz de conservar o patrimônio cultural e as riquezas espirituais que a região já possuía.

## **2.2 A amizade intelectual e política com Arthur Cezar Ferreira Reis**

Para Ribeiro (2015), Leandro Tocantins foi um dos intelectuais que aderiram a modernização conservadora idealizada para a região amazônica por Arthur Cezar Ferreira Reis, o qual devido possuir uma ação política desvinculada de partidos políticos foi capaz de liderar este grupo em torno do projeto da Modernização Conservadora para a região durante o período da ditadura militar.

Os ideais da modernização conservadora e o estilo de liderança de Arthur Cezar Ferreira Reis eram admirados por Leandro Tocantins que até então incomodava-se com

---

<sup>5</sup> Anexo – Figura 03

a ausência de políticas de desenvolvimento para a região. Desta forma, atribuindo-lhe o título de “O Capitão General das Amazonas”, Leandro Tocantins tece palavras de profunda exaltação ao governador do estado do Amazonas:

O governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, que em sentido de coragem cívica sempre a medida do interesse da Nação, proporcionou a imagem de uma águia poderosa e horizontal, pode ser de alguma maneira, o símbolo, a identidade, que mais se adensam na alma da nacionalidade. Arthur Reis era um nacionalista claro, consciente, não estreito, tinha espírito universal, e, assim na defesa dos interesses nacionais ele sabia luzir a flama, alçar o objetivo que redime a graça de ser brasileiro, porém, chega a hora de revelar esse prólogo de maioria feliz, que eu início com o título “O Capitão General de todas as Amazonas”, sim, não é só um título, é uma vocação, uma rajada missionária em que a verdade é a aurora da nação – da Amazônia [...] sinal signo de um alto destino para a região, para o Brasil<sup>6</sup>.

Leandro Tocantins impressionava-se com o talento de Arthur Cezar Ferreira Reis enaltecendo em seus discursos e até mesmo em suas obras a competência e a sensibilidade deste intelectual e político pelas coisas da nação e da região. Deste modo, resalto por meio das correspondências entre esses dois personagens a cumplicidade na produção intelectual e nos ideais políticos para a Amazônia.

Li o seu livro. Muito obrigado pelas referências a meu governo.  
Você iniciou [...]  
Meus aplausos pela iniciativa e pela [...] tão feliz.  
Mais uma vez, os meus agradecimentos<sup>7</sup>.

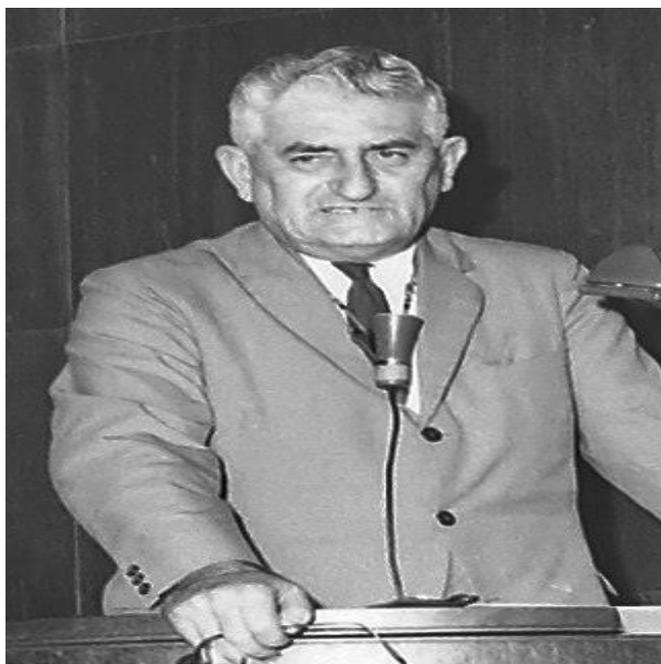
Postura semelhante era praticada por intelectuais do início do século XX que exaltavam figuras ligadas às oligarquias brasileiras tal como Leandro Tocantins fazia com Arthur Cezar Ferreira Reis. Em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil* (1979), Miceli aponta que este trabalho de celebração das oligarquias se concretizava através de toda uma série de rubricas, comentários políticos, notas apologéticas e biográficas sobre as grandes figuras da oligarquia, “artigos de fundo”, “tópicos”, “ecos”, e os editoriais. O cargo de editorialista era muito desejado e, para muitos escritores, constituía uma ponte

---

<sup>6</sup> Trecho encontrado nos cadernos manuscritos de Leandro Tocantins. Este caderno traz como título “Caderno de Redação – o alcance da vida”. (Anexo – Figura 04)

<sup>7</sup> Carta que Arthur Cezar Ferreira Reis enviou para Leandro Tocantins em 19 de abril de 1978. A correspondência tinha a logomarca do Ministério de Educação e Cultura - Conselho Federal de Cultura. Esta carta pertence ao espaço Leandro Tocantins na Biblioteca Floresta. Não nos foi permitido o registro fotográfico nem digitalizado da mesma.

para iniciar a carreira política. Os escritores engajados nessas tarefas viam-se coagidos, de forma sutil, a se identificar com os interesses políticos do jornal para o qual trabalhavam; o êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia lhe trazer salários melhores, lucros burocráticos e favores diversos.



**Figura 3** - ArthurCezarFerreiraReis.Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Artur\\_governador\\_do\\_Amazonas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_governador_do_Amazonas)> acesso em: 28/06/2019.

A amizade, a afinidade intelectual e a sensibilidade pelas coisas da Amazônia entre Leandro Tocantins e Arthur Cezar rendeu a Tocantins a possibilidade de construir uma rede de relações sociais e várias oportunidades de inserção aos campos intelectuais e políticos aos quais Arthur Cezar já estava legitimado. Desta rede de relações surge o convite para representar o Governo do Amazonas no Rio de Janeiro tal como relata em seu caderno de redação no manuscrito que traz como título *Limiar de Apenas Conhecimento de um Governo de Grandes Extensões*:

[...] O presidente Castelo Branco [grifo nosso] destinou um avião especial para levar o governador e sua comitiva para Manaus. Foguetes, palmas, cânticos patriotas saudaram o governador no aeroporto. A assembleia já o tinha eleito, ele tomou posse, a noite fomos dar a pé uma volta por ali por perto, tudo escuro, o apagão antecipara-se ao apagão de Fernando Henrique Cardoso, caminhávamos com lanternas de pilha, não havia usina em funcionamento, a cidade vivia equilibrada em seus espaços, os jornais no dia seguinte publicavam “o Secretário do Governador dirigiu-se a residência governamental”. Eu falei ao

governador: “a imprensa já está dando palpites, até o meu nome aparece!” Arthur Reis discorda: “Não, não é palpite você já é o representante do Governo do Amazonas no Rio de Janeiro, e agora mesmo vamos iniciar os trabalhos [...]”<sup>8</sup>.

Sem sombra de dúvida a sensibilidade e inquietação pelas coisas da Amazônia foi um fator de aproximação entre Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis, mas na trajetória deste intelectual paraense os indícios de notoriedade deram-se após a publicação de um livro aos vinte e oito anos de idade depois de cursar a faculdade de Direito, no Rio de Janeiro. Tocantins iniciou sua trajetória de escritor produzindo artigos sobre temas amazônicos no jornal *A Manhã* publicando logo a seguir sua obra *O Rio Comanda a Vida*, lançada pela primeira vez em 1952. Em seu caderno de redação, relembra o início desta trajetória no texto intitulado “*O cerne da Alma faz o primeiro encontro com José Américo*”.

Vim com a família para o Rio de Janeiro e de mudança, podia repetir aquela canção puro fruto da bondade, e até com seus vieses sociológicos:

“Tomei em Ita no Norte\ pra vir no Rio morar\ adeus! Meu pai, minha mãe\ adeus Belém do Pará”.

Era assim, meu pai queria que o filho caçula viesse estudar no Rio de Janeiro, e para isso, teria de fazer o vestibular para Direito, a família toda depois reunir-se-ia na Granja de Tribobo (município de São Gonçalo). Tribobo ficando famoso com o poema de Manuel Bandeira, um casarão de Alvenaria, belo, todo avarandado, onde (já disse nestas páginas) escrevi o primeiro livro *O Rio Comanda a Vida*<sup>9</sup>.

Foi, portanto, neste cenário que suas inquietações espirituais, unidas a um arcabouço teórico que cultivava com sagacidade, fez com que Leandro Tocantins construísse um pensamento, uma interpretação sobre o Brasil, especialmente sobre a Amazônia dando-lhe subsídios para a produção de *O Rio Comanda a Vida*. Evidenciando que as ideias, assim como a obra de um autor, mostram não ser uniformes, pois são historicamente formadas e registram de algum modo o processo social a que deve a sua existência (SCHWARZ, 2000, p. 31).

Ao explicar sobre a cultura e a sociedade amazônica, em *O Rio Comanda a Vida*, Tocantins comprova que seu discurso impresso nesta obra não se trata de um produto,

---

<sup>8</sup> Anexo – Figura 05

<sup>9</sup> Anexo – Figura 06

uma coisa ou um bem, mas sim um ato (FOUCALT, 1992). Por isso, a intencionalidade das ideias impressas não só nesta, mas em todas as obras de Tocantins reflete uma tentativa de revelar ao Brasil e a Amazônia a necessidade de se conhecer intimamente sua cultura e sociedade. Por outro lado, no lançamento da primeira edição desta obra Tocantins afirma, ainda no texto “*O cerne da Alma faz o primeiro encontro com José Américo*”, que o Rio Comanda a Vida não obteve uma plena recepção no campo literário.

Quando saiu *O Rio Comanda a Vida* um dos primeiros exemplares foi destinado a José Américo de Almeida [...]. Posso revelar que José Américo de Almeida foi o primeiro a aplaudir o meu estilo, que embora retratasse de história, de sociologia, de ecologia, de antropologia, afastava-se inteiramente do rigor da linguagem dos historiadores factuais, dos modelos historiográficos tradicionais. Alguns críticos apareceram, como é possível compor um livro de função histórica apresentando páginas essencialmente literárias e arranjos poéticos e líricos? A começar pelo título, mais próprio para um romance – foram assim as críticas embora ressaltassem certos valores no livro: despojá-lo de tanta arte literária será um bom trabalho do autor, porém eu não desanimava. O fato literário nasceu assim, assim permanecerá, era o resolvido por mim. [...] <sup>10</sup>

Mesmo não tendo se aliado a nenhum movimento literário, Tocantins desenvolveu seu pensamento sobre a Amazônia à luz das ideias modernistas do Sul e do regionalismo do Nordeste, correntes que foram fundamentais em sua formação intelectual. Em contato com a literatura nacional e internacional, este autor pensou e escreveu regionalmente, defendendo o nacional através do regional. E este posicionamento, manifestou através de uma auto afirmação da região através da preservação dos aspectos da tradição cultural articulando, posteriormente, à cooperação em torno dos projetos de construção e desenvolvimento da nação.

Portanto, a obra *O Rio Comanda a Vida* marcou Leandro Tocantins como um estudioso e pesquisador da história social da vida amazônica, vindo também marcar a mudança de sua trajetória, de uma carreira jurídica a uma carreira direcionada à pesquisa e à administração pública junto ao aparelho do Estado, pois foi o elemento de aproximação ao intelectual e político Arthur Cézár Ferreira Reis, ao comungarem da tentativa de revelar à nação os aspectos da sociedade Amazônica.

Apesar de que em sua trajetória não se decidiu nem por uma carreira no campo jurídico nem no campo da política, como profissional da política, devido seu entusiasmo

---

<sup>10</sup> Anexo – Figura 07

pelos assuntos da região e a sua capacidade intelectual, desempenhou primeiramente um papel de “conselheiro” ao assumir o cargo de assistente do professor Arthur Cézár Ferreira Reis, no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)<sup>11</sup>, e mais tarde a função de Representante do Governo do Amazonas no Rio de Janeiro, quando Arthur Cezar exerceu o governo do Amazonas nos anos de 1964 até 1967.

Essas funções colocaram Leandro Tocantins em uma posição estratégica entre os debates do governo estadual e federal, nos anos cinquenta e sessenta, mas sua inquietação pela escrita sociológica e pelas fontes históricas não desapareceu após a aproximação das atividades ligadas ao aparelho do Estado. A escolha de sua vida era ser escritor<sup>12</sup> e a busca constante pelas fontes primárias motivava Leandro Tocantins, tal como descreve em um de seus cadernos de anotações:

Ocorreu o retorno [...] a minha terra Natal, Belém do Pará, na missão de assessoramento do professor Arthur Cézár, nomeado primeiro superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Foi a oportunidade para frequentar a Biblioteca e Arquivo Público do Pará, onde se encontra riquíssima história amazônica. Os manuscritos abriram-me ideias empolgantes. Percebi que o material coletado podia vim ao projeto que vinha acalentando: o de fazer uma abordagem, uma interpretação da Amazônia dentro do binômio História-Ecologia, ou seja tentar a relação das bases ecológicas na sociedade amazônica<sup>13</sup>.

Por já estar participando dos debates em torno da relação existente entre a região e a Nação e ao analisar as muitas fontes históricas em Belém do Pará chegou a conclusão de que a Amazônia deveria ser analisada por meio dos processos de inter-relações e interdependência entre o homem e a natureza. Para Tocantins foi exatamente esta relação que fez nascer a cultura amazônica a qual tomada no sentido mais amplo da sociologia e

---

<sup>11</sup> Arthur Cezar Ferreira Reis foi nomeado primeiro presidente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, entre os anos de 1953 até 1956.

<sup>12</sup> De certo que a amizade de Leandro Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis foi sustentada por meio de uma profunda afinidade existente entre os dois. A aproximação foi inevitável, pois esta afinidade foi reconhecida por Arthur Cezar, que percebeu que Leandro Tocantins tratava-se de um indivíduo que compartilhava da mesma sensibilidade pelas coisas da Amazônia e pela divulgação da importância dos valores desta região no processo de construção da Nação. Arthur Cezar, já legitimado no campo intelectual e em vias de ingressar no campo político brasileiro capta para perto de si o talento de Leandro Tocantins. Todavia, suas posições no campo literário e político tomaram direções opostas quando Leandro deixa registrado em seus cadernos diários, em livros e por meio da testemunha de familiares, que sua escolha de vida era ser escritor.

<sup>13</sup> Manuscritos do caderno de anotações de Leandro Tocantins. O caderno traz como endereço a cidade do Rio de Janeiro em Julho de 1989. Alguns escritos deste caderno estão presentes no livro “Amazônia: natureza, homem e tempo.” (Anexo – Figura 08).

da antropologia, é vista pelo autor como originária da vida em associação, que concorreu para uma potencialidade total do grupo social.

Com isso, Tocantins passa a defender a ideia de que é necessário se construir e se manter instituições e métodos de desenvolvimento associados à realidade nacional e aos espaços culturais regionais, ou seja, é necessário ir às raízes culturais do próprio povo e sentir o processo de seu desenvolvimento histórico, seja na arte, na política, na literatura, na ciência, na tecnologia, enfim, em todos os setores da vida, para que se possa atingir um equilíbrio entre as tendências reveladas ao longo da história e o sentido modernizante que o tempo pede.

Assim, Tocantins tornou-se um grande incentivador do desenvolvimento cultural e intelectual amazônico e da divulgação desta cultura para torná-la conhecida por outros povos. Sua posição era contra a cópia, a qualquer custo, das tendências e modelos desvinculados da realidade regional, seja na política, na economia e no próprio modo de viver e de se desenvolver da sociedade amazônica.

Por estar trabalhando na assessoria da ação de desenvolvimento social e econômico da Amazônia, em Belém, Tocantins teve a oportunidade de ampliar sua experiência cultural nos Estados Unidos da América, onde durante seis meses cumpriu um estágio e pode conhecer e analisar programas de desenvolvimento regional na Universidade de Vandelbilt no Tennessee. Tal como descreve em seu caderno de anotações datado de 1989.

[...] participei de um curso versátil sobre problemas de valorização de áreas regionais. [...] ouvi muita coisa interessante sobre as ideias e trabalhos dos ecologistas de Chicago, talvez os pioneiros mais expressivos dos estudos da Ecologia Humana.

Quando retornei a Belém do Pará vim entusiasmado para fazer alguns retoques nos originais de *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo* e publicá-lo, o que ocorreu no Rio de Janeiro em 1960<sup>14</sup>.

Para consolidar esse projeto, contou com a sua própria desenvoltura na pesquisa histórica e as suas lembranças da infância na Amazônia. Era um pesquisador que ousava na busca pelas fontes primárias e sua volta a Belém é marcada pelo exame às fontes que lhe levaram à gênese cultural da região.

---

<sup>14</sup> Leandro Tocantins escreveu *Amazônia: natureza, homem e tempo* em Belém, para onde regressara acompanhando, como assessor, Arthur Reis. Este livro veio em seguida ao *Rio Comanda a Vida* e constituiu-se o pioneiro na literatura amazônica na simbiose história-ecologia. (Anexo – Figura 09)

A inquietação por essa gênese cultural da região estava impressa nas lembranças da infância no seringal da família, no Acre, e nas lembranças da adolescência, na cidade natal de Belém do Pará. Deste modo, o seringal, o casarão em Belém, a fazenda da família na Ilha do Marajó constituíram juntamente com a motivação pelas fontes primárias as bases de sua interpretação da Amazônia. A sensibilidade pelos valores regionais fez com que Tocantins trouxesse também uma grande contribuição à história da arquitetura de Belém. Tal como deixa registrado no discurso feito ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro<sup>15</sup>:

Foi somente, quando comecei a dar os primeiros passos no estudo da história, é que li, um trabalho do historiador paraense, Ernesto Cruz, que a beleza arquitetônica da maioria dos templos católicos de Belém devia-se ao arquiteto Antonio José Landi, um italiano do século XVIII, que os portugueses trouxeram à Amazônia mas, pouco ou quase nada se conhecia sobre essa personalidade extraordinária, que marcaria o esforço mais setentrional da arte brasileira. Nem as leituras de arte, publicadas até então no Brasil se ocupavam de Antonio José Landi e seu notável complexo artístico em Belém. Mas o vivo interesse em conhecer melhor a vida e a personalidade de Antonio José Landi conduziu-me a Itália, no ano de 1963, graças a uma bolsa de estudos concedida pelo governo italiano.

Leandro Tocantins se deslocou até a cidade de Bolonha ávido de uma inquietação por dados a respeito do arquiteto responsável pelo misterioso perfeccionismo estético da arquitetura paraense do século XVIII. Landi foi uma espécie de Aleijadinho na Amazônia e a sua obra marcou a percepção de mundo de Leandro Tocantins ainda na infância, quando sua família retorna a Belém após onze anos morando no Acre.

Dirigir-me a Bolonha, cidade de seu nascimento e de suas primeiras atividades artísticas em seu país. Logo, a 30 de setembro de 1963, descobríamos na Igreja de São Pedro, a certidão de nascimento do artista. Até então a data era desconhecida, alguns citavam em 1708, porém o livro do Battismo Parrochiale, da Igreja, veio estabelecer a verdade histórica. O pároco Dom Mário Gledini, espantou-se com a presença de um brasileiro propondo a pesquisa em livros antigos e empoeirados no alto de uma estante, o batismo de uma pessoa da qual ele jamais ouviu falar. Lembro-me de seus olhos profundamente azuis que estampavam dúvida e surpresa. Enfim, depois de ler os registros,

---

<sup>15</sup> Discurso preparado para ser proferido em assembleia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Os manuscritos deste discurso encontram-se nos cadernos de anotações de Leandro Tocantins. [s\d] (Anexo – Figura 10)

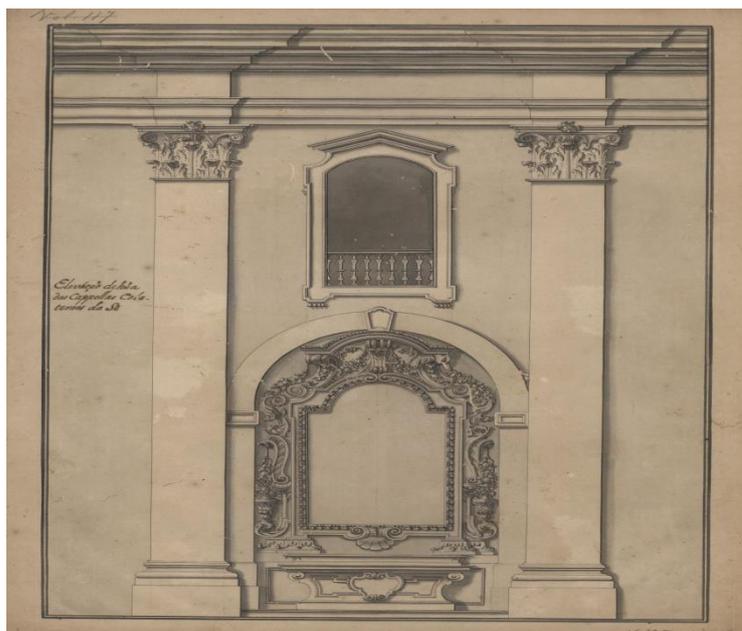
desde 1708, encontramos a anotação de Antonio Giuseppe Landi, quarto filho de uma prole de nove, todos homens, filho de Antônio Landi, médico e de D. Antonia Maria Tereza Gugllial, nascido a 29 de 1713, batizado, no dia seguinte, na Igreja de São Pedro, Catedral de Bolonha. D. Mario Gledini forneceu-me a certidão de seu nascimento e cópia fotográfica dos assentamentos do livro do Battismo Parrochiale, documento que está reproduzido no nº 1 da revista Cultura, do Conselho Federal de Cultura, ano [...] nº [...].<sup>16</sup>

De fato, as inquietações de Leandro Tocantins pelos valores amazônicos aliados aos campos de possibilidades que lhe era conferido fizeram com que este intelectual pudesse trazer contribuições à divulgação da história e da cultura amazônica, tal como o levantamento de dados sobre este grande arquiteto na Amazônia. Antes de Leandro Tocantins pouco se sabia no Brasil sobre Antonio Landi, sabia-se apenas que ele era um arquiteto italiano que veio para a Amazônia a mando do Rei de Portugal, mas sem muita propriedade da trajetória deste italiano que passou por Portugal e chegou até o Grão Pará, a serviço da coroa portuguesa. Leandro Tocantins foi em busca destas informações na Europa, trazendo consigo a identidade de Antonio José Landi e admiração pelo trabalho feito pela colonização portuguesa cristalizada através das obras deste arquiteto.

No livro *Vida, Cultura e Ação*, Tocantins escreve sobre este personagem que construiu arquitetonicamente a paisagem de Belém. Esta Belém dos anos de 1940 fixou na alma do escritor amazônico, ainda na sua adolescência, a imaginação histórica e sociológica dos valores culturais amazônicos impressos também na arquitetura dos grandes prédios públicos de origem portuguesa construídos na Amazônia paraense por meio da técnica do Neopalladianismo mesclados por um Barroco bastante depurado, trazidos por Antônio José Landi da Europa.

---

<sup>16</sup> Trecho retirado do discurso preparado para ser proferido em assembleia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Os manuscritos deste discurso encontram-se nos cadernos de anotações de Leandro Tocantins, porém sem data, e o trecho onde fala sobre a produção da Revista do Conselho Federal de Cultura encontrava-se incompleto. (Anexo – Figura 11)



**Figura 4** - Planta da igreja da Sé no Pará [Iconográfico]: Guarda vento da Sê do Grão Pará, projetado por Antonio José Landi. [Ano 17--]. Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional

### 2.3. A influência de Gilberto Freyre e a amazonotropologia de Leandro Tocantins

Leandro Tocantins também compartilhou com grandes nomes da intelectualidade brasileira, tais como Gilberto Freyre, certa admiração pelo caráter do português e os valores erigidos a partir do seu projeto colonizador. Acreditava que a construção da cultura amazônica devia-se, além da relação que o índio mantinha com a natureza, também ao comportamento do português colonizador juntamente com o religioso missionário, que não se teriam comportado na Amazônia de modo a exterminar a cultura indígena e a impor imperialmente a sua, tal como teriam feito os espanhóis em outros países da América Latina ou os ingleses na América do Norte, mas sim, relacionaram-se com o indígena na tentativa de aprender com estes como lidar com o meio ambiente local.

O colonizador português encontrou na Amazônia meios e modos de caboclar-se através da vivência com o meio e da absorção dos vários costumes da região como resultado da sua capacidade de mesclar-se cultural e etnicamente. E isso foi um dos motivos que ressaltou a importância dada tanto por Gilberto Freyre quanto por Leandro Tocantins à participação do português no processo de formação da cultura brasileira, visto que o português não apenas impôs sua cultura em detrimento da local, mas sim deteve-se primeiramente ao conhecimento, para um melhor aproveitamento da região através da aproximação ao índio.

Como se pode ver, os aspectos culturais do Nordeste e do Norte são vistos por estes dois autores como frutos da adaptação do português ao meio físico tropical. Suas visões se justificam na mobilidade, miscibilidade e na aclimatabilidade com que os portugueses se apresentaram diante dos trópicos, permitindo uma formação social híbrida que ao mesmo tempo conseguiu equilibrar os antagonismos de raça e cultura com os do meio físico (RIBEIRO, 2010, p. 16).

Sob este aspecto, sabe-se também que por trás dessa mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade dos portugueses, houveram acontecimentos que não poderiam ser negligenciados em seu processo de colonização, tais como a morte de muitos indígenas, tanto por meio dos conflitos durante o choque das culturas, quanto pelas doenças trazidas pelo europeu, como a gripe e a sífilis.

Mesmo tendo a colonização portuguesa no Brasil apresentado inúmeras falhas, estas não foram, porém, suficientes para retirar o mérito luso, dado por autores como Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Arthur Cezar Ferreira Reis, dentre outros que aplaudiram tanto o caráter do colonizador, responsável pelo aspecto multirracial dos trópicos, quanto o tipo de colonização realizada pelos portugueses no Brasil e na Amazônia. Neste sentido,

Foram os portugueses o único povo europeu que dominou a região e fez valer suas constantes culturais, através de seus colonos, de seus homens de Estado, das ordens religiosas. Apesar dos sessenta anos de unificação das coroas ibéricas, sob o domínio da Espanha filípica, nada aconteceu no extremo-norte brasileiro, erigido em Estado do Maranhão e Grão Pará por Filipe IV da Espanha e III de Portugal, que pudesse perturbar o mínimo êsse tranquilo e permanente domínio étnico – cultural, associado aos grupos indígenas. Do que resultou a miscigenação biológica e a interpenetração cultural que têm sólida permanência na sociedade amazônica (TOCANTINS, 1969, p. 41).

Sob este aspecto, Tocantins enfatiza que os processos culturais da sociedade amazônica não estão e nunca estiveram estagnados, pelo contrário, sempre apresentaram aspectos dinâmicos nas relações entre culturas, sempre se movimentando em harmonia com as constantes naturais. Fato este que sustentou sua ideia de que na elaboração de qualquer programa ou plano de desenvolvimento para modernizar a Amazônia se faz necessário considerar também os elementos históricos que fundamentaram a cultura da região, frutos da relação entre o homem – português colonizador e o indígena – e a natureza.

Suas ideias e percepções, sobre a influência lusa na formação do complexo cultural amazônico rendeu a Leandro Tocantins a possibilidade de desenvolver vários projetos culturais que fizeram com que este intelectual fosse ganhando notoriedade até ser convidado pelo Itamaraty, nos anos de 1960, por intermédio do Embaixador Donatello Grieco, chefe do departamento cultural, para proferir uma conferência em Angola como um representante da intelectualidade brasileira capaz de falar sobre a amizade de Portugal com o Brasil na ocasião da visita da Esquadra das Marinhas brasileira e portuguesas em Angola.

O embaixador declarou: “Conheço bem você e o valioso concurso que tem dado ao Itamaraty em alguns países estrangeiros, seus pronunciamentos culturais são muito apreciados, veja – continuou o Embaixador – a sua missão em Angola é afastar qualquer ideia de uma visita naval com objetivos políticos, é simplesmente a velha amizade histórica que nos une a Portugal, ninguém melhor que você, amigo indiscutível de Portugal, grande historiador para cumprir a missão”. [...] da aproximação e da amizade, sem nenhum compromisso político, alegrei-me com o convite<sup>17</sup>.

Este episódio foi retratado na época como uma satisfação aos alvos da política de Portugal Salazarista. A visita da esquadra brasileira em Angola serviria somente para satisfazer os alvos da política de Portugal. Era um gesto puramente formal, sem compromisso nenhum exceto para os mandatários portugueses que desejavam auferir vantagens políticas dessa visita, pois sabe-se que Portugal lutava contra os desejos de Angola em conseguir independência política como de fato mais tarde veio a conseguir.

Destarte, a visita da marinha do Brasil e uma conferência feita por um intelectual brasileiro estava sendo considerado pelo Estado Luso, numa escala de amizade, um apoio à permanência da soberania portuguesa em Angola. Todavia, Leandro Tocantins instiga em suas anotações sobre este acontecimento, tal como se pode ver no Manuscrito intitulado “*Apreciação Distorcida sobre letras culturais*”. Caderno de Redação – *O alcance da vida*: “nós fomos colônias de Portugal e nos tornamos independentes, como agora podemos apoiar o contrário?”.

Leandro Tocantins foi escolhido para essa missão em Angola por já estar sendo laureado como um historiador preocupado e amigo da cultura Lusa e por ser caracterizado pela simpatia e neutralidade brasileira. O seu discurso pronunciado nesta solenidade se

---

<sup>17</sup> Manuscrito intitulado “*Apreciação Distorcida sobre letras culturais*”. Essas anotações se encontram no caderno intitulado por Leandro Tocantins de “*Caderno de Redação – O alcance da vida*”. Neste mesmo material encontrei também escrito na capa a anotação “Senado (edições livros)”. (Anexo – Figura 12)

encontra em seu livro *Vida, Cultura e Ação*. Todavia, o interessante é que tal discurso acabou por receber críticas devido Leandro Tocantins valorizar em sua fala a presença do negro em Angola e no Brasil.

[...] um alto funcionário português, servindo no governo colonial de Angola, falou-me, com educação: “Vossa excelência, sinto dizer-lhe, vai ter problema em Lisboa com esta sua conferência, que valoriza por demais a presença do negro em Angola e no Brasil!” Com espanto, respondi: somente repeti a história e nada mais! E quando cheguei a Lisboa [...] logo telefonei ao adido cultural, meu amigo Odylo Costa Filho: “estou procurando por você desde cedo, pode vir agora à Embaixada? Na mesma hora dirigi-me a embaixada brasileira e, Odylo Costa Filho fez-me o obscuro relato: “O embaixador recebeu uma nota verbal do Ministro do Exterior, Franco Nogueira, em que estranha os termos de sua conferência em Angola, ele considera inoportuno o tratamento dado ao elemento negro, neste momento em que Portugal sustenta seus direitos de conservar Angola e Moçambique na esfera portuguesa”, e o embaixador replicou: “Ouvi a conferência e aplaudi, não percebo nota desabonadora a Portugal, ao contrário, Portugal, sua expressão colonizadora no Brasil foi bem ressaltada como benéfica e nenhuma alusão aos problemas atuais de política Portuguesa. Devo esclarecer que o escritor Leandro Tocantins tem o apoio integral da embaixada”, confesso a minha profunda decepção ao saber que um Ministro de Estado de um país irmão e amigo, chegasse a tal grau de apreciação política, e Odylo Costa Filho, tirou uma cópia de minha conferência para encaminhá-la ao ministro Franco Nogueira, então, depois soube que o Embaixador Carlos Silvestre de Ouro Preto, ao entregar o documento, leu a respeito de praxe à nota verbal de Franco Nogueira, segundo Odylo Costa Filho, o embaixador elogiou a conferência, na qual nada existia de desagradável para Portugal, reiterando o apoio da embaixada a você” [...] natural que eu ficasse aliviado de uma pressão moral por lamentável erro de interpretação, que jamais poderia ter cometido, entretanto um amigo português posicionando-se ao meu lado, fez-me essa confiança: “Nós portugueses consideramos Franco Nogueira mais reacionário que Salazar, e nós sabíamos que ele desejava utilizar a visita amistosa da esquadra brasileira a Angola como ato de apoio à política do colonialismo no Continente Africano, de certo queria uma conferência sua que indicasse a solidariedade do Brasil ao próprio governo Salazarista na África, e chega a hora de elucidar: Minha conferência foi baseada em Gilberto Freyre, Jayme Cortezão, Salvador Correa de Sá e Benavides, Padre Antônio Vieira, Silva Rego, [...] e outros tantas personalidades, todas de grande afeto a Portugal<sup>18</sup>.

Leandro Tocantins defende seus argumentos evidenciando as bases teóricas que sustentam sua interpretação sobre a relação cultural entre Portugal, Angola e Brasil. No

---

<sup>18</sup> Manuscrito “Apreciação Distorcida sobre letras culturais”. Caderno de Redação – O alcance da vida. (Anexo – Figura 13)

entanto, destaco que na interpretação sobre a relação entre as culturas européias, negra e indígena é inegável a recepção deste intelectual pelas ideias de Gilberto Freyre, intelectual de pensamento expressivo no cenário cultural brasileiro entre as décadas de 1920 e 1940, sua obra revelou profunda influência na formação intelectual de Leandro Tocantins.



**Figura 5** - Gilberto Freyre. Fonte: < <https://fichasmarra.wordpress.com/2011/11/01/o-brasil-negro-reavaliando-gilberto-freyre-patriarcalismo>> acesso em:28\06\2019.

Segundo Odenei de Souza Ribeiro (2015), Gilberto Freyre foi um dos autores que imprimiu no espírito de Leandro Tocantins marcas indeléveis. Ao elaborar uma síntese articulando a cultura, a identidade nacional e o Estado em uma narrativa na qual as contribuições negras, ameríndia e branca se fundem em solo tropical para criar uma nova civilização, distinta daquelas que se organizam nas zonas temperadas, influenciou jovens intelectuais, tais como Tocantins, que absorveu em sua formação teórica as bases do regionalismo e no método genético e ecológico aplicado por Freyre em suas obras.

Como já afirmamos, a relação fundamentada no diálogo histórico-crítico e na afinidade de ideias políticas entre Leandro Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis possibilitou a Leandro Tocantins inserir-se nos campos aos quais Arthur Reis já se encontrava laureado. Essa amizade rendeu-lhe também a aproximação com grandes nomes da intelectualidade brasileira tal como Gilberto Freyre, tendo em vista que Freyre mantinha uma longa correspondência com esses autores tanto no campo intelectual como no campo do poder.

Leandro Tocantins e Gilberto Freyre mantiveram laços de aproximação intelectual que ultrapassavam a concordância teórica. Nas correspondências encontradas entre os dois foi possível verificar também uma parceria na busca por arquivos e na prova documental, tipo de atividade que aguçava o espírito investigativo de Leandro Tocantins.

1

[Carta datilografada em uma página]

*Recife, 14 de setembro de 1965<sup>19</sup>*

*Caro amigo Leandro:*

*Fiquei contentíssimo com seu telegrama agora recebido referente a obra sobre o forte de Coimbra. Já estava um tanto desanimado sobre o assunto. Tudo é difícil no Brasil. E que informação conseguiu sobre a afirmativa do Vigílio de ter Cáceres transportado por água e através do mato os canhões para o Forte Príncipe da Beira? Que águas? Sobre que tipo de canoas? Em que documentos se apoia a afirmativa?*

*Veja o que me consegue a esse respeito e sobre outros aspectos da atividade do Cárcere. No arquivo do Pará deve haver material. É claro que eu pagaria remuneração justa e copista idôneo, por cópias de documentos bem selecionados. Veja se interessa o nosso capitão general Reis no assunto. É causa digna do esforço de todos nós.*

*Comprimentos nossos a família e um abraço*

*Gilberto Freyre*

Neste sentido, observo a cordialidade e a intimidade existente entre Gilberto Freyre, Leandro Tocantins e Arthur Reis as quais dizem muito sobre o campo das relações dos intelectuais. O resultado desta relação, além das cartas, dos elogios foi também a parceria no uso da lusotropicalologia, criada por Freyre, nos estudos e análises dos assuntos da Amazônia. No entanto, para se compreender o uso da lusotropicalologia na Amazônia, por parte destes intelectuais, recorro a uma breve análise da Tropicologia de Gilberto Freyre.

Alessandro Candéas (2010), em seu estudo sobre a tropicologia de Gilberto Freyre, afirma que as teorias mais conservadoras a respeito do trópico enfatizavam que os países periféricos, tais como o Brasil, seriam incapazes de desenvolver economias industriais, pois suas condições ecológicas e a mistura de raças os condicionariam e subordinariam a

---

<sup>19</sup> Esta carta encontra-se no Espaço Leandro Tocantins, na biblioteca Floresta. Não me foi autorizada a reprodução por meio de imagens.

simples condição de fornecedores de matéria-prima. Todavia, tal contexto acabara por estremecer quando Gilberto Freyre ousa escrever uma história da formação social do Brasil enfatizando o “sucesso” da civilização nacional, a partir da assimilação de aportes africanos, ameríndios e europeus no ambiente dos trópicos. Deste modo, inicia sua jornada concentrando-se na busca pela identidade nacional, partindo da história da formação social do Brasil, marcada pela mestiçagem e pela formação cultural e social híbrida, que foram as bases de suas obras *Casa grande e senzala* (2003) e *Sobrados e mucambos* (1999).

Sua inquietação era com a ameaça à destruição do patrimônio cultural resultado dessa mistura de raças e da herança ibérica – elementos considerados causadores do atraso nacional - o que o fez reagir com a sua melhor arma: a construção de uma mentalidade científica sintetizada no termo tropicologia. Todavia, a necessidade de defender sua cultura foi motivada também pelo avanço do nazismo na Europa, pois, segundo ele, os verdadeiros conflitos não se davam na esfera das nações ou Estados, mas entre as culturas. Com isso, apregoou que Brasil e Portugal tinham o dever de proteger a herança da civilização lusotropical contra os imperialismos etnocêntricos. Neste contexto, suas reflexões eram claramente fixadas para o futuro, onde buscou afirmar o potencial dos povos tropicais e não somente os lusófonos (CANDEAS, 2010).

Diante da defesa da identidade lusotropical, visto que enxergava o português como o único que se propôs a confraternizar-se com os povos do trópico, Freyre buscou estabelecer um novo conceito de tropicalismo criando a noção de lusotropicalismo, nascida da experiência ibérica no Brasil. Todavia, a necessidade de inserir neste novo conceito um caráter científico – saído da sistematização de estudos históricos, antropológicos, sociológicos e ecológicos – incentivou Freyre a evoluir do lusotropicalismo em direção à lusotropologia.

Élide Rugai Bastos (1986), interpreta a lusotropologia de Freyre como uma proposta, um saber novo marcado pelo ecletismo – na definição do objeto, do universo analítico, do campo de ação, da utilidade das teorias – um novo ramo das ciências sociais. Mais ainda, acredita ser uma proposta de união da sociologia e da antropologia que, dadas as características específicas da sociedade brasileira, seriam as únicas capazes de compreender o Brasil, tomando como base os traços de plasticidade, mobilidade e adaptabilidade do português, o que poderá auxiliar significativamente nas definições de políticas de ações.

Em resumo, a função do lusotropicalismo era a descrição e a explicação. Já a função da lusotropicalologia é a de aplicar a ciência ao planejamento político, econômico, social e ecológico do Brasil. Entretanto, Candeas (2010) afirma que sob o intuito de libertar a lusotropicalologia da associação com o imperialismo salazarista, devido às guerras da independência na África do domínio português, Gilberto Freyre acabou por dar-se conta da necessidade de se desvencilhar da ideologia imperialista portuguesa, substituindo em 1961, na conferência “Homem, cultura e trópico”, o termo lusotropicalologia por tropicalologia, caracterizando esta ciência como a sistematização de estudos sobre o homem no trópico.

No norte do Brasil, um grupo de intelectuais se inspiraram na lusotropicalologia de Gilberto Freyre, no seu regionalismo e no método genético-ecológico. Dentre esses autores Leandro Tocantins e Arhutr César como leitores e amigos de Freyre ganham destaque. Mas existem distinções na forma com que Arthur e Leandro usam essas metodologias nas ideias que formaram sobre a Amazônia.

Precursor do lusotropicalismo na Amazônia, Ferreira Reis recorreu ao passado histórico do papel do português no mundo tropical, para entender que tipo de sociedade se desenvolveu nesta região. Sob esta perspectiva, concluiu que a própria experiência dos homens que viveram e se realizaram na Amazônia, demonstra que a região como trópico pode ser conquistada e transformada. Mas para que isso ocorra definitivamente aponta a necessidade de conhecê-la e *possuí-la* mais densamente. Neste sentido, ressalta a importância de:

[...] se proceder, portanto, a fim de que se torne efetiva e realista a ocupação da Amazônia, a um inventário da Amazônia brasileira, revelando-a, na sua realidade, como mundo tropical e empório de matérias primas, região cuja integração representa em nosso entender grande operação geo-política do futuro, importando na maturidade brasileira. A estratégia a ser adotada, a qual deve ser esquadrinhada e realizada por nós próprios, brasileiros, e sob nossa orientação e decisão conquanto aceitemos aqueles que conosco venham colaborar, naquelas condições, e com intenções nítidas de cooperação, visando a modificar, através da ciência e da tecnologia, os quadros em que ela se nos apresenta no momento. Os organismos nacionais, de ciência e de pesquisa, devem por consequência, ser aparelhados e assistidos efetivamente pelo governo da União, para desincumbirem-se de tão importante missão (REIS, 1972, p. 17).

Na perspectiva de Arthur Reis sobre a história desta região enfatiza também a luta permanente contra a cobiça internacional, tema que empresta o título a sua obra A

*Amazônia e a cobiça internacional* (1982). Diante da história de fragilidade da soberania do Brasil sobre a Amazônia desde a colônia, divulga neste livro a obstinação do colonizador português em defender a Amazônia, como um exemplo que deveria ser seguido pelos brasileiros para a defesa naquele presente período (segunda metade do século 20).

Para isso, sugere que a melhor forma seria conhecendo e integrando de fato a região à nação através de investimentos em pesquisas que pudessem amparar a região através da ciência e de tecnologias voltadas exclusivamente para a Amazônia. Dessa ideia nasceu, em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) tendo mais tarde como presidente Arthur Cezar Ferreira Reis, então Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

A criação do INPA é consequência direta do fracassado projeto de fundar em Manaus um instituto científico internacional, batizado de Instituto Internacional da Hiléia, coordenado pela UNESCO, que delegaria segundo Arthur Reis, poderes de pesquisas, descobertas e segurança da região amazônica em mãos de estrangeiros, episódio este que alinhava as forças políticas e intelectuais regionais e nacionais em torno de questões como ciência e soberania na fronteira amazônica.

Tocantins também se manifestou contra a execução deste projeto. No prefácio da terceira edição de *O rio comanda a vida* (1968), afirma que o nascimento desta obra, lançada pela primeira vez em 1954, é fruto também do repúdio ao episódio do Instituto Internacional da Hiléia, pois suas primeiras páginas foram escritas quando se iniciou a campanha pela criação deste Instituto que tinha como missão conhecer intimamente o país e a região através de uma cooperação científica entre várias nações.

A obra de Arthur Cezar Ferreira Reis “*A Amazônia e a Cobiça Internacional*” e a de Leandro Tocantins “*O Rio Comanda a Vida*”, como revelações em torno da Amazônia que objetivavam uma maior valorização e compreensão da região por parte da nação, foram consideradas pelo jornal *A Gazeta de São Paulo* como livros gêmeos no ano de 1973, isto porque, além do caráter histórico e sociológico das obras, uma característica comum entre os autores era de estarem numa posição social em luta por um projeto nacional apropriado para tirar a região do atraso sociocultural em que foi inserida historicamente por meio da cultura do extrativismo. Tal como se vê a seguir:

*A Comp. Editora Americana acaba de lançar dois livros gêmeos, ambos reunindo importantes análises e revelações em torno da*

*Amazônia, objetivando a sua valorização e compreensão de uma região [...] o livro “O rio comanda a vida” é irmão gêmeo de “A Amazônia e a cobiça internacional” de Arthur Reis, ambos formando um conjunto de interpretações e análises de um assunto controvertido e apaixonante.*

*Tem razão Gilberto Freyre quando afirma: “Sendo a Amazônia uma região brasileira de interesse nacional, é preciso que seja, cada dia mais, preocupação nacional. Preocupação brasileira. Objeto-sujeito de estudos, de pesquisas, de meditações de brasileiros”. Um conselho a seguir, lendo os dois livros gêmeos: “A Amazônia e a cobiça internacional” de Arthur Cezar Ferreira Reis e “O rio comanda a vida”, de Leandro Tocantins, dois documentários ao vivo<sup>20</sup>.*

Gilberto Freyre e Arthur Cezar Ferreira Reis são dois personagens marcados pelo mesmo intuito de compreender, analisar e interpretar o passado do Brasil em função da capacidade criadora do português em fixar-se e integrar-se nos trópicos. Tocantins também segue aspectos desta corrente, contudo, não o considerarei como mais um lusófilo da Amazônia, que apontava o posicionamento do português durante a colonização como um exemplo a ser seguido pelo povo brasileiro contemporâneo aos ideários de modernização e desenvolvimento. Em Tocantins, a lição que o português colonizador foi capaz de deixar, é justamente a sua capacidade de se relacionar com as populações autóctones e a natureza, compondo os elementos culturais da Amazônia, elementos estes que em sua perspectiva não se apresentam como rígidos no encontro com novos valores, novas formas de pensar e de se apresentar diante dos imperativos que o tempo apresenta.

Tocantins ressalta em suas obras que o poder da modernização conduzirá a Amazônia ao inevitável encontro com novos valores culturais. Esse processo, no entanto, só poderá enriquecer ao invés de anular por completo o patrimônio cultural amazônico se houver a sensibilidade de preservá-lo, através de um verdadeiro reconhecimento da trajetória amazônica, dos quatro séculos de experiências e de provações, rememorando somente os aspectos positivos da colonização brasileira que vislumbrou as relações étnicas entre brancos e índios sob o palco da natureza amazônica.

---

<sup>20</sup> Matéria intitulada “**Amazônia: 2 livros gêmeos**”, jornal A Gazeta de São Paulo, data 3-6-1973.

Portanto, ainda que partam de princípios diferentes, posso sugerir que Reis e Tocantins chegam ao final às mesmas conclusões quanto a real situação da Amazônia perante o resto do Brasil. Região cheia de particularidades que devem ser entendidas como ponto principal para um desenvolvimento pleno e harmônico do país como um todo.

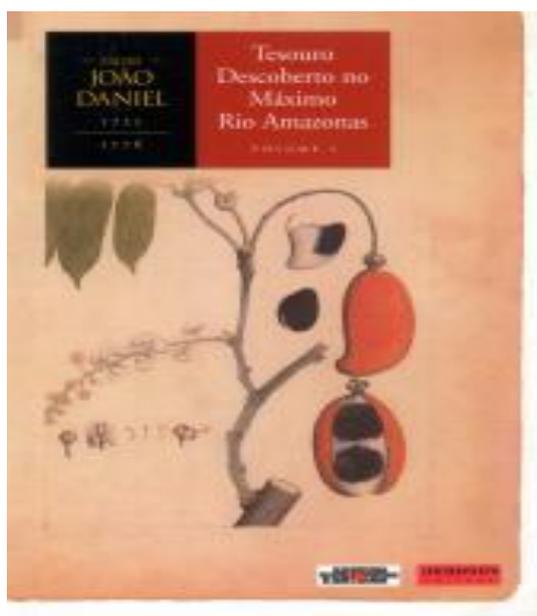
Através de uma escrita clara e interpretação coerente, percebi o quanto Tocantins não se insere no meio de uma intelectualidade presa a velhos tabus, que procurava fazer entender como impossível o progresso dos trópicos, idéias que disseminou também em Angola, país que assim como o Brasil foi colônia de Portugal. Isso, no entanto, me garante dizer que este pensador nunca se mostrou avesso à modernidade e ao desenvolvimento, pelo contrário, quando defende a preservação da cultura amazônica brasileira, dentro das constantes que ecologicamente a condicionaram ou a caracterizam, recomendava também o emprego inteligente daquilo que ele chamava de “vantagens locais”, que se dão através do aproveitamento de uma cultura técnica ou especialização científica fundamentada nos padrões exigidos pelas particularidades do meio físico amazônico, totalmente desvinculada das técnicas importadas, estranhas às necessidades locais. Para esse aproveitamento sugeriu um aprofundamento, uma exata compreensão dos temas tropicais amazônicos, das situações socioculturais e dos problemas do mundo orgânico e inorgânico.

Desta forma, em maio de 1968, em conferência pronunciada na Casa do Estudante do Brasil, local onde aconteciam as primeiras reuniões da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, apresentou publicamente sua ideia pioneira da necessidade de se criar a Amazonotropologia, como um novo campo de estudos destinado a compreender os problemas globais do trópico amazônico, tendo como objetivo aplicar esses conhecimentos em proveito do próprio meio e de acordo com as necessidades regionais.

Apesar de ter sido apresentada à comunidade acadêmica em 1968, posso dizer que sua amazonotropologia já norteava as ideias de Tocantins, quando nas entrelinhas de suas primeiras obras demonstrou os aspectos da cultura amazônica revelando um conjunto de saberes, que indicam o quanto as técnicas locais são adequadas às particularidades da região. Por exemplo, quando mostra em *O rio comanda a vida* (1968) a relação do homem com a dinâmica dos rios, das matas, entre outros, revela o quanto na Amazônia se foi capaz de construir uma identidade e uma cultura perfeitamente adaptada às necessidades locais, e que por isso deveria ser preservada. Em sua concepção, as técnicas amazônicas de viver no trópico úmido deveriam ser aperfeiçoadas dentro dos

aspectos que as fundamentam, tema abordado mais profundamente em *Amazônia, natureza, homem e tempo* (1982).

Por outro lado, a inquietação que norteava Tocantins pela necessidade de estudos apropriados sobre as particularidades locais, denominada por ele de amazonotropologia, já tinha sido anunciada, segundo o próprio autor, direta ou indiretamente por vários outros pesquisadores que apontavam o quanto a utilização de uma única ciência, método, ou tecnologias diferentes das realidades amazônicas em nada seria útil às necessidades regionais. Desta forma Tocantins (1977) destaca em seus trabalhos sobre o padre Jesuíta João Daniel que este já havia assegurado em seu *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, a perfeita utilização dos recursos naturais da Amazônia pelos indígenas e advertido em cartas aos seus compatriotas portugueses que se tratava de uma região extremamente agradável desde que os homens que nela habitem sejam adequáveis as suas peculiaridades.



**Figura 6** - Livro “*Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*” volume I do padre Jesuíta João Daniel. Fonte: < <https://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=113>> acesso em: 30/06/2019.

Tocantins propõe em suas obras a amazonotropologia como um campo de estudos capaz de ordenar e sistematizar os saberes e as experiências oriundas da observação do próprio viver amazônico. Desta forma, afirma que sua amazonotropologia já existia, já era atuante através dos estudos de intelectuais

brasileiros e estrangeiros na biologia, na etnologia, na história, nas ciências sociais, na economia aplicada aos recursos naturais e na literatura e poesia, que retratavam o viver amazônico. Desta forma, em sua concepção, a amazonotropologia já era atuante, porém não sistematizada.

Para isso, sua perspectiva denota a necessidade de ordená-la como ciência e isto só seria possível através da conscientização das pessoas competentes, dos poderes públicos, das instituições culturais para a sistematização dos estudos e experiências que já existiam e as que ainda iriam surgir, de modo com que pudessem proporcionar a ordenação e conclusão necessária para as possíveis soluções aos problemas regionais.

Para Tocantins, os instrumentos para o desenvolvimento desta ciência estavam na própria região. Desta forma, aponta respectivamente os maiores institutos de pesquisas e experimentação da Amazônia, o INPA no Amazonas e o Museu Emílio Goeldi no Pará, e as universidades como capazes de captar em suas investigações científicas todos os valores da natureza e do homem para sistematizá-los e aplicá-los em proveito da própria cultura amazônica.

Segundo Odeni Ribeiro (2010), a amazonotropologia seria um desdobramento da lusotropologia de Gilberto Freyre, porque a metodologia usada por Freyre na interpretação das origens da sociedade brasileira possibilitou uma nova visão da experiência do homem no trópico, o que veio inspirar Tocantins a realizar sua interpretação da Amazônia. Todavia, interpreto a relação entre essas duas ciências somente no que se refere à capacidade de verificação e constatação do modo como o homem, na lusotropologia (português), se adaptou e criou um modo de viver dentro das possibilidades que mais se ajustaram aos trópicos.

Em sua proposta, Tocantins demonstrou estar atento para que a amazonotropologia não viesse a se tornar um amazonocentrismo, visto que não se trata de uma barreira que isole a região do contato ou o diálogo com outras perspectivas. Ao contrário, através do reconhecimento da realidade local ela se propõe a dialogar com outras culturas, técnicas e experimentações, tal como aconteceu na simbiose luso e trópico, ou seja, um processo biossocial de adaptação de valores extra-amazônicos, ou melhor, uma fusão desses valores com os regionais, provando também o caráter interdisciplinar da proposta da amazonotropologia.

Para propor essa interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade amazonotropical sugeri que se começasse partindo da realização de seminários promovidos pelas universidades do Pará e do Amazonas. Neste sentido afirma,

Seminários de Tropicologia Amazônica, à semelhança do que vem fazendo, em relação a uma tropicologia brasileira, a Universidade de Pernambuco, por sua vez inspirada nos famosos seminários Tannenbaun, da Universidade de Columbia. O coordenador desse seminário no Recife, professor Gilberto Freyre, explica-nos: “trata-se de um seminário de composição heterogênea representante de diversas ciências ou de vários saberes, e, também, de diferentes gerações de indivíduos, senão já amadurecidos, já iniciados, nos estudos de suas especializações. Aos estudantes universitários permite-se a participação indireta como aos expectadores com direito a dirigir, no decorrer das reuniões, perguntas ou pedidos de esclarecimentos” [...]. Ao trabalho daquelas instituições científicas regionais deve juntar-se a experiência já vitoriosa no Recife dos Seminários de Tropicologia [...] (TOCANTINS, 1969, p. 48).

Ao referir-se à amazonotropologia como resultado da criatividade regional, sendo possível somente se fossem reunidas, de forma moderna, instituições de estudo, de ciência e de pesquisa presentes na Amazônia, Tocantins chamava a atenção também para a necessidade de mais investimentos do poder público para essas instituições que sempre apresentaram inúmeras dificuldades devido à falta de recursos financeiros, tecnológicos e de intelectuais.

Com isso, apregoava em especial que as universidades na Amazônia não poderiam simplesmente ser fábricas de diplomas academicamente conquistados. Mas sim, serem úteis às necessidades regionais em todas as áreas do conhecimento, produzindo uma gama de especialistas capazes de deter todo tipo de conhecimento a respeito das particularidades amazônicas. “A universidade amazônica precisa adaptar-se às normas técnicas e científicas que possam produzir a verdadeira inter-relação da cultura com o meio. A universidade precisa amazonizar-se” (TOCANTINS, 1969, p. 50).

Ao afirmar que a universidade deveria amazonizar-se estava apontando para a sua necessária integração, não apenas em extensão, mas através de pesquisas, ao meio social e cultural e não isolar-se ao saber essencialmente acadêmico. Isto é, para Tocantins, a universidade deveria entender a dinâmica do viver amazônico sob as bases experimentais, para que pudesse sugerir formas amazonotropicals de desenvolvimento humano.

Por muito tempo, a Amazônia apenas ofereceu ao mundo elementos que a humanidade pudesse usufruir para seu bem-estar, isto é, apenas oferecendo bem-estar aos outros, o que infelizmente ocorre até os dias de hoje. Neste sentido, para Tocantins (1969), é necessário a Amazônia superar este estágio de fornecedora de bens úteis somente aos outros, desta forma seu “Pra frente”, como um termo usado no Brasil para

caracterizar o período de crescimento vivido por meio do milagre econômico no contexto político do período conhecido pelos “anos de chumbo” da ditadura militar, estava relacionado ao desafio amazônico de avançar no tempo cronológico sem, porém, sobrepujar o tempo psicológico, isto é, respeitando os aspectos culturais da região.

Neste sentido, ressalta a necessidade de uma mentalidade amazonotropical apoiando-se no fato de a Amazônia ainda constituir área de desenvolvimento intelectual e político muito modesto, se comparada a outras regiões brasileiras. Sob o estímulo da amazonotropicalogia a região poderia deixar de ser apenas referência geográfica e exótica ou fonte de matérias-primas no sentido colonialista.

Com a amazonotropicalogia, Tocantins não estava propondo um plano de ação, mas sim um campo de estudo capaz de ordenar as produções intelectuais amazônicas com intuito de serem aproveitadas pelas próprias políticas de ação do Estado. Segundo Ribeiro (2015), a proposta de Tocantins era que este campo de estudo fosse capaz de transformar o conjunto dos saberes locais em uma orientação política para as instituições locais.

De acordo com Pécaut (1990), a cumplicidade entre o conhecimento e a ação significa que nada escapa do plano político, e que a realidade é, já de início, totalmente política. E sob este aspecto, vejo que em Tocantins o conhecimento não se separa da ação, revelando que este personagem como um intelectual, portador da identidade amazônica e detentor dos saberes relativos ao seu desenvolvimento histórico, social e cultural, pode colaborar com a política da região, assim como Arthur Reis, intelectual e político que participou de uma realidade cujos os processos foram também por ele vividos.

Deste modo, suas ideias não se restringiram apenas ao campo literário, mas também foram capazes de orientar planos de ações públicas no governo de Arthur Cézár Ferreira Reis. A proximidade nas ideias fez com que Reis, quando governador, viesse não somente a apoiar, mas também a aplicar as sugestões amazonotropicais de Tocantins.

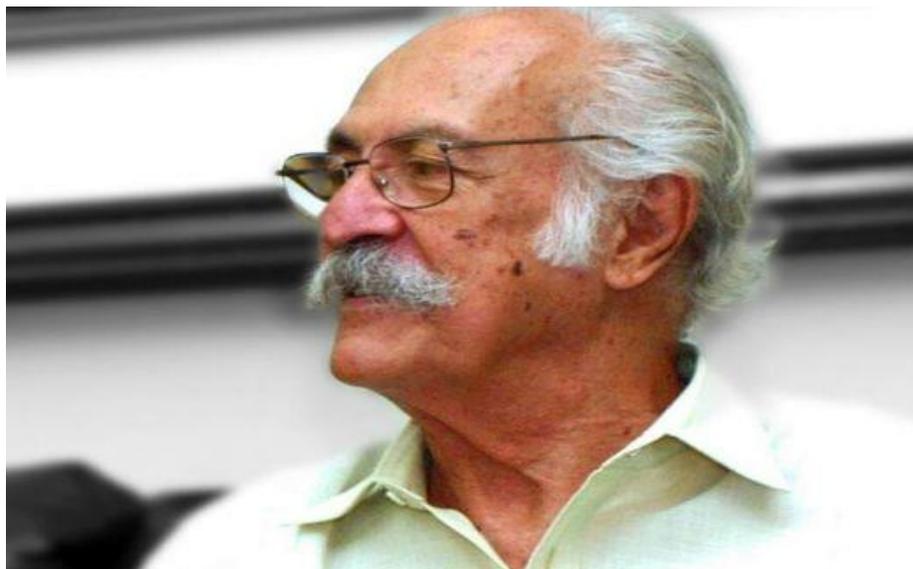
Diante dessas sugestões, Tocantins expôs claramente sua preocupação com o aspecto arquitetônico da Amazônia que através do processo de modernização sem critérios tendia ao abandono das casas adaptadas ao clima da região e à assimilação de moradias ditas “funcionais”, compostas de concreto e vidro, bem como a troca dos jardins e pomares tropicais pelo gramado, que em nada colabora para os ventos e as sombras ao redor das casas amazônicas.

O repúdio à importação desenfreada dos modelos arquitetônicos para a região foi retratado por Tocantins desde sua primeira obra *O rio comanda a vida* (1968) onde em diálogo com Gilberto Freyre evidencia a possibilidade de se manter uma arquitetura local,

isto é, adaptada ao trópico, segundo o que fizeram os portugueses ao se fixarem no Brasil. Deste modo, defende o modelo arquitetônico dos casarões e sobrados construídos em Belém, Maranhão e Santarém com seus azulejos – que além de decorar, protegiam as fachadas das chuvas constantes da região – demonstrando a positiva ação colonizadora do português, na tentativa de adaptação ao trópico.

Tocantins defendeu a ideia da construção de casas mais ecológicas para a região, dentro do contexto filosófico da amazonotropologia, e essa ideia obteve todo o apoio do governador do Amazonas Arthur Reis que, em seu mandato (1964-1967), também foi a favor das construções que combatiam a substituição da arquitetura amazônica, inspirada na adaptabilidade do modelo lusotropical, pela importada arquitetura dos climas temperados, tendência no aspecto arquitetônico moderno do país. Com isso, deu-se início a uma série de novas construções que marcaram certa preocupação regionalista, iniciada em seu governo, de adaptação da arquitetura do estado às constantes ambientais da região.

A falta de profissionais do ramo da arquitetura aliada à pouquíssima preocupação em adaptar as construções às condições locais fez com que Leandro Tocantins sugerisse o nome do arquiteto Severiano Porto, que por sua vez aceitou fazer parte da cruzada contra a importação da arquitetura dos climas temperados na Amazônia. Desta forma, este arquiteto mudou-se do Rio de Janeiro para Manaus em 1965, tornando-se o pioneiro em divulgar uma arquitetura adequada ao meio ambiente e a cultura local através do uso de materiais regionais, dentre eles a união do tijolo com a madeira. A madeira que era vista com preconceito pela população devido ser usada mais facilmente na construção das casas mais pobres, por conta de seu baixo custo, foi artisticamente aproveitada nas obras deste arquiteto.



**Figura 7** - Arquiteto Severiano Porto. Fonte: < <https://www.portaldozacarias.com.br> > acesso em: 02\07\2019

Severiano Porto deixou no Amazonas um grande legado tal como a construção do Campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Pousada na Ilha de Silves e o Centro de Proteção Ambiental de Balbina, que expressam claramente as sugestões amazonotropicals de Leandro Tocantins que concebia a região amazônica como participante de um sistema de regiões interdependentes e inter-relacionadas constituindo a nação brasileira. Neste sentido, a contribuição que a Amazônia é capaz de oferecer à cultura nacional e universal, vista ao longo dos anos, pode dar sinais do que ela ainda é capaz de oferecer se a inteligência nacional souber aproveitar suas potencialidades no campo da natureza física, e acima de tudo no campo da criação humana (TOCANTINS, 1969).

Em 1972, Severiano Porto presenteou Leandro Tocantins com um álbum de fotos dos prédios construídos em Manaus sob a missão do até então novo Planejamento Físico, Regional, Urbano e Arquitetônico para o Plano Diretor da cidade e dos centros satélites agroindustriais, no qual já se revelava uma adaptação ao clima e às particularidades locais bem presentes na proposta da amazonotropicalologia. Como dedicatória, Severiano Porto escreveu:

Leandro,

Em 1966 você assinalava o início de nossos trabalhos na Amazônia e estas são algumas fotos dele.

Abraços

Severiano Porto

Manaus – Fevereiro de 1972<sup>21</sup>.

Nas primeiras páginas do álbum estava presente a folha de rosto do livro “Arquitetura e paisagismo na Amazônia” de Leandro Tocantins, com a apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis, obra na qual ressaltava a importância deste tipo de arquitetura para a Amazônia e mais duas páginas do livro no qual Leandro Tocantins afirma que fazia votos para que a cooperação oferecida pelo atual governador do Amazonas a sua capital logre o desejável efeito na comunidade manauense:

Libertar-se do empirismo e da rotina, lançando-se na conquista de horizontes novos, que trarão enriquecimento espiritual e material ao antigo e histórico “Lugar da Barra”. Outro arquiteto contratado pelo governador amazonense é Severiano Mário Vieira de Magalhães Pôrto, a quem foi entregue os planos do novo edifício da Assembleia Legislativa, da reforma do Palácio Rio Negro, do estádio e da sede da Secretaria de Agricultura, este um conjunto de edifícios no meio de um parque, existirão muitas árvores e um lago, formando uma unidade ecológica satisfatória<sup>22</sup> [...].

Tocantins via a importância e o papel da arquitetura no progresso e desenvolvimento da Amazônia. Em sua percepção, a arquitetura não era apenas mais um setor das Belas Artes, mas sim a expressão do sentimento da beleza, da verdade e de valores sensíveis, próprios do ser humano, tendo a importância semelhantemente a dos fatores sociais, econômicos e técnicos.

Nos anos de 1960, Tocantins já alertava que a Amazônia possuía um grande potencial e valores que estavam somente à espera de técnicas e de capitais para sua plena integração ao país, eliminando, assim, as causas que a classificavam como subdesenvolvida comparada a outras regiões ditas desenvolvidas, o que caracterizaria a ideia dos dois Brasis.

---

<sup>21</sup> Não obtive autorização para reproduzir as fotos do álbum, somente a possibilidade de copiar o material escrito nele.

<sup>22</sup> Palavras de Leandro Tocantins anexadas no Álbum ao qual Severiano Porto havia lhe presenteado em 1972.

Segundo Ribeiro (2010), é evidente o diálogo de Leandro Tocantins com Gilberto Freyre quando em seus pensamentos evidenciam o comprometimento com o projeto político de conciliar os valores regionais e tradicionais às transformações sociais, econômicas, culturais e políticas em curso em suas regiões e no país.

Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre propôs uma espécie de reconciliação entre os setores agrários tradicionais e os novos setores emergentes do plano urbano, como industriais, classe média e proletariado. Tocantins, por sua vez, em toda a sua obra propôs criar um pacto de reconciliação entre os setores extrativos tradicionais e os setores emergentes do processo do desenvolvimento e da industrialização. Todavia, percebo que Tocantins, face à perspectiva de Ribeiro, na conciliação entre os setores tradicionais e modernos inseriu a cultura como elemento catalizador, no sentido de poder contribuir com o processo de modernização e desenvolvimento da região, diminuindo porém os riscos oriundos de uma modernização sem critérios.

Em uma análise sobre a intelectualidade brasileira no Nacional Desenvolvimentismo, Francisco Weffort (2006), afirma que mais que meras veleidades intelectuais, o historicismo e o culturalismo se afirmaram como tendências da cultura do Brasil do século XX e os anos de 1960 e 1970 mostraram as variantes desses estilos intelectuais que contribuíram para a radicalização da atmosfera política que antecedeu ao regime militar. Neste sentido, Tocantins apontou a própria cultura amazônica como capaz de promover um caminho mais viável ao processo de desenvolvimento regional tão propagado no Brasil.

Para alcançar equilíbrio emocional e harmoniosa interrelação entre homens, entre o homem e a natureza, só a cultura é capaz de empreender o enriquecimento espiritual que levará o homem à plenitude de seus horizontes, ganhando, assim, as excelências do autenticamente humano e às dimensões da humanidade inteira. (TOCANTINS, 1969, p. 21-22).

Partindo do pressuposto de que cultura é um sistema de atitudes e modos de agir, de costumes e juízos de valor de uma sociedade, o autor reafirma constantemente que a cultura amazônica sobressai-se dentre os outros “Brasis” por ter uma característica ecologicamente singular, que é o fato de ter sido construída sob as bases peculiares do meio ambiente natural que, de certo modo, limitou durante muito tempo a ação predatória das ambições humanas. Por este motivo, deixa claro ser de extrema necessidade toda a sociedade brasileira e principalmente os setores públicos entenderem a dinâmica desta cultura.

## **2.4. A admiração por Euclides da Cunha e a relação com a história do Acre**

Em busca da compreensão da cultura amazônica, Tocantins recorria sempre às fontes históricas e assim chegou a uma hermenêutica das obras de Euclides da Cunha sobre a região. Por ser um pesquisador que ousava na busca dessas fontes primárias e por desfrutar das oportunidades que lhe foram propostas pelos campos de possibilidades aos quais se inseriu, Leandro Tocantins também teve acesso a muitos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty e da Academia Brasileira de Letras, que vieram sustentar uma pesquisa mais densa sobre Euclides da Cunha.

A Inquietação de Leandro Tocantins por resgatar o pensamento de Euclides da Cunha sobre a Amazônia se deu em torno da necessidade de se resgatar a Genesis do pensamento social no Brasil e da própria Amazônia. Isto, no sentido de se obter o esclarecimento das conjunturas, das estruturas do pensamento social do nacional desenvolvimentismo, do qual Leandro Tocantins fazia parte. Deste modo, é que Leandro Tocantins encontrou no pensamento euclidiano um subsídio para o fortalecimento da ideia de Amazônia como responsabilidade nacional durante a segunda metade do século XX.

Esse compromisso em revelar a Amazônia euclidiana fez com que Leandro Tocantins publicasse o livro *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* como o resultado da dedicação com a qual prestou em conhecer o pensamento deste intelectual e confrontá-lo com as ideias predominantes no nacional desenvolvimentismo. Leandro Tocantins produziu esta obra a partir das correspondências de Euclides da Cunha, principalmente com o Barão do Rio Branco. Tais comunicações permaneceram guardadas no Arquivo Histórico do Itamaraty como inéditas até os anos de 1960 e subsidiaram a análise dos escritos que Euclides deixou sobre a Amazônia tendo como pano de fundo a anexação do estado do Acre ao Brasil, região esta que se tornou o centro de uma disputa internacional envolvendo o Brasil, a Bolívia e o Peru, no início do século XX.



**Figura 8** - Euclides da Cunha. Fonte: < <https://revistacult.uol.com.br/home/o-legado-de-euclides-da-cunha/> > acesso em: 02\07\2019

A convite do Barão do Rio Branco, primeiro ministro das relações exteriores da República do Brasil, Euclides da Cunha veio para a região amazônica com a missão de fazer o reconhecimento da região em conflito entre brasileiros, peruanos e bolivianos. O resultado desta viagem foi também a produção do mapa do Acre e suas fronteiras, dentre outros documentos tais como o Mapa do Rio Purus e o mapa da região litigiosa entre o Peru e a Bolívia e uma série de crônicas sobre as suas impressões que estimularam Euclides a pensar em escrever “*A Margem da História*”, um outro livro vingador tal como fez sobre o nordeste do Brasil em “*Sertões*”.

Diante desta história da formação geopolítica brasileira Tocantins revelava um profundo interesse pela formação do estado do Acre tendo Euclides da Cunha como um dos personagens centrais nesse contexto das relações internacionais do Brasil. Neste ínterim, ressalta também a importância de Plácido de Castro<sup>23</sup>, Belarmino Mendonça e do próprio Barão do Rio Branco.

---

<sup>23</sup> Nos cadernos de Leandro Tocantins encontrei um manuscrito onde citava a queixa de Plácido de Castro de ter suas anotações plagiadas por Euclides da Cunha durante a viagem ao Purus:

“Plácido de Castro fez algumas anotações para Euclides da Cunha. Mais tarde queixou-se ao chefe acreano que suas notas foram transformadas em um artigo publicado sob o título “Entre os Seringais”. Segundo Plácido, suas notas sofreram a transformação artística e repetindo palavras suas: “revestidas de stilo, numa linguagem burilada e castica”. Plácido de Castro revelara o seu desagrado e até uma velada suspeita de plágio. É claro, o artista, como se fosse um Seringal Singelo, precisava da pedra bruta para modelar a sua obra prima.

Plácido com o fato concreto, a informação crua, fornecera o mármore. E Euclides, buritou-o, transfigurou-o numa obra prima de uma literatura sociológica, aliás obras primas todas as que escreveu sob a inspiração de sua acidentada e épica viagem através do Purus.

O vasto acervo de cartas, ofícios, notas, minutas do próprio punho, em que se lê determinações, reflexões, reclamações [...], no Arquivo Histórico do Itamaraty indicam o completo homem de Estado que foi o Barão do Rio Branco, sempre inclinado a, primeiro conhecer exatamente a história [...] as consequências sociológicas e políticas procurando aplicá-las então nos difíceis conflitos de fronteiras, que ele tão bem resolveu. Desde suas famosas defesas nos processos de arbitramento das Guianas e do Amapá, [...] e agora, mais concretos por que dele próprio dependia a ação direta decisiva, para resolver harmoniosamente os litígios entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. [...] O Acre, hoje bem definido em suas raízes históricas e sociais, possui quatro figuras estelares [...] Rio Branco, Plácido de Castro, Euclides da Cunha e Belarmino Mendonça. Eles desenharam o mapa do Acre na comissão brasileira [...] <sup>24</sup>.

A obra de Euclides da Cunha exerceu uma grande influência na formação do pensamento de Leandro Tocantins. A leitura de *Paraíso Perdido, Contrastes e Confrontos, À margem da história, o Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, de Entre Os Seringais, de Peru versos Bolívia* e das correspondências que Euclides da Cunha enviara a familiares, amigos e ao Chanceler da República Barão do Rio Branco, fez com que Leandro Tocantins se colocasse em uma situação hermenêutica e a agir orientado por essa atitude, isto é, com a intenção de compreender os textos de Euclides sobre a Amazônia.

No que diz respeito ao desafio da interpretação ou reinterpretação do olhar do outro, Gadamer (1998) alerta para o necessário exercício da compreensão. Para ele, quando se compreende um texto, o indivíduo não deve se colocar no lugar do outro nem é o caso de pensar que se trata de penetrar a atividade espiritual do autor; trata-se, em outros termos, de apreender o valor intrínseco dos argumentos apresentados e isto da maneira mais complexa possível. O sentido da investigação hermenêutica é revelar o milagre da compreensão e não a misteriosa comunicação entre as almas. Neste sentido, é possível perceber que Leandro Tocantins ao ler e escrever sobre Euclides da Cunha tinha por objetivo abranger a ideia lançada no início do século por este autor sobre a necessidade do Brasil inserir a Amazônia no centro dos debates políticos nacionais através de um valor intrínseco dos argumentos apresentados por Euclides.

Leandro Tocantins foi um estudioso de Euclides da Cunha e seu interesse se deu desde a infância no seringal do Acre. Quando ainda menino, teve contato com seus

---

<sup>24</sup> Manuscritos retirados dos Cadernos de anotações de Leandro Tocantins. A reprodução por meio de imagens não nos foi permitida.

escritos onde se misturavam a literatura científica, a história e a arte em um texto intimamente sociológico sobre a Amazônia, o que lhe causou desde cedo uma profunda admiração pela obra deste escritor. Mais tarde, já adulto e como um intelectual que via na Amazônia uma responsabilidade a ser revelada a nação, debruçou-se sobre os escritos de Euclides trazendo uma grande contribuição à pesquisa nacional ao buscar essas correspondências, ainda inéditas, de Euclides com o Barão do Rio Branco, escritas quando esteve à frente da Comissão de reconhecimento do Alto Purus pela anexação do território do Acre ao Brasil.

Leandro Tocantins logo compreendeu que Euclides da Cunha fazia uma análise em torno da Amazônia sob um aspecto geográfico e histórico, mas, acima de tudo, desenvolveu uma sociologia da região demonstrando o potencial do homem amazônico, único capaz de enfrentar e se relacionar com as condições naturais que a Amazônia oferecia. Deste modo, através da leitura das obras de Euclides, Tocantins encontrou-se com uma percepção mais científica e menos romântica de enxergar a Amazônia, vindo a enaltecer o olhar de Euclides da Cunha e afirmar em *Vida, Cultura e ação* (1960), que foi influenciado pela maneira euclidiana de enxergar a região.

Em 1986, Tocantins organizou e teve participação ativa na publicação da segunda edição do livro de Euclides da Cunha, o “*Paraíso Perdido*”. Devido a sua morte prematura, Euclides não conseguiu publicar este livro, mas deixou vários textos dispersos que foram organizados por Hildo Rocha nos anos de 1976 e dez anos depois por Leandro Tocantins.

O lançamento desta segunda edição de o *Paraíso Perdido* foi resultado de uma sugestão de Leandro Tocantins ao governador do Acre, Nabor Junior que determinou ao presidente da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e Desporto deste estado, firmar um convênio com a Editora José Olímpio para a publicação do livro que foi inserido na coleção Documentos Brasileiros. A coordenação da edição foi entregue a Leandro Tocantins, que coletara o material esparsos do autor e organizou a segunda edição, tal como afirma no caderno de anotações datado de julho de 1989<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Em meio aos cadernos aos quais Leandro Tocantins usava como diário ou espaço de anotações de ideias encontrei blocos de notas com anotações sobre as correspondências de Euclides da Cunha e Barão do Rio Branco. Possivelmente teve acesso a esse material junto a Itamaraty, os blocos de notas apresentavam a logomarca da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil.

Esta segunda edição de *Um Paraíso Perdido* vem suprir a demanda do mercado literário e em especial a solicitação dos colecionadores [...]. Além de cumprir o dever indeclinável de divulgar obra de tão grande importância geo filosófica, sociológica [...]. Reúnem-se ao movimento brasileiro e universal de defesa do meio ambiente amazônico e da valorização racional, ecológica dos recursos naturais da região, ideal já defendido por Euclides da Cunha, que pode ser considerado o primeiro ecologista brasileiro, e, também o primeiro escritor acreano, intérprete da geografia, da história e da sociologia do território que acabara de ser anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Imagino que Leandro Tocantins considera Euclides da Cunha um escritor acreano devido a importância do trabalho deste intelectual para o próprio processo de fundação e anexação do estado Acre ao Brasil. (Anexo – Figura 14)

### **CAPÍTULO III - UM ADIDO CULTURAL: DA AMAZÔNIA PARA O MUNDO E DO MUNDO PARA A AMAZÔNIA**

O processo de desenvolvimento da economia brasileira no período, pós segunda guerra mundial, é caracterizado por buscar incrementar políticas de desenvolvimento que visassem garantir ao Brasil meios de integração à nova ordem econômica mundial que começava a se desenhar. Todavia, a grande virada do capitalismo brasileiro se deu a partir dos anos 1950 onde a nação abriu as portas para o processo de modernização através do favorecimento à entrada de tecnologias e capital estrangeiro, marcando assim um período onde a nação era convocada a superar o seu atraso.

Por outro lado, esse processo de modernização favoreceu, além do crescimento econômico nacional, a ampliação das disparidades regionais brasileiras, fato este que veio a estimular os intelectuais do Brasil a refletirem sobre a nação. De acordo com Elide Rugai Bastos (2007), a temática mais comum entre os pensadores sociais deste período esteve relacionada à questão dos impasses, encaminhamentos e buscas de soluções para o chamado atraso nacional e na Amazônia, esse período foi marcado pelas tentativas de ajustamento à realidade brasileira. Neste cenário, a obra e as ideias de intelectuais como Tocantins surgiam, então, como mais uma força inovadora da análise regional.

Leandro Tocantins nasceu e passou parte de sua vida na região amazônica, vivendo entre o Pará e o Acre, mas sua maturidade intelectual foi adquirida no Sudeste, berço das políticas públicas em torno do desenvolvimento. Deste modo, ao retornar à Amazônia, já adulto, veio a pensar como um homem que através da sua intelectualidade e de um olhar apurado sobre os problemas da região, pode vincular a sua obra ao ideário político desenvolvimentista.

O fato de Leandro Tocantins ter se inserido no centro dos debates sobre o desenvolvimento nacional na esfera pública dos governos estaduais e federais proporcionou também a ele construir uma percepção crítica e uma opinião sobre a contribuição dos valores da Amazônia ao projeto de modernização nacional. Neste sentido, afirma em *Vida, cultura e ação* (1969) que:

Há um termo brasileiríssimo em voga na linguagem de vanguarda: “Pra frente” [...] mas é preciso evitar que esse prafrentismo não resulte no abandono de valores tradicionais luso-indígenas, ou no desdém pelas suas formas primitivas de manifestações. Ao contrário, preservá-los, não só como sinal característico da região - sinal de brasileirismo -, que lhe emprestam personalidade, mas também como fonte de inspiração para artistas, poetas, escritores, arquitetos, paisagistas. Por

exemplo: as tradições da arquitetura, das artes populares, do folclore, da culinária tão rica, exuberante de fórmulas e ritos, de temperos e condimentos de sabores agrestemente amazonotropicals [...] se tudo isso enriquece e dá colorido peculiar à cultura nacional e constitui força viva para recriação de valores, que seja então preservado, dentro das constantes brasileiras.

Homem de ampla cultura e de uma profunda sensibilidade, defendia a construção de um projeto de modernização que não desprezasse os valores culturais da região. A partir da inter-relação das perspectivas sociológicas, históricas e ecológicas, constrói sua análise que une a Amazônia das matas, dos rios, do calor e das chuvas dos trópicos, enfim, das suas lembranças de infância à Amazônia dos processos de inserção ao complexo social e econômico brasileiro da segunda metade do século 20. Suas duas “Amazônias” se ligam às ideias tanto regionalistas quanto modernistas e desenvolvimentistas, que se fundem no seu pensamento social. Essa relação que Tocantins faz em seu pensamento, se justifica no fato de que as obras deste autor nasceram sob o espírito desenvolvimentista que dominou o Brasil a partir da década de 1950.

Apesar de sua obra fundamentar-se no método genético e ecológico<sup>27</sup>, elementos que constituem a base do regionalismo e da lusotropicologia, correntes que marcaram o pensamento brasileiro nos anos de 1930, é muito clara em suas obras a preocupação com a integração da Amazônia à dinâmica da economia e da vida nacional brasileiras. Neste sentido afirma,

O que justifico é uma paridade, necessária, mesmo ao equilíbrio político da nação, para que se eliminem as causas formadoras dos dois brasis do professor Jacques Lambert, que justificadamente, conclui que o Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido (TOCANTINS, 1969, p. 93).

Em suas obras buscou interpretar os aspectos regionais com o intuito de fazer conhecida a região e chamar atenção dos poderes governamentais para os desafios e para as necessidades do povo amazônico evidenciando o quanto os valores regionais podem colaborar com o próprio processo de desenvolvimento e crescimento da nação. Portanto, divulgar a cultura amazônica no cenário brasileiro e mais tarde no cenário internacional tornou-se uma missão para Leandro Tocantins.

---

<sup>27</sup> Articulação de dois ramos específicos da Sociologia: a Sociologia Genética ou histórica, e a Sociologia Regional ou Ecologia Social (BASTOS, 1986, p. 226)

Para compreender o trajeto epistemológico das ideias deste intelectual e o modo como elas se institucionalizaram, torna-se necessário apreender estas ideias não apenas como resultado da consciência puramente teórica, mas também de inúmeros elementos de natureza não teórica, provenientes da vida social e das influências e vontades a qual Leandro Tocantins esteve sujeito. (MANNHEIM, 1986)

Neste sentido, vejo com fundamental importância o fato de Leandro Tocantins ter sido assistente de Arthur Cézar primeiramente na SPVEA e mais tarde ter se inserido à administração pública quando trabalhou no Departamento da Indústria do Ministério da Indústria e do Comércio, posteriormente na chefia da Representação do Estado do Amazonas no Rio de Janeiro, ao ser eleito governador Arthur Cezar Ferreira Reis em 1964, e no Ministério da Justiça, no gabinete ministerial de Gama e Silva ocupando o cargo de Procurador de 3ª categoria do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça.

A inserção na esfera pública foi fundamental para que este intelectual se inserisse nos debates do governo estadual e federal. Mas diante disso, vejo também que a escolha de sua formação superior esteve totalmente atrelada à trajetória de Tocantins, que optou por cursar Direito e Jornalismo devido seu lado humanista e devido ao fato de que principalmente a faculdade de Direito, historicamente possibilitava o acesso a quase todas as carreiras de elite bem como aos espaços de encontro comuns e de socialização para os jovens que tinham pretensões relacionadas à atuação junto ao Estado e/ou à política. Com efeito, esta característica do Direito bem pode ser levada em consideração quando se leva em conta o itinerário de muitos jovens intelectuais do século XX. Especialmente porque as faculdades por eles cursadas de fato estavam relacionadas à reprodução social das elites.

Leandro Tocantins veio de uma família que usufruiu do apogeu da borracha, contudo não foi um homem rico e a sua inserção no ambiente das discussões políticas da época era devido, além de sua capacidade intelectual, a uma rede de relações construídas ao longo de sua trajetória. Ele propagou as ideias predominantes no período em que esteve ligado ao aparelho do estado, mas sua particularidade, o qual lhe difere de outros intelectuais, é a sua percepção humanista sobre a Amazônia, sua capacidade de análise e uma profunda sensibilidade que lhe proporcionou também trabalhar na literatura, na poesia, no cinema e na diplomacia.

Nos anos de 1970 a 1973 Leandro Tocantins foi convidado a exercer o cargo de adido cultural à embaixada do Brasil em Lisboa, substituindo o escritor mineiro Otto Lara Resende, que concluíra a sua missão em Portugal. Este serviço que Tocantins prestou ao

Itamaraty foi resultado do seu compromisso pessoal em divulgar a cultura regional amazônica, através de suas obras e de suas missões culturais feitas pela Europa, fato que lhe permitiu adentrar nos setores que o lançaram na arena internacional.

O convite feito a este intelectual partiu do Ministro da Justiça, Luiz Antonio da Gama e Silva, que na época havia pedido o seu afastamento do Ministério ao então Presidente da República Emílio Médice. O presidente por sua vez, aceitou o pedido de afastamento de Gama e Silva desde que este assumisse uma embaixada do Brasil na Europa ou na Argentina. Tal como relata Leandro Tocantins em seu manuscrito “O desgarrado que foi achado”:

[...] chegou o momento que o ministro Gama e Silva desejava afastar-se [...] dirigiu-se, então ao novo primeiro magistrado e em longa conversa, solicitou seu afastamento do cargo, “vejo que é um gesto [...] e não me resta senão aceitá-lo, mas a condição de aceitar as Embaixadas em Buenos Aires ou Madrid, ou Paris, a sua escolha”. O ministro Gama e Silva não pensou duas vezes: “e porque não Portugal?”, rápido o general Médice respondeu: “Claro também Portugal, já estou certo que aceita”. [...] Gama e Silva entrou ministro e saiu Embaixador, a ser nomeado logo após a posse do novo presidente, e por uma coincidência, nesse mesmo dia, o Ministro Gama e Silva encontrou-se comigo na porta do Elevador oficial que nos conduzia ao andar de seu gabinete, no Rio de Janeiro, e na breve espera ali no rez [sic] do chão, o ministro contou-me, em detalhes, o que acontecera com o Presidente eleito, quando o elevador subia os andares, então veio a surpresa: “quero que você desempenhe o cargo de adido cultural na Embaixada!”. Jamais esperaria esse convite, dentro de um elevador, e que satisfação inesperada! Quando saltamos no andar do gabinete ministerial eu já era Adido Cultural à Embaixada do Brasil em Lisboa! <sup>28</sup>

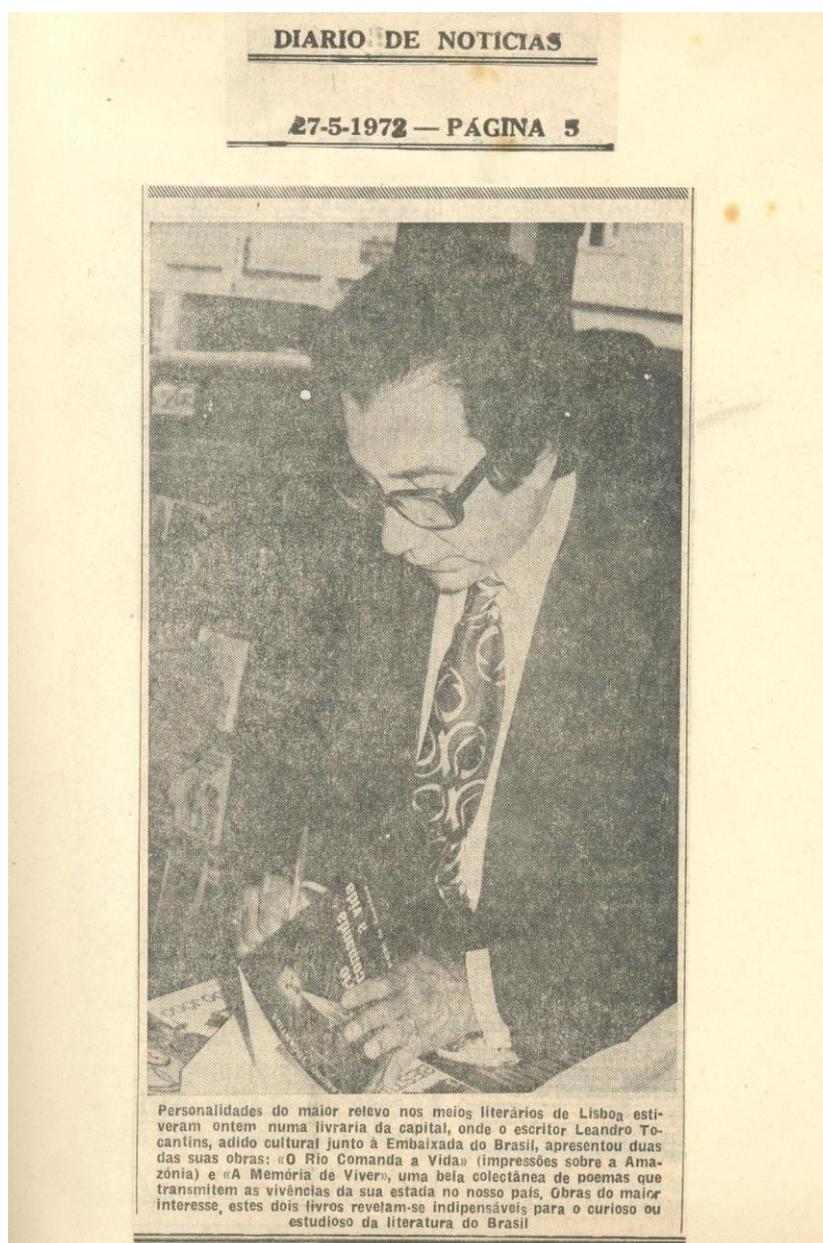
A aproximação de Leandro Tocantins ao Ministro da Justiça deu-se por meio da indicação de Helio Scarabotolo, recém promovido à carreira diplomática e amigo próximo de Tocantins. Helio Scarabotolo havia falado ao Ministro Gama e Silva do grande potencial de Leandro Tocantins, seus livros e suas palestras feitas na Europa. Deste modo, Tocantins passou a trabalhar no Gabinete do Ministério da Justiça diretamente com o Ministro Gama e Filho e desta relação surgiu uma diletta amizade que mais tarde resultou no convite ao intelectual amazônico para assumir o cargo de Adido Cultural na Embaixada presidida por Gama e Silva em Lisboa. Por sua vez, vale ressaltar que Gama e Silva foi convidado pelo Presidente da República a assumir uma embaixada

---

<sup>28</sup> Anexo – Figura 15

brasileira, devido a sua vasta experiência como professor catedrático da USP na área de Direito Internacional.

Após o convite, em pouco tempo Leandro Tocantins acompanhado de sua esposa Léa Seixas Tocantins, de suas duas filhas Rosane Seixas Tocantins então com dez anos, Luciane Seixas Tocantins com três anos e uma empregada chegaram às terras portuguesas no começo dos anos setenta. Sua missão como adido cultural era traçar rumos e odisséias de programas culturais, destinado a estabelecer, firmemente a indiscutível relação cultural entre os dois países: Brasil e Portugal.

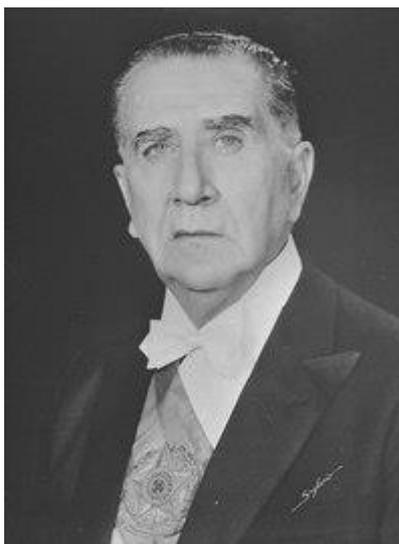


**Figura 9** - Leandro Tocantins. Fonte: Jornal Diário de Notícias, ano 1972

Para se compreender a relevância do trabalho de divulgação da cultura brasileira em Portugal, tarefa entregue nas mãos de Leandro Tocantins nos anos de 1970, e a relevância do fortalecimento da relação existente entre os dois países torna-se importante fazer primeiramente uma análise da conjuntura política internacional do Brasil durante o regime militar, período ao qual Tocantins é indicado a prestar o serviço de adido cultural para o Itamaraty.

Deste modo, a ditadura militar estabelecida no Brasil a partir do golpe de 1964 trouxe profundas transformações na formulação da política externa brasileira, proporcionando mudanças em suas bases. O Itamaraty, como um órgão público brasileiro, sempre representou a diplomacia do país em um cenário de embates ideológicos, e neste período a política externa independente e de cunho globalista, desenvolvida pelo órgão, retrocedeu para uma política externa americanista. Isso se deve a inúmeros fatores tendo como o principal deles a divisão do mundo em dois blocos sob o cenário da Guerra Fria.

A política externa desenvolvida pelo Brasil, após o golpe militar, nos anos de 1960 e 1970 estava atrelada a um governo regido pelas forças armadas brasileiras que durante a Guerra Fria convivia com o conflito ideológico entre o capitalismo ocidental e o comunismo soviético. Diante disso, há de se levar em consideração as diferentes políticas implementadas por cada um dos presidentes militares, todavia foi no governo do General Médice que se marcou a dicotomia entre o auge da repressão interna no Brasil com a nova fase da política externa brasileira, cenário este em que estabeleço a relação entre Brasil e Portugal.



**Figura 10** - General Emílio Garrastazu Médici presidente do Brasil durante 1969 a 1974, período que compreende anos de ditadura militar no Brasil. Fonte: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio>>. Acesso em: 02\07\2019

A relação do Brasil com Portugal logo na implementação do regime militar e sob o governo de Castelo Branco estreitou-se em acordos econômicos de apoio à política colonialista de Portugal, na África. No governo de Costa e Silva foram mantidos esses acordos, na questão africana, devido ao fornecimento de urano. Todavia, essa relação começa a mudar a partir do governo de Emílio Médice, o qual tendo como projeto de grande potência transformar o Brasil em um país de primeiro mundo direcionando à política externa brasileira a posicionar-se de forma a se diferenciar do chamado terceiro mundo.

Médici toma a atitude conservadora de manter a defesa do colonialismo português, durante o início do seu governo. Entretanto, no final do seu mandato a relação com Portugal começa a se dar bilateralmente, independente da questão colonial. O Brasil então muda de posição em relação a questão colonial suspendendo a venda de armas a Portugal e ações militares conjuntas, bem como apresentando-se como um possível intermediador na África. Todavia, isso não abalou o bom relacionamento com os portugueses.

Este tipo de relacionamento e a cordialidade que se estabeleceu entre o Brasil e Portugal após o processo de descolonização foi uma tentativa de fomentar a ligação perdida entre os dois países. Esses laços de amizade foram promovidos pelos intelectuais lusitanos e pela comunidade portuguesa, residente no Brasil, pautados fundamentalmente em acordos diplomáticos, econômicos e culturais que fortalecia a cooperação entre os dois países.

Porém, esses meios de cooperação e a amizade foram intensificados durante os Regimes Ditatoriais vividos por Brasil e Portugal durante o século 20, no Brasil, a Era Vargas e a Ditadura Militar e em Portugal durante Regime Salazarista, devido seus governos ditatoriais vislumbrarem nesta relação o apoio para o reforço das ideologias propagadas por seus governos. Diante deste cenário é que Leandro Tocantins é convocado a mediar a cooperação cultural entre os dois países proporcionando o intercâmbio dos valores culturais na literatura, na música, no cinema e nas artes brasileiras e lusitanas.

# ado para imagens de Portugal

—disse-nos o escritor brasileiro  
DR. LEANDRO TOCANTINS

QUE NOS FALOU TAMBÉM DA CONQUISTA LUSA DO GRANDE  
«IMPÉRIO DO AMAZONAS» E DO SEU INTERESSE PELA HISTÓRIA  
E PELA LITERATURA PORTUGUESAS



«... tive a oportunidade de ver realizado um antigo sonho—conhecer  
a Madeira,...»

plantou um padrão, mostrando  
que a soberania portuguesa  
chegaria até esses extremos da  
Amazônia.

No reinado de D. José foi

muito convincentes para que  
Alexandre Gusmão, acessor de  
D. João V, pudesse defender a  
soberania portuguesa através  
do êxito brasileiro, tornando

Figura 11 - Leandro Tocantins sendo entrevistado pelo jornal português Diário de Notícia [s/d]

O embaixador do Brasil em Lisboa, Gama e Silva, permaneceu neste posto até o fim do governo do presidente Médice e conseguiu melhorar a harmonia nos entendimentos diplomáticos aos interesses do Brasil em Portugal e Leandro Tocantins, como adido cultural, participou ativamente das atividades promovidas pela embaixada brasileira. Em entrevista ao jornal português *A capital*<sup>29</sup> Leandro Tocantins afirmou logo após sua chegada ao país:

<sup>29</sup> Matéria intitulada “Vim disposto a trabalhar muito: Disse-nos o Prof. Leandro Tocantins novo adido cultural do Brasil no nosso país”. [S/D]

No campo das relações culturais entre Brasil e Portugal existem os instrumentos e já foi feita alguma coisa. Ainda há, porém, muito que fazer. Eu venho disposto a trabalhar muito e só desejo que as relações culturais entre os dois países venham a enriquecer-se ainda mais – disse-nos, esta manhã o prof. Leandro Tocantins, novo adido cultural do Brasil no nosso país.

Ao chegar nas terras portuguesas foi recebido ainda no aeroporto pelo encarregado de Negócios do Brasil, ministro Claudio Garcia de Souza e outros funcionários da Embaixada. Sua chegada foi laureada pela própria imprensa portuguesa evidenciando o interesse lusitano pela manutenção dos laços existentes entre os dois países.

Logo após a sua chegada, Tocantins iniciou seus trabalhos mediando a apresentação do Festival de Cinema Brasileiro em parceria com o Instituto Nacional de Cinema do Brasil, com o objetivo de trazer a Lisboa não somente filmes que mostravam os caminhos percorridos pela cinematografia brasileira mas também alguns documentários que traçavam um panorama da evolução técnica e artística do cinema no Brasil. Alguns dos filmes exibidos neste Festival foram o “Cangaceiros”; “Menino de Engenho”, de Lima Junior, baseado na obra de Lins Rego; “Viagens ao Seio de Idoíba”; “Os Cafajestes”; “Vidas Secas”, de Nelson Pereira dos Santos; “Macunaíma”, que obteve um galardão no Festival de Mar del Plata; e “Quele de Pageu” de Anselmo Duarte<sup>30</sup>.

Durante os anos de 1960 e 1970, o cinema brasileiro era pouco conhecido pelo grande público português, isso se devia a não integração de Portugal nas redes de distribuição das produtoras brasileiras, todavia a crítica de cinema lusa demonstrava interesse em acolher as propostas do Cinema Novo brasileiro com muito entusiasmo, apesar do Regime Salazarista e da censura imposta em algumas obras. Deste modo, promover os laços de cooperação entre o cinema luso e brasileiro era uma das medidas que Leandro Tocantins objetivou em seu ofício como adido cultural, entre outras no campo da literatura e das artes.

De acordo com Regina Gomes em seu estudo sobre a recepção do cinema novo brasileiro em Portugal (2008), a nação Lusa dos anos 1960 e 1970 vivia em uma atmosfera onde a receptividade referente às novas cinematografias era parte do caldo cultural que movia o discurso teórico do cinema europeu. Após a *Nouvelle Vague* francesa e o Neo-

---

<sup>30</sup> Trecho retirado da entrevista cedida por Leandro Tocantins a um jornal português. A entrevista encontrava-se em um recorte de jornal sem identificação ou data.

*Realismo* italiano, era o cinema do terceiro mundo que despertava as publicações especializadas, isto porque qualquer proposta de cinema alternativo trazia uma esfera de mudanças ao cinema e à sociedade europeia mesmo sem ser preciso vincular às ideias socialistas.

Para se pensar como se estrutura o campo da cultura, é necessário levar em consideração a atuação do Estado, que é um dos elementos definidores da problemática cultural. E sob este aspecto Portugal favorecia uma cobertura mais atenciosa ao cinema brasileiro primeiramente porque via no Cinema Novo propostas de mudança e valorização de raízes e linguagens cinematográficas e porque as questões ideológicas estavam presentes nas discussões dos intelectuais portugueses que contestavam a política ditatorial salazarista de Portugal.

Por outro lado, o Brasil que estava vivendo sob a égide do regime ditatorial militar, após o Golpe de 1964, teve a sua produção cinematográfica, mais propriamente a partir da segunda fase do Cinema Novo, e o seu mercado de bens culturais agora dialogando com a lógica do Regime, evidenciando a perda do discurso político engajado e refletindo a eficácia dos mecanismos de censura e repressão. Conforme Renato Ortiz (2012, p. 81):

Dentro deste quadro, as relações entre cultura e Estado são sensivelmente alteradas em relação ao passado. O processo de racionalização, que se manifesta sobretudo no planejamento das políticas governamentais (em particular a cultural), não é simplesmente uma técnica mais eficaz de organização, ele corresponde a um momento de desenvolvimento do próprio capitalismo brasileiro. Se, como observa Lucio Kowarick, as técnicas de planejamento são inicialmente aplicadas na área econômica, pouco a pouco elas são difundidas para todas as esferas governamentais. Essas transformações mais amplas, por que passa toda a sociedade brasileira, tem consequências imediatas no domínio cultural.

Todavia, os filmes brasileiros que agradavam Portugal, neste período, eram os de visão ideológica crítica, tendo os críticos lusos considerado a politização destes filmes parte do mapa histórico europeu devido estarem de acordo com as suas visões de resistência ideológica. Leandro Tocantins fez parte deste cenário promovendo a divulgação desses filmes em Portugal. *Vidas Secas*, por exemplo, exibindo a situação de extrema pobreza do nordeste brasileiro contrastando com o sul e o sudeste em pleno desenvolvimento no Brasil, foi extremamente emblemático para desconstruir a visão urbana, elitista e burguesa dos filmes norte-americanos.

Sob este aspecto é possível ver que a censura brasileira não pode impedir a exibição destes filmes nos Festivais ou Mostras realizadas na Europa, promovidas inclusive pela

própria Embaixada brasileira. Gama e Silva deu plenos poderes a Leandro Tocantins no campo da divulgação da arte e da cultura brasileira em Lisboa, vindo Tocantins a tornar-se um negociador chefe<sup>31</sup> no campo da cooperação cultural em pleno cenário internacional da Guerra Fria, tal como se pode ver na correspondência que o adido cultural envia de Lisboa endereçada a Marita Leite Riberio.

2

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 7 de dezembro de 1971*<sup>32</sup>

*Prezada Marita Leite Ribeiro:*

*[...] Se isso for possível, então desistiríamos de qualquer um daqueles filmes apontados em minha última carta, a favor de “São Bernardo”, que sendo um filme de excelentes qualidades artísticas e plásticas também soma o fato de ser baseado no romance de Graciliano Ramos, nome bastante reconhecido e admirado em Portugal.[...]*

*Mostrei aos exibidores “Brasil bom de Bola”. Sucesso. A empresa Castelo Lopes já se dirigiu a Embrafilmes fazendo proposta de compra.*

*Pensamos fazer um Festival em Angola e Moçambique, na ocasião em que o Embaixador visitar as ditas províncias ultramarinas. Que acha da idéia? Escreve de São Paulo de Luanda o meu amigo Sandro Polônio, que lá está tentando apresentar a companhia de sua mulher Maria Della Costa: está desolado porque a presença cultural do Brasil naquelas bandas é mínima, praticamente não existe. Cinema, teatro então nem se fala. Enquanto isso, os EE UU, A Alemanha, o Japão são fortes em sua promoção. Isto me inquieta. Quem sabe se o festival do Cinema não poderá ser uma janelhinha que se abre? Bem, fico por aqui, aguardando suas notícias.*

*Cordial abraço*

---

<sup>31</sup> PUTNAM, R. **Diplomacia e Política doméstica**: a lógica dos jogos de dois níveis. 2010.

<sup>32</sup> Anexo – Figura 16

Em Portugal, os filmes mais bem recebidos foram os de protestos, mas por outro lado, a embaixada brasileira entregava também nas mãos de Leandro Tocantins a missão de divulgar o cinema nacionalista produzido sob as bases do poder ideológico do regime militar no Brasil. Deste modo, vemos a partir da percepção da lógica dos Jogos dos dois Níveis<sup>33</sup> que a diplomacia e a política doméstica sempre interagem, tal como Leandro Tocantins expressa nesta carta o interesse de exhibir os filmes da Embrafilme<sup>34</sup> nos países de língua portuguesa na África.

Vale lembrar que é durante o governo ditatorial de Médice que o Brasil se posiciona em favor da independência de colônias portuguesas na África, apresentando relações diplomáticas estáveis com estes países. Porém, essa preocupação brasileira com as então colônias portuguesas<sup>35</sup> na África, é resultado de uma relação que é proveniente do período colonial brasileiro onde os escravos importados ao Brasil eram oriundos destas regiões.

A relação traumática entre o Brasil e a África no período colonial brasileiro resulta em uma relação pacífica onde o Brasil assume uma espécie de “guardião” dos países africanos de língua portuguesa, durante o processo de descolonização africana na segunda metade do século XX, e movido pela Política Externa Independente destaca-se no cenário internacional por ser um dos primeiros países a reconhecer a independência das ex-colônias de Portugal na África.

Neste contexto, Leandro Tocantins transitava entre o dever diplomático de promover o intercâmbio de valores culturais entre o Brasil e Portugal e o apoio às províncias de Portugal na África, através da presença de elementos da cultura brasileira. Com isso, ressalto que o meio diplomático de mostrar a presença e o apoio brasileiro a estas colônias ficou também a cargo de uma política cultural que mostrava o quanto o Brasil conseguiu se desenvolver como Estado-Nação e manter laços de afinidade com Portugal após a sua independência.

Durante os anos em que viveu em Portugal, Tocantins mantinha viva a lembrança da terra natal e via nas ruas e nos prédios antigos de Lisboa elementos que trazia à tona as imagens dos casarões de Belém do Pará e as conversas com a mãe sobre a semelhança

---

<sup>33</sup> *Idem*

<sup>34</sup> A EMBRAFILME foi uma empresa estatal brasileira criada para produzir e distribuir filmes cinematográficos. Sua criação dá-se em pleno regime militar no Brasil.

<sup>35</sup> Moçambique e Angola obtiveram seus processos de independência negociada em 1975.

das riquezas arquitetônicas das duas cidades. Tal como registrou nas anotações que trazem como título “Ali! Lisboa! Tocada em seu casulo de seda!”<sup>36</sup>.

Salve! Lisboa! Cidade [...] que se dissolvem liricamente em nossos olhos, nosso espírito a mim, sobretudo revela-me o sentimento pátrio eis que venha das entranhas do bairro da cidade velha em Belém do Grão Pará, cidade de raízes puras de Portugal, pois esse intenso cruzamento de valores históricos, urbanísticos e espirituais de Lisboa, plantaram-se na mesa simbólica do viver e da arquitetura de Belém do Pará ora bem, o próprio sobrado de dezesseis janelas, onde belenense nasci, Bairro da Cidade Velha, o próprio grandioso sobrado, canto da Rua Doutor Assis (denomina-se canto, ao invés de esquina), é copia exata dos sobrados de Alfama<sup>37</sup>, para só citar este bairro, portanto, já nasci em berço luso-tropicalista, certo é, minha mãe costumava dizer-me: “êste bairro da Cidade Velha parece demais com Lisboa! (ela conhecia bem), e, neste momento, como não invocar a Lisboa – matriz de nossa raça de nossos sentimentos, eu, no trabalho da Embaixada do Brasil, de quando em quando achar tempo para percorrer a cidade, ia ao Castelo São Jorge, oh! O panorama soberbo, lá em baixo o Tejo corre plácido, a Alfama de meu encanto, na doce paz de sua arquitetura tão essencialmente original, apertada em suas ruelas [...] muito bem subo e desço no pitoresco, singularíssimo Elevador de Santa Justa, desdobram-se panoramas de Lisboa, a Torre de Belém, lá está o começo do Brasil! Os Jerônimos e sua igreja de Santa Maria de Belém, escuto os Lusíadas no Túmulo de Luiz de Camões, perto o Palácio Presidencial de Belém (Belém, Belém, pera sempre lembra-me de minha Belém do Pará), ainda ocorrem objetos, de especulações histórica, quantas vistas, quantos ângulos, quantas sofisticações de origens trans-históricas! [...] Tem ainda a Praça de Figueira atravessada pelos tradicionais elétricos, iguais aos de Belém do Pará, de anos atrás que se chamavam Bondes! [...] bem ainda falta mencionar os castelos, tão fortes em nossa imaginação infantil através dos contos de fadas, e aqui os verdadeiros, maravilhosos e imponentes, Palácio da Pena; o Castelo de Cintra, e os azulejos! Minha paixão por eles desde terna infância, pois a cidade velha de meu nascimento, Belém do Pará, não está cheia de azulejos na fachada das casas, dentro das casas, por obra dos lusitanos colonizadores<sup>38</sup>.

Além da paixão pelas letras e pelas artes em geral, Leandro Tocantins sempre demonstrou uma profunda sensibilidade pela arquitetura e o urbanismo como reflexos materiais dos valores estéticos e culturais de um povo. Neste sentido, sua estadia em Lisboa foi regada pelo prazer de admirar a arte, a arquitetura e a história portuguesa, tendo

---

<sup>36</sup> Em um canto deste caderno diário, onde Tocantins escreve sobre sua estadia em Portugal, encontrei uma anotação esparsa onde o intelectual afirma: “- É provocação da memória, tenho de falar sobre o Instituto administrativo da Embaixada, o nobre rol diplomático do qual me integrei.” Identifiquei nesta anotação de Tocantins a sua inquietação pela escrita e pela análise.

<sup>37</sup> Alfama trata-se de um bairro tradicional em Lisboa.

<sup>38</sup> Anexo – Figura 17

aproveitado sua sensibilidade para sugerir mudanças que repercutiram no processo urbanístico daquele país.



**Figura 12** - Leandro Tocantins e Ferreira de Castro em Portugal. Fonte; Jornal [s/n]

Leandro Tocantins e sua família fixaram residência no bairro do Restelo, mais especificamente na Avenida Ilha da Madeira, muito próximo ao rio Tejo. Todavia em seus cadernos diários Tocantins deixa registrado que achava muito esquisito tal nome e em um encontro com o prefeito da cidade tentou sensibilizá-lo no sentido de homenagear o navegador português que se destacou no século XVII por implantar o padrão lusitano na Amazônia. Sua inquietação rendeu uma homenagem a Pedro Teixeira no Bairro do Restelo, um rebatismo da Avenida da Madeira para Rua Capitão-Mor Pedro Teixeira. Onde se encontra até os dias de hoje a contribuição de Leandro Tocantins no processo reurbanístico de Lisboa.

Aí está o meu delicioso pouso residencial, cujo endereço era: Praceta 2, Avenida Ilha da Madeira, nº 11.77, 8º andar, achei esquisito esta anúncio, soube porém, que as autoridades municipais iriam escolher o nome definitivo para o logradouro, certa vez, encontrei-me com o presidente da câmara municipal de Lisboa (o prefeito da cidade), Santo Castro, a quem lembrei o grande nome do navegador português Pedro Teixeira [...] eu desejava sensibilizar o prefeito Eugenio Santos Castro no sentido de decretar a Rua Pedro Teixeira, e tudo deu certo, ao terminar minhas palavras, ditas em mais de uma hora, o Eugenio Santos

Castro cumprimentou-me, efusivamente, e disse: “Pedro Teixeira será o nome de sua rua! Peço-lhe a fineza de redigir os dizeres da placa a ser fixada no local! Dias depois entreguei-os: “Rua Capitão Mor Pedro Teixeira, Conquistador do Rio Amazonas, Século XVII” [...] Houve inauguração com banda de música e convidados, a placa, disposta numa das paredes de meu edifício residencial, agora podemos nos orgulhar da extensão territorial da Amazônia, que segundo a abalizada palavra do maior historiador da Amazônia, Arthur Cezar Ferreira Reis, deve-se à expedição de Pedro Teixeira e o Capitão Mor dessa façanha ancorou no Bairro de Restelo, em seu Portugal, onde existirá para sempre, no urbanismo de Lisboa<sup>39</sup>.

Leandro Tocantins não produziu nenhum livro sobre sua experiência como Adido Cultural na Embaixada do Brasil em Portugal e confessa em seus cadernos diários que se culpava por não ter escrito mais de sua experiência Lusitana, mas deixa registrado nesses materiais e em suas correspondências impressões relevantes para uma análise mais profunda sobre a política externa brasileira durante a Ditadura Militar no Brasil e sobre a própria trajetória dele como escritor e como um agente diplomático do governo brasileiro.

Como intelectual, Tocantins não se furtou em manifestar suas impressões sobre a cultura regional brasileira no momento da consolidação do regime militar no Brasil e ao retornar as terras brasileiras após cumprida a missão diplomática foi cooptado pelo próprio regime a assumir o posto de diretor da EMBRAFILME, posto este que tornou-se um peso para Leandro Tocantins devido os anos de trabalho dedicado ao serviço do Estado não terem sido recompensados com a sua aposentadoria por este mesmo órgão.

### **3.1. O adido e a diplomacia cultural**

O presente tópico tem por objetivo discutir as particularidades das epístolas de Leandro Tocantins, assim como as diferentes perspectivas de abordagens das cartas que enviou para diversos atores que compunham o cenário da diplomacia cultural brasileira durante a ditadura militar no Brasil, os quais destacamos: Cacá Diegues, José Olímpio, Rachel de Queiroz, Gama e Silva, dentre outros. Em seguida, descrevo o percurso da publicação das cartas, traçando uma análise sociológica das missivas do adido cultural cujo conteúdo ainda é pouco explorado mas de grande valor para o pensamento social no Brasil.

---

<sup>39</sup> Anotações nos cadernos diários trazendo como título “O Rio chega aos degraus de meu edifício no Restelo”. (Anexo – Figura 18)

Tocantins exerceu o serviço da diplomacia cultural brasileira na Europa e com o cargo de adido cultural, estava inserido na categoria de Pessoal Diplomático<sup>40</sup> da Missão Brasileira em Portugal. Como já visto no tópico anterior, a missão brasileira em Portugal, de 1970 a 1974, fora chefiada pelo embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto ao governo Português, Luiz Antonio da Gama e Silva que sucedeu o embaixador Carlos Silvestre de Ouro Preto. Nesta missão, Leandro Tocantins esteve responsável pela execução da divulgação da cultura brasileira, atividade diplomática tão importante para efeitos de uma política externa de cooperação cultural e de trocas comerciais.

Neste sentido, torna-se importante destacarmos a relevância da diplomacia cultural. Mas o que vem a ser este tipo de diplomacia exercitada por Leandro Tocantins na Europa? De acordo com Flavia Crespo (2012), a diplomacia cultural seria toda e qualquer atividade cultural, de origem estatal, que tenha o intuito de trazer benefícios ao Estado, em detrimento da mera troca de informações. A diplomacia cultural conta com eventos externos à sua área de ação direta para operar como ferramenta pacificadora, esclarecendo estereótipos e alterando imagens negativas. Ela, portanto, auxilia a diplomacia convencional, levando aos atores internacionais uma imagem favorável do país.

Todavia, a diplomacia cultural vai muito além de simples relações culturais entre Estados Nações. Ao propor objetivos culturais ela facilita a consecução de objetivos políticos, comerciais, econômicos e quaisquer outros a que a política externa de um país se proponha. O sociólogo Francês Marcel Merle (1981), ao construir a sua sociologia das relações internacionais, propõe a liberação do fator cultural de seus parâmetros tradicionais para destacá-lo como o elemento que tem precedência sobre fatores meramente políticos ou econômicos pela simples constatação de que grande parte dos conflitos internacionais decorreria de tensões de origem cultural. Deste modo, o elemento cultural deveria, portanto, ser levado em consideração no quadro de formulações diplomáticas ou estratégicas.

O Brasil desenvolveu uma política externa caracterizada pela natureza pacífica do estado brasileiro. E é sob este aspecto que o país constrói, no século XX, uma diplomacia cultural original sob o intuito de defender seus interesses econômicos e estratégicos no

---

<sup>40</sup> Segundo o *Manual Diplomático* de José Calvet de Magalhães (2005), pertencem a categoria de pessoal diplomático todos os funcionários assimilados aos diplomatas e que podem ser adidos e conselheiros militares, comerciais, culturais, de imprensa, ou seja, todos estes funcionários fazem parte da lista diplomática de cada missão gozando, por conseguinte, do mesmo estatuto diplomático.

mundo<sup>41</sup>. Deste modo, destaco a contribuição desta diplomacia cultural, nos anos setenta e sob o cargo de Leandro Tocantins, como um braço da política externa brasileira que exerceu também a função de mediadora e de instrumento de pacificação na questão da relação entre Portugal e suas colônias na África, que já iniciavam as movimentações em torno do processo de descolonização.

Vale ressaltar que a presença brasileira era norteadada também por interesses de expansão da sua ação internacional. Desta forma, Leandro Tocantins era convidado constantemente a proferir em países como Angola e Moçambique conferências, palestras e as mesmas atividades culturais exibidas em Lisboa, tal como afirma em duas cartas endereçadas a Paiva Chaves e a Aloysio, o qual não tem seu sobrenome citado por Tocantins:

3

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 5 de abril de 1971*

*Meu caro Paiva Chaves,*

*Escrevo para mandar a plaquete de minha conferência “Afranio Peixoto: Baianidade & lusitanidade, que pronunciei em Viana do Castelo, durante a entrega, pelo Embaixador Gama e Silva, da biblioteca “Afranio Peixoto”, oferta do Governo brasileiro aquela cidade.*

*O I Primeiro Festival de Cinema Brasileiro valeu o esforço, as dificuldades, as preocupações que esse tipo de promoção inevitavelmente desperta. Olhe que foi êxito completo. Pela primeira vez os portugueses conheceram a força e a riqueza da nossa sétima arte. Durante vinte dias – antes, durante, depois – só se falou em cinema brasileiro: nos jornais, rádio, TV. Colecionamos mais de 160 recortes de jornais só de Lisboa! Recebemos pedidos, apelos (insistentes) do Porto, Coimbra, Angola, Moçambique: tragam até nós o Cinema Brasileiro!*

---

<sup>41</sup> A estratégia de fazer com que um país possa ampliar no cenário internacional o seu poder de influência política, econômica e militar de acordo com mudanças no discurso em torno da identidade nacional e por meio da diplomacia é conhecido pelas Relações Internacionais como “soft Power” – poder brando.

*A crítica foi quase unânime em comentar e analisar favoravelmente os filmes. “Macunaíma” teve mesmo unanimidade. Alguns elementos ligados aos contestadores, via Paris, quiseram desfazer a promoção, diminuir a participação dos bons realizadores e cineastas, e intrigar. Mas em vão. As vozes da minoria foram abafadas pela opinião maciça dos críticos mais independentes!*

*É natural, tivemos algumas dificuldades. A censura portuguesa, ainda muito rígida, com critérios ultrapassados, criou-nos problemas. Felizmente, o Diretor Geral da Cultura Popular, Dr. Caetano de Carvalho, homem novo, que surgiu da safra Marcelo Caetano, cheio de ímpetos para modernizar o seu país, compreensivo e sobretudo amigo do Brasil, foi a peça importante que desmontou a má vontade dos grupos (constituídos desde 1953...) encarregados de censurar os filmes. Digo-lhes sem errar: só mesmo o grande prestígio e de seu Embaixador conseguiram remover esses obstáculos. Como o meu particular amigo Caetano levou bordoadas por “ousar” em permitir que os filmes brasileiros fossem exibidos...É uma informação em caráter particular que lhe transmito. É o caso de parodiar o nosso Julio Dantas, na “Ceia dos cardeais”: “como é diferente o amor em Portugal!”.*

*Mas fizemos. Abalamos a pacatês desta deliciosa Lisboa. Mostramos uma face da vitalidade criativa do Brasil. Você bem pode imaginar o que isso nos custou, pois a Embaixada, não possui infraestrutura capaz de suportar promoções como essa. A coisa foi feita um tanto brasileiroamente: com a cara e com a coragem. E sem um centavo de dólar, mesmo: não há dinheiro para Cultura. Boa vontade dos exibidores portugueses, que arcaram com todas as despesas. Em troca, pleiteamos com o Governo português que as entradas fossem pagas para custear os gastos do empresário. E assim se fez. E sete filmes já estão vendidos, outros dependendo da palavra da Censura, eis que houve exceção para o Festival. Circuito comercial são outros quinhentos cruzeiros...*

*Parto para Angola e Moçambique dia 20, a convite da Liga dos Graduados da Mocidade Portuguesa. Farei duas conferências: “Ideias e Imagens do Brasil” e “Brasil, Trópico e Cinema”. Espero levar comigo “Macunaíma” e “Juliana do Amor Perdido”, para um festival-mirim. Com dois curta metragens educativos.*

*Bem, estas são as novidades. Temos outros planos: exposição “Autores brasileiros contemporâneos”, em maio. 140 telas. Festival de Cinema no Pôrto, em 10 de maio. “Noite Luso-Tropical”, em setembro, apresentando o Maestro Waldemar Henrique e a cantora portuguesa Tereza da Silva Carvalho, interpretando músicas amazônicas (com excelente pronuncia brasileira). Em novembro, a I Mostra de Cinema Curta-Metragem.*

*Diná Silveira Queiróz virá em outubro lançar o seu “A Muralha” (aqui será Terra Violenta). Espero que Rachel de Queiroz venha prestigiar o lançamento de três romances seus, que conseguimos incluir na Coleção Livros do Brasil. Maria Alice Barroso, cujo belo romance “Um nome para Matar” também conseguimos editar, também será convidada oficialmente a vir a Portugal, como presidente do I.N.L e prestigiará o lançamento de seu livro.*

*E outras coisas entremeadas. Darei notícias.*

*Bem, isto não é carta, passa dos limites de sua paciência. Relatório a gente arquiva...*

*Grande abraço*

4

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 16 de abril de 1971*

*Caro Aloysio:*

*Muito obrigado pela presteza em atender o meu pedido. Recebi, sim como muito gosto, os documentos que você teve a gentileza de providenciar no MJ. Desculpe se não acusei o recebimento na mesma hora, como gostaria de fazer, mas estive tão ocupado com o Festival do Cinema e outros assuntos que parecem estar esperando um momento em que a gente esteja absorvido por compromissos para surgirem e exigirem solução. Estive assim num total envolvimento e só há cinco dias atrás me foi possível preparar a declaração do imposto de renda, quase no fim do prazo, que terminou ontem. Penso que serei absolvido da pequena falta.*

*O Festival deu-me um trabalho dos diabos. A censura aqui é fogo, fogo mesmo. A nossa salvação foi a pessoa do Diretor Geral da Cultura Popular, meu amigo, pessoa inteligente, que deseja modernizar o país, e, portanto, compreensivo. Mas uma andorinha só não faz verão... Os grupos incumbidos de exercer a censurar são hermético, vem do regime passado, e não permitem as liberalidades brasileiras. O prestígio pessoal do embaixador Gama e Silva teve influencia decisiva. Isto e outros casos, às dezenas, deixou-me exausto. Mas compensou: o Festival foi um tremendo sucesso. Portugal ainda não conhecia o cinema brasileiro! Abrimos uma porta, entrou um pouco de ar, e penso*

*que daqui por diante será possível um intercâmbio cultural e comercial no campo do cinema, entre Brasil e Portugal. Pelo menos treze filmes já estão vendidos a exibidores portugueses, dependendo, entretanto, da posição da censura com respeito ao circuito comercial. Ontem conseguimos a liberação de O HERDEIROS, depois de estar vedada a sua exibição em Portugal. Trabalho de convencimento, de boa vontade. O filme não chegou a tempo para a semana do Festival e agora vamos exhibi-los, numa seção extra, no dia 19.*

*Fui convidado a ir a Angola e a Moçambique. Prepararei duas conferências: IDEIA E IMAGEM DO BRASIL E BRASIL, TRÓPICO E CINEMA. Devia embarcar a 21. Mas minha mulher apareceu hoje com uma nevrite aguda, exigindo aplicação de infra-vermelho. Tive de adiar a viagem. Levaria comigo MACUNAÍMA E LULIANA DO AMOR PERDIDO, dois grandes sucessos no Festival de Lisboa para ilustrar minha conferência e mesmo fazer um festival-mirim.*

*Bem, a conversa está boa mas neste momento o telefone chama-me de Angola. Terei de explicar porque as razões por que cancelei a viagem.*

*Quando vem a Lisboa?*

*Abraços aos amigos do MJ. E a você outro abraço cordial e agradecido,*

Em meio às notícias sobre o 1º Festival de Cinema Brasileiro em Portugal, organizado pela embaixada brasileira, Leandro Tocantins avisa a Aloysio e a Paiva Chaves que estaria diante de um compromisso diplomático cultural com Angola e Moçambique e após o sucesso do Festival competia-lhe conduzir à África um Festival-Mirin aos moldes do que foi feito em Lisboa.

Por meio deste convite, feito pela Liga dos Graduados da Mocidade Portuguesa, é possível ver, além do interesse do público português aos filmes brasileiros, uma oportunidade de substituição da visão de um Brasil “sui generes” (ainda muito difundida no cenário internacional) pela percepção de algo muito mais forte que o Brasil já produzia, possibilitando meios de fortalecimento dos elementos de cooperação cultural entre os países de língua portuguesa na Europa e na África. E sob esta missão Leandro Tocantins contribuía também revelando as imagens do Brasil aos países da África negra e suas similitudes por meio de conferências feitas e apresentadas por ele mesmo.

Vale ressaltar que durante esse período, o Itamaraty financiou mesmo com baixos orçamentos diversas manifestações culturais na África com o intuito de ressaltar as “solidariedades naturais” entre o Brasil e este continente. Isto se deve a uma postura do

governo brasileiro inicialmente dada nos anos 1960, ainda no governo de Janio Quadros, retomada durante o regime militar no início dos anos 1970, sob a intenção de assegurar os interesses econômicos do país no continente africano e de lutar contra a forte influência Norte Americana. Essa ação também demonstrou a mudança de postura da diplomacia cultural brasileira que antes era somente destinada aos países europeus e americanos.



**Figura 13** - Janio Quadros, presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, data em que renunciou. Fonte: < <http://www.brasil.gov.br/governo>>. Acessado em: 05\07\2019.

Com relação a isto, Dumont e Fléchet (2014) afirmam que os objetos e os destinatários desse tipo de diplomacia brasileira se desenvolveram no início dos anos 1960, quando o Itamaraty agregou uma dimensão popular à “cultura nacional”, exibida no exterior, e reativou as antigas solidariedades sul-atlânticas no duplo contexto de descolonização e globalização cultural. A aproximação, porém, manteve-se inalterada: o pragmatismo próprio da política exterior brasileira inspirou igualmente o setor cultural. Assim, a cultura afro-brasileira, muito tempo mantida a parte, tornou-se protagonista desde que contribuisse para estabelecer proximidades econômicas e estratégias com a África. Do mesmo modo, o Brasil procurou manter uma “equidistância pragmática” entre

os diferentes polos de sua diplomacia, definindo os destinatários de suas políticas culturais – a América Hispânica, os Estados Unidos, a Europa e a África negra.

Nessas cartas, Leandro Tocantins relata sobre a conquista e o desafio em torno da organização do 1º Festival de Cinema Brasileiro em Portugal ocorrido em Lisboa, nos cinemas Império e Estúdio, entre 17 e 24 de março de 1971. De acordo com Regina Gomes (2008), o 1º Festival de Cinema Brasileiro foi marcado por uma ampla cobertura da imprensa e avaliação dos críticos em torno do evento desenvolvido pela Embaixada do Brasil em Lisboa. Todavia, afirma em sua pesquisa sobre “O cinema Novo em Portugal” que o evento teve, durante todos os dias do Festival, as salas cheias, porém os críticos afirmavam nos jornais da época que o Festival pecou por “desorganização no cumprimento da agenda dos filmes e pela ausência de obras expressivas do Cinema Novo Brasileiro”<sup>42</sup>. As críticas ressaltavam também a ausência de filmes do cineasta Glauber Rocha.



**Figura 14** - Cineasta brasileiro Glauber Rocha. Fonte: <<http://blogs.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em:10\07\2019.

---

<sup>42</sup> PINA, C. **Diário de Notícias**, Lisboa, 17 de mar 1971, p. 8.

Sob esse aspecto, é possível perceber no relato de Tocantins o esforço da Embaixada brasileira em promover esse festival, mesmo sem recursos, sob o intuito de divulgar a cultura brasileira como mais um elemento atuante da própria política externa do país. Desta forma destaco o trecho da carta onde afirma que:

*A coisa foi feita um tanto brasileiroamente: com a cara e com a coragem. E sem um centavo de dólar, mesmo: não há dinheiro para Cultura. Boa vontade dos exibidores portugueses, que arcaram com todas as despesas. Em troca, pleiteamos com o Governo português que as entradas fossem pagas para custear os gastos do empresário. E assim se fez. E sete filmes já estão vendidos, outros dependendo da palavra da Censura, eis que houve exceção para o Festival. Circuito comercial são outros quinhentos cruzeiros [...].*

Infelizmente, a relação entre os recursos do Governo Federal e as atividades da diplomacia cultural brasileira demonstra o próprio histórico de desequilíbrio institucional no interior do Ministério de Relações Exteriores e dos vários organismos governamentais incumbidos dos negócios culturais. Por isso, tal problemática é claramente denunciada no relato de atores encarregados do exercício deste tipo de diplomacia, tal como Leandro Tocantins que ressalta em suas missivas a falta crônica de recursos destinados ao setor cultural.

A atividade diplomática brasileira é marcada por grandes desafios e mudanças que acompanhavam a política externa do país. Em consequência disto, o país construiu um tipo de diplomacia cultural com o intuito de defender seus interesses econômicos e estratégicos. Mas para chegar a este ponto é possível afirmar que a diplomacia cultural brasileira construiu as suas bases fundamentalmente na própria dinâmica da cultura como valores da identidade da nação.

Os arquivos históricos do Itamaraty, guardados no Rio de Janeiro e posteriormente em Brasília, retratam a presença marcante do Chanceler Barão do Rio Branco (1902-1912), na formação da diplomacia brasileira e na construção das bases de uma diplomacia cultural capaz de propagar a imagem de um Brasil “civilizado”. Se a imagem do Brasil, no cenário internacional, era questionada durante o período do Império, foi durante a vigência do Barão que isto mudou devido a ação cultural ter sido introduzida oficialmente nas obrigações do Itamaraty.



**Figura 15** -José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco sentado ao centro. Fonte: <http://www.historiaegenealogia.com>. Acesso em: 11\07\2019

No livro *Ordem e Progresso* (2004) Gilberto Freyre afirma que foi durante a vigência do Barão do Rio Branco na chancelaria do Brasil que o Itamaraty se transformou em um órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil, por meio de um sistema de organização e de definições de valores superiores nacionais. Diante disso, ressalta que José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como o Barão do Rio Branco, na missão de apresentar ao mundo um Brasil civilizado, construiu por meio do Itamaraty uma espécie de “Diplomacia Branca” onde os aspectos culturais do Brasil indígena, negro e mestiço eram omitidos na tentativa de revelar que no Brasil existia uma sociedade que desfrutava dos aspectos da cultura erudita com grandes traços de herança europeia.

Este tipo de diplomacia perdurou durante grande parte do século XX, tudo em função do duelo contra o imaginário que caracterizava o Brasil como um país de “selvagens”, até que a própria propagação da arte e a natureza dinâmica da cultura fez com que o Brasil indígena, negro e mestiço se revelasse ao cenário internacional, proporcionando o próprio amadurecimento da diplomacia cultural brasileira. Por meio disso destacou a arte brasileira em geral, através dos valores da música, das artes plásticas e do cinema brasileiro que despertava curiosidade internacional pelo país.

Segundo Dumont e Fléchet (2014), desde sua independência o Brasil desenvolveu uma diplomacia ativa, que integrou a dimensão cultural. Limitada ao campo literário e às visitas oficiais de estudiosos estrangeiros até o final do século XIX, a diplomacia cultural brasileira se consolidou no período posterior à Primeira Guerra Mundial e experimentou diversos desdobramentos ao longo do século XX, fazendo do país um pioneiro e colocando-o à frente das demais nações do continente Latino-americano.

Todavia, a mudança do perfil deste tipo de diplomacia cultural, curiosamente, se dá no Brasil a partir da ditadura militar. Durante a ditadura, esta diplomacia deu espaço para a cultura popular, em conjunto com as produções eruditas. De acordo com os estudos de Dumont e Fléchet (2014), vale ressaltar que a ação cultural do Itamaraty, durante esta época, não surgiu do desejo de divulgar produções artísticas brasileiras ainda desconhecidas no mundo. Foi a popularidade já adquirida por produções culturais brasileiras no exterior – principalmente no cinema e na música – que deu origem a inserção de políticas específicas, que tinham como objetivo defender os interesses estratégicos e econômicos do país. Desta forma, a cultura popular apareceu a partir dos anos 1960 como um meio dinâmico de promover os interesses do Brasil no exterior e de compensar a carência de recursos do Departamento Cultural do Itamaraty, aproveitando os sucessos obtidos no setor privado.

Neste período, a política cultural externa esteve vinculada à Divisão Cultural e ao Departamento de Cooperação Internacional (DCI) do Ministério das Relações Exteriores e a produção cultural nacional foi crescentemente destacadas. Segundo Flavia Crespo (2012), esse momento foi marcado por reviravoltas na condução dessa política cultural a depender da chefia do DCI. Porém, no geral, a arte brasileira passou por um período de grande exposição, principalmente com a popularização da Bossa-Nova e o Cinema Novo. Com o apoio do Itamaraty, a produção cinematográfica brasileira é levada aos festivais internacionais e conquista vários prêmios.

Leandro Tocantins, como funcionário do governo militar brasileiro, se mostrou capaz de acompanhar essa mudança na postura diplomática do Brasil. Desde que chegou a Portugal desenvolveu um esforço não apenas no sentido de firmar a presença brasileira no cenário europeu, mas igualmente de construir canais de sociabilidade intelectual que tornassem possível a aproximação cultural entre os dois continentes contribuindo também com a comercialização da arte de seu país. Deste modo, o adido cultural fazia também o papel de mediador na comercialização desta arte, contribuindo com a popularidade da imagem do Brasil no exterior, tal como se vê nas cartas enviadas para o cineasta brasileiro Cacá Diegues:

5

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 23 de abril de 1971*

*Prezado Cacá:*

*Espero que você tenha recebido minha carta que escrevi com o endereço de Paris. Sabemos que vocês já estão em nosso país tropical abençoado por Deus. Lemos a entrevista de Nara. Léa, minha mulher está sempre em dias com as cantoras de sua predileção: Nara é uma delas. Mãe e filha estão ótimas na fotografia do “jornal do Brasil”. Nossos votos para que esse regresso seja o reencontro e encontros novos com o cinema e com a música. Muito esperamos de vocês.*

*No dia 19 aconteceu, afinal, a seção extra de “OS HERDEIROS”. Um dia ei de lhe dizer pessoalmente o que foi a nossa luta para a liberação do filme. Embora a situação descrita*

*no filme fosse essencialmente brasileira havia alusão a certos assuntos tabus para a censura portuguesa. Enfim, coisas...Mas no fim conseguimos exibi-lo integralmente o que foi uma vitória. Houve afluência de público, com predominância de jovens, que lotou os 1.400 lugares do cinema. Até cambio negro de entradas ocorreu. O Embaixador e a Embaixatriz estiveram presentes e apreciaram muito o filme. Aliás, ele já havia assistido o filme numa projeção especial em Brasília para resolver sobre sua liberação posta em dúvida pela censura. Lembra-se? Nessa época eu trabalhava no Gabinete do então Ministro Gama e Silva, a quem recomendei o filme, depois de um telefonema de seu pai. O ministro liberou. Veja como os nossos caminhos cruzaram novamente! Dou-lhe parabéns. Foi um grande êxito, inclusive de críticas. Mando-lhes recortes de jornais. O público aplaudiu no final da exibição. Sucesso igual só o de “Macunaíma”. Estou providenciando a remessa, hoje, do filme para Varsóvia, segundo suas instruções. Agora os distribuidores vão conversar com o Diretor Geral dos Espetáculos para saber qual a atitude da censura em relação a passagem do filme em circuito comercial. Desde já asseguro-lhe que farei tudo o que for possível para concretizar a medida.*

*Penso em realizar uma retrospectiva do Cinema Brasileiro: uma semana com “Barro Humano”, “Cousas Nossas”, “Canga Bruta”, “Caiçara”, “Sinhá Moça”, “Aló, aló Carnaval”, “Amei um bicheiro”; depois de um mês retomaria com “Rio Quarenta Graus”, “Ésse Rio que eu Amo”, “Mulheres Milhões”, “Assalto ao Trem Pagador”, “Menino de Engenho”, “A Grande Cidade”, “A hora e vez de Augusto Matraga”, “O Padre e a Moça”. Gostaria de incluir “Barravento” ou “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, mas Glauber Rocha não deseja participar desse tipo de promoção em Lisboa. É uma pena, por que seus filmes são fundamentais. Paciência. Devemos respeitar seus pontos de vista. Diga-me se a escolha está boa e se você tiver sugestões eu as receberei com grande prazer. No princípio do próximo ano, se ainda estiver no posto, espero fazer a II Semana do Cinema Brasileiro com filmes atuais.*

*Quais são seus planos? Vai realizar algum filme?*

*Abraço amigo a você e Nara e nosso carinho a Isabelinha.*

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 5 de maio de 1971*

*Prezado Cacá:*

*Espero que você tenha recebido minha ultima carta escrita para o Rio de Janeiro. Agora venho comunicar-lhe que OS HERDEIROS seguiram na semana passada para Varsóvia, aos cuidados do Secretário Arnaldo Carrilho. Nos termos de sua recomendação.*

*O Sr. Castelo Lopes, o maior distribuidor de Portugal deseja comprar OS HERDEIROS. Está em diálogos de convencimento com a censura. De minha parte faço também minha forcinha para que o filme venha a ser liberado em circuito comercial. Não acho difícil. Difícil é vencermos o ritmo lento dos portugueses resolverem assuntos. Vou dar o endereço do Calude Antoine para Castelo Lopes contactar.*

*Como já disse a você, foi sucessão. Remeto-lhes nesta oportunidade mais uma crítica. Para o grande publico, o cinema brasileiro constitui um grande impacto. Saíram da rotinização cinematográfica para o nosso surrealismo tropical. Penso que o Festival abriu portas para o filme brasileiro em Portugal. Claudio de Mello e Souza me disse que o Festival era a Transamazônica do cinema brasileiro nestas terras. Enfim, plantamos uma semente. Que a planta vai crescer, vai sim senhor.*

*Lembranças a Nara e carinho a Isabelinha.*

*Grande abraço.*

Nestas missivas, Leandro Tocantins expõe um incômodo com relação à censura existente em Portugal. Sem dúvida, a censura foi o mecanismo mais eficiente e responsável por manter o Regime<sup>43</sup> Autoritário Português sem alterações estruturais durante quatro décadas, estabelecendo o interesse do Estado Novo em mostrar a aparência das coisas e não a realidade, tanto nos veículos de comunicação nacionais como nos internacionais.

---

<sup>43</sup> O regime autoritário português, conhecido como Estado Novo, data de 1933 a 1974 e tem como figura política o ditador Antonio Oliveira Salazar.

Os filmes brasileiros do Cinema Novo carregavam consigo justamente a missão de revelar a realidade social e não a pura ficção características dos filmes norte-americanos. E sob esse aspecto, não seria surpresa para o Adido brasileiro atravessar o rigoroso filtro da censura, tendo em vista que Leandro Tocantins conhecia o poder regulador deste mecanismo no Brasil que também vivia sob as bases do Regime Autoritário Militar. Todavia, mesmo com o regime salazarista e a censura imposta em algumas obras cinematográficas brasileiras, a recepção do cinema novo do Brasil em Portugal foi feita com muito entusiasmo, tal como Leandro Tocantins escreve em carta:

*No dia 19 aconteceu, afinal, a seção extra de “OS HERDEIROS”. Um dia ei de lhe dizer pessoalmente o que foi a nossa luta para a liberação do filme. Embora a situação descrita no filme fosse essencialmente brasileira havia alusão a certos assuntos tabus para a censura portuguesa. Enfim, coisas...Mas no fim conseguimos exibi-lo integralmente o que foi uma vitória. Houve afluência de público, com predominância de jovens, que lotou os 1.400 lugares do cinema.*

Os filmes brasileiros apresentados ao ansioso público europeu encontravam, além do filtro da censura, o olhar atento dos críticos que de algum modo contribuiram para o aperfeiçoamento da diplomacia cultural brasileira naquele país. O 1º Festival de Cinema Brasileiro em Portugal, organizado pela embaixada brasileira, tendo a atuação ativa de Leandro Tocantins foi marcada pela avaliação de críticos, sendo uma das críticas principais a ausência dos filmes de Glauber Rocha. Todavia na carta que Tocantins escreve para Cacá Diegues vejo que essa ausência não se tratou de uma falha do Festival ou da Embaixada, mas sim uma opção do próprio Glauber Rocha<sup>44</sup> que somente aceitou ter seus filmes exibidos naquele país em 1972, tal como se vê no trecho da carta: “Gostaria de incluir “Barravento” ou “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, mas Glauber Rocha não deseja participar desse tipo de promoção em Lisboa. É uma pena, por que seus filmes são fundamentais. Paciência. Devemos respeitar seus pontos de vista”.

---

<sup>44</sup> O primeiro filme de Glauber Rocha exibido em Portugal foi “Antonio das Mortes”, que teve como título no Brasil “O dragão da maldade contra o santo guerreiro”



**Figura 16** - Carlos Diegues, cineasta e membro da Academia Brasileira de Letras. Fonte: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-diegues>>. Acesso em: 11\07\2019

Para Pierre Bourdieu (1997), a censura está relacionada a perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita. Deste modo, destaco que a própria dificuldade encontrada por Leandro Tocantins no 1º Festival de Cinema Brasileiro em Portugal estava ligada também aos impasses da censura, pois ela conferia as condições de comunicação da diplomacia cultural brasileira naquele país.

Diante disso, ressalto que a crítica portuguesa percebia essa relação entre a censura do seu país e a diplomacia cultural do Brasil, relação que na verdade trata-se também de uma intervenção e controle político e até mesmo econômico sob os bens culturais estrangeiros consumidos pelo público português. Nas palavras de Bourdieu (1997), essas coisas são tão grossas e grosseiras que a crítica mais elementar as compreende, mas ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da comunicação um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica.

Por outro lado, no âmbito da sociologia das relações internacionais é possível perceber que esse posicionamento simbólico de Portugal com relação às obras de arte brasileiras evidenciava também a oposição entre a ordem interna e a desordem internacional. Segundo Marcel Merle (1981), cada entidade soberana tem o direito de

conduzir-se como bem entende em relação às outras entidades soberanas, para defender seus interesses. Não se pode impor-lhe nenhuma lei, já que não existe uma autoridade que garanta sua aplicação.

Neste sentido, cabe ao papel da diplomacia, como a gestora das relações entre Estados e outras entidades da política mundial por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais, no qual se destaca o papel do embaixador, a condução das relações internacionais. Por tanto, mesmo diante dos grandes desafios da diplomacia cultural brasileira em torno da censura, Leandro Tocantins via na figura do embaixador Gama e Silva uma figura central no processo hierárquico de efetivação deste tipo de diplomacia em terras lusitanas, tal como relata em cartas para Leonardo Arroyo e Carlos, o qual pelo conteúdo e pelas datas suponho que seja Carlos Diegues.

7

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 02 de abril de 1971*

*Prezado Leonardo Arroyo:*

*Sua carta foi recebida com satisfação. Estive na livraria Portugal, distribuidora dos fascículos do “Dicionário da História de Portugal”. Infelizmente os fascículos que lhe faltam estão esgotadíssimos, assim como a maioria deles.*

*Tardei um pouco a responder-lhe porque tive a promessa de uma busca por outras livrarias de Lisboa e do Pôrto. Agora recebo resposta negativa.*

*Quanto à livraria que pede para manter intercâmbio, aconselho a Livraria Portugal, Rua do Carmo, 70, que possui uma eficiente secção internacional para atender os bons leitores como você.*

*Aqui vou procurar cumprir a missão. Sempre repito aos amigos que gostaria de ser (respeitada as distancias) um misto de Nóbrega e Anchieta, melhor, a ação conjugada ao espírito. Mas não sou tocado pela graça do Divino Espírito Santo, como eles, e apenas um missionário com boa vontade...*

*Acabam de realizar o I Festival do Cinema Brasileiro, Êxito completo. Portugal ainda não conhecia o cinema brasileiro. Imagine o impacto ao ver “Macunaíma”, “Os Deuses e os Mortos”, “Os Senhores da Terra”, etc. A crítica pasmou e teceu os maiores elogios. O Embaixador é um paulista dos bons. Gosta de realizar. Espírito aberto. Aprecia o convívio dos intelectuais. Sobretudo nos dá apôio total.*

*Vamos assim, tentando cumprir o encargo. Conseguimos incluir “O Cortiço”, “Memorial de Aires”, “Iracema”, “Menino de Engenho”, “Vidas Secas”, uma coleção de bolso RTP, grande sucesso em Portugal, 80.000 exemplares de cada título, vendidos. Raquel, Diná, Maria Alice Barroso, serão editadas. Temos planos de incluir novos autores brasileiros de talento. Escreve-me, dê-me sugestões, sim?*

*Quando vem a Portugal? Por que não pede uma bolsa da Gulbenkian ou do Instituto de Alta Cultura? Inscreva-se aí no consulado e mande-me dizer. Aqui trabalhamos a seu favor.*

8

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 01 de abril de 1971*

*Prezado Carlos:*

*Se recebi seus livros? Sim, recebi com muita alegria. E aqui vai o agradecimento especial. Ainda não tive tempo de le-los. Você, daqui a pouco, vai saber porque. Recebi também sua carta. Na mesma hora telefonei ao nosso Ferreira de Castro sobre o assunto que você me pediu para tratar: viagem de FC ao Brasil, conveniência de passagens para o “Augustus” e não para o “Eugenio C”. Ferreira com aquela humanidade que você tão bem conhece foi acessível. No mesmo dia respondeu (parece-me que ao Povina Cavalcante) dizendo estar de acordo viajar pelo “Augustus”, nos primeiros dias de maio. A dúvida de Ferreira de Castro era a de ter tempo de seguir no “Augustus”, pois ele tem um compromisso de estar em Cannes, a partir de 25 de abril, para fazer parte de um júri literário. Pensa até a tomar o navio na Riviera Francesa, pagando ele mesmo o percurso até Lisboa.*

*Não respondi logo a você em virtude da pronta e favorável reação de Ferreira de Castro. Ele me garantiu comunicar a você, isto é, o grupo de amigos no Rio que estão promovendo sua viagem, essa decisão. Portanto, fiquei descansado.*

*Agora ouça: sua carta e os livros chagaram no momento mais tumultuado de minha presença em Lisboa. Festival do Cinema Brasileiro. Uma loucura. Meu gabinete virou surrealismo puro. Gente de todo lado, Telefonemas a cada instante. Radio, imprensa, TV. Atores, distribuidores de filmes, estudantes. Tive de assistir a 21 películas para selecionar 14. Entrava pela madrugada. Escrever textos para alimentar o noticiário dos jornais. Olhe, foi uma trabalhadeira danada. Vinte dias que não fui dono de mim. Costumo dizer que este seu Doutor Fausto subdesenvolvido e amazonotropical quis imitar o verdadeiro, libertando fôrças e depois quase foi incapaz contê-las. De fato, não possuímos infraestrutura para produções desse porte. Tudo tem de ser feitos na cara e na coragem. Felizmente encontrei alguns amigos portugueses que quiseram ser voluntários na Legião Estrangeira. Me ajudaram um bocado. Depois, o Embaixador é sensacional. Sabe estimular e dar o apoio necessário. Foi a mão forte do Festival. Você já deve ter conhecimento do excepcional êxito. Não êxito fabricado em notícias, mas êxito real. Abalou essa pacata e deliciosa Lisboa. É só ver a coleção de jornais.*

*Carlos amigo, o Rocardo Cravo Albim ficou de conseguir uma passagem aérea para eu ir ao Rio entrevistar (melhor, ser um dos entrevistadores) de Ferreira de Castro no Museu de Imagem e do Som. A ideia foi dêle e eu peguei com unhas e dentes. Seria ótimo que eu desse um pulo no Rio. Além dessa tarefa tão grata (eu ficaria com a parte amazônica da entrevista) preciso tratar de alguns interesses meus, paralisados, dando-me prejuízo, veja se anima o Ricardo a concretizar o convite.*

*Espero ter cumprido a missão que você me encarregou. Mande sempre suas ordens.*

*Grande abraço.*

Leandro Tocantins apreciava a escolha do governo brasileiro pela equipe diplomática destinada a assumir a Embaixada do Brasil em Lisboa, no ano de 1970, julgando sempre como bastante acertado o uso de escritores e intelectuais no serviço diplomático do Brasil, grupo ao qual ele mesmo se inseria. Este posicionamento se fundamentava em sua crença que na atuação intelectual e na força das manifestações culturais estavam os meios adequados para a expressão real da imagem do país no cenário internacional.

Os intelectuais situados nos períodos históricos da política brasileira marcada por regimes autoritários, tal como na época da missão de Leandro Tocantins, tiveram diversificados tipos de engajamento político, todavia algo comum entre eles era a competência particular para assumir a responsabilidade mais política do fenômeno político: a ideologia (PECAULT, 1989).

A função do corpo diplomático, onde Tocantins se destacava juntamente com o Embaixador Gama e Silva, revela o papel da diplomacia cultural na construção de uma imagem nacional brasileira apoiada na estratégia do governo militar em usar as embaixadas como ambientes privilegiados de propaganda cultural de um Brasil que, mesmo diante dos seus dilemas, “zelava pela democracia” e pelo desenvolvimento da nação. Neste sentido, destaco a reportagem publicada pelo *Correio Braziliense*, em 2007, onde fica evidente que a diplomacia brasileira gerenciada pelo Itamaraty não foi um instrumento passivo diante das ideologias do regime, refutando a ideia de que os veículos diplomáticos brasileiros estiveram neutros ao autoritarismo:

A escassez de evidências da participação da diplomacia brasileira na repressão fez crer a todos que o MRE foi a reserva moral da democracia, em pleno regime militar. Construiu-se, com o silêncio a imagem de diplomatas sem partidos ou tendências ideológicas, incólumes aos vaivens da política e dedicados exclusivamente à defesa do interesse do Estado. Mas não é bem assim. A cúpula do Itamaraty se ajustou perfeitamente aos interesses do governo militar, e o Ciex<sup>45</sup> contribuiu de maneira decisiva para a localização e detenção de muitos asilados<sup>46</sup>.

Sob este aspecto, é possível perceber também a importância estratégica de um ex-ministro da justiça assumir cargo tão relevante como uma chancelaria brasileira em períodos de ditadura militar no Brasil.

Por outro lado, destaco ainda que Gama e Silva em sua missão diplomática, na qual se encontrava Leandro Tocantins, contribuiu do mesmo modo com o fortalecimento do patrimônio cultural do Brasil por meio da negociação junto ao governo português da posse dos restos mortais do Imperador D. Pedro I por parte da nação brasileira, tal como vemos na correspondência do adido cultural:

---

<sup>45</sup> Serviço de inteligência do Governo Brasileiro durante o regime militar. Foi o órgão que propôs a maior quantidade de censuras a materiais considerados subversivos pelo regime e responsável por grande parte da estrutura da máquina de repressão do governo, tendo torturado centenas de pessoas no Brasil.

<sup>46</sup> Disponível em <http://diplomattizando.blogspot.com/2007/07/757-o-itamaraty-colaborando-com.html> acesso em: 15/07/2018.

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 12 de agosto de 1971*

*Caríssimo Roberto:*

*Obrigado pelo belo postal, as boas notícias, o grifo no amigo certo. Isto mesmo é o que eu esperava. Do contrário ficaria aporrinhadíssimo. Bem, tudo certo, estarei chegando ao Rio pela TAP, domingo 22 de agosto, no aeroporto do Galeão às 4 horas da tarde. Vou experimentar o vôo diurno, conferir o roteiro de Cabral, à plena luz. Pergunto, como farei para entrar no “inferninho”, quem estará lá, a quem devo procurar, me dirigir, etc, etc, porque prevejo que não estará no Rio. Pois, pois, o nosso querido Embaixador vai a São Paulo no próximo dia 18 inaugurar uma Avenida Presidente Costa e Silva (está radiante, já se vê), e assim é bem possível que fique por terras bandeirantes. Muito embora o Embaixador regresse a Lisboa a 22 ou 23, para a 6 de setembro voltar ao Brasil, desta vez em companhia do Ministro, Rui Patrício. Como não quero ficar na rua, ou zanzando por Copacabana a procura de vaga em hotel de 2º ou 3º classe, desejo que me expliques tudo isso direitinho, a tempo da carta me pegar em Lisboa. Diz ao “tio” Matias que eu já havia reservado muito antes uma garrafa de uísque para ele, mas em vista da diária do inferninho ter aumentado muito, curvo-me à essa nova exploração capitalista e já tenho comigo um saboroso Pôrto para suas libações. Dá um abraço nele, com meu agradecimento.*

*O Embaixador é a pessoa mais feliz de Portugal. Não preciso dizer-te mais nada. O fêmos do Pedrito segue com Pai Tomaz para o Brasil, via Rio, para as margens do Ipiranga, o tal de margens plácidas, onde se ouviu o brado heroico e retumbante, que bem pode ter sido um enormíssimo peido, pois o nosso Pedro (fato histórico) estava com uma caganeira daquelas. Mas, sem brincadeira, foi extraordinário o fato do Brasil ficar com os despojos de nosso primeiro Imperador, figura a quem muito admiro, por seus defeitos e suas qualidades que chego a dizer formam uma síntese do caráter brasileiro. Impetuoso, generoso, homem de Estado nas horas graves, fodedor, amante das boas conversas, Quixote. Esplendido Pedro I! Bem haja à terra que ele tornou brasileira na qual semeou suas ideias liberais, bom lavrador do campo humano com tantos*

*princepezinhos por onde passava sua augusta presença! Estou contentíssimo. Médice é um artista do suspense. Preveja o impacto nos brasileiros!*

*O nosso professor, recebendo recado pessoal do Presidente, D. Eddy também, foi um banho de felicidade para os dois, para a família, toda, para os amigos. Bem podes imaginar o que é. Agora, sim, os dois acalmaram. Fazem planos bonitos, confessa as delícias de Portugal, as atrações do posto e tudo mais. Salve, o bom desfecho! Gibson foi o portador da mensagem especial e recomendada de Sua excelência. Estas a ver a importância!*

*Teremos muito que conversar. Muito mesmo. Agora responde-me já e já. Pega a pena e começa, se não dá tempo da carta chegar antes de 22.*

*Um grande abraço*

As primeiras negociações visando trazer para o Brasil os restos mortais de D. Pedro I datam de 1908. Com a concretização da República, o governo brasileiro sentiu-se pronto para estreitar os laços de amizade com a antiga metrópole. Após a negociação feita entre os Estados, os restos mortais do imperador viriam para o Brasil com D. Carlos, rei de Portugal. Porém, em virtude de sua morte brusca, este objetivo político diplomático foi interrompido. Em 1922, o projeto de traslado foi mais uma vez planejado entre os dois países, para a comemoração do centenário da independência, mas também não obteve sucesso.

Somente em 1971, o Itamaraty em conjunto com o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro retomaram as negociações junto aos Institutos de Preservação e Memória e o Governo português no sentido de reaver o direito de abrigar no Brasil os despojos do imperador. A doação dos despojos do imperador por parte do governo português ao Brasil causaria uma perda histórica e patrimonial para a nação lusitana, todavia os acordos diplomáticos foram fundamentais nessa ação de cooperação histórico cultural entre as duas nações, até que em 1972 o traslado ocorreu tendo como participação fundamental no processo de negociação as figuras do Embaixador Gama e Silva e o Adido Cultural Leandro Tocantins. A recepção da imprensa brasileira com relação a essa conquista do patrimônio histórico do Brasil é retratada na matéria lançada no Jornal *Estadão* em 13/08/1971 (acervo):

O presidente de Portugal, almirante Américo Thomaz, concordara em transladar e presentear o Brasil com os restos mortais do imperador.

Aos portugueses falou sobre o sacrifício em pró de enriquecer e fortalecer os laços entre a comunidade luso-brasileira. “Assim repartidos entre Portugal e o Brasil os despojos de D. Pedro serão bem o símbolo de uma raça que, dividida entre duas Pátrias, permanece, todavia, fiel à alma que lhe dá caráter no mundo e inspira pelos tempos afora os destinos lusíadas, disse Américo Thomáz, deixando claro, que o coração não viria. Permaneceria na cidade do Porto, já que o próprio D. Pedro deixou-o, em testamento, á cidade. No dia anterior, o presidente Médici expressara, em rede nacional de TV e rádio a sua emoção; “brasileiros, não posso esconder minha emoção. Fala por si mesmo este fato que nenhuma eloquência poderia superar: no ano em que celebramos o sesquicentenário da nossa independência, regressará ao Brasil o corpo daquele que, em sete de setembro, às margens do Ipiranga, com a bravura, o arroubo e a paixão que eram a marca de sua personalidade, proclamou livres estas terras”<sup>47</sup>.

Por meio do discurso de Médici no rádio e na TV ressaltou a interferência presidencial na atuação diplomática cultural brasileira o que rompe com a conhecida tradição apartidária das atividades do Itamaraty. Diante disso, vale destacar que de todos os órgãos do Estado, o Ministério das relações exteriores – Itamaraty foi o único a ser poupado pelos militares da intervenção. Permanece, todavia, segundo Batista (2010), as práticas da diplomacia em geral as quais comportam um tipo de predisposição individual capaz de conduzir os seus integrantes a justificar quaisquer atos ou omissões, desde que fundamentados em conveniências, não raro, atribuídas ou atreladas às razões de Estado.

O Estado é um órgão exclusivo responsável por elaborar representações que valem para a coletividade, mas que se diferencia de outras representações coletivas devido seu maior grau de reflexão e consciência (DHURKEIM, 2002). A partir desse pressuposto noto a presença de lacunas principalmente entre a atividade diplomática, a sociedade, o governo e o Estado. Mas que lacunas são essas? De acordo com o estudo feito por Batista (2010), são as molas flexíveis de que nos fala o homem de Estado e organizador da carreira diplomática, o Visconde de Uruguai, segundo princípios ainda hoje operantes.

---

<sup>47</sup>Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,oito-centimetros-impediram-sepultamento-de-pedro-i,8904,0.htm> acesso em 20/07/2018

# O IHG quer trazer d. Pedro e Anchieta

Os restos mortais de d. Pedro I e do padre José de Anchieta poderão vir definitivamente para o Brasil em 1972. Neste ano, quando se irá comemorar o sesquicentenário da Independência do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, promoverá um congresso reunindo historiadores do Continente Latino-Americano, de Portugal e da Espanha e aproveitará a oportunidade para tentar trasladar para o nosso País as cinzas das duas personalidades históricas.

Os argumentos dos membros do Instituto Histórico e Geográfico são muitos e contêm o próprio governador Laudo Natel, e o presidente do Instituto discutiram essa questão. Na visita que fez ao governador, Aureliano Leite solicitou que o Estado colaborasse de alguma maneira com o Simposio a ser realizado em São Paulo e que receberá o nome de Congresso Brasileiro de História da Independência. Laudo Natel não só prometeu o seu apoio moral, mas deverá contribuir materialmente para o Instituto Histórico e Geográfico.

toria do Brasil. Há pouco, a pedido da Sociedade "Cavaleiros de São Paulo", foi trazida uma reliquia de José de Anchieta para o Patão do Colégio, um fêmur do jesuíta, morto em 1597. Mas os restos do corpo de Anchieta presumem-se que permaneçam em Portugal, na cidade de Lisboa, para onde foi levado no século XVIII. A vinda de seus restos para São Paulo dependerá da Igreja, a maior interessada na permanência de Anchieta em Portugal.

Não é este, porém, o caso de d. Pedro I, Imperador do Brasil e rei de Portugal, respectivamente: seu corpo repousa ao lado dos membros da família real de Bragança, que reinou em Portugal desde 1641, quando o primeiro ancestral de Dom Pedro I subiu ao trono. Exaltado tanto por portugueses como por brasileiros, os restos de d. Pedro não serão facilmente trasladados para o Brasil. O governo português, embora, conforme alguns historiadores, "não considere com muita simpatia a figura de d. Pedro I", não permitirá facilmente que

ridades portuguesas com as quais, a seu tempo, o Itamaraty, deverá manter os contatos preliminares".

## AS RAZÕES

O que justifica a vinda dos restos mortais de d. Pedro I e do Padre Anchieta para o Brasil, onde seriam colocados no mausoléu do Ipiranga, conforme o diretor do Instituto Histórico e Geográfico, é o papel que tanto um como outro desempenharam na História brasileira.

"Em primeiro lugar, explica Aureliano Leite é em São Paulo que jaz a primeira esposa de d. Pedro, d. Leopoldina, atualmente na Cripta do Monumento do Ipiranga. Além disso, foi em São Paulo que d. Pedro proclamou a Independência e é em nosso Estado que repousam seus grandes colaboradores na causa da Independência. Quando a José de Anchieta, a principal razão de trasladação de suas cinzas para o Brasil, reside no fato de que foi em São Paulo que ele iniciou sua grande obra, quando

Figura 17 - FONTE: Acervo Jornal Estadão

Leandro Tocantins revela em carta o apoio à estratégia de seu governo em usar a embaixada do Brasil em Portugal como este espaço privilegiado de divulgação da imagem do Brasil. E como um intelectual no desempenho do papel de adido cultural se propôs a cumprir o seu objetivo que era firmar a presença internacional do país, principalmente no âmbito cultural com destaque nas relações de cooperação. Sob este aspecto, vejo o quanto a relação entre os intelectuais em missão diplomática e a política interna e externa brasileira pode ser um objeto de controvérsias e de debates, sobretudo no que diz respeito ao sentido de suas relações com o Estado.

Tal intenção deixa evidente na epístola endereçada ao político brasileiro, ex-ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nos anos 1950, Marcial Dias Pequeno, onde Tocantins se auto intitula como "*um missionário da cultura brasileira*" e interpreta o seu trabalho na embaixada, o de Arthur Cezar Ferreira Reis no Conselho Federal de Cultura e o de Marcial Dias Pequeno no governo brasileiro, como uma missão ao Estado Brasileiro.

[Carta datilografada em uma página]

Lisboa, 31 de março de 1971

*Meu caro Dr. Marcial Dias Pequeno:*

*À beria-Tejo acompanho com maior interesse (e saudade) a vida brasileira. Os jornais me disseram de sua nomeação para Chefe do Gabinete Civil do Governador Chaga Freitas.*

*De repente o passado ante-1964 aflorou nítido em meu espírito: a lembrança dos tempos que trabalhamos juntos no Ministério da Indústria e do Comércio. Depois, Arthur Cezar Ferreira Reis eleito, sem saber, Governador Do Amazonas, na crista revolucionária. Os fatos mudaram o destino de cada um de nós, mas não conseguiram dissipar essa solidariedade espiritual que une os homens afã de servir corretamente o seu país.*

*Arthur Reis, no Conselho Federal de Cultura, eu, na Embaixada do Brasil em Lisboa (tentando ser missionário da Cultura brasileira) – um misto de Nóbrega e Anchieta – ação e espírito conjugados – pobre de mim essa aproximação!) e o Senhor, agora em tão importante cargo. Conjugam-se os mesmos fatores de missão, e quem diz missão diz deveres a cumprir.*

*Ora bem, acostumei-me a vê-lo pelos olhos de Arthur Reis, e, depois, pelos meus próprios, chegando às mesmas conclusões. O Senhor é o homem do dever, isto é, sabe conduzir-se nos cargos públicos com devoção. Nunca os usou para satisfazer interesses pessoais, ou de grupo.*

*Portanto, sua presença no Govêrno da Guanabara enche-nos de alegria e de boas certezas. Cumprimento-o. Desejo-lhe êxito e felicidades.*

*Cordial abraço de*

*(Leandro Tocantins)*

Por sua vez Leandro Tocantins, na missão de “servir corretamente o seu país”, se adequou na melhor forma possível ao contexto ao qual o seu campo era parte integrante. Pois como um intelectual a serviço do Estado autoritário inseriu-se no campo ambíguo da diplomacia brasileira, se incorporando à sua lógica e práticas específicas. Ou seja, construindo e aperfeiçoando um *ethos* diplomático. Como um conjunto de valores e

crenças fundamentais este *ethos* se torna a base onde se enraíza o *habitus* dos indivíduos. Nas palavras de Bourdieu (2001 p. 121):

O *habitus* específico imposto aos novos postulantes como um direito de entrada, não é outra coisa senão um modo de pensamento específico (um *eidos*), princípio de uma construção específica da realidade, fundado numa crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos (um *ethos*).

A partir desta perspectiva, Leandro Tocantins foi interpelado pela estrutura do campo diplomático, que de certo modo o convocou a definir-se em relação a ela mediante uma imposição sutil, todavia aceita pelo adido cultural que via nesse campo de possibilidades a missão de servir o seu país. Esta postura é revelada em duas cartas escritas para o general do exército brasileiro e embaixador do Brasil na França em 1970, Aurelio de Lyra Tavares.

11

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 06 de maio de 1970*

*Meu caro General Lyra Tavares*

*Vejo, com muita alegria, que os meus prognósticos não falharam: a Academia chamou-o para o seu convívio. E de modo expressivo. Parabéns. A casa de Machado de Assis ganha uma companhia cordial, um espírito lúcido, voltado para as indagações do Homem em seu processo histórico e em sua trajetória de futuro. Uma inteligência que se volta ao humano, ao dialogo que nos faz mais humanos.*

*Também regozijo-me pela sua designação para Embaixador em França. O posto, embora tentador (nós todos nos acostumamos a querer e admirar a França), apresenta algumas dificuldades. Infelizmente Paris é hoje a central de notícias mentirosas que comunistas, maoistas, fidelistas, oportunistas e outras istas desencandeiam contra o nosso país. Sua figura respeitável, seu domínio da língua da Racine, sua maneira de agir com firmeza, seu fair play, acrescidos de uma grande credencial na República das Letras, o ajudarão a conseguir o êxito social e político que lhe deseja a Nação e a que merece.*

*Meus primeiros trinta dias em Portugal foram movimentadíssimos. Já pronunciei três conferências. O Adido Cultural é bastante solicitado e eu desejo ser fiel aos altos objetivos da missão.*

*Os jornais de Lisboa anunciam sua vinda a Lisboa antes de assumir o posto. É verdade? Aqui o esperamos, antecipando o abraço e a satisfação.*

12

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 07 de maio de 1971*

*Meu caro Embaixador Lyra Tavares:*

*Perdoe-me se não respondi há mais tempo sua consulta. Não sei se a minha função em outros países é tão absorvente como aqui. Costumo dizer que tive a imprudência de fazer como o Doutor Fausto. Comecei a libertar coisas e agora não sei contê-las. É bem de meu feitio. Não me agradam a inércia, a rotina. Preciso estar imaginando coisas, o meio de realizá-las. Afinal, vim para Lisboa servir ao meu país. Depois do Festival do Cinema, de enorme repercussão tratamos agora da exposição ABC (autores brasileiros contemporâneos). Cerca de 160 quadros constituirão a amostra que começará em junho. Em outubro realizaremos uma retrospectiva do cinema brasileiro (Juventude e Maturidade do Cinema Brasileiro). Diná virá dentro em pouco prestigiar o lançamento de seu livro “A Muralha” (em Portugal será “Terra Violenta”) que conseguimos editar, assim como “Um nome para matar”, de Maria Alice Barroso (ela é presidente do Instituto Nacional do Livro). E outras coisas mais.*

*Bem o essencial é que cumpri suas ordens. E poso informar que “O Estudante Alsaciano” é da lavra de Acácio Antunes. Essa poesia foi intensamente recitada nas escolas e nos salões de Lisboa fin de siècle. Aparece no Correio da Manhã, de 5-1-1885. Não foi encontrado em livro. No entanto, a Biblioteca nacional de Lisboa possui as seguintes obras de Acácio Antunes:*

*“As onze e meia” (comédia) 1912*  
*“O cinematógrafo”(comédia) 1917*  
*“A condenada” (trad. de B. Ibañez) s\d*  
*“O infanticida” (comédia) 1913*  
*“O marido de minha mulher” 1917*

*Assim o nosso Acácio teve uma animadíssima participação no teatro português. Foi uma espécie de Arthur Azevedo lisboeta. O professor Hernane Cidade garante-me que “O estudante Alsaciano” é original de Acácio Antunes. Ele ainda se lembra da grande voga em Lisboa: recitar a poesia. Também o professor Vitorino Nemésio falou-me da autenticidade do trabalho de Acácio. Não subestime dúvida quanto a isso.*

*Espero que estas informações – o que me foi possível apurar- venham corresponder a sua expectativa.*

*Se houver qualquer indagação a fazer, estou ao seu inteiro dispor.*

*Um grande abraço!*

Como adido cultural, Tocantins também mantinha uma rede de relações com atuantes dos setores militares, essa afinidade entre os agentes da diplomacia e os militares revelava naquele momento da história política do Brasil além de um encontro de classes que compartilham *habitus* um tanto semelhantes, tendo em vista que ambos faziam parte da burocracia do Estado e desfrutavam de estatuto especial, a representação de um trabalho articulado do Estado o qual envolvia toda a sua estrutura em torno da legitimação dos interesses nacionais. Neste sentido, Bourdieu (2000) p.173, afirma que:

*A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a luta simbólica pela conservação ou da transformação do mundo social por meio da conservação ou pela transformação do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a.*

Desde que chegou a Lisboa Leandro Tocantins se esforçou para tornar possível uma aproximação cultural da *inteligência* brasileira a Portugal, claramente expresso também na troca de correspondência com intelectuais e artistas brasileiros e portugueses e os inúmeros convites feitos em nome da Embaixada para que representantes da cultura brasileira exibissem seus trabalhos em território europeu. Sob este intuito o adido

brasileiro lançou mão de diversas estratégias, que incluíam o uso do espaço da Embaixada brasileira para mostras culturais e da sua própria casa no bairro do Restelo.

Lançando mão desse dispositivo, o adido brasileiro procurou construir em torno de si uma espécie de “rede intelectual”, composta por escritores e artistas. Esse tecido intelectual foi formado com base em uma sensibilidade e no objetivo compartilhado por alguns de promover uma aproximação cultural entre Brasil e Portugal e a esperança posta na cultura como meio de renovação social, todavia dentro dos limites impostos pelas ideologias que norteavam a atividade intelectual no período.

Porém, Leandro Tocantins se deparou também com as resistências de alguns artistas e intelectuais, que num primeiro momento se recusavam a comungar desta diplomacia cultural como atividade aplaudida pelo Estado autoritário brasileiro. Neste sentido, o adido desenvolveu um verdadeiro exercício diplomático em convencer alguns destes elementos chaves da cultura brasileira a expor sua arte e literatura nas terras lusitanas durante a lógica do regime autoritário brasileiro, tal como Glauber Rocha e a escritora e parente de Leandro Tocantins, Rachel de Queiroz. Em cartas escritas para José Olimpio e para a própria Rachel de Queiroz, vislumbro a insistência do adido pela presença da escritora no lançamento de seus livros em Portugal.



**Figura 18** - Rachel de Queiróz. Fonte: Acervo do jornal O GLOBO<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Em 1977, Rachel de Queiroz foi eleita à primeira mulher a tomar posse na Academia Brasileira de Letras.

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 10 de maio de 1971*

*José Olimpio, meu amo e senhor:*

*Esta é para pedir seu pistolão. Já uma vez me vali dele e deu certo. Rachel concordou em editar aqui seus romances, coisa que em Portugal ninguém acreditava. De novo, o pistolão: escrevi carta a Rachel consultando se vem ou não vem a esta beira-Tejo, e queria que você usasse de sua influencia para que ela venha. Seria bom para ela, para o Brasil e para os portugueses que estão desejando vê-la. Em outubro, quando sai a edição portuguesa de seus três romances reunidos. Mas é preciso que ela me diga sem tardança. Precisamos preparar as coisas com antecedência.*

*Estiveram em Lisboa pessoas muito simpáticas da clã José Olimpio. Estiveram em nossa casa recebendo o acolhimento amigo que merecem. Chefia do capitão Antonio Olavo. Mário Palmério em badlações pela Europa. Escreveu-me de Paris. Está encantado com tudo. Nestes Portugais demos-lhe toda a cobertura. E olhe que foi um sucesso! Abraços aos amigos da Editôra e aos convivas amigos do bom almoço J.O.*

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 10 de maio de 1971*

*Rachel de Queiroz:*

*Ora bem, a Bíblia fala em Rachel, bela e agradável e a nossa Rachel, bela e agradável e a nossa Rachel do Ceará não fica longe disso não. Tôda sua bele espiritual corre de manso no coração dos amigos, e até aqueles, apenas leitores, sentem o mesmo, de encantamento pelas três marias, pelos quinze, pelos Joões Miguel.*

*Agora, Portugal vai ter Rachel impressa em suas próprias páginas. Sinto-me com pontinha de responsabilidade nesse encontro mais-de-perto. E me proponho, em justas razões em petições outorgadas, a ser porta-voz: querem ver Rachel, ouvir Rachel, dialogar com Rachel.*

*Por que não vir a Portugal, novembro, por exemplo, tempo feito para essas acontecências? Provar o calor humano de novas criaturas que leem e gostam de Rachel. O chamamento é amável. O editor sonha com ele, Portugal aplaude, o Brasil ganha. Por que não vir?*

*Venha!*

*Responda-me. Haveremos de dar sentido e conteúdo a este princípio. A terra era vazia e nua. Fez-se a luz, fez-se muita coisa mais. Se você concorda será Genesis. Verá que todas as coisas que vamos fazer serão muito boas.*

*Leandro Tocantins*

Deste modo, é possível afirmar que diante de sua missão Leandro Tocantins enfrentava também o desafio do uso instrumental de sua posição no campo diplomático. Isto porque, como adido cultural e, por isso, representante cultural de um Estado autoritário, era levado a tornar-se conivente com razões estruturais cujos reais motivos lhe escapavam, fazendo valer princípios dos poderes tácitos ao Estado e arranjos que lhes são essenciais, cuja execução cabe a agentes específicos, tal como os membros de uma missão diplomática.

Segundo Max Weber (2001), na época de Carlos V e Maquiavel, a influência que, sobre os círculos especializados da diplomacia, exerceu a leitura apaixonada dos relatórios de embaixadores transformou a atividade diplomática numa arte de *Connoisseur*. Formados, em sua maioria, dentro dos quadros do humanismo, os aficionados dessa nova arte consideravam-se como uma categoria de especialistas, à semelhança dos letrados da China do baixo período, o período da divisão do país em Estados múltiplos. No entanto, foi a evolução dos regimes políticos no sentido do constitucionalismo o que permitiu sentir, de maneira definitiva e urgente, uma orientação formalmente unificada do conjunto da política, inclusive a política interna, sob a diretriz de um só homem de Estado.

Neste sentido, a atividade dos agentes diplomáticos acompanhou a própria evolução dos regimes políticos na estrutura que os integram e sob uma realidade constitucional.

Por isso, posso afirmar que a atividade a qual exerceu o adido Leandro Tocantins no campo diplomático e na estrutura que o abrigava, durante o regime militar brasileiro, confirma a hipótese de que ele foi propenso a defender as diretrizes e ideologias que circundavam a atividade diplomática do período. Fazendo-o com que se tornasse um profissional orgânico dessa estrutura e com uma *missão* diante do Estado. Vislumbro o intelectual Leandro Tocantins, portanto, no grupo daqueles indivíduos que formam uma categoria social específica – agora a diplomacia, representando um determinado grupo social, com o compromisso de legitimá-lo ideologicamente e justificar a sua função social, agindo na formação de sua homogeneidade e consciência de grupo que representam. (GRAMSCI, 1985).

Nas palavras de Barros (1981), “os intelectuais tem como real função soldar a hegemonia ideológica da classe, agora - após a tomada revolucionária do poder político – dominante”. E sob esta missão, Leandro Tocantins exerceu de forma consciente suas obrigações correspondentes a atividade em Portugal, abrigado na segurança de uma lógica estrutural específica. Diante disso, é possível afirmar que o Ministério de Relações Exteriores como um órgão integrante e orgânico do Estado sofre a influência direta do mesmo, tal como pode se ver na carta que Leandro Tocantins escreve para D, Heloísa<sup>49</sup> comparando a Embaixada brasileira em Portugal ao próprio Ministério da Justiça, como se fosse uma extensão daquele órgão ao qual o adido exerceu função juntamente com Gama e Silva.

15

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 04 de maio de 1971*

*Prezada D. Heloisa:*

*Hoje, de repente, me lembrei: não é que completei vinte anos de serviço público em janeiro deste ano e até agora o fato me passou despercebido! A trabalhadeira grande que tenho tido aqui me faz esquecer os meus pobres direitos de funcionário público (mas não*

---

<sup>49</sup> Possivelmente funcionária do Ministério da Justiça do Brasil.

*os amigos como a senhora). Então pus mãos a obra num intervalo desta sessão diária de contatos, de promoções culturais, de gente me telefonando, me procurando, o diabo. Mando-lhe dois requerimentos que peço a fineza de dar o destino de praxe. E desde já agradeço mais esta fineza.*

*Então, quando se resolve a visitar Lisboa? Peça férias em junho ou agosto, meses quentes, agradáveis, de céu azul e sol brilhante em Portugal, e venha dar-nos o prazer de sua presença. Garanto que o Embaixador e eu ficaríamos muito contentes.*

*A Embaixada aqui é uma espécie de gabinete do Ministro Gama e Silva. Ganhou movimentação, dinamismo, entusiasmo. O nosso amigo está se revelando um grande Embaixador. Vai deixar uma excelente obra.*

*E o nosso Ministério? Mando abraço ao amigos.*

*Aqui fico ao seu dispor.*

Leandro Tocantins reconhece a importância da parceria conjunta com o embaixador Gama e Silva na missão de divulgar os valores nacionais brasileiros aos europeus na missão consular em Portugal. Esta ação conjunta na Embaixada apresenta elementos compartilhados por ambos no interior do campo diplomático, como a divulgação da cultura brasileira e das conquistas desenvolvimentistas para a nação, encabeçadas pelo regime militar no Brasil, além da missão de estreitar a relação com países da África, comprovando a política da busca por novos parceiros econômicos e diplomáticos, sem porém, afetar negativamente a relação com Portugal.

As funções exercidas pelas repartições consulares, na atualidade estão presentes no Artigo 5º da Convenção de Viena de 1963<sup>50</sup> sobre Relações Consulares, dentre as quais destaco as funções apresentadas no inciso: “b) fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, culturais e científicas entre o Estado que envia e o Estado receptor e promover ainda relações amistosas entre eles, de conformidade com as disposições da presente Convenção”. Neste sentido, ressalto que o exercício do mandato de Gama e Silva, tendo Leandro Tocantins como adido cultural da missão, foi marcado principalmente pelo cenário da política externa brasileira ambígua, no que tange a defesa dos interesses de autodeterminação dos países da África ao mesmo tempo em que mantinha seu apoio político e econômico ao colonizador português<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> MATHIAS. M; RODRIGUES. T. **Política e Conflitos Internacionais**. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2004.

<sup>51</sup> Do lado sul americano, durante os anos 60 e 70, a relação do Brasil com os países vizinhos da América Latina ficou marcado por divergências em torno da supremacia regional. O governo argentino acusava constantemente o governo brasileiro de imperialismo e de estar a serviço dos interesses norte-americanos.

As capacidades, habilidades, experiências e a encarnação de um talento pessoal para resolver conflitos e reforçar o poder da cultura como patrimônio foram essenciais para o estabelecimento do diálogo de Leandro Tocantins com atores distintos num cenário de crise, tal como os portugueses colonizadores e os africanos colonizados, sob o pleno exercício do *soft power* da diplomacia brasileira. Sob este aspecto Lafer (2001 p. 77) afirma que:

A diplomacia brasileira vem exercitando o potencial de geração de poder inerente ao papel de *soft power* no plano internacional, com o objetivo de assegurar espaço para a defesa dos interesses nacionais. O exercício deste papel gerador de *soft power* é, assim, um componente da nossa identidade internacional, voltado para o tema da estratificação internacional.

A relação diplomática do Brasil com Portugal e ainda com os países africanos na missão na qual Tocantins trabalhou apresenta um caso esclarecedor sobre a importância deste conceito de “poder brando” como um recurso de poder em benefício da política externa de um Estado. Mesmo o Brasil ser possuidor de recursos de poder, tais como elementos de poder militar preparado, o tamanho do seu território e o tamanho da sua população, o país é comumente identificado como pacífico e revelador da importância que o *soft power* adquiriu como elemento de promoção no cenário internacional.

Neste sentido, destaco que Leandro Tocantins exerceu a diplomacia cultural - elemento de poder brando - não como uma profissão, mas como vocação e missão. A lealdade e o compromisso inquestionável para com o seu campo de atuação (diplomacia) e a estrutura que lhe protegia (Estado) era claramente perceptível por meio de sua relação com o Embaixador. Leandro Tocantins realizou a sua mudança para Portugal antes de Gama e Silva e, por meio das correspondências, pode se ver que o adido preparou as instalações e a recepção ao seu embaixador naquela missão.

---

Isto porque a política externa brasileira mantinha posturas agressivas com os seus vizinhos através da política de neutralização de todos aqueles que pudessem demonstrar perigo a doutrina anticomunista então vigente.



**Figura 19** - Foto do Embaixador Luiz Antonio da Gama e Silva. Fonte: Arquivo CPDOC

16

[Carta datilografada em três páginas]

*Lisboa, 09 de abril de 1970*

*Meu Caro Ministro Gama e Silva:*

*Depois dos ajustamentos iniciais de quem chega á cidade nova, acompanhado da tribo dos Tocantins, apresso-me a dar-lhe impressões que vou colhendo, aqui e ali, nesta Lisboa de Ulisses ou na Coimbra dos choupais, começando ambas primavera ainda fria*

*(temos dias de 7 graus) que parece se esquivar dos deveres de estação amena, a que está obrigada. Isto agride a sensibilidade tropical da tribo amazônica. A filhinha menor já pegou constipação (como se diz por cá e em Belém do Pará também). A mulher, saudosa dos calores ardentes de Belém e do Rio, faz companhia ao constipado da filha. Mas vamos bastante alegres e esportivos, enfrentando esses problemas menores, inclusive o da moradia, que desde ante-ontem está felizmente resolvido. Alugamos um magnífico apartamento no bairro do Restelo, em área nova, acabada de urbanizar. É primeira locação. Muito em conta: 8.000 escudos mensais, todo mobilado. Há 4 quartos, 2 banheiros sociais, um gabinete, living, sala de jantar, amplo hall, cozinha e copa, além de quarto de empregado com banheiro próprio. É realmente esplêndido e barato. Pertence à filha do Embaixador Câmara Canto, casada com um engenheiro português. Na próxima semana abandonarei as incomodidades do hotel para fruir as graças do lar. O pessoal da Embaixada me tributou uma quente acolhida. Minha mulher teve seu quarto de hotel cheio de flores da primavera: não havia mais lugar para coloca-las. O Claudio reuniu o pessoal, na Embaixada, e fez a minha apresentação com generosas palavras. Respodi-as com sobriedade cordial. Fui a Coimbra, em companhia do Ministro encarregado de Negócios, para assistirmos à abertura do I Encontro dos Professores do Ensino Superior e Secundário de Língua e Literatura Portuguesa, patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura de Portugal.*

*A começar pelo ex-Reitor, Prof. Gouvêa, todos os seus amigos me cercaram para saber notícias do Embaixador que demora em vire, na carregada prosódia lusitana. Mostraram-se céticos quanto ao prazer e a honra de vê-lo no Palácio da Rua da Emenda. Animei-os. Dei-lhes a esperança do próximo desembarque em Portela de Sacavém, até o fim deste mês. Ficaram tranquilos e satisfeitos. Aqui em Lisboa todo mundo indaga sobre o mesmo assunto. Disse-me o Claudio que o Ministro do Exterior, Rui Patrício, lá o sondou umas três vezes: parece que o governo português não está muito convicto de sua presença aqui em virtude da sucessão governamental em São Paulo. Costumo argumentar com o caso do Embaixador Guilhom (que chega a Lisboa, de passagem para Madrid, no próximo dia 14). E me respondem: “O Guilhon não se chama Gama e Silva e nem a Espanha é Portugal”. Por tudo isto, o senhor poderá avaliar o clima lusitanos (quase passional) que cerca o mundo. Claudio solicita-lhe a fineza de avisar com antecedência de 15 dias a sua partida, pois o governo português deseja receber as credenciais do nono Embaixador no 3º dia após a chegada. É uma honra especial concedida ao representante brasileiro, desde que outros embaixadores aguardam de 20*

a 30 dias. Assim, o governo português preocupa-se em marcar o ato com antecedência, para evitar espera maior, caso o senhor chegue em prazo curto e encontre a agenda presidencial tomada por compromissos. Isto é questão importante para o governo português – esclarece-me o Claudio. Visitei o palácio da Rua da Emenda. Vagarosamente. Pude apreciá-lo em seus ricos detalhes de ornamentação e de arquitetura. É, de fato, um belíssimo prédio nobre do fim do século XVIII, com azulejos da época, e mobilado com bom gosto. Foi totalmente pintado, após a partida do Embaixador Ouro Preto, e renovada as tapeçarias e cortinas. Há um ambiente de dignidade e de evocação das constantes histórico-culturais luso-brasileiras. O gabinete do Embaixador é uma graça: distinto e acolhedor. Próprio para diálogo com amigos ou para meditar ou ainda escrever, ou ainda ler um bom livro. A Embaixatriz dispõe, ao lado, de um boudoir também bastante simpático. Enfim, o conjunto oferece todas as comodidades ao Embaixador, sua família e seus hóspedes eventuais. Prevejo os Gama e Silva recebendo com sua distinção e nobreza os seus convidados a jantares e recepções! Diga a D. Eddy que o serviço de prata e cristal é perfeito e belíssimo. Toalhas, roupas de cama, etc, etc, tudo em alvíssimo linho e bordados maravilhosos. O Embaixador só deve trazer objetos pessoais: aqueles que influam na criação de um ambiente que possa recordar os ares da mansão da rua Jacarezinho. Mais nada. Aqui o Embaixador e a Embaixatriz vão encontrar todo o necessário para o desfrute de vida do lar e da vida diplomática, vale dizer, mundana e elegante. Mandei verificar as condições de matrícula no Colégio dos Jesuítas São João de Brito. O Fernando deve trazer atestado dos estudos feitos no Brasil (com notas), firmas reconhecidas em tabelião e a deste no Consulado de Portugal.

Certidão de nascimento com firma reconhecida no tabelião e no Consulado português. A solução proposta é a do Fernando cursar como ouvinte no 3º ano liceal (que corresponde ao 1º ano científico) para em outubro começar o 4º ano, correspondente ao 2º ano científico. Seria uma forma hábil para ele se adaptar. Poderá, entretanto, ocorrer outras soluções com a presença do Fernando em Lisboa. Há, entretanto, outros excelentes colégios, inclusive o colégio inglês, de renome na Europa.

Bem a conversa se alonga e agora é melhor contar os dias para o prazer do abraço no Embaixador. Enquanto isso, digo-lhe que embora as minhas preocupações e tarefas de instalação, já estou plenamente integrado em meu trabalho. Os planos começam a tomar forma. Encontro o melhor apoio do Claudio e dos colegas da Embaixada.

*Mando um abraço grande ao Luis Antonio, a quem escreverei brevemente. Léa e eu nos associamos nos mesmos votos de felicidade e boas vindas ao prezado casal.*

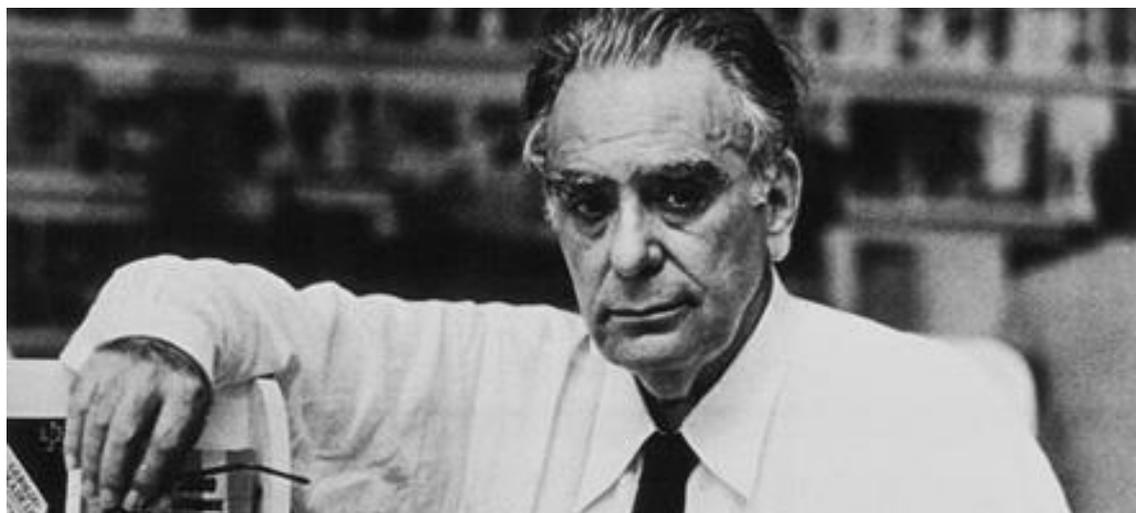
A trajetória de Leandro Tocantins, até chegar à diplomacia brasileira, foi muito influenciada por sua situação social e pelo campo de possibilidades que lhe foram impostas desde a infância na região Norte do Brasil. Uma família tradicional, a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, a possibilidade de publicar em jornais da época, a vida de escritor, o círculo de amizade seletivo, enfim, sob todos esses aspectos é possível traçar um quadro claro das pressões sociais que agiam sobre ele. Deste modo, este capítulo propõe uma elaboração de um modelo teórico verificável da configuração e trajetória dos anos em que o adido como homem amazônico exerceu a diplomacia cultural brasileira em Portugal e a sua interdependência com os agentes sociais da época, tal como o Embaixador Gama e Silva dentre outros personagens essenciais aos debates sobre os rumos da cultura nacional.

Nesta trajetória, Leandro Tocantins se adaptou às demandas do *establishment*, posicionamento dado como óbvio pelas pessoas socialmente dependentes. O seu interesse pela preservação e divulgação da cultura regional brasileira dentro dos ideais conservadores de sua classe ressaltam também a sua capacidade de transitar nos ambientes políticos e diplomáticos brasileiros. Isto fortalecia Tocantins dentro uma rede de relações que lhe permitia estar próximo das discussões sobre os projetos para a Nação e para a sua região, a Amazônia. Ou seja, a aproximação de personagens públicas-chaves desse período foi fundamental também para que Tocantins pudesse colocar em evidência e ressaltar a importância da Amazônia na pauta de discussão pública para a Nação.

Todavia, logo no primeiro ano de seu trabalho como adido em Portugal percebeu a pouca atenção dada entre os anos de 1970 e 1971 aos assuntos amazônicos, tendo em vista que quase não chegavam notícias sobre a Amazônia na Europa, e se inquietou porque como intelectual amazônico e como agente diplomático sabia da importância da divulgação da realidade daquela região.

Leandro Tocantins havia se comprometido com a missão de divulgar a cultura brasileira e nessa missão esforçou-se também pela divulgação da Amazônia, seja por meio de seus ensaios, seja pela divulgação de obras de outros intelectuais e artistas que retratavam a realidade regional amazônica. Sua indignação ao pouco investimento em exposições internacionais da cultura regional brasileira se revela na carta destinada a José Olímpio, onde afirma que o “*Brasil esquece de vender a sua cultura*”, e resalta o seu

comprometimento enquanto adido em cooperar com a Presidência da República na tarefa de transmitir em Portugal a “*imagem fiel da realidade brasileira*” tal como demonstro na carta endereçada a Otávio Costa, chefe da assessoria especial de relações públicas da presidência da república durante o governo de Médice:



**Figura 20** - Editor e amigo de Leandro Tocantins, José Olympio Pereira Filho. Fonte: <<https://jornal.usp.br/atualidades/a-trajetoria-do-editor-jose-olympio-pereira-filho>> Acesso em: 12\07\2019

17

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 21 de outubro de 1971*

*José Olympio, Meu Caro Amigo,*

*Hora e vez um tanto atrasada, sim, mas nunca esquecida, de vir agradecer as boas reuniões que participei à volta de sua mesa brasileiroamente posta (e comida). Tinha o meu Editor, o irmão, completando tempo, a família simpática, os escritores amigos, o pessoal camarada da casa. Isto basta para sentir um calor humano brasileiro, que já me fazia falta, em um ano e cinco meses de ausência da pátria. Muito obrigado por tudo. Lamentei, apenas não ter comparecido à outra reunião, menos festiva e talvez de resultados práticos para o intercâmbio cultural luso-brasileiro, em 72, com sesquicentenário e outras comemorativas importantes. Transmitiu-me o convite nosso*

*amigo Manuel Caetano. Houve adiantamento, e na nova data eu já me encontrava em Lisboa.*

*Espero, porém, que o Capitão General Arthur Reis, tenha comparecido, e depois me transmita o desejo (ou as ordens) do nosso Chefão dos Livros.*

*Tive ocasião de ler as cartas de Guimarães Rosa a Curt Meyer-Classon, seu tradutor alemão. São admiráveis e importantíssimas para a análise e conhecimento (melhor) do processo literário, estético, a minuciosidade de Rosa em seu admirável artesanato. Traduttori, traditori, o nosso grande Rosa não esquecia o trocadilho dos italianos.*

*Afinal, Curt Meyer, saiu-lhe o homem certo para a versão alemã. Ajustaram-se os dois em sensibilidade, em mútua compreensão da difícil linguagem rosiana, e, afinal, por excelente estenia. Curt dirige o Instituto Alemão de Cultura, em Lisboa. Maravilha de instalações, de biblioteca, e de outros meios de moderna comunicação. Dá-me água na boca. Ah, o Brasil, com destino não mais à vista, mas entrando pelos olhos da cara, esquece de “vender” a sua cultura: agressivamente, no bom sentido.*

*Curt, ia eu dizendo, meu bom amigo, é homem de pendores brasileiros, culto, e intelectual sensível à nossa vida, e vida em sentido global. Facilitei-lhe na Embaixada, com permissão do Embaixador a cópia em Xerox de cerca de 90 cartas de Rosa a ele as envie a José Olympio, possivelmente com um estudo crítico, pois Curt poderia fazê-lo muito bem. Aí o Editor J.O. poderia encarregar um crítico para prefaciá-la obra, e eis um magnífico livro, essencial ao entendimento rosiano!*

*Fui amigo pessoal de Guimarães Rosa. Razão maior para que eu faça votos êxito nessa iniciativa. Curt vai enviar-lhe as cópias em Xerox. E José Olímpio saberá agir.*

*Quero dizer-lhe, que muito aprecio e agradeço sua generosidade ao enviar-me os livros da casa. Amenizam-me o espírito de muitos aborrecimentos, dando-me, a sua a sua leitura, aquele estado de espírito que, no meu próximo livro expresso: sair do quarto e sua quadratura.*

*E em falar nisso: sairá aqui em Dezembro, meu livro de Poemas “O Alfange do Galo”. Como sou desconfiado, submeti os originais a Murilo Mendes e Cassiano Ricardo. Os mestres acenderam de verde suas palavras. Neste caso, publico. São 40 poemas, uns sobre temas portugueses, outros brasileiros, outros universais, metafísicos. Uma experiência que me excita. E me lembrando de Mario de Andrade, em uma carta a Alceu de Amoroso Lima, venho pedir-lhe licença para dedicar a J. O. Amigo dos livros um dos poemas. O Mario diz que no Brasil ninguém pede licença para dedicar coisas, como se*

*o homenageado è que ficasse devendo favor. De minha parte digo-lhe: quero favor, sim, o favor de sua sempre amizade.*

*Uns quinze amigos foram lembrados: Valdemar Cavalcante, Carlos Drumond, Murilo Mendes, Arthur Reis, Cassiano Ricardo, Álvaro Pacheco, entre outros.*

*Estou animando o Souza Pinto do “Livros do Brasil”, para editar aqui o “Romance da Pedra do Reino”, que apreciei muitíssimo.*

*Bem, estou em longevidade epistolar (implico com esta palavra, mas, vá lá...) O abraço para todo o pessoal da Casa, outro especial para o chefão de seu,*

18

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 07 de maio de 1970*

*Meu caro Coronel Otávio Costa:*

*A função de adido cultural, a par das obrigações específicas, importa numa série de deveres a que o atual titular se sente obrigado por formação espiritual e cívica. Um deles é o de cooperar com a Assessoria de Relações públicas da Presidência da República na tarefa de transmitir em Portugal a imagem fiel da realidade brasileira.*

*O importante setor, que o amigo dirige com lucidês, poderá fornecer-me valiosas informações que seriam úteis ao meu trabalho de esclarecer os meios culturais portugueses, retificando notícias falsas ou tendenciosas, corrigindo deformações, que são freqüentes na Europa, veiculados com o intuito de incompatibilizar a opinião pública mundial com o Governo brasileiro.*

*Sou freqüentemente solicitado a falar sobre aspectos e fatos do Brasil, sobretudo os que se ligam à sua evolução social e política, o que, na realidade, incide no campo da cultura, em seu sentido amplo e moderno.*

*Dêsse modo, ponho-me à sua disposição, esperando que essa iniciativa resulte em benefícios dos altos interesses do nosso país.*

*Receba os meus cordiais votos de felicidade pessoal e de êxito cada vez maior em sua missão.*

*Leandro Tocantins*

Ciente do papel a ser desempenhado por ele na condição de agente específico do campo diplomático, Tocantins compartilha com seus interlocutores uma exigência da sua missão diante do Estado autoritário brasileiro a qual se dava também em retificar notícias falsas ou tendenciosas, corrigindo deformações freqüentes na Europa as quais, segundo ele, eram veiculadas com o intuito de incompatibilizar a opinião pública mundial com o governo brasileiro.

Essa atitude de Leandro Tocantins demonstra o apoio integral, porém discreto do Itamaraty à ditadura militar e um alinhamento, em determinados momentos, entre a postura dos agentes diplomáticos e o jogo político dos militares no governo brasileiro, evidenciando o quanto os interesses de determinados grupos sociais encontravam expressões em movimentos intelectuais organizados como missão na consciência de certos indivíduos recrutados no interior dessas classes (MANNHEIM, 1986).

Durante a ditadura militar no Brasil, os regionalismos culturais eram um ponto a ser superado pelo governo autoritário no sentido de se adequar o país a uma lógica cultural comum e patriótica. Diante disso, quando Tocantins afirma em carta que “a função do adido cultural, a par das obrigações específicas, importa numa série de deveres a que o atual titular se sente obrigado por formação espiritual e cívica e um deles é o de cooperar com a Presidência da República na tarefa de transmitir em Portugal a imagem fiel da realidade brasileira”, vejo Leandro Tocantins exprimir, com convicção, critérios diplomáticos ancorados na tradição de combinar com harmonia e leveza elementos opostos. Isto porque, na brilhante missão de agente diplomático estava também o escritor e ensaísta amazônico que via na preservação da cultura regional um fator de desenvolvimento e na realidade social brasileira uma imagem que estava em congruência com a visão que a Europa gostaria de contemplar do país, pois era essa a imagem que era capaz de ser “vendida” por meio da própria produção cultural produzida no Brasil.

Leandro Tocantins demonstra uma capacidade de posicionar-se e, ao mesmo tempo, não se permitir definir. Tanto, que se compromete em combater a imagem negativa disseminada no exterior sobre o governo autoritário militar revelando o mais puro exemplo da ambiguidade diplomática e uma característica comum também aos intelectuais. Sob este comportamento, localizo a pouca autonomia do campo diplomático a partir da teoria de Pierre Bourdieu (2004), o qual ressalta que quanto mais os campos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas. Deste modo, pode se ver que tanto a diplomacia brasileira quanto os intelectuais inseridos nesse campo não possuíam

plena autonomia, tendo em vista que seu exercício é condicionado pela natural submissão à política externa do país, que era caracterizada pelos ditames do governo autoritário que por sua vez era condicionado à lógica internacional.

André Amado em sua obra *Por dentro do Itamaraty* (2013), afirma que a postura e o olhar da diplomacia brasileira são globais, de modo que o cenário externo se torna extensão e, ao mesmo tempo, veículo de conformação dos interesses nacionais, daí a caracterização do Brasil como ator global (global player). Deste modo, não há alternativa; ao contrário, o Brasil tem de compenetrar-se dessa condição, com atitude serena e assertiva.

Por esta razão é possível ver nesta carta Leandro Tocantins, como adido cultural, assumir um papel de mediador da opinião pública mundial quanto ao governo brasileiro. A importância desta função se dava não somente no fato de divulgar as ações e o comprometimento governamental com a cultura nacional em âmbito externo, por meio da diplomacia cultural, mas também no fato da própria esfera pública brasileira ter o conhecimento das ações e negociações do governo brasileiro no cenário internacional.

Para Habermas (1984), a esfera pública é definida, em primeiro lugar, como uma rede de comunicação na qual são trocadas opiniões; contudo, somente as opiniões que satisfazem determinados critérios se tornam propriamente públicas. Não é qualquer opinião que possui a qualidade para sê-lo, mas todas as opiniões o são potencialmente, já que, ao mudarem as conjunturas e as condições de comunicação, podem encontrar uma maior atenção e, portanto, tornar-se opinião pública. Deste modo, resalto o quanto o trabalho de adido cultural de Leandro Tocantins exerceu também um poder ideológico na esfera pública nacional.

### **3.2. Leandro Tocantins: um adido e ativista da cultura amazônica**

Nesta direção, o trabalho de Leandro Tocantins apresenta coerência com a ideia de cooperação cultural no sentido de disseminar a cultura brasileira facilitando outros países a entenderem a realidade cultural do Brasil e de sua Amazônia. Sob este aspecto, destaco a sua missão também como um ativista cultural, pois com relação à Amazônia encontramos nos epistolários diplomáticos uma série de escritos que revelavam a sua preocupação com esta região e como ela poderia ser alcançada.

Para desenvolver seu estudo sobre Leandro Tocantins, Odenei de Souza Ribeiro analisou a relação entre a função pública e as obras escritas por Tocantins com intuito de

identificar como o pensamento deste intelectual por meio de sua ação como escritor e sujeito político puderam incluir a Amazônia entre os desafios nacionais. Como contribuição e aprofundamento do estudo do pensamento social brasileiro em torno da vida e obra de Tocantins, neste tópico, procuro analisar a relação entre a função pública na área da diplomacia e a materialização das ideias do intelectual, tendo como elemento basilar as missivas diplomáticas, de modo a entender de que forma o adido cultural contribuiu com o desenvolvimento social e cultural da Amazônia em plena ditadura militar.

Apesar de pleitear certa espontaneidade, tendo em vista que estas cartas expressam elementos de sua vida pública e privada, há nelas cálculos e expectativas quanto à recepção de suas mensagens dirigidas a uma série de intelectuais, artistas, funcionários públicos, diplomatas e políticos brasileiros. Deste modo, também é possível enxergar nestas missivas as estratégias que o intelectual e adido brasileiro pensou para a Amazônia.

Sob este aspecto, destaco o espaço (Amazônia), os atos (cartas escritas em Portugal – vida privada) e a intencionalidade de Leandro Tocantins como produtores de importantes elementos de articulações entre a esfera íntima e a vida social. Neste sentido, as epístolas representam uma ação política por meio dos atos da fala deste intelectual que para entendê-los se faz necessário buscar aquilo que se encontra além dos sentidos dos termos utilizados, tal como afirma Skinner (2005, p.146):

[...] devemos arranjar instrumentos que nos permitam recuperar aquilo que o autor possa ter estado a fazer quando afirmou algo e, desse modo, que nos permita compreender aquilo que o actor (sic) pode ter pretendido com o discurso em si próprio.

Diante disso, indago se durante a produção dessas cartas Leandro Tocantins exerceu apenas uma função social que dava caráter de unidade ao pensamento político brasileiro, sob o emprego de transmiti-lo externamente por meio da diplomacia cultural, ou se na relação entre o seu hábitus diplomático e ethos acadêmico fervilhava o desejo de construir um projeto para a Amazônia.

Para Skinner (2005), qualquer acto (sic) de comunicação constituirá sempre a tomada de uma determinada posição em relação a alguma conversa ou argumento preexistente. Daí resulta que, se quiser compreender as afirmações de Leandro Tocantins sobre a Amazônia é preciso identificar exatamente qual a posição política ideológica defendida por ele durante o contexto da ditadura militar no Brasil, indicando assim que

“a intencionalidade pode ainda ser corroborada pela análise da coerência das crenças do autor do discurso.” (SKINNER, 2005, p.168).

O agente diplomático Leandro Tocantins pertencia a um grupo de intelectuais amazônicos que acreditavam que esta região só se integraria à nação e ao mercado mundial, sem perder as suas particularidades culturais, por meio de uma transformação no modo como se produzia e acumulava o capital local visando o aceleração do processo de modernização local. Sobre este grupo de intelectuais ao qual Tocantins fazia parte Odenei de Souza Riberio afirma que:

[...] O projeto de hegemonia, tímido, em germe nos escritos de Araújo Lima, aparece em outros termos e redefinido, conforme as injunções temporais, nas obras de Arthur César Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins, indicando o papel que desempenhariam no processo de modernização das forças locais. Por intermédio de suas ações práticas na esfera político-administrativa – em grande parte orientadas pelos diagnósticos que faziam da realidade do Extremo Norte -, imprimiram marcas indeléveis à paisagem cultural e à vida social da região Norte. Ações práticas que denotam as lutas pelo poder legítimo de assumir o papel de porta-vozes da região no âmbito do debate nacional, no qual as posições políticas e culturais constituíam parte de uma estratégia para alcançar suas aspirações privadas e a missão pública de fazer da problemática amazônica um tema-chave para a consolidação do projeto nacional de desenvolvimento. Nesse campo de forças em disputas com outros grupos de intelectuais, é que Araújo Lima, Arthur César, Djalma Batista e Leandro Tocantins assumiram papel relevante na condução da região no cenário de lutas pela definição de um projeto de modernização nacional. O modo como exerceram suas atividades públicas, suas opções intelectuais e políticas estão intimamente ligadas às disputas, conflitos, lutas e alianças pelo direito legítimo de conduzir a região no âmbito das transformações modernas em curso no Brasil (RIBERIO, 2015, p. 35).

Destarte, mesmo na condição de agente diplomático Tocantins não deixou o Ethos acadêmico, pois era, acima de tudo, um intelectual e escritor da vida amazônica que tinha o objetivo de manter a sua região em um espaço na agenda política nacional durante os anos de governo militar no Brasil. Sua preocupação em sempre evidenciar a Amazônia é evidente em seus discursos nas cartas, tal como podemos ver nas missivas destinadas a Dario Castro Alvez, Alvez Pinheiro e Cacá Diegues.



**Figura 21** - Imagem do escritor, diplomata e Embaixador brasileiro Dario Moreira de Castro Alves. Fonte: < <https://e-cultura.blogs.sapo.pt/69537.html>> Acesso em: 13\07\2019

19

[Carta manuscrita em uma página]

*Lisboa, 4-10-71*

*Dario Castro Alves, meu caro:*

*Vão as últimas provas tipográficas de “Terra Violenta”.*

*Da vez passada mandei amostras de minha (possível) poesia, mas já modifiquei algumas coisas nesse [...], para simplificar a linguagem romântica. Êsse meu telurismo amazônico pinga seiva demais. É preciso contê-lo...*

*Mando para você e Diná [...] “A Praia”, que me parece bem estruturado e com menos exuberância.*

*Bom, aguardo as provas com ansiedade. O livro precisa ser lançado ainda êste ano.*

*Você e Diná contem sempre com o amigo que os abraça.*

*Leandro Tocantins*

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 26 de julho de 1971*

*Meu caro Alvez Pinheiro:*

*Tenho o prazer em retornar o nosso diálogo epistolar, depois de sua visita muito badalada em Portugal. Começo por dizer que alguns jornais brasileiros e o “Diário popular”, de Lisboa, noticiaram o desaparecimento do escritor Mário Palmério no interior africano. Enquanto isso, o Mário estava tranquilamente instalado no Hotel Lis, na Av. da Liberdade, escrevendo seu novo livro, em ritmo febril. Mário embarca hoje pelo petroleiro Washington Luís, com licença especial da diretoria da Petrobrás, devendo chegar ao Rio de Janeiro no próximo dia 12 de Agosto. O petroleiro saíde Lisboa para a Argélia, e daí para o Rio de Janeiro. Mário Palmério aproveitará a travessia atlântica para pôr em ordem suas idéias e escrever as impressões da longa viagem de 5 meses na Europa e na África. Arthur Reis pronunciou excelente conferência na Academia Portuguesa de Cultura. Tema: A Cultura Brasileira, suas raízes. Agradou em cehio um auditório selecionadíssimo. Embora verão, o nosso Adriano Moreira conseguiu reunir um bom público. Arthur Reis concluiu sua conferencia falando sobre a atual política cultural brasileira. Aplaudidíssimo. Adriano ofereceu-lhe jantar com 50 pessoas. Embaixador Gama e Silva presente a tudo, e oferecendo na quinta-feira passada um jantar na Embaixada com a presença de intelectuais e de Garrido Torres. Falaram o Embaixador e Arthur Reis: este sublinhou as preocupações culturais de Gama e Silva, desde sua gestão de Reitor, quando deu grande dimensão ao programa de publicações de livros na Univ. de S. Paulo e criou a Escola de Comunicação. Lembrou que como M. da Justiça Gama sempre fora sensível aos problemas que o Conselho Federal de Cultura lhe propunha, inclusive deu apoio à emenda constitucional proposta pelo Conselho relativa à Cultura, parte da qual está hoje integrada na Carta Magna. Aludiu aos problemas de Censura no M. da justiça, a propósito de peças teatrais e de cinema, examinados e decididos pelo titular da Justiça com inteligência e espírito superior. Foi uma linda noite. Você próprio já viveu há pouco o mesmo momento. Ferreira de Castro contentíssimo. No Rio recebeu seus oito mil dólares de direito autoral para filmagem de*

*A Selva. Luís de Miranda Corrêa ainda não começou as filmagens por causa da desusada enchente do rio Amazonas, com aspectos de calamidade. Atrazou o programa em três meses. Veja você, meu caro Alves Pinheiro, que tive muita razão em dar título ao meu primeiro livro: “O Rio Comanda a Vida”. Esperamos, agora a Transamazônica, retire parte dêsse tirânico poder. Se você quiser pode noticiar que a I Retrospectiva do Cinema Brasileiro, a ser realizada na Gulnekian, ficou transferida para a primeira quinzena de outubro, a fim de coincidir com a presença de universitários de volta às aulas. Todos os filmes já se encontram na Embaixada. No auditório da Philips Portuguesa – verdadeira maracilha em som, técnica e decoração – exibi para um grupo de 50 cineastas novos de Portugal os filmes Macunaíma e A Hora e a Vez de Augusto Matraga. Foi o I Encontro com o Novo Cinema do Brasil. Falei uns vinte minutos sobre Mario de Andrade e Guimarães Rosa, em cada sessão. Êxito absoluto. Palmas. Debates no final sobre cinema brasileiro [...] Ninguém conhecia os filmes porque o grupo estava fora de Lisboa quando passou Macunaíma no Festival. Os produtores, no Rio, não gostam que a gente exhiba seus filmes para público numeroso, porque a intenção sempre é vende-los e isto pode tirar espectadores nas sessões comerciais.*

*Bem, estas são as novas, Na próxima semana darei outras. Os intelectuais da Embaixada ficaram encantados com sua nota a propósito do “estrelismo literário e artístico”. Aragão guardou o recorte, muito reconhecido. Pela minha parte, obrigado. Léa e eu mandamos afetuosas lembranças ao casal amigo.*

*Grande Abraço*

21

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 5 de maio de 1971*

*Prezado Cáca:*

*Espero que você tenha recebido minha última carta escrita para o Rio de Janeiro. Agora venho comunicar-lhe OS HERDEIROS seguiram na semana passada para Varsóvia, aos cuidados do Secretário Arnaldo Carrilho. Nos termos de sua recomendação.*

*O Sr Castelo Lopes, o maior distribuidor de Portugal deseja comprar OS HERDEIROS. Está em diálogos de convencimento com a censura. De minha parte faço também minha forçinha para que o filme venha a se liberado em circuito comercial. Não acho difícil. Difícil é vencermos o ritmo lento dos portugueses resolverem assuntos. Vou dar o endereço do Calude Antoine para Castelo Lopes contactar.*

*Como já disse a você, foi sucessão. Remeto-lhe nesta oportunidade mais uma crítica. Para o grande público, o cinema brasileiro constitui um grande impacto. Sairam da rotinização cinematográfica para o nosso sulrrealismo tropical. Penso que o Festival abriu portas para o filme brasileiro em Portugal. Claudio de Mello e Souza me disse que o Festival era a Transamazônica do cinema brasileiro nestas terras. Enfim, plantamos uma semente. Que a planta vais crescer, vai sim senhor. Lembranças a Nara e carinho a Isabelinha.*

*Grande abraço do*

Em algumas cartas a Amazônia surge como uma postura engajada de Leandro Tocantins por manter a sua região como um nome em destaque nesse trânsito de informações relacionadas à diplomacia cultural brasileira na Europa. Mesmo servindo na burocracia do Estado, revela seu ativismo como um intelectual preocupado com os assuntos amazônicos. Sua preocupação é tão evidente que chega a afirmar em tom de bom humor, na carta escrita a Dario Castro Alves, que “*seu telurismo amazônico pinga seiva demais e que é preciso contê-lo*”.

Na carta enviada para Alvez Pinheiro revela também o seu interesse em inserir a Amazônia no circuito cinematográfico internacional ao negociar todo o processo de transformação do livro “*A Selva*” do escritor português Ferreira de Castro em um filme gravado no estado do Amazonas, sob a direção de Luiz de Miranda Corrêa. Porém, em seus escritos pessoais afirma que precisou convencer Ferreira de Castro a aceitar transformar sua obra em filme, sendo a amizade, o carisma e a amazonalidade de Tocantins fundamentais nesse processo. Tal como descreveu nas cartas escritas para Augusto Fraga, cineasta e jornalista português e para o crítico literário e poeta brasileiro, Mario da Silva Brito:

[Carta datilografada em três páginas]

Lisboa, 12-03-71

Augusto Fraga

*Abstraia-me, por favor, do Adido Cultura. Tenha-me na condição de um brasileiro amigo, que se dirige ao prezado jornalista para bater um papo (como se diz no Brasil). Desde que cheguei a Lisboa – olhe, já vai fazer um ano, no próximo dia 30 – acostumei-me a ler o que você escreve. Gosto do seu estilo ágil, moderno, direto e enxuto. E, sobretudo, sou sensível a maneira como você trata os assuntos de meu país. Com objetividade, sem o palavriado fácil e inócuo, ainda (infelizmente) comum em certos círculos do Brasil e de Portugal, quando se fala sobre as relações luso-brasileiras. Você extrai o sumo, a essência do fato, sem perder tempo com adjetivismos e chavões. É o caso de seu esplêndido artigo em “O SÉCULO” de 27 de fevereiro\1971, no qual analisa aspectos fundamentais do intercâmbio cinematográfico entre os nossos países. Parabéns, Augusto Fraga, e o meu agradecimento de brasileiro.*

*Mas, hoje, venho especialmente a sua presença para louvar, melhor, de novo louvar (o nosso Manuel Bandeira diria: Louvo o Pai, Louvo o Filho, Louvo o Espírito Santo, Louvo o Augusto Fraga) a sua sensibilidade luso-brasileira. Refiro-me ao artigo publicado em “O Século” de 25 de fevereiro último. Você, para usar linguagem jornalística, deu um “furo”, revelando ao público português, a transposição de “A SELVA” para o cinema. Sim, coube a mim, como você mesmo diz, interferir junto ao escritor Ferreira de Castro, meu velho amigo e companheiro de aventuras telúricas e sentimentais na Amazônia, no sentido de filmar o admirável romance – o maior romance amazônico, até hoje escrito. Em meu livro “Vida Cultura e Ação”, há um capítulo, “Reveladores e Intérpretes da Amazônia”, onde considero “A Selva” romance essencialmente cinematográfico, esperando um realizador capaz de levar à tela a beleza plástica da floresta amazônica descrita por Ferreira de Castro, e a angústia do personagem Alberto, envolvido pela solidão verde. Uma estória – repito – que se adapta extraordinariamente à sétima arte.*

*Mal sabia que, dois anos depois, eu mesmo seria o agente executivo dessa idéia. E digo a você de todo o coração: foi um dos maiores prazeres da minha vida intervir junto a Ferreira de Castro e dele obter consentimento.*

*“A Selva” me fala demais. Li o romance aos 15 anos de idade, em minha terra, Belém do Pará. Foi a primeira grande emoção literária. Uma espécie de retorno ao meu mundo perdido. A mim, menino de seringal nos rios do Acre, cumprindo os mesmos caminhos verdecompostos, participando também da sociedade que Ferreira de Castro reconstituiu artisticamente com a força dramática e lírica que a Amazônia desperta na alma de quem nela deixa uma partícula de vida.*

*Eis a razão de minha alegria – aquela euforia cósmica de que falam os filósofos – ao ter em minhas mãos o roteiro cinematográfico de “A Selva”, preparado por Renato Coutinho e revisto por Ferreira de Castro. E não resisto à tentação de ser talvez um pouco pretencioso: contribuí com algumas sugestões de cenas e de diálogos para o script do Renato Coutinho, que aliás, realizou um bom trabalho.*

*Mas, tudo isso se deve à ousadia de um jovem empresário amazonense e produtor de cinema: Luis de Miranda Corrêa. Ex-Secretário de Promoção e Turismo do Governo do Amazonas, autor de um interessante Guia da cidade de Manaus, Luis é uma personalidade fascinante. Poliglota, educado em Paris, neto de um pioneiro da indústria no Amazonas, herdou do avô – compositor e pianista – as qualidades de espírito que tornaram Luis homem de arte e homem de negócios. Pode parecer estranho essa associação, mas ela subsiste harmoniosamente na personalidade do produtor de “A Selva”.*

*Tenho, por isso, a convicção de que “A Selva” se tornará uma película ontológica. Nós brasileiros, só poderíamos apresentar a Portugal, ao mundo, a versão cinematográfica desse romance com a marca de um filme arte-ensaio, dentro do critério técnico e plástico através do qual o cinema brasileiro tanto se tem distinguido.*

*Por fim, vou revelar-lhe: a figura de Alberto encontrou no Ator Ruy Gomes o interprete adequado. Apresentei-o aqui em Lisboa a Luis Miranda Corrêa, e este concordou comigo: Ruy Gomes possui os característicos básicos do moço português que vai desterrado para as selvas do Amazonas. Penso que o excelente intérprete de “Os Verdes Anos” e de “O Crime da Aldeia Velha” viverá muito bem o papel.*

*Com muito prazer adianto a você estes pormenores. Afinal, “A Selva” é um patrimônio luso-brasileiro, e, mais, um patrimônio da Humanidade. O seu destino, na literatura ou no Cinema, está ligado a todos nós que amamos o livro, sofremos com Alberto, sofremos*

*com os seringueiros perdidos na selva do “Paraíso”, e esperamos que a justiça social, e o entendimento entre os homens amenize os sofrimentos deste mundo, vasto mundo que é de Deus também.*

*Afinal, esta é a generosa mensagem que emana das páginas de “A Selva”.*

*Leandro Tocantins*

23

[Carta datilografada em duas páginas]

*Lisboa, 19 de abril de 1971*

*Meu caro Mário da Silva Brito:*

*Primeiro, quero dizer que li o “Diário Intemporal”. Gostei muito. Tive encontros agradáveis com voe mesmo, e você próprio me fez encontrar Mário e Oswald de Andrade, Monteiro Lobato. Ótimo o seu depoimento da vida que você sente e vê, com a seiva do homem situado e a do criador, o seu testemunho sobre as figuras com que você se comunicou e observou. Mário, todo o seu trabalho é de pura integralidade de espírito: em qualquer gênero – na crítica, história literária, na poesia, no ensaios – você nos dá a prova de uma inteligência lúcida que não para de fecundar, fazer-se viva, de um homem humano, de uma cultura ampla e generosa que anseia por melhorar a humanidade.*

*Li, também, seu prefácio ao 1º volume das obras completas de Oswald de Andrade, escritor poliédrico, talento estupendo que precisa ser mais conhecido, analisado, compreendido, e agora está sendo graças aos “ângulos e horizontes” que você vais nos revelando. Olhe, só agora li a trilogia de “Os Condenados”, antes era obra inacessível, não gosto não de ler livros desse tipo em bibliotecas, prefiro o recanto tranqüilo de minha salinha com uma cadeira macia cercada de livros...*

*Bem, o prólogo é que vale, mas o pedido vai à reboque. É coisa simples. Li, no Rio um artigo sobre o cinema novo na “Revista Civilização Brasileira”. Precisava, consultá-lo. Minha coleção da “Revista” ficou encaixotada, aí. Você poderia tirar uma “Xerox” desse artigo e enviar-me com a possível urgência? E se houver outra coisa qualquer sobre o assunto pode mandar. Aviso, porém, que tenho comigo o “Brasil em tempo de*

cinema” do Jean Claude Bernadet. Não possuo, entretanto, o livro do Glauber. Ainda haverá algum?

Vou pronunciar uma conferência “Brasil, Trópico e Cinema”, em que desenvolve algumas idéias minhas, que segundo o Claudio Mello e Souza (hoje representa a Manchete em Portugal) são originais. Vamos ver se o gás é suficiente... A conferência será um complemento ao I Festival do Cinema Brasileiro, um estouro nesta pacata Lisboa. Sacudimos os alicerces de idéias velhas que os portugueses têm de cinema. Ficaram pasmos com “Macunaima” (considerado obra-prima, o melhor filme do Festival, pelos críticos lusos), “Os Deuses e os Mortos”. Um impacto, seu Mário! Claudio Mello e Souza disse-me: vocês abriram a Transamazônica do Cinema em Portugal!

Afinal, “A Selva” será filmada no Brasil. Obtive o “sim” de Ferreira de Castro, tão arisco, antes, em considerar qualquer idéia de transpo-la ao cinema, com receio de deturparem o seu livro.

Luis de Miranda Corrêa, meu amigo é hoje um dos grandes empresários no Amazonas (você o conhece, apresentação minha) resolveu tomar a si a empresa. Luis é pessoa de rara sensibilidade de espírito, possui excelente formação cultural e é estudioso de cinema. Está reunindo um grupo de técnicos jovens e experimentados. A fotografia [...]. O diretor, Renato Coutinho que fez o script. Guarda roupa (prêmio Coruja de Ouro pelo seu trabalho em “Os Herdeiros” e “Um Asilo Muito Louco”). Estão convidados. Rui Gomes, excelente ator jovem português que apresentei ao Luis aqui em Lisboa, papel do português Alberto, Norma Benguel, D. Yáyá, Nelson Chavier, entre Juca Tristão e Firmino. As filmagens serão realizadas em Manaus e as cenas do seringal “Paraíso”, no rio Urubu, cerca de 90 quilômetros de Manaus, por estrada de rodagem, onde está sendo erguido uma réplica do barracão original, no rio Madeira. Revi todo o roteiro sob o ponto de vista da linguagem amazônica e contribuí com algumas cenas e diálogos adicionais. Ferreira de Castro vai ao Rio nos primeiros dias de Junho próximo. Ênio poderia preparar uma festa para ele na livraria, com autógrafos na edição CB de “A Selva”. Posso falar com ele, desde já.

Dê um abraço ao Ênio com votos de felicidades e de boas edições na CB.

O casal amigo cordial abraço!

Vale ressaltar, que a amizade de Ferreira de Castro com o adido cultural foi uma parceria que rendeu inclusive os dados necessários a produção da vigésima quinta edição

de *A Selva*<sup>52</sup>, com base na vigésima quarta edição considerada definitiva. Segundo Castriana: Estudos sobre Ferreira de Castro e sua geração (2007), para a produção desta edição o escritor não chegou a enfrentar a aventura que o primeiro “romance” propunha, mas pedia a alguns amigos da Amazônia, dentre eles Tocantins, dados históricos sobre a construção da Madeira-Mamoré.



**Figura 22** - Imagem de Ferreira de Castro. Porto, 1960 Fonte: Castriana, nº 3, Ossela, 2007

Em cartas escritas por Leandro Tocantins a Ferreira de Castro, revelam que ele enviou ao amigo português, em 1960, o caderno sobre “A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré”, publicado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, oferecendo elementos fundamentais para a edição definitiva desta obra<sup>53</sup>, Neste mesmo ano, Tocantins exercia o cargo de representante da Superintendência do Plano de Valorização Econômica para a Amazônia (SPVEA) na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda na carta escrita a Alvez Pinheiro em 1971, Leandro Tocantins se refere ao atraso das filmagens devido às dificuldades em decorrência das condicionantes ambientais da região, ao citar uma grande enchente do rio Amazonas, e propõe como

---

<sup>52</sup> O romancista Ferreira de Castro publicou **A Selva**, pela primeira vez em Lisboa em 1930. A Selva é considerado o maior romance de tema amazônico e ao lado do colombiano Eustásio Rivera, com **Voragem**, representam o ponto alto da literatura do ciclo da borracha. (L. M. Produções Cinematográficas).

<sup>53</sup> As cartas escritas por Leandro Tocantins a Ferreira de Castro se encontram atualmente no museu Ferreira de Castro em Sintra.

alternativa ao atraso não somente das gravações do filme, mas ao atraso da própria economia da região, a importante construção da Rodovia Transamazônica (BR 230), uma das obras faraônicas construídas durante o regime militar no Brasil.

Antes de Ferreira de Castro conceder a autorização para gravarem o filme no Amazonas, nos anos setenta, um produtor norte-americano teve os direitos de filmagem de A Selva. Porém, o romancista português que mantinha uma vigilância rigorosa nas adaptações percebeu que aquele produtor estava intencionado a deturpar a obra, levando-a para um sensacionalismo exótico. Por conta disso, Ferreira de Castro não consentiu a filmagem do romance.

Em seguida a esse episódio, produtores europeus e brasileiros planejaram mais uma vez transpor o livro para o cinema, mas Ferreira de Castro não se animava a correr um novo risco. Somente quando recebeu a proposta de Luiz de Miranda Corrêa, por intermédio de Leandro Tocantins, confiou na probidade intelectual dos amazonenses. Desta forma, fez a concessão dos direitos autorais ao amazonense Luiz de Miranda Corrêa que mesmo diante de diversas condicionantes, produziu o filme A Selva, sob a direção do escritor amazonense, Marcio Souza. O filme foi rodado durante trinta e seis dias na cidade de Manaus, durante os meses de julho e agosto, sendo algumas cenas gravadas na Fazenda Brasil, assim como as interiores no Barracão Central e no Armazém do Seringal e as cenas exteriores rodadas no Rio Tarumã, no Lago dos Reis e nas ruas de Manaus.



Figura 23 - Luiz de Miranda Corrêa. Fonte: Acervo do Núcleo de Antropologia Visual\ UFAM

Ciente da consagração de Ferreira de Castro no campo literário internacional, o adido Leandro Tocantins via na filmagem de *A Selva* uma estratégia relevante para a divulgação da cultura amazônica no exterior. No ano de 1972, a obra estava em uma lista produzida pela UNESCO, entre os dez mais lidos romances da literatura da época e o seu autor era o mais traduzido escritor de língua portuguesa tendo mais de vinte edições internacionais desta obra. Deste modo, a cultura amazônica e brasileira estaria sendo amplamente divulgada por meio da literatura e do cinema.

Mesmo estando em Lisboa, Leandro Tocantins não mediu esforços no sentido da realização deste trabalho de cooperação literário e cinematográfica entre o Brasil e Portugal, tendo como ator central a Amazônia, o qual renderia uma repercussão amplamente internacional. Essa repercussão foi descrita em reportagem da revista *MANCHETE* de 1973, na qual afirma que:

O lançamento em Paris do filme *Forêt Vièrge*, título francês de *A Selva*, extraído do romance amazônico de Ferreira de Castro, reuniu no dia 26 de março, no Théâtre Carré Thorigny, no histórico bairro do Marais, numeroso grupo de personalidades de destaque do mundo intelectual e artístico francês. Entre outros, estavam presentes o sociólogo Claude-levi Strauss, o comediógrafo Pierre Barillet, as atrizes Sophie Desmarests, Cécile Aubry, Madeleine Sologne, Sabine Glaser e Silvia

Monfort, o diretor Marcel Camus, as jornalistas Carmen Tessier, PaulinaKaz (de Bloch Editores) e Nina Chavs, os críticos Robert Chazal e Louis Marcorelles. O filme causou um impacto favorável nessa platéia escolhida. Trata-se de uma co-produção das L. M. Produções Cinematográficas e da Servicine, dirigida por Márcio de Sousa. O famoso livro de Ferreira de Castro, traduzido em mais de vinte idiomas, foi adaptado por Renato Coutinho, tendo cenas e diálogos adicionais do escritor Leandro Tocantins, filho da região amazônica e muito familiarizado com sua geografia, sua linhagem e seus costumes.

A cooperação cultural internacional era tão presente na produção deste filme que até mesmo entre os atores havia a presença de brasileiros e portugueses. No folder de divulgação, produzido pela L. M. Produções cinematográficas e co-produção SERVICINE, Luiz de Miranda Corrêa, produtor executivo do filme, relata o quanto a intelectualidade de Leandro Tocantins, juntamente com Arthur Cezar e Clóvis Barbosa influenciou a sua formação intelectual e o seu desejo de produzir um filme da obra Castriana. O jovem produtor do filme A Selva descreve também o quanto o adido cultural se esforçou na missão de divulgar a cultura brasileira na Europa fazendo não somente da Embaixada, mas também de sua casa em Lisboa um ponto de encontro de vários artistas e intelectuais brasileiros e portugueses. Seja por meio das artes, da literatura ou do cinema, Tocantins promovia a diplomacia cultural chegando a incomodar setores do serviço público inertes a essa nobre missão:

*“A Selva” foi presença constante em minha adolescência. Mais tarde, morando e trabalhando no Rio de Janeiro, vim a conviver com três intelectuais que marcaram profundamente minha formação. Arthur Cezar Ferreira Reis, Clóvis Barbosa e Leandro Tocantins. Três brasileiros da Amazônia que viam no livro de Ferreira de Castro a mais bela obra-prima sobre a região. Muitas vezes conversamos sobre “A Selva”. Sobre seu significado na literatura luso-brasileira. Na validade da denúncia de uma chaga e da mensagem de humanidade que o livro encerra. Já naqueles momentos pensava que, talvez, num futuro mais ou menos remoto, pudesse transformar a obra-prima literária em filme. Um acaso facilitaria meu conhecimento com Ferreira de Castro. Leandro Tocantins em Lisboa desempenhava o cargo de Adido Cultural, escolhido pessoalmente pelo Embaixador Luiz Antonio da Gama e Silva. No exercício de sua nova missão Leandro dedicou-se com o entusiasmo que sempre demonstrou em sua vida pública a fazer com que os portugueses conhecessem melhor a cultura brasileira. Para lá não foi em vilegiatura honrosa e bem remunerada, como muitas vezes acontece com nossos Adidos no exterior. Bulia em tudo. Artes plásticas, literatura, teatro, cinema. Correu Portugal fazendo conferências. Patrocinou exposições de pintura. Organizou festivais e retrospectivas de cinema. Levou até lá grupos teatrais brasileiros, cantores, poetas e músicos. Sua casa do Restelo era ponto de encontro diário entre portugueses e brasileiros. Um canto do Brasil por detrás*

*dos Jerônimos. Tanto que chegou a incomodar. Desde muito jovem acostumei-me a viajar ao exterior. Poucas vezes vi um Adido Cultural tão irrequieto, trabalhando sem parar para um entrosamento maior das culturas irmãs do Brasil e Portugal. Leandro levou-me a Ferreira de Castro. O mestre tinha conhecido minha família no Amazonas, especialmente meu avô Luiz Maximino [...]. Nasceu de imediato uma grande amizade entre os dois. Ferreira de Castro respondendo a pergunta minha informa que só permitiria na filmagem de “A Selva” porque seria realizada no Amazonas, por amazonenses e seguindo fielmente seu livro. Reservava-se, porém, à aprovação final da adaptação cinematográfica. Resolvemos então que eu coordenaria essas filmagens. Adquiro os direitos autorais. Renato Coutinho faz uma excelente adaptação que veio a merecer ligeiros reparos de Ferreira de Castro e cenas e diálogos adicionais de Leandro Tocantins.*

A presença de Tocantins nos setores diplomáticos foi fundamental para a divulgação da cultura regional amazônica e por meio da sua visão modernizadora via a necessidade da região sair do isolamento que a colocava em uma condição de atraso. Na missiva escrita a Cacá Diegues, o adido fala novamente sobre a importância da Rodovia Transamazônica (BR 230), obra do governo militar, ressaltando a comparação desta estrada a um projeto de integração regional e cultural da Amazônia com o Brasil e com o mundo, por meio de uma analogia feita ao Festival de filmes brasileiros em Portugal. Tal como se vê neste trecho da carta: *“Penso que o Festival abriu portas para o filme brasileiro em Portugal. Claudio de Mello e Souza me disse que o Festival era a Transamazônica do cinema brasileiro nestas terras. Enfim, plantamos uma semente. Que a planta vais crescer, vai sim senhor”*.

Pode-se afirmar que no decorrer dos anos de regime militar no Brasil o conceito de integração regional era condicionado à ideia de Brasil – Potência. Pensar a integração passou a ser problematizar os temas da industrialização e da participação do capital estrangeiro em uma lógica estritamente nacional abalizando uma política externa brasileira mais independente, menos aliada aos Estados Unidos e muito menos ao pólo Soviético. Enquanto na Europa a integração regional era pensada a partir da união das nações europeias com o intuito de superar o estado de pobreza do pós Segunda Guerra Mundial, no Brasil, a ideia de integração como possibilidade de desenvolvimento e de distanciamento do isolacionismo se fundamentava primeiramente na superação da pobreza e no desenvolvimento das potencialidades nacionais, mais do que no diálogo de integração regional com os países vizinhos da América do Sul.

A atuação internacional do Brasil passou a ser projetada aos países africanos, ao Oriente Médio e aos países europeus distantes do pólo soviético comprovando uma

postura mais universalista de sua política externa que sob o aspecto das teorias das relações internacionais mantinha nuances claramente Realistas, devido o debate central da política externa se assentar no papel que o Brasil deveria desempenhar no sistema internacional visando o próprio fortalecimento nacional. Deste modo, o projeto de integração regional não foi base para a discussão política neste período, devido uma das premissas da integração ser a diminuição da autonomia dos estados nacionais submetidos a um regimento regional o que seria contrário ao interesses de fomentar o Brasil como potência nacional com destaque internacional.

Por outro lado, para se desenvolver as potencialidades da nação, o subdesenvolvimento, principalmente das regiões norte e nordeste do Brasil, eram os pontos de fragilidades que se destacavam como problemas a serem superados e metas para uma política estratégica nacional de desenvolvimento que norteou o país nos anos de 1950 e 1960, desafiando ainda os anos que seguiram durante o governo autoritário militar. Deste modo, foi concebida pelo governo federal a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como a consolidação da idéia de integração nacional, tendo o próprio Leandro Tocantins exercido cargo de representante da SPVEA, órgão que antecedeu a SUDAM.

Para Vigevani e Ramanzini (2010), as ideias acontecem no contexto cultural no qual se formula a posição internacional dos países, ainda que não sejam as únicas determinantes e não estejam dissociadas dos interesses, são compreendidas a partir dos problemas históricos aos quais se relacionam. Desta maneira, é preciso considerar os contextos específicos em que essas ideias são formuladas e discutidas, e o contexto de ideias sobre o Brasil no cenário internacional o qual Tocantins vivenciava se dava em torno do interesse brasileiro no seu próprio desenvolvimento político e econômico para que dessa maneira pudesse se destacar no cenário internacional como potência latino americana.

Para que o Brasil se desenvolvesse como potência era necessário integrar-se geopoliticamente e a transamazônica como uma obra faraônica do governo de Emilio Médici surge com esse intuito. Destarte, a aprovação de Tocantins, nos anos de plena construção desta obra, pela frase de Claudio de Mello e Souza a qual revela o ativismo do intelectual e adido em torno da idéia de integração da Amazônia ao restante do país como possibilidade de superação do isolacionismo amazônico e desenvolvimento da nação.

Com isso, ressalta um discurso integracionista e nacionalista característico no regime militar, que matinha nexos com o desafio da construção do Brasil - potência o qual, no plano internacional buscava a superação da dependência externa e os seus efeitos. Leandro Tocantins ressalta que por meio da diplomacia cultural, que por sua vez pode exercer um papel político e econômico, é possível construir o caminho ou a “estrada” para um ativismo externo e universalista capaz de contribuir para que o Brasil se torne um ator relevante no cenário internacional. A consequência disso é apontada por Laffer (2001), como o desenvolvimento da habilidade de influência brasileira no sistema internacional que resultaria no aumento das margens de ação externa e do papel do país como mediador internacional, desenhando seu poder pela legitimidade, não pelo confronto ou pela capacidade militar, ou seja, por meio de outras formas de *soft power* dos quais destacam-se os próprios elementos da diplomacia cultural.

Essa postura revelada por Tocantins, como agente diplomático do Brasil, evidencia o quanto o comportamento dos atores no cenário internacional depende tanto e talvez mais da “representação” dos fenômenos quanto do jogo dos interesses. Para Marcel Merle (1976), cada tomada de ação e de decisão política no contexto internacional é norteadas por ideologias, pois a ação dos indivíduos e dos grupos e especialmente as decisões dos governantes são o produto das imagens de seu meio, as imagens da responsabilidade de seu Estado, as imagens do cenário internacional, (a geografia, a estrutura do sistema internacional, etc.) e as imagens das ferramentas que podem efetivamente serem empregadas com êxito, levando em conta estas imagens. Porém, isso não quer dizer que não haja interesses materiais e que os atores não os defendam, mas estes interesses só são percebidos, compreendidos e defendidos por meio do prisma das crenças e sedimentos ideológicos.

Dessa forma, é possível constatar que nesta trajetória Leandro Tocantins exerce um ato político quando legitima o pensamento político brasileiro e propõe a importância da União no processo de modernização dos modelos de acumulação de capital na Amazônia. Ele via a possibilidade do Estado autoritário ajudar a sua região a superar a condição de subdesenvolvimento, neste sentido acreditava que o governo poderia exercer um papel crucial na condução de políticas públicas como meio de angariar setores privados e recursos para modificar o aspecto econômico regional com a implementação do modelo industrial sem, porém, suprimir os aspectos culturais e singulares da região, fundamentais ao Brasil no processo de legitimação da cultura nacional. Todavia, essa postura na missão diplomática é confrontada com o *habitus* específico da diplomacia onde o agente não

declara de maneira explícita seu posicionamento político ideológico, mesmo sendo a política externa dos Estados norteados por ideologias. Neste campo, como funcionário do Ministério das Relações Exteriores, Tocantins exercia a política que lhe era determinada pelo governo Brasileiro.

Segundo Gramsci (1966), o pensamento político não se afirma na fórmula intelectual, mas na atividade real, implícita na ação, ainda que, à margem desta, afirmasse outra ideia. A ocasional contradição entre a regra e a conduta rompe-se privilegiando a conduta: nela está o pensamento político real, embora a contradição intelectual nada tenha a ver com a má fé. A verdadeira ação, a da sociedade e de cada um, contem-se na política e dessa forma pode-se afirmar que Tocantins teve fundamental influência na vida política da Amazônia e nas mudanças ocorridas na região após a segunda metade do século XX.

Ao fazer um balanço de sua atuação à frente da diplomacia cultural brasileira em Portugal, naquela conjuntura específica não negava ter apoiado e colaborado para a consolidação do governo militar em carta sem destinatário, mas que pelo teor creio que se refere a Arthur Cezar Ferreira Reis.

24

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 11 de fevereiro de 1971*

*Destas margens amenas (e históricas) do Tejo o antigo colega de Representação de Estado e amigo de confluências amazônicas vem fazer-lhe um pedido.*

*Sei que está chegando às mãos do Procurador Geral da República o Recurso Extraordinário impetrado pelo Embaixador Gama e Silva ao Supremo Tribunal Federal. Você sabe da amizade afetuosa que me liga ao Embaixador. Fui seu assessor no Ministério da Justiça, acompanhando, dia a dia, a luta que ele soube enfrentar com coragem e dignidade. Muito lhe deve a Revolução de Março de 1964, a qual serviu e ainda serve com espírito cívico e idealismo. Além de amigo, sou admirador do professor Gama e Silva; do homem generoso, do homem culto, do homem íntegro, do homem humano, de corpo inteiro.*

*Minha carta é para solicitar-lhe o favor de ver com simpatia o provimento do Recurso ao Supremo. Creio não exorbitar da liberdade que permite a nossa estima e as nossas origens telúricas. Nem a sua consciência jurídica – penso eu – ficará constrangida em acolher o meu gesto, pois trata-se de uma questão de direito, cujo fundamento se mede em termos exclusivamente morais.*

*Mande suas ordens para Lisboa, onde permaneço o amigo de sempre. E venha nos visitar, aqui o esperamos de braços abertos.*

*(Leandro Tocantins)*

Nesta carta, ressalta mais uma vez a amizade pelo embaixador Gama e Silva e que a revolução de 1964 (Golpe Militar), muito se deve a este personagem. Luiz Antônio da Gama e Silva foi conhecido como o mais rígido dos “juristas de exceção” que deram base legal para à ditadura militar no Brasil. Seu radicalismo no Ministério da Justiça ficou marcado, porém, após a redação do Ato Institucional Número 5, medida que endureceu definitivamente a repressão política no país. Foi conhecido como o mais extremista até mesmo para os parâmetros da chamada “linha dura” do regime.

Leandro Tocantins era um homem de profunda sensibilidade e por mais que se posicionasse a favor do regime nunca demonstrou radicalismo, ao contrário, era amante das artes, da cultura e do regionalismo amazônico ao qual defendia ferozmente. Deste modo, a amizade com Gama e Silva coroada com o convite para atuar na diplomacia cultural em Portugal revela a capacidade de Leandro em extrair o lado bom do homem de cultura que era o ex-ministro e então Embaixador.

Quando destaca nesta carta que: “*Além de amigo, é admirador do professor Gama e Silva; do homem generoso, do homem culto, do homem íntegro, do homem humano, de corpo inteiro*” revela claramente que não se referia ao jurista radical, mas sim, à sensibilidade de Gama e Silva potencialmente adequada a vida diplomática. Mesmo diante dos opostos, Tocantins encontrava em Gama e Silva pontos de convergência, revelando um senso de oportunismo tático ou ambigüidade estratégica - característico do universo diplomático, e do próprio *habitus* diplomático que fora absorvido pelo adido cultural à medida que se inseria neste campo.

É importante ressaltar que Tocantins não era um diplomata de carreira, mas sim um intelectual que esteve a serviço da diplomacia brasileira sob o cargo de adido cultural na missão diplomática em Lisboa. Desta forma, a absorção ou construção de um *habitus*

diplomático se deu a partir da interiorização daquela estrutura social ao qual o adido pertenceu em dado momento de sua trajetória.

Como um indivíduo altamente capacitado, Tocantins foi capaz de atuar em profunda sintonia com o campo. Deste modo, estudar a trajetória de Tocantins na missão diplomática mostra ser um procedimento valioso pelo fato de sua trajetória, nesta missão, constituir uma síntese do *habitus* diplomático e do *ethos* intelectual, ao mesmo tempo em que me permitiu entrar em contato com as práticas orgânicas dos funcionários do Itamaraty, naquela circunstância.

### **3.3. O Intelectual adido e um projeto para a Amazônia**

Leandro Tocantins pertence à tradição do pensamento conservador do Brasil. A contribuição desse pensamento fez com que ele se tornasse, sob vários aspectos, dominante, talvez em prejuízo de um pensamento de cunho progressista, transformador ou crítico social.

Todavia, refletir sobre o intelectual amazônico e adido cultural imerso ao pensamento conservador comprova níveis de contribuições relevantes e originais que ajudam a compreender a formação do Brasil. Na verdade, dificilmente se pode compreender o Brasil em toda a sua complexidade, dentre as quais me refiro também a sua relação com a Amazônia e o mundo, sem a presença dessa ideologia ou tradição de pensamento.

Contra a perda dos antigos vínculos entre os homens, o conservadorismo se volta para o passado. De acordo com Lynch (2010), a ideologia conservadora, teve a sua versão no Brasil a partir de certo discurso ou linguagem oitocentista, calcada na valorização positiva da formação da política brasileira sob o regime imperial instalado logo depois da independência. O discurso político conservador que, entre os anos de 1830 e 1850, firmou essa ideologia na forma de um modelo institucional, conformou um tipo particular de conservadorismo liberal, que parte de um determinado diagnóstico dito sociológico ou realista da sociedade brasileira, considerada ainda na menoridade devido aos males da sua formação social. A partir dessa verificação, prega-se a organização de um Estado tutelar, relativamente autônomo da sociedade, incumbido de fundar a ordem nacional de cima para baixo e, a partir dela, promover reformas efetivas, mas seguras, no sentido de veicular o progresso nacional.

Tocantins é um intelectual que, de maneira geral, valoriza o passado. Na verdade até o idealiza ao sugerir, por exemplo, que a colonização portuguesa foi a mais apropriada para a região amazônica devido ao espírito plástico do português o qual lhe possibilitou aprender como conquistar e dominar o espaço amazônico conhecido pelas suas condicionantes naturais. Claramente é possível ver a influência freyriana no pensamento de Leandro Tocantins quando afirma que o português colonizador foi capaz de aprender com o indígena como lidar com a terra, a flora, a fauna e as águas amazônicas, por isso o laureamento da colonização portuguesa e dos hábitos desse povo em terras amazonotropicals, que miscigenado com o indígena formou a sociedade e a cultura desta região.

Quando Tocantins ressalta a importância do relacionamento entre as culturas europeias e a indígena em território amazônico, revela o equilíbrio de antagonismos exposto no pensamento de Gilberto Freyre o qual publicou em sua obra os pares antagônicos da cultura europeia e africana na construção cultural do Nordeste brasileiro. O equilíbrio de antagonismos estaria na origem da plasticidade lusitana como a capacidade de se adaptar aos mais diferentes ambientes, levando Freyre a considerar o português como o melhor que qualquer outro para a obra de colonização. Ou seja, no equilíbrio de antagonismos estava “a força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira” (FREYRE, 1963, p. 378).

Segundo Robert Nisbet (1987), do ponto de vista conservador, a realidade social compreende-se melhor por meio de uma abordagem histórica. Pois, não se pode saber onde se está e muito menos para onde se vai se não souber onde se esteve. Esta é a posição basilar da filosofia conservadora na história. E desta maneira, é possível afirmar que esse modo de pensar conduziu as bases da formulação de um ideário sobre a formação da sociedade e da cultura brasileira tanto em Freyre como em Tocantins e outros intelectuais conservadores do Brasil.

Para Leandro Tocantins, de maneira complementar, a formação da cultura e da sociedade amazônica deve-se também ao homem amazônico e suas famílias que fizeram do extrativismo da borracha amazônica um dos principais elementos da economia local desvendando o potencial da região ao restante do Brasil e ao mundo. O próprio Leandro Tocantins é filho das famílias<sup>54</sup> representantes da elite da borracha amazônica.

---

<sup>54</sup> Neste processo não se pode desconsiderar o seringueiro solitário e aqueles que com suas famílias, em grande parte oriunda do Nordeste brasileiro, formaram a base da economia da borracha na Amazônia.

Seu pai, conhecido como coronel Van Dyck Amanajás Tocantins, desde muito jovem dedicou-se ao comércio e a navegação fluvial da Amazônia, como chefe de uma grande empresa denominada *Barbosa & Tocantins*, considerada no início do século XX uma empresa modelo, pois dispunha de luxuosos e modernos navios fluviais, feitos com a sua assistência e supervisão, de encomenda nos estaleiros europeus, tais como o “Tocantins”, o “Moacir”, o “Muruzinho” e o “Vitória”, eram verdadeiros orgulhos das frotas de navios paraenses.

Durante os anos de 1920 e 1930, o Pará ainda sentia o efeito da crise da borracha que levou ao declínio a economia paraense, até que com o agravamento da crise o pai de Leandro Tocantins decidiu mudar-se com toda a família para o Acre onde possuía um Seringal localizado na foz do Muru. Para Odenei de Souza Ribeiro (2015), a mudança da família para o seringal no Acre representou o declínio econômico da região e da classe social que estava à frente do processo extrativo da borracha, porém, os anos passados no seringal fizeram com que o pai de Leandro Tocantins recuperasse parte do seu patrimônio material e ao mesmo tempo ampliasse o arco de aliança de classe que possibilitou a indicação ao cargo político no Pará.

Com descendência nordestina, Van Dick afirma em sua propaganda eleitoral ser natural de Muaná e sua família era conhecida por possuir fazendas e outras propriedades no município. Deste modo, em 1935, o pai de Leandro Tocantins concorreu às eleições pelo partido Liberal do estado do Pará<sup>55</sup>, para o cargo de prefeito.

---

<sup>55</sup> Partido político paraense fundado em 1931 por iniciativa do interventor federal no estado, o Major Joaquim de Magalhães Barata. Filiado a União Cívica Nacional tinha como principais objetivos defender a ordem constitucional e o governo federativo, assim como a autonomia política, econômica, financeira e administrativa do estado do Pará. O partido foi extinto junto com os demais partidos políticos do país, pelo decreto nº37, de 02 de dezembro de 1937. Fonte: Arquivo CPDOC

# AO POVO DE MUANÁ



Tendo sido apoiado o meu nome pelo Directo-rio do Partido Liberal do Pará, para primeiro Pre-feito constitucional deste município, sinto-me no dever de dirigir algumas palavras ao valoroso povo de minha terra.

Afastado como já estava da actividade política, tive de nella ingressar novamente para attender á insistentes chamados de amigos, como tambem por sentir a necessidade de com o meu sincero esforço concorrer para que melhores dias venha fruir a nossa terra, merecedora de melhor devotamento.

Outras credenciaes não apresento ao digno elei-torado de Muaná, sinão as realizações de trez annos e mezes em que estive á testa do governo Municipal.

Diz-me a consciencia que sempre trabalhei com afioco e firme vontade de gradati-vamente, levantar o nivel moral e material de nossa terra, imprimindo á administração um cunho de respeito ao direito, á liberdade e, sobretudo, collocando o interessee collectivo acima da politica e das paixões exclusivistas.

As minhas palavras poderiam ser constatadas na prova material dos melhoramentos, cumprindo á cada muanense verdadeiramente patriota exercer a critica serena e imparcial sobre a acção progressista anterior, comparativamente á orientação ulterior dada á gestão municipal.

Dentre todos os candidatos dignos do vosso sufragio, deveis preferir UM MUA-NENSE conhecido, que tenha qualidades mais louvaveis como cidadão e administrador!

Muanenses, despertae! O yoto é secreto, escolhei livre e conscienciosamente o vosso futuro gestor!

A's urnas no dia 30 do corrente mez para sufragarmos as chapas do PARTIDO LIBERAL DO PARA', para Prefeito e Vereadores Municipaes!

Viva o nosso Muaná forte e progressista.  
Viva o Major Barata.  
Viva o Partido Liberal do Pará.

NOVEMBRO DE 1935.

*Van-Dyck Amanajás Tocantins.*

**Figura 24** - Campanha política de Van-Dyck Amanajás Tocantins.

Acima demonstro a propaganda eleitoral de Van Dick Amanajás Tocantins, onde expressa claramente as características da política do coronelismo, típicas do interior do Brasil republicano do início do século XX e que de certo modo era equivalente a uma incursão no passado colonial e até mesmo imperial do Brasil. De acordo com Victor Nunes Leal (1997), o “coronelismo” atua mais especificamente nos municípios do interior, o que equivale dizer, os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, tal como o comércio e a indústria. O isolamento, ausência ou rarefações do poder público proporciona uma incursão do poder privado dos “coronéis” no domínio político.

Torna-se relevante ressaltar a realidade social dessa liderança política do meio rural, que nem sempre eram autênticos “coronéis”. Ainda segundo Leal (1997), o “coronel” é quem comanda o voto do cabresto imposto a uma massa humana que vive em um lamentável estado de pobreza e dependência de subsistência das terras dos seus senhores. Diante dessa massa, o coronel é rico. Mas o comum era o fazendeiro apenas “remediado”, ou seja, o fazendeiro que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal. No entanto, por ser o fazendeiro aquele que possui os meios de se obter financiamentos e créditos em bancos, é, pois para ele que o roceiro apela durante os momentos de dificuldades.

Por outro lado, Van Dick Amanajás Tocantins representa um exemplo claro de absenteísmo na função política do município de Muaná, voltando ao feudo político de tempos em tempos, para visitar pessoas da família ou mais frequentemente para fins partidários. O êxito nos negócios de navegação, pelos rios da Amazônia, e em seguida o declínio econômico local contribuíram para afastar o pai de Leandro Tocantins daquele município, mas foi conservado o potencial político da família Amanajás no Estado do Pará, deste modo surgiu a indicação a prefeito feita pelo Partido Liberal.

A indicação a prefeito motivou a volta de toda a família Tocantins para Belém do Pará, tendo Leandro Tocantins onze anos de idade e a necessidade de aprimorar a educação escolar básica na cosmopolita capital paraense. Vale lembrar que Tocantins nasceu em Belém e com menos de um ano de idade mudou-se com toda a família para o seringal do Acre devido à crise financeira que assolava a região. Todavia, a vida neste seringal imprimiu no jovem Leandro marcas que mais tarde se revelariam na sua postura pública e na sua produção intelectual e literária. Sendo possível ver nessa marcas o posicionamento conservador de um homem capaz de alinhar os aspectos da vida tradicional à urgente modernização regional e uma sensibilidade voltada para um nacionalismo de aspecto regionalista. Neste sentido, para Odenei de Souza Ribeiro (2015 p.107):

A difusão e a circulação de concepções nativistas, humanistas e românticas, são expressões de um nacionalismo retórico, comuns aos escritores lidos por Tocantins no período em que morou no Seringal no Acre. Elas suscitaram no seu modo de ver uma imagem idílica da sociedade brasileira e um sentimento nacionalista adequado as necessidades de preservação diante das mudanças por que passava o país. [...] O contato de Leandro com obras de Olavo Bilac, Coelho Neto, Gonçalves Dias, Monteiro Lobato e Visconde de Taunay, expoentes desse nativismo e civismo romantizados em um sentimento

nacionalista, sedimentou na alma do menino seu compromisso com tudo que fosse autenticamente brasileiro. Leituras que assinalaram o ponto de partida de uma formação que, dada sua localização social e espacial, entendidas aqui como fração de classe de origem e o espaço do seringal, permitirá uma flexão do nativismo e do civismo, dotando-as de matiz amazônico.

O pai, que além da figura do coronel possuía um vasto gosto pela leitura, a presença da mãe, da professora do seringal, dos professores escolares em Belém e a professora de música, a cultura religiosa fundamentada no catolicismo e o fato de pertencer a uma família com o talento voltados as letras, onde destacamos a prima Rachel de Queiróz, exerceram influência sobre a formação de Leandro Tocantins, tanto ao prazer pela leitura como a construção de seus posicionamentos culturais e políticos em face as lutas que estavam em fluxo no cenário regional e nacional. Em carta escrita a prima Rachel de Queiroz, Leandro Tocantins expõe a importância de seus familiares na sua formação cultural desde a infância.

25

[Carta datilografada em uma página]

*Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1977*

*Prezada Rachel:*

*Aqui estão os originais de Aventuras de Tizinho. Você me prometeu passar os olhos no texto desta novela juvenil. Será que posso chamá-la assim?*

*Gostaria de saber sua opinião sobre a validade do livro. Ninguém melhor que você poderá fazê-lo. Ligada ao meu pai por laços de parentesco e de nascimento em terras cearenses, você ainda alia a condição de grande romancista, que o Brasil reconhece e admira.*

*A mim, particularmente, fala à sensibilidade e seu gesto, anos atrás, quando eu era menino no Acre, e você me ofereceu com dedicatória o lindo O Menino Mágico, fato que está registrado nestas memórias.*

*Também, nos meus tempos de ginásio, em Belém do Pará, li O Quinze, romance que abriu para mim os dramas da humanidade nordestina sob o sol que vinha de um “céu*

*transparente que doía, vibrando feito uma gaze repuxada”. Foi esta a imagem primeira que você me transmitiu da seca do Ceará, e o interesse primeiro pelo romance nacional. Comecei, pelo Nordeste, a sentir aproximações literárias, ao redor do romance.*

*Pois é assim.*

*Aventuras de Tizinho foram escritas na adolescência, com a força primitiva dos instintos. Desejei registrar as aventuras de um menino no Amazonas, onde ganhei a graça da vida e fiz o voto de castidade ideológica: o de guardar virgem, intocável os valores que definem e caracterizam tão fortemente a grande área brasileira, a Amazônia.*

*Quando revi estas memórias, com o propósito de encontrar um editor com a coragem de publicá-las, tive a exata compreensão do que elas representam. São um incitamento ao regresso a valores brasileiros, numa época em que a nossa Cultura é desfigurada por elementos estranhos á formação histórico-cultural do Brasil e ao espírito de seu povo.*

*Nas minhas atividades de jornalista, ainda aprendiz, tenho procurado sempre o caminho brasileiro. As reportagens (já somam vinte) refletem toda uma preocupação em torno do futuro do País, da sua juventude desviada da missão de valorizar os padrões brasileiros de sentir-se, comportar-se, revelar-se de acordo com o meio social plasmado pela exuberância tropical e pelo encontro do índio, do português, do negro.*

*Você deve ter lido algumas dessas reportagens, produzidas no tumulto das redações, sem assinatura, mas com a marca daquilo que Machado de Assis chamou de “instinto de nacionalidade”.*

*Com as Aventuras de Tizinho, dedicadas aos meninos e meninas de dez a quinze anos de idade, espero contribuir para a boa causa de nos conservar brasileiroamente saudáveis.*

*Rachel de Queiroz, você nos tem estimulado tudo isto em seus livros. Portanto, agora me aconselhe, me critique, me diga se vale apenas editar o trabalho de adolescente, retirado de baú velho, rescendendo a fava de baunilha, aroma que era do gosto de José de Alencar, o seu, o meu grande romancista.*

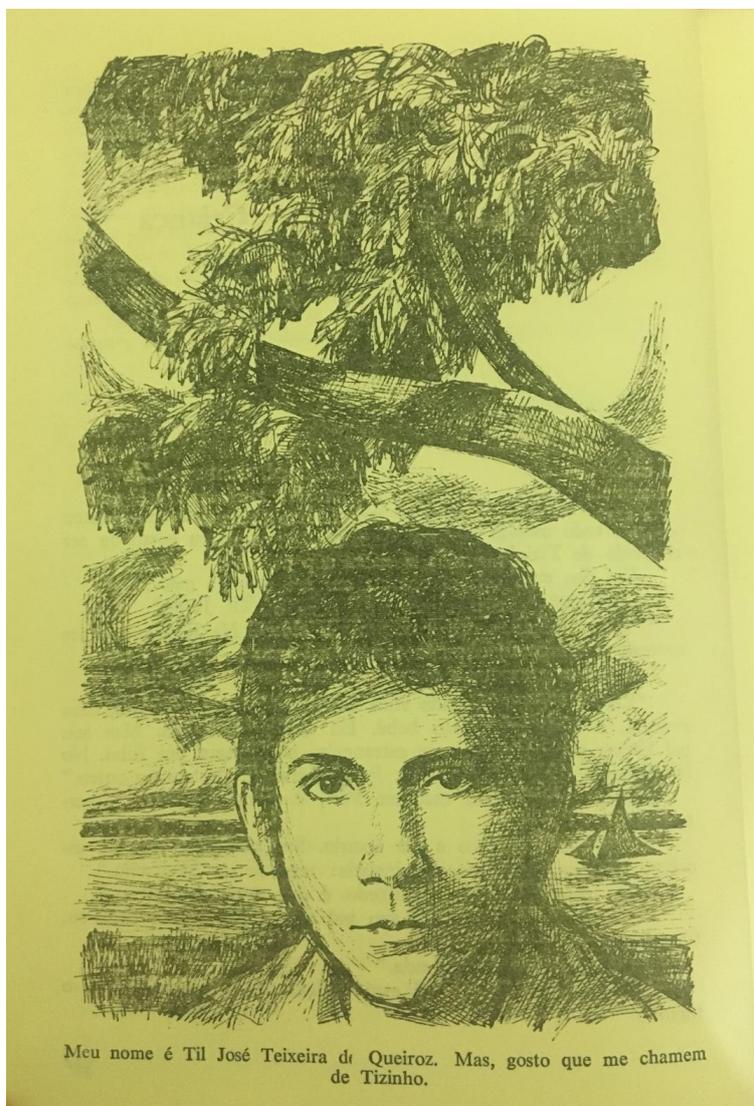
*Agradeço a paciência de aturar o Tizinho com suas recordações juvenis, onde sonho e realidade se entendem em delicadas gradações de sentimentos. Que outra coisa se podia esperar do encontro de infância, juventude e terra nativa?*

*Abraço amigo do Tizinho*

*P.S. – Recebi de Belém carta do pai que está muito alegre pela sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Imagine que o “caseiro” da casa em que você morou na praia do Murubira comentou com o pai a sua entrada para a Academia, dizendo que “D.*

*Rachel foi sempre uma criatura alegre e falante, que dava mesmo para ser imortal das “Letras”. O pai telegrafou para você, cumprimentando. Recebeu a mensagem?*

Na carta escrita à Rachel de Queiroz, Tocantins ressaltava a importância de seus familiares, ressaltando a prima e o pai, que estimularam o menino ao prazer da leitura por meio de obras essenciais à formação de um escritor. Nesse contexto expõe ainda a importância que as obras “*O Menino Mágico*” e o “*Quinze*”, de Rachel de Queiroz onde retratam os aspectos regionais do nordeste, tiveram na vontade de Leandro de escrever o livro Infanto-juvenil “*As Aventuras de Tizinho*” o qual retrata por meio do personagem Tizinho as suas próprias memórias de infância na Amazônia. Deste modo, já adulto recorre à romancista para receber a bênção de sua obra infanto-juvenil.



**Figura 25** - Foto do menino Leandro Tocantins. Fonte: Livro *Aventuras de Tizinho: nos rios e nas selvas da Amazônia*

É possível observar que além da liderança política local, o coronel e suas famílias exerciam um papel fundamental na construção de uma tradição de pensamento sobre as suas regiões. Desta maneira é que o incentivo e o investimento que o pai fez a Leandro Tocantins refletiu na escolha pelas letras e pelo curso de Direito o qual podia conferir ao filho do coronel a qualidade de comando e dedicação, habilitando-o a ocupar a chefia política ou os espaços destinados a formulação de um pensamento para a região.

De acordo com Victor Nunes Leal (1997), a maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda a parte médicos e advogados em sua maioria parentes, afins ou aliados políticos dos “coronéis” cuja ilustração relativa à figura do Doutor ocupou a própria posição do coronel fazendo com que o fenômeno do “coronelismo” continue agora por meio do Doutor, como aquele capaz de representar os espaços regionais e os homens sem direitos.

Leandro Tocantins não herdou do pai o título de “coronel”, mas como homem das letras representou, além das vozes capazes de falar sobre a região em setores mais amplos que o universo local, o processo de vitalização da autoridade pública em relação à decadência do poder privado, cujos remanescentes ainda sobrevivem, mas aliados do poder político e não mais em oposição a ele.

Para Odenei de Sousa Ribeiro (2015), no meio dos interesses dos jovens oriundos das ricas famílias proprietárias de seringal da classe média regional (funcionários públicos graduados, magistrados, promotores, militares de alta patente, médicos, professores e advogados), estava a aspiração literária, assumida muitas vezes como missão redentora da região em relação aos estigmas atribuídos ao clima e ao meio geográfico pelos intelectuais do sul. Ligado a esse interesse estava também à aspiração por um cargo público federal ou estadual capaz de fornecer estabilidade financeira para aqueles como, Leandro Tocantins, se interessavam por se dedicar às letras, tendo em vista que na Região Norte do Brasil não havia um mercado de bens culturais que possibilitasse um escritor viver somente das suas publicações.

Deste modo, é que na trajetória de Leandro Tocantins por meio do serviço público e por meio das letras acabou por se aliar aos setores políticos autoritários, mas preservando um sentimento nacionalista adequado às necessidades de preservação da cultura regional amazônica. Para ele o modo de levar a problemática da Amazônia ao Brasil e ao mundo era apresentando os valores históricos e culturais da região, desde os círculos de debates políticos até a disseminação do conhecimento didático e literário ao

público escolar e infanto-juvenil, tal como se pode ver na carta de Rachel Queiroz à Tocantins, anexada pelo intelectual ao livro *Aventuras de Tizinho: nos rios e nas selvas da Amazônia*:

26

[Carta datilografada em duas páginas]

*Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1977*

*Querido primo Tizinho:*

*Em mãos sua carinhosa carta e o seu bonito livro; e, pelo que li em ambos, especialmente no livro, verifico que você é que deveria ser o parente de José de Alencar, não eu! Você realmente deveria ter “Alencar” no sobrenome, herdeiro que se mostra verdadeiro daquele amor pela vida selvagem, pelas lendas, pelos índios, com paixão igual à manifestada pelo pai de “Iracema”.*

*Era tempo de que alguém levasse ao conhecimento da mocidade brasileira esse maravilhoso universo amazônico que é a sua terra de berço, meu primo; universo no qual os cearenses como o seu pai e eu temos a nossa parte bem grande. Pois, afinal, fomos nós e a gente como nós que o desencantamos, que o invadimos, quer por ele matamos e morremos. Nos tempos gloriosos da borracha, quando um cearense virado em pararoa voltava rico para deslumbrar a terra velha, comprava propriedades e se instalava para gozar o dinheirinho e o resto de vida, a verdade é que ele não conseguia nunca voltar a ser nordestino, como antes. Estava definitiva e irremediavelmente marcado pela Amazônia, mordido, possuído, não apenas pela sezão e pelo beribéri: o dono dele, para sempre, era o mistério da grande mata por alguém chamada de “inferno verde”; penetrara no seu sangue com mais força do que a febre e nunca mais o deixava. E aquele pararoa rico, senhor de fazenda no sertão, de sítio na serra ou sobrado na rua, era ali sempre um meio-estranho. Um homem do Amazonas ou da Amazônia; a conversa dele, as lembranças e as saudades nunca se afastavam do rio, da floresta, dos bichos e dos espíritos da mata e das águas – curupiras, caiporas, botos, jacarés, boiúnas e pássaro uirapuru, entre tantos.*

*Uma idéia excelente, Tizinho, pareceu-me aquela espécie de sincretismo que você estabelece entre o mundo maravilhoso do menino da foz do Anacari e os personagens de Monteiro Lobato no Sítio do Pica-Pau Amarelo; e o herói internacional Tarzan, que teve o seu lugar na infância de todos nós; e outro tipo de personagens míticos – os heróis e vilões daquela canção de gesta da Amazônia, de autoria do trovador furamundos Raul Bopp – o poema Cobra Norato. Foi uma invenção muito feliz, uma combinação interbrasileira e até internacional que pôs o universo amazônico em simbiose com o demais folclore brasileiro e o revelou para muitos daqui, que mal têm uma vaga noção da magia desse seu país de nascimento – tão sedutora e rica como não a excede nenhuma em Europa, Ásia ou África.*

*Com os melhores votos de êxito para você e o seu livro, sou sempre, meu caro Tizinho, a sua velha prima muito afeiçoada.*

*Rachel de Queiroz*

Diante das mudanças as quais o Brasil atravessava durante do século XX, Leandro levou por meio da literatura e do seu engajamento social, nos círculos de discussões nacionais e internacionais, a necessidade de uma modernização da Amazônia que fosse capaz de preservar as características regionais. Porém, essa particularidade de Tocantins é o resultado de uma trajetória construída sob à influencia da natividade amazônica que entusiasmou seu modo de pensar, de escrever e de representar a região aliada a missão de uma classe social, a qual pertencia, que diante da crise econômica vivida após a decadência da economia da borracha assumiu a tarefa de organizar e possibilitar os caminhos dessa modernização para a região.

O aspecto honroso dessa missão foi Tocantins, pelas vias do habitus diplomático conseguir, por meio de uma ambigüidade legítima promover uma mudança em torno da imagem sobre a região amazônica por parte da Europa, do restante do Brasil e principalmente do governo Federal brasileiro que dentro do cenário autoritário e conservador era claramente contrário a mudanças profundas. O adido amazônico inserido no centro dos debates sobre o futuro da nação, ao divulgar a importância da Amazônia, que por muitas vezes foi esquecida dos programas de crescimento econômico nacional contribuiu para que a região se inserisse no centro das problemáticas nacionais.

Deste modo, posso ressaltar que o intelectual conservador de certo modo contribuiu para o redirecionamento dos projetos do governo federal destinados à região, trazendo mudanças relevantes. Todavia, ao analisar a trajetória de Leandro Tocantins, não atribuo

ao pensamento conservador em si tal contribuição ao desenvolvimento regional local, mas ao habitus diplomático e ao ethos intelectual que se encontraram neste escritor e adido cultural brasileiro, pois ao se posicionar no debate político nacional e internacional, transformou sua obra intelectual e suas atividades diplomáticas em uma estratégia de ação e legitimação para a Amazônia. Leandro Tocantins avançou densamente em seu objetivo de propor um melhor conhecimento da região onde nasceu e cresceu, se ainda jovem, logo quando escreveu O Rio Comanda a Vida seu interesse era de criar uma consciência nacional em torno da Amazônia ao se inserir na carreira diplomática pode ampliar essa proposta colocando a cultura da região amazônica e a cultura brasileira no centro dos debates internacionais, tal como é possível ver na carta escrita a Djalma:

27

[Carta datilografada em uma página]

*Lisboa, 26 de março de 1971*

*Meu caro Djalma:*

*Estava em grande falta com você. Um tanta amenizada porque tenho enviado por intermédio do Luís algumas amostras impressas do que tem sido o meu trabalho em Lisboa. Mas devia a você uma carta para dizer-lhe o quanto apreciei o seu artigo sobre o nosso estimado Cel Cazuzinha, de quem guardo muitas lembranças de seu espírito cordial, de suas gargalhadas e das histórias que costumava contar. Parei no tempo, ou melhor, fui prousticamente em busca do tempo perdido na longínqua cidadezinha às margens do Tarauacá. O meu tempo perdido de infância. O perfil que você faz de seu avô está perfeito. Um esboço de carinho e de verdade. Nadir também apreciou muito. Quando puder, não se esqueça de nós. Mande seus escritos, suas notícias. E muito obrigado pelos recortes de artigos meus aparecidos em jornais amazonenses.*

*Escrevo-lhe num verdadeiro tumulto. O I Festival do Cinema Brasileiro revolucionou esta pacata Lisboa. Tive um trabalho enorme para organizá-lo. Dificuldades, problemas de todos os lados. Mas o essencial é que se realizou essa promoção cultural do Brasil, repercutindo intensamente neste país. Chovem-me pedidos para que o Festival seja feito em Coimbra, Porto, Angola e Moçambique.*

*Pelo que vejo a hora da Amazônia chegou. Considero o governo Arthur Reis o marco decisivo dessa arrancada. Vai marcar na História o começo de uma nova era. Vamos ver se o governo João Walter estará à altura do desafio, e o do Guilhon também.*

*“O Rio Comanda a Vida” vai ser publicado numa editôra de Lisboa, com prefácio do Professor Vitorino Nemésio. Dos meus livros é o mais sortudo...*

*Recomendo afetosamente à família e receba um grande abraço*

Como parte de um grupo de intelectuais que lutaram pela formação de uma consciência nacional em torno da sociedade e da cultura da Amazônia, Leandro Tocantins lutou no início de sua trajetória intelectual para revelar ao Brasil que essa região necessitava da atenção dos setores públicos federais para se inserir na série de ações voltadas para o desenvolvimento nacional e que a Amazônia também era capaz de contribuir com o processo de desenvolvimento do país.

Por ser parte desta região e ainda por manter vivas as memórias do menino que cresceu no seringal no Acre, tal como expõe na carta a Djalma: *“Parei no tempo, ou melhor, fui prousticamente em busca do tempo perdido na longínqua cidadezinha às margens do Tarauacá. O meu tempo perdido de infância”*, Leandro Tocantins mantinha também um compromisso com a realidade local. Como homem atento aos programas de desenvolvimento ocorridos no curso do regime militar sabia que haveria a abertura ao capital externo, porém na sua experiência e astúcia cumpriu a sua missão de divulgar, interna e externamente, o quanto a relação homem e meio ambiente deveria também ser preservada no sentido de se propor uma adaptabilidade aos projetos de desenvolvimento aos ecossistemas regionais.

Segundo Odenei de Souza Ribeiro (2015), ao se posicionar no debate político nacional, Tocantins converteu sua produção intelectual em um instrumento legítimo de luta. Sua intenção era criar uma conscientização nacional em torno da Amazônia, transformando-a em um tema da agenda política nacional. Ele estava convencido de que o projeto nacional de desenvolvimento passava necessariamente pela integração da Amazônia ao corpo da nação. Sua produção intelectual é um momento do convencimento da sociedade a respeito da importância da Amazônia para o projeto de desenvolvimento nacional. Ela comporta, ao mesmo tempo, o sentido de uma missão intelectual e de uma estratégia política.

Quando os militares impuseram definitivamente o seu projeto de Brasil, ainda na década de sessenta, houve uma profunda subordinação do país por meio do regime

político militar a uma “modernização” que estava sob o apoio norte-americano. Neste sentido, claramente é possível ver o caráter de dependência estrutural no projeto de modernização da nação. Para Ianni (1974 p. 175), o conceito de dependência está diretamente ligado ao conceito de imperialismo:

Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialistas. Isto significa que instituições econômicas, política, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variados) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as determinações resultantes do processo econômico e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde a manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas do tipo imperialista.

Dentro da percepção de Octavio Ianni, a ação imperialista se deu no Brasil por meio do uso do capital monopolista durante a Ditadura Militar. E no caso da Amazônia o governo passou a adotar práticas que passaram a orientar as atividades econômicas da região em políticas de cunho geopolíticas, destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do país, em especial o centro-sul, considerado dominante no aspecto econômico, político, militar e cultural e na política de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo.

O traço fundamental da fisionomia e do desempenho da ditadura militar na Amazônia foi o resultado da política de inspiração econômica aliada à geopolítica, claramente expresso na implementação de projetos e ações tais como a construção das rodovias que visavam o “desenvolvimento econômico” e a “segurança nacional” (IANNI, 1981). Nestes projetos era visto com nitidez a combinação entre as questões das fronteiras amazônicas, com as razões geopolíticas e os ensejos econômicos que mesmo visando à integração regional não revelou uma ditadura militar branda diante do histórico de genocídio de povos indígenas durante a construção da BR-174 que ligava a capital amazonense a Boa Vista.

Leandro Tocantins via o potencial e a necessidade de integração regional da Amazônia com o resto do Brasil e o mundo por meio da abertura de rodovias, pois, como um homem já experimentado nos grandes centros urbanos via nisso a possibilidade de superação do estágio de subdesenvolvimento da Amazônia, grande responsável pelos

maiores problemas sociais locais, reflexo de certo atraso no setor econômico da região. Para ele o investimento em rodovias era um investimento em uma Integração Regional capaz de retirar a Amazônia do isolamento que agravava os problemas sociais. Neste sentido ressalta:

Área caracterizada pelo subdesenvolvimento, tomado o termo dentro do conceito moderno em economia, a Amazônia apresenta em seu desfavor, logo à primeira vista, três fatores que marcam profundamente a vida humana: o extrativismo, em forma imperialista, o latifúndio, em dimensões desproporcionais, conseqüência do primeiro, e a pequena lavoura, mais de subsistência individual do que de significado econômico. Daí parte uma diversificação de problemas: de isolamento, de saúde, de educação, de comunicação, de transporte, e tantos outros equacionados num espaço geográfico gigantesco, dramaticamente assinalado pela presença dispersa do homem (TOCANTINS, 1982. p. 154).

Em sua perspectiva, era necessário uma visão de adequação regional às políticas de fomento e de sustentação do desenvolvimento da Amazônia. Todavia, a modernização conservadora defendida por Leandro Tocantins manteve, um compromisso com a realidade social e ambiental da região, para ele era necessário que “a vida e ação na Amazônia decorressem, sempre, em relações cordiais, íntimas – jamais tensas – com a Natureza” (Tocantins, 1982. p. xxix). Por isso, defendia por meio de suas obras, discursos e ideias a atenção especial ao homem e ao meio no que diz respeito aos saberes, a adaptabilidade dos biomas e ecossistemas.

Leandro Tocantins estava no bloco daqueles que tinham consciência dos problemas sociais, mas sabiam que a situação dos amazonidas poderia piorar se os grandes projetos militares não acontecessem. Ou seja, sua posição no contexto do Estado autoritário era de um dos representantes das elites intelectuais regionais que pode adentrar no campo dos debates políticos nacionais muitas vezes até discordando em alguns aspectos, mas sem romper com o bloco nacional devido à necessidade de evitar que a sua Amazônia não viesse a se aprofundar no esquecimento das políticas de desenvolvimento do governo federal.

Era preciso evitar o abandono do Brasil em relação à modernização da Amazônia e o que sela o retorno de Leandro Tocantins ao Brasil, após o término da missão diplomática, é o conjunto de ideias em torno da missão de manter a sua região na pauta de prioridades brasileiras, no sentido de resgatar a historicidade da região. A sua vivencia diplomática aperfeiçoou a forma como enxergava a necessidade desses projetos de

integração regional para a Amazônia ter conexão com o restante do Brasil e com o mundo.

Neste sentido afirma:

Quando dizemos integração, o intuito é fazer com que a palavra adquira o seu exato sentido sociológico, ganhe as dimensões de uma idéia em marcha, de um processo social que procure harmonizar unidades diversificadas. Um processo que vise harmonização de aparentes discórdias. Aproximar ou conciliar entidades diversificadas numa reunião coesa. Não se trata assim, de subjugação, nem de uma parte, nem de outra, e sim de coexistência de valores, que deve sempre caracterizar o pluralismo brasileiro. A Amazônia participa de um sistema de reuniões culturais interdependentes e inter-relacionadas. Sua contribuição, através dos tempos, à cultura brasileira, e também à universal, nos faz prever o que ela ainda virá a oferecer se a inteligência nacional souber aproveitar as suas potencialidades no campo da natureza física e no campo da criação humana. (TOCANTINS, 1969, p. 51).

Deste modo, é possível ver em Tocantins a representação de um grupo formado por intelectuais e forças políticas regionais que contestavam as marcas atribuídas durante muitos anos à região. E como um agente num campo de forças, Leandro Tocantins foi capaz de fazer acordos políticos “consciente da própria posição que a região e a classe dominante local possuíam no interior da luta pela definição de uma cultura nacional e de um projeto de desenvolvimento” (RIBEIRO, 2015, p.226).

Por meio da trajetória de Leandro Tocantins é possível perceber que ele é um intelectual tradicional que resgata aspectos de organicidade, pois foi capaz de transitar por entre as ideias e as políticas autoritárias, porém mantendo seu projeto de divulgação dos valores naturais e culturais e a importância de preservá-los. Sob este aspecto, Gilberto Freyre destaca em sua obra *Homens, engenharias e rumos sociais* (1987. p. 117), que:

Compreende-se, também, que homens públicos brasileiros de hoje – raros porém significativos – em face dos complexos problemas que surgem, para o Brasil – inclusive os criados por uma mais efetiva integração da Amazônia no complexo nacional e por sua modernização por meio de arrosos tecnológicos – comecem a inteirar-se da idéia de uma antropologia de homem situado no trópico e de sua importância para governos, empresários, artistas. É uma antropologia ecológica e – centro de toda uma tropicologia, também em desenvolvimento no Brasil – pela qual podem orientar-se quanto aos critérios de inter-relação entre modernidade e tropicalidade, entre universalidade e regionalidade, entre inovação tecnológica e tradição brasileira, governantes, empresários e artistas, voltados para a Amazônia brasileira.

Gilberto Freyre destaca a necessidade dos intelectuais perceberem a complexidade do Brasil a partir do entendimento das inter-relações entre os homens e o meio. Deste

modo, Leandro Tocantins, com sua Amazonotropologia, propõe uma perspectiva que considera novas conexões ou saberes em diálogo com o conhecimento científico para se entender a Amazônia. E essa foi uma contribuição que Tocantins deixa para a comunidade acadêmica e científica da região, pois revela o quanto os intelectuais amazônicos já estavam atentos a importância de juntar e não mais separar os saberes entre o homem e a natureza e entre a sociedade e o conhecimento, mas sim apreender os dados desta realidade por uma organização de pensamento mais amplo levando em consideração toda a teia de complexidade existente entre esses elementos. (RAMOS, 2016).

Mesmo quando Tocantins retorna de Portugal ao Brasil o seu projeto de Amazônia não se exaure e continua articulando procedimentos entre o governo Federal e a Amazônia o que faz com que ele seja um intelectual completo e um conselheiro dos assuntos amazônicos a exemplo de outros grupos de intelectuais. Sua participação nos programas de desenvolvimento regional como intelectual e conselheiro foi importante pois a sua atividade intelectual de produção, discussão e transmissão de idéias sobre a região se mostrou necessária para a própria ação política exercida na Amazônia. Em telegramas enviados a Amazonino Armando Mendes, governador do Estado do Amazonas, a Jadyr Carvalho Magalhães, superintendente da Zona Franca de Manaus e a Romulo José de Paula Nunes, presidente da EMATUR, Leandro Tocantins como convidado de honra a um evento da Zona Franca de Manaus ocorrido em São Paulo, pois foi um integrante da comissão de negociações do estabelecimento da ZFM em 1967 e depois membro da comissão no Ministério de Planejamento que estruturou o órgão, lamenta não poder comparecer, mas por meio destas correspondências é evidente o quanto a presença do intelectual era desejada nos círculos de discussão das políticas regionais<sup>56</sup>.

28

[Telegrama datilografado em uma página]

*Rio, 21-09-88*

*Jadyr Carvalho Magalhães*

---

<sup>56</sup> Anexo – Figuras 19, 20, 21

*Muito agradeço o convite inauguração primeira feira Zona Franca de Manaus VG em São Paulo VG lamentando não estar presente motivo essa participação ter chegado minhas mãos após cerimônia abertura evento PT como integrante negociações estabelecimento Zona Franca ano 1967 depois membro comissão no Ministério Planejamento que estruturou órgão sinto-me civicamente recompensado diante grande desenvolvimento Suframa a qual desejo sempre maiores êxitos.*

*Cordialmente*

*Leandro Goes Tocantins*

*Diretor Planejamento EMBRATUR*

29

[Telegrama datilografado em uma página]

*Governador Amazonino Armando Mendes*

*Muito agradeço convite inauguração primeira feira Zona Franca de Manaus, em São Paulo, lamentando não estar presente motivo essa participação ter chegado minhas mãos após cerimônia abertura evento. Como integrante negociações estabelecimento Zona Franca ano 1967 depois membro comissão no Ministério Planejamento que estruturou órgão sinto-me civicamente recompensado diante grande desenvolvimento Suframa a qual desejo sempre maiores êxitos.*

*Cordiais saudações*

*Leandro Goes Tocantins*

*Diretor Planejamento Embratur*

30

[Telegrama datilografado em uma página]

*Rio, 21-09-88*

*Romulo José de Paula Nunes*

*Presidente Emamtur - AM*

*Muito agradeço convite participar seminário em São Paulo que tanto desejava estar presente PT no entanto motivos superiores AA minha vontade impediram viajar São Paulo dia 20 próximo passado VG lamentando não desfrutar companhia prezados amigos amazonenses que me enriqueceriam dos conhecimentos previstos nos temas do seminário PT.*

*Cordialmente*

*Leandro Tocantins*

*Diretor Planejamento Embratur*

A postura e trajetória de Leandro Tocantins e de intelectuais como Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista, Alvaro Maia dentre outros imbuídos de uma missão com suas classes e com a sociedade e a cultura amazônicas rompem com a idéia comum que entendia os intelectuais como um grupo em si, livres no ar, autônomos e independentes. Antonio Gramsci (2006), afirma que a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela introdução ativa nos embates hegemônicos. Deste modo, ocorre a aproximação entre intelectuais, política e classe social, mostrando que a filosofia, tal como a educação, deve tornar-se “*práxis política*” para continuar a ser filosofia e educação.

Essa atitude comum aos intelectuais amazônicos deve-se principalmente ao histórico de abandono e atraso da região em relação ao resto do Brasil e, em âmbito mais amplo, ao próprio peso da posição do Brasil como um país latino americano e subdesenvolvido. Logo, é possível afirmar que esses homens imbuídos da missão de retirar a região do atraso não puderam assumir uma postura intelectual antiquada, fechados apenas aos seus exercícios intelectuais como intelectuais tradicionais, mas sim uma postura de compromisso e de luta dentro da missão de revelar o quanto a Amazônia e a sua gente poderia contribuir com o desenvolvimento nacional. Com relação à importância desses homens Gilberto Freyre afirma em *Homens, engenharias e rumos sociais* (1987):

Graças a homens de imaginação além de científica, humanística – estadista no mais alto sentido – completados por engenheiros das três engenharias, processa-se hoje uma espécie de reajustamento mundial no sentido da mais democrática das igualdades de oportunidade: a que importará em iguais oportunidades de desenvolvimento para regiões de climas diversos, de recursos naturais diferentes, de populações etnicamente várias e de culturas também várias. Não se trata tanto do resultado de manobras de arte política – embora tais manobras não devam ser consideradas sem importância – como, principalmente, de

esforços conjugados de engenheiros com os quais se vêm aliando os políticos mais lúcidos: os engenheiros propriamente ditos que são os físicos; os engenheiros chamados sociais; os engenheiros chamados humanos. Sem eles – e sem os pensadores e os cientistas cujas idéias, invenções e descobertas cabe às três engenharias aplicar às várias necessidades e às diferentes condições humanas e aos seus respectivos prováveis futuros – não estaria se processando aquela retificação de deficiências regionais que tornará possível um mundo inter-regionalmente democrático, sem regiões por natureza imperiais com relação a regiões por natureza coloniais (FREYRE, 1987, p. 128).

Nesta obra, Gilberto Freyre destaca a importância das engenharias humanas e sociais por meio do trabalho dos intelectuais e cientistas estarem participando juntamente com os técnicos e a engenharia física nos projetos e ações governamentais destinadas a amenizar as deficiências regionais. Deste modo, ressalto que as próprias particularidades e necessidades da região amazônica revelam homens públicos e intelectuais livres de uma concepção somente economicista ou intelectualmente tradicionais. Uma postura comum a esses intelectuais amazonidas é a atenção aos grandes problemas de sua região e do país, como complexidades socioculturais que ambientalmente condicionadas, incluem o fator econômico.

Neste sentido, é possível ressaltar que intelectuais da estirpe de Leandro Tocantins e diante de uma missão com a região amazônica não caberia uma postura de neutralidade e distanciamento, durante o governo autoritário militar, pois isso seria capaz de torná-lo impossibilitado de compreender o próprio sistema das lutas hegemônicas, ambiente do jogo decisivo do poder econômico e político ao qual em sua trajetória lhe foi conferido o acesso.

Diante disso é que vejo em Leandro Tocantins a intelectualidade tradicional com traços de organicidade, pois manteve elos e um compromisso com os interesses da classe sócio econômica dominante da região, classe essa que se encontrava em decadência, ao mesmo tempo em que foi um intelectual capaz de integrar-se num organismo vivo e em expansão, conectando-se ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas, sendo capaz inclusive de absorver o *habitus* diplomático ao assumir um cargo de adido cultural do Brasil na Europa em plena ditadura militar brasileira.

Como intelectual e homem público, Leandro Tocantins foi um sujeito ativo imbuído de um espírito criativo e que vivenciou o dualismo entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade” apontadas por Weber (2015). Desta maneira, chego à conclusão que Leandro Tocantins esteve em toda a sua trajetória consciente de seus vínculos de classe e

de sua missão com a Amazônia, por isso foi capaz de manifestar tanto na sua vida intelectual quanto na vida pública e em sua experiência diplomática uma concepção ético e política que o habilitou a exercer as funções culturais e estratégicas no planejamento institucional que lhe assegurava o domínio estatal da classe a qual representava.

## CONCLUSÃO

Por meio desta tese propus uma releitura do pensamento social impresso nas obras e em cartas, diários e telegramas de Leandro Tocantins bem como a análise da trajetória diplomática deste intelectual durante os anos em que assumiu o cargo de adido cultural do Brasil em Lisboa, no contexto histórico da ditadura militar brasileira. O resultado disso se deu também em revelar a riqueza do pensamento social ao relacionar nas reflexões apresentadas o âmbito interno deste pensamento com conjunturas e estruturas internacionais, exercício característico das ciências das relações internacionais.

Sob este aspecto, promover um diálogo entre o Pensamento Social brasileiro e as Relações internacionais torna-se relevante, pois desafia um campo de estudos fortemente dominado por elaborações teóricas estrangeiras tal como é o campo das Relações Internacionais no Brasil, no qual se perpetua um problema epistemológico de recusa a se pensar e problematizar sobre a herança colonial e a posição subordinada do Brasil no sistema capitalista mundial e ainda sobre os impactos da inserção da lógica do capital internacional sobre culturas em regiões como a Amazônia.

Além disso, propus também neste estudo qualitativo apresentar o pensamento social nas obras e escritos pessoais de Tocantins, em especial os que revelavam a sua idéia de Amazônia, para entender de modo mais particular a relação entre o seu ideário e o conteúdo da atividade por ele desempenhada nos anos setenta.

Quanto ao aspecto metodológico, busquei os dados biográficos de Tocantins, primordialmente aqueles voltados para a sua carreira profissional (intelectual e diplomática) no material presente em seu acervo onde pude diagnosticar o seu papel nos projetos de cooperação cultural entre Brasil e Portugal. Em termos hierárquicos, esse procedimento de pesquisa se configurou para mim como a atividade mais importante desta pesquisa principalmente por dois motivos: 1) o pouco manejo e uso desse material, resguardando assim, certo ineditismo em relação à dimensão epistolar de suas obras; 2) as informações ali presentes vincularam-se densamente com o estudo do meu objeto de pesquisa.

Foi desenvolvido, portanto, um levantamento documental primário e um balanço comparativo entre dois tipos diversos de produção intelectual (a do adido cultural e a do intelectual/intérprete da Amazônia). Resumidamente, destaco como fundamental a realização da pesquisa no acervo de Leandro Tocantins e uma constante revisão bibliográfica acerca deste tema.

Diante disso, verifiquei que o conjunto de materiais heterogêneos da lavra de Tocantins pôde significar inúmeras coisas. Relacionado a isso pretendi, a partir do questionamento acerca da ligação entre as idéias de Tocantins e seu trabalho prático na vida pública, ou ainda, o que há de reminiscências entre o intelectual\ intérprete amazônico e o adido cultural da embaixada brasileira em Portugal em serviço de um governo ditatorial militar, desenvolver uma pesquisa pautada em três movimentos: 1) digitalização e organização do material referido; 2) análise de parte deste material que reflete as ideias políticas vigentes e quais ideias deste intelectual tiveram resultado na cultura brasileira da época, para assim, buscar elos entre o intelectual e o homem público; 3) compreender, após apreciação da obra de Tocantins, o impacto de sua trajetória como homem público e intelectual amazonida em seu pensamento (ou seja, quais as inflexões, rupturas e continuidades verificáveis no pensamento do autor após a sua experiência como funcionário do governo militar brasileiro).

Desenvolver um estudo que procure compreender a trajetória de um pensamento, ou ainda, o modo como este pensamento se institucionaliza e toma forma na vida social, política e material de uma sociedade não é uma tarefa tão fácil. Assim, foi necessário unir uma série de orientações e técnicas de pesquisa capazes de propor auxílio neste trabalho. Leituras estruturais ou direcionadas nos escritos pessoais, análises comparativas, pesquisas no acervo, estudos bibliográficos, biográficos (As aventuras de Tizinho) e de contexto histórico foram às principais formas de se compreender um pensador como Leandro Tocantins – as suas idéias e trajetória. Deste modo, a sociologia do conhecimento trouxe para a realidade desta pesquisa todas essas questões como uma problemática metodológica circunscrita ao estudo da teoria, do pensamento, da constituição do conhecimento e da aplicabilidade de um dado saber em meio a realidade da qual ele emergiu.

A questão central posta pela sociologia do conhecimento em Karl Mannheim é o entrosamento das relações existentes entre a emergência de determinados conhecimentos com os contextos e as condições históricas nas quais seu criador estava localizado, buscando estabelecer assim, as relações entre o conhecimento e a existência (MANNHEIM, 1986). Neste sentido, o foco deste estudo vinculou-se com a necessidade de se estabelecer as conexões entre o pensamento de Tocantins e aquilo que foi encaminhado por ele ao governo brasileiro e a outros intelectuais, diplomatas e artistas tendo como pano de fundo a cultura no contexto da ditadura militar. Sendo assim, a

análise das questões existenciais que influenciam na construção do pensamento são os principais pressupostos analíticos e metodológicos lançados pela sociologia do conhecimento que influíram nesta pesquisa. Desta forma, ficou claro que o fato de Tocantins ter feito parte de um contexto histórico específico e de ter tido sobre o mesmo uma dada interpretação me auxiliou no entendimento das suas ideias, da especificidade de seu trabalho como adido cultural do Brasil na Europa, nos anos setenta, e sobre o seu ideário\projeto para a região amazônica.

Além disso, foi possível constatar que como intelectual e homem público foi capaz de transitar pelos ambientes de decisão dos governos estaduais de sua região e do governo federal, revelando um comprometimento com a necessidade de problematizar a causa amazônica no sentido de promover decisões capazes de ajudar a região a superar o subdesenvolvimento sem degradar a sociedade, a cultura e o meio ambiente regional.

Deste modo, ressalto que a contemporaneidade dos debates sobre o desenvolvimento da Amazônia atrelados a uma preocupação sustentável são frutos de um processo da consolidação de um pensamento social ao qual Leandro Tocantins fez parte e que buscou colocar a região em destaque nas discussões políticas, trazendo a luz em âmbito nacional e internacional as particularidades socioculturais e ambientais envolvidas na consolidação de projetos e ações do governo no sentido de diminuir as desigualdades da região em relação ao resto do Brasil.

Todavia, é possível perceber que os avanços em relação a esses debates também são marcados por inúmeras críticas em especial nos momentos de crises. Nos últimos anos, o Brasil tem se deparado com o aumento de uma crise de proporções mundiais, fruto do esgotamento do modelo econômico neoliberal globalizado que por sua vez tem acentuado tanto os custos econômicos como os políticos tais como as ideologias antidemocráticas, desemprego, criminalidade, entre outros. Esse fenômeno infelizmente tem gerado uma desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade, bem como o papel dos intelectuais como intérpretes do saber social.

A sociedade informacional transformou de uma forma “irreversível” as relações sociais, econômicas e políticas. Neste contexto, o pensamento social sobre a Amazônia e a tradição de um pensamento que outrora vinha se consolidando sobre o desenvolvimento voltado para as particularidades da região com vistas para a sustentabilidade, passa também por um importante desafio de legitimação.

Neste cenário mais uma vez o movimento conservador assume um papel. Tendo se consolidado no Brasil nos últimos tempos é um reflexo de um processo que segundo Nisbet (1987), surge de um conservadorismo religioso norte americano ainda em meados da década de 60 que retoma um discurso econômico liberal atrelado as idéias religiosas.

Essas ideias ganharam força dentro da classe média brasileira que se sentira ameaçada diante do aumento do estado de bem-estar social no Brasil praticado por governos anteriores. Como um reflexo desse processo o discurso científico racional passa a ser contestado, gerando grande risco a tradição do pensamento social de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia, que outrora vinha se consolidando e gerando frutos, como o estabelecimento de diversos programas do governo tais como a Fundação Amazonas Sustentável, entre outros.

Por outro lado, é possível observar também que a falta de acesso da maior parte da população ao conteúdo intelectual e as obras destes homens que pensaram a Amazônia, detidos somente aos âmbitos científicos e de análise histórica, contribuiu também para a atual crise de legitimação da ideia de um desenvolvimento econômico compatível com o meio ambiente natural e cultural amazônico. Bourdieu (2007) afirma que o campo de produção erudita, de onde deriva a produção intelectual, está submetido ao mercado de recepção desta produção que por sua vez apresenta consumidores que também são produtores de bens-culturais, isto é, ainda que a curto prazo a produção intelectual não está destinada ao grande público. Neste contexto, o pensamento social sobre o desenvolvimento da Amazônia também está submetido a esses ditames.

No entanto, em um cenário de produção de opiniões geradas na esfera das chamadas redes sociais, o mercado de recepção à produção intelectual do pensamento social, bem como a tradição intelectual de conservação da Amazônia se defronta com uma maior interferência do grande público e de novos atores (jornalistas-professores e professores-jornalistas), dentre os desafios apresentados está o questionamento sobre a ideia de programas voltados para a conservação ambiental da região, que por sua vez, está passando por um processo de afrouxamento ou flexibilização, em virtude das pressões da lógica da política mercadológica contemporânea no Brasil.

O questionamento e a problematização para futuros desdobramentos desta pesquisa se dá em buscar entender como estes novos desafios influenciaram no posicionamento dos intelectuais amazônicos. Este posicionamento será de resistência a esses ditames ou de cooptação como uma forma de não serem completamente expelidos do processo decisório? Ao atentar para a trajetória de vários intelectuais da região, dentre os quais o

próprio Leandro Tocantins chegou à conclusão que ele buscou se inserir no plano de modernização conservadora do regime militar como uma estratégia para implementar um projeto\ideário de desenvolvimento regional visando a preservação dos valores da natureza e da cultura amazônicas.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, A. **Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata**. Brasília. Ed. Fundação Alexandre de Gusmão. 2013.
- BARROS, J. **Função dos Intelectuais Numa Sociedade de Classes**. Porto Alegre. Editora Movimento. 1981.
- BASTOS, E. R. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. Tese de Doutorado, PUC. São Paulo: 1986.
- BASTOS, E. R. Polifonia da Amazônia. In: BASTOS, E. R & PINTO, R. (Org.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.
- BATISTA, D. **Hábitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964- 1985)**. Tese. Recife. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Por uma ciência das obras**. Tradução de Mariza Corrêa. **Razões práticas**; sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus. 1996b, p. 53-89.
- \_\_\_\_\_, P. **Sobre a Televisão: seguido de a Influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997.
- \_\_\_\_\_, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2001.
- \_\_\_\_\_, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva. 2007.
- BLANCO, A. Ciencias Sociales en Cone Sur y la génesis de una nueva elite intelectual (1940-1965). In: ALTAMIRANO, Carlos (Coord.). **Historia de los intelectuales en América Latina**, vol. II. Buenos Aires: Katz Editores, p. 606-629, 2010.
- BOTELHO, A. **Anatomia do Medalhão**. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 17 N° 50. 2002.
- BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. HUCITEC. São Paulo. 2007.
- CANDIDO, A. **Noções de análise histórico-literária**. Ed. Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2005.
- CANDEAS, A. **Trópico, cultura e desenvolvimento: a reflexão da UNESCO e a tropicologia de Gilberto Freyre**. Brasília: UNESCO, Liber Livro, 2010.

CASTRIANA: estudos sobre Ferreira de Castro e a sua geração. 2007. <<http://www.ceferreiradecastro.org/pdf/castriana3.pdf>> Acesso em 2019.

CHAIA, M. **Arte e Política**. Rio de Janeiro. Azougue. 2007.

CHRISTIAN E. C. L. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: FERREIRA, G. N; BOTELHO (org.) **Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e Políticas no Brasil**. Ed. HUCITEC. São Paulo, 2010.

DUMONT J. e FLÉCHET A. “**Pelo o que é nosso!**”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº67, p. 203-221 – 2014.

DURKEIM. **Lições de sociologia**. São Paulo. Martins Fontes. 2002.

FOUCAULT, M. **O que é um autor**. Passagens, 1992.

FERREIRA, G. N; BOTELHO, A. **Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e Políticas no Brasil**. Ed. HUCITEC. São Paulo, 2010.

FREYRE, G. **Casa grande e Senzala**. Brasília: Ed. UnB, 1963.

\_\_\_\_\_, G. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.

FREITAS. M. C. S. **A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo**. In: *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

GADAMER, H. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GOMES, R. **A recepção histórica: textos sobre o Cinema Novo brasileiro em Portugal**. Matriz. São Paulo. 1914.

\_\_\_\_\_, R. **A Recepção do Cinema Novo Brasileiro em Portugal: Uma Análise de Textos da Imprensa Cinematográfica Portuguesa**. 2008. <<https://www.+Cinema+Novo+Brasileiro+em+Portugal:+Uma+An%C3%A1lise+de+Textos+da&spf=1497236702248>> acesso em 11\06\2017.

GRAMSCI, A. 1966. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001-2006, 6v.

- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. Passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva. 2001.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)**. 3ª Ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 1ª ed (1949).
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- \_\_\_\_\_, Karl. “O problema da “intelligentsia”: um estudo de seu papel no passado e no presente”. In: **Sociologia da cultura**. 2 edição, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.
- MAGALHÃES, J. C. **Manual Diplomático: Direito Diplomático. Práticas Diplomáticas**. 5 Edição. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2005.
- MATHIAS. M; RODRIGUES. T. **Política e Conflitos Internacionais**. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2004.
- MERLE, M. **Sociologia das relações internacionais**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1981.
- MEUCCI, S. “**O mundo português criado por Gilberto Freyre: fundamentos, efeitos e possibilidades do luso-tropicalismo nos anos 1950**”. In: **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e política no Brasil**. Org. Ferreira, G.; Botelho, A. São Paulo, Ed. HUCITEC, 2010.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil**. 1920 a 1945. São Paulo\Rio de Janeiro: Difel\Difusão Editorial, 1979.
- NISBET, R. **O Conservadorismo**. Lisboa: EDITORIAL ESTAMPA, 1987.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PÉCAULT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo. Editora Ática. 1989.
- PINTO, R. F. P. **Viagem das Ideias**. Manaus: Valer. 2008.
- PUTNAN, R. D. **Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de dois Níveis**. 2010. <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-782010000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-782010000200010&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 2017.

RAMOS, T. S. **A Amazônia de Leandro Tocantins**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas. Manaus 2012.

\_\_\_\_\_, T. S. **A teoria da complexidade em Edgar Morin e a Amazonotropologia de Leandro Tocantins**. In; Diogo Gonzaga Neto (Org.). **Escritos Interdisciplinares II: abordagens epistemológicas**. Olinda – PE. Livro Rápido. 2016.

REIS, A. C. F. **O impacto amazônico na civilização brasileira: a transamazônica e o desafio dos trópicos**. Rio de Janeiro: Paralelo – Mec. 1972.

\_\_\_\_\_, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

RIBEIRO, O. **Região e conciliação**. Manaus. EDUA, 2010.

\_\_\_\_\_. O. S. **Tradição e Modernidade no Pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus. Valer. 2015.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e o processo social nos inícios dos romances brasileiros**. São Paulo: Duas Cidades\ Ed. 34, 2000.

SCHWARCZ, L. M; BOTELHO, A. **Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro**. Lua Nova. São Paulo. 2011. <disponível em: <http://www.google.com.br/url>> acesso em 04\11\2017.

SKINNER, Quentin. **Visões da política**. Miraflores: Difel, 2005.

SUPPO, R. LESSA, M. **A cultura como quarta dimensão das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2012.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record. 1968.

\_\_\_\_\_. L. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. L. **Vida cultura e ação**. Rio de Janeiro: Arte Nova. 1969.

\_\_\_\_\_. L. **Aventuras de Tizinho nos Rios e nas Selvas da Amazônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

\_\_\_\_\_. L. **João Daniel e seu Amazonotropicalismo**. Belém: Imprensa oficial. 1977.

\_\_\_\_\_. L. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas vocações**. trad. Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.

VIGEVANI, T; RAMANZINI, H. **Pensamento brasileiro e integração regional**. 2010. <<http://brasilnomundo.org.br/wp-> > acesso em 24\06\2019.

ZANELLA, C. JÚNIOR, E. **As Relações Internacionais e o Cinema**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Volume 2

ZANELLA, C. K. “Alô, amigos: o soft power da Boa Vizinhança chega pela Disney. In; ZANELLA, C. JÚNIOR, E. (Org.). **As Relações Internacionais e o Cinema**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Volume 1

## **JORNAIS**

**Folha do Norte**, Acre, 05 de Dezembro de 1953.

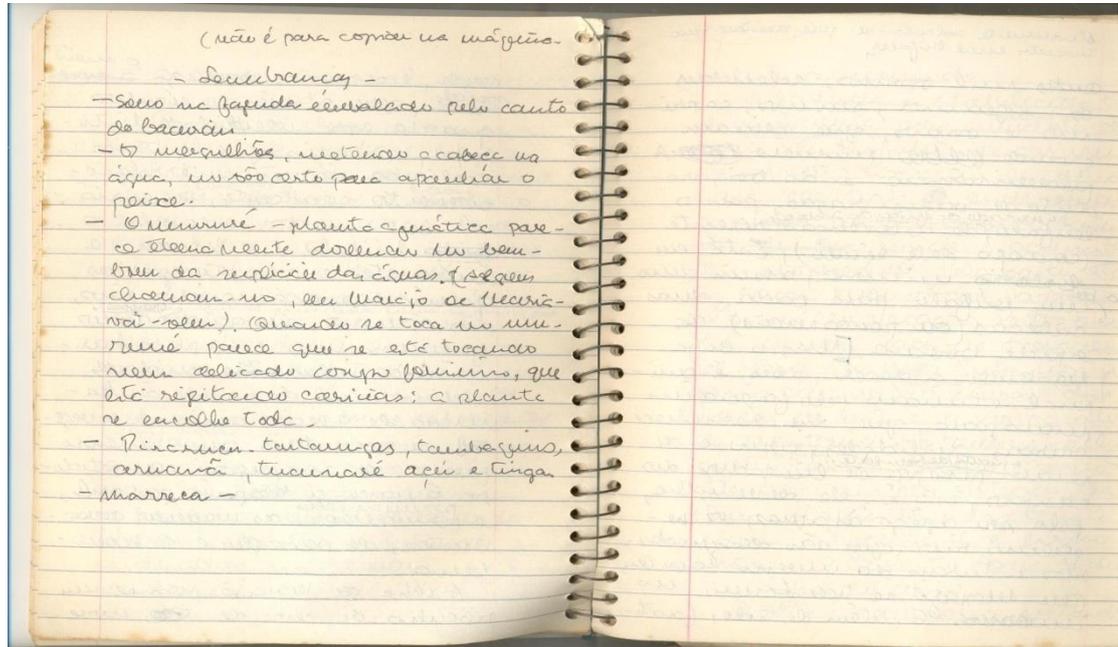
**A Gazeta de São Paulo**, São Paulo, 03 de Junho de 1973.

**Diario de Noticias**, Lisboa, 27 de Maio de 1972.

**A Capital**, Lisboa, [s\d].

## ANEXO

### ANEXO 1





# O FENÔMENO SOCIAL ACREANO

Tema que tem escapado aos historiadores e aos cronistas — Às vésperas do centenário da anexação do Acre ao Brasil — Em revista do escritor Leandro Tocantins

A entrevista que se vai ler deve-se à pena de um dos escritores mais novos do Brasil: Leandro Góes Tocantins.

É um amazônida que, embora vivendo há longos anos no Rio, não perdeu jamais o contacto com a terra que o viu nascer.

Muito novo ainda, tem exercido importantes funções públicas, todas de relevo, conquistadas com o mérito e a persistência de um espírito voltado para as letras, jurídicas e profanas.

Advogado da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, seu cargo permanente, exerceu também o de auxiliar de Secretaria da Presidência da República, no governo do marechal Eurico Dutra.

Atualmente emprega suas atividades como Assistente do Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O título, porém, que fala mais ao coração e ao espírito de Leandro Tocantins é o de homem de letras, que ele o é na mais lata expressão do vocábulo.

Aí está "O Rio Comanda a Vida", livro em que ele relata os aspectos do Amazonas com aquele amor e fidelidade de um Ludwig pelo Nilo.

Mas não é apenas o rio, em si, que interessa a Leandro Tocantins, é a sua história, isto é, a terra e a gente, com os lances épicos que a mata testemunha e a água espelha.

O Acre, por exemplo, com o seu drama ou a sua tragédia, página das mais belas da vida nacional, vai aparecer em breve n' "A Fronteira do Ouro Negro", escrito à luz de um documentário inédito colhido nos arquivos mortos e nos comentários vivos dos remanescentes das lutas de Plácido de Castro e tantos outros.

Decorrendo, terça-feira, 17, o cinquentenário do Acre, de Tratado de Petrópolis, e a FOLHA achou por bem ouvir, em rápida entrevista, Leandro Tocantins, talvez o mais autorizado na hora presente para falar sobre aquele trecho do Brasil que integra o grande mundo chamado por Eu-

clides "a última página do Genesim".

Disse-nos o nosso amável entrevistado:

O Território do Acre completará 50 anos de existência no próximo dia 17 de novembro, data em que foi assinado o Tratado de Petrópolis na cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro. A obra diplomática do Barão do Rio Branco viveu, nessa efeméride, um dos seus mais gloriosos dias, terminando uma complicada questão de limites que já havia abalado profundamente as relações entre a Bolívia e o Brasil.

Muito se tem escrito sobre a revolução acreana. Há trabalhos clássicos, no gênero, porém, há ainda muita coisa nova, dominando nos arquivos, completamente desconhecida, que servirá de elemento esclarecedor, explicando, historicamente, certos fatos ocorridos naqueles agitados quatro anos de tensa movimentação psicológica, intercalada por várias ações armadas.

## A IDÉIA DO LIVRO

Ocorreu-me então a ideia de escrever um pequeno trabalho sobre aquilo que chamo de **drama acreano**. Um material inédito, de primeira ordem, encontra-se nos arquivos do Itamarati e da Biblioteca Nacional. Há um campo interpretativo do fenômeno social acreano que tem escapado ao exame mais atento dos historiadores e cronistas da revolução do Acre. Primeiro pensei numa monografia de cento e poucas páginas para tentar publicá-la nos "Cadernos de Cultura" do Ministério da Educação. Depois fui acumulando tal soma de material, resultante de leituras, palestras com pessoas vividas na região, e principalmente de pesquisa nos arquivos mortos dos órgãos oficiais no Rio de Janeiro, que me animei a realizar um trabalho maior. E confesso que ele me tem empolgado.

— Qual é o critério seguido pelo livro, na apresentação do drama acreano?

— O livro é dividido em cinco partes, que compreendem vários capítulos, cada uma. São as seguintes: "Na névoa dos tempos", "Eclipsão do drama", "A grande revolução", "A paz do Estadista" e "Epilogo de um drama".

Início, justificando o recuo ao passado remoto, para acompanhar, desde a sua gênese, o drama acreano, porque jamais se poderá considerar um fundamento isolado, remoto ou atual, como o agente matriz de certo sucesso histórico, ou situá-lo, inarticulável, em determinada época.

É evidente que a História, na sua

função de investigar e registrar os fatos em todos os períodos da Humanidade, vai buscar na causa causans o conhecimento adequado para nos induzir à verdadeira interpretação. O valor desta particularidade é reconhecido por Lewis Mumford, eminente professor de Harvard, ao alegar que "toda História tem importância porque é contemporânea; e nada talvez, é mais contemporâneo do que aquelas partes ocultas do passado que ainda sobrevivem, sem que tomemos conhecimento do seu impacto cotidiano".

O homem é um eterno construtor de mecanismos sociais que vão gerar os grandes dramas históricos que caracterizam as sociedades, no curso do progresso dinâmico do Universo. E a História torna-se, deste modo, como bem definiu o francês Marc Bloch, "a ciência dos homens no tempo" e o "tempo da História, realidade concreta e viva, abandonada ao seu impulso irresistível, é o próprio plasma em que mergulham os fenômenos".

E sendo ela essencialmente temporal, dinâmica, humana, a tarefa de quem procura fazê-la não pode ser um simples apuramento dos fatos, inserindo-os em efemérides, alheio a todos os elementos universais que exercem capital influência nos acontecimentos particulares.

É necessário unir os tempos divididos pelo hiato espacial, restabelecer a correlação dos fenômenos sociais que resultam de uma espécie de simbiose das consciências coletivas. É um trabalho de inteligência, de recriação artística dos fatos em forma de ficção, conforme ensina a grande autoridade do Professor Arnold Toynbee, o mais categorizado intérprete atual da Filosofia da História: "Em tais circunstâncias, não se pode expressar os elementos de modo significativo, senão de certa

(CONT. NA 6a. PAG. N. 5)





Dactilografado

2º cap. 7A.

## O CERNE DA ALMA FAZ O PRIMEIRO ENCONTRO COM JOSÉ AMÉRICO.

Vim <sup>com</sup> a família para o Rio de Janeiro, e de mudança, podia repetir aquela <sup>em</sup> ~~conceito~~ <sup>conceito</sup> puro fruto de coandade, e até com seus vieses colossais:

Tomei um Ita no Norte

Bá vir no Rio Nord

Adens! meu Pai, minha Mãe

Adens! Belém do Pará.

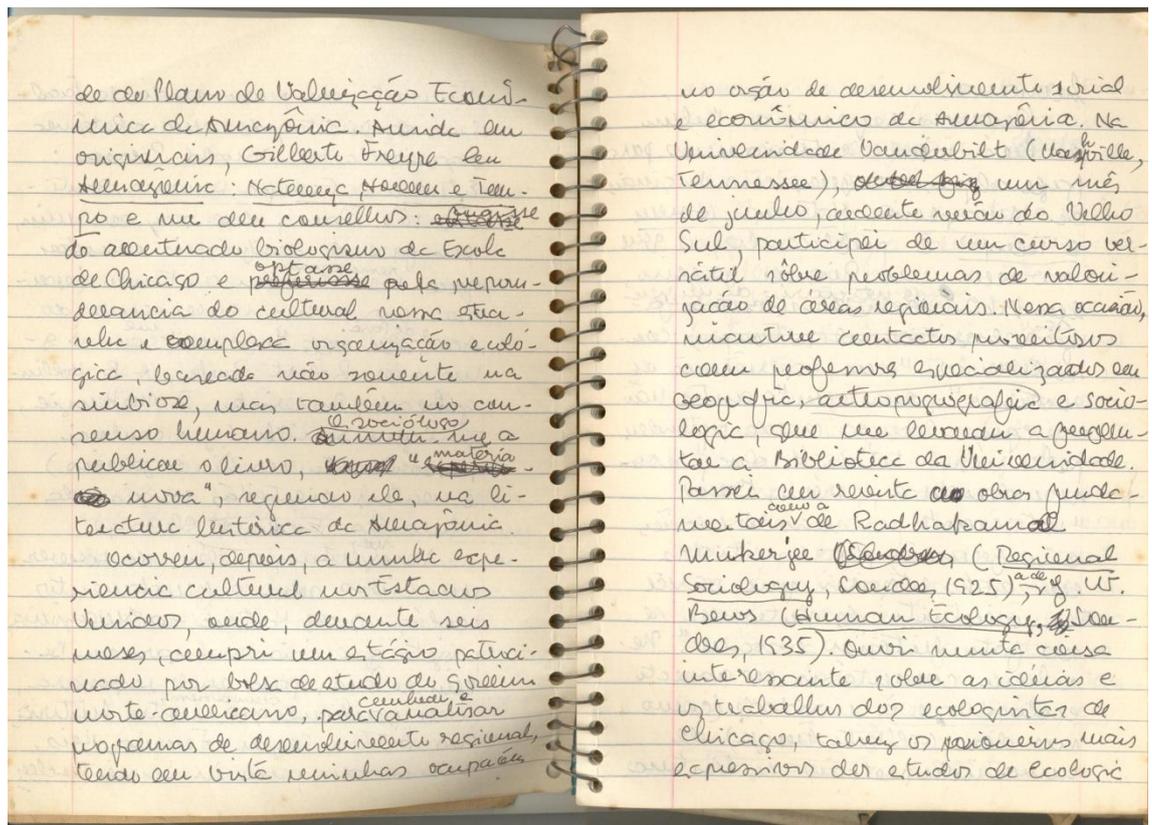
Fra assim, meu Pai queria que o filho cacula viesse estudar no Rio de Janeiro, e para isso teria de preparar ~~o~~ fazer o vestibular de Direito, a família toda depois reuniria na Granga de Tribolts, <sup>(município de São Bonifácio)</sup> do Tribolts ficando famoso com o poema de Manuel Bandeira, uma casação de alvariano, logo, todo coandado, caide (foi assim nestas páginas) escrevi o primeiro livro O rio quando a vida, hoje em 12ª edição, então coisas se deram nesse princípio de vida carioca, vinhamos de Tribolts em omnibus, na Estação das Barcas tomamos as naveas suculentas de povo e forma matriz, eis o d'herbanoque em Rio, Cois Pharouf, e daí ganhar a "cidade maravilhosa cheia de eucanitos mil", e lembro ~~de~~ <sup>me</sup> em certo dia na Biblioteca Nacional, que eu já <sup>comecei a frequentar</sup> ~~presencia~~, alguém me apresentou ao senhor Savel de Cavais. um coandado pelo Amazonas e grau-

tilibra





ANEXO 9





ANEXO 11

cas, foram recebidas <sup>a um</sup> ~~em~~ barra-  
co bastante depurado.  
Mas ~~a curiosidade~~ <sup>vive</sup> o interesse  
em conhecer melhor a obra e a  
personalidade de Antonio José Souchi,  
conduzindo-me à Itália, no ano  
de 1963, graças a uma bolsa de es-  
tudo concedida pelo governo italia-  
no. Dirigi-me a Bolonha, cidade  
de seu nascimento e de suas  
primeiras e únicas atividades  
artísticas em seu país. [Logo, a  
30 de setembro de 1963, descobri-me  
na igreja de São Pedro, a certidão  
de nascimento do artista. Até então,  
a data era desconhecida, <sup>apenas</sup>  
~~se através~~, porém o livro do  
Battistero Parrocchiale, da Igreja,  
meio reatualizar a sociedade literária  
do pároco Don Ubaldo Giacini,  
apresenta-se com a presença de um  
brilhante promotor. Ele a pesquisou  
em livros antigos e reaproveitou,

no alto de uma estante, a certidão de  
batismo de forma de que ele parecia  
cessar falar. Souchi - use de seus olhos  
profundamente aguçados que estavam  
divididos e surpresa. Então, depois  
de passarmos em revista os registros, desde  
1708, encontramos a certidão de  
Antonio Giuseppe Souchi, o primeiro fi-  
lho de uma prosa de nome, três ho-  
meiros, filho de Antonio Souchi, me-  
dico e de D. Antonia Maria Teresa  
Guiglioli, nascido a 29 de setembro  
de 1713, batizado, no dia seguinte,  
na Igreja de São Pedro, Catedral  
de Bolonha. D. Ubaldo Giacini,  
fornecer-me certidão de seu primo  
filho e a cópia fotográfica do  
assentamento no livro ~~do~~  
Battistero Parrocchiale, acrescento  
que esta reprodução no nº 1 de  
Revista Cultural, do Conselho Federal  
de Cultura, ano . . . nº . . .

1 / 1

tuqueses desejavam auferir vantagens políticas.   
 desta visita, sabe-se que Portugal lutava contra os   
 desejos do país de Angola, ~~com~~ em consequência independen-   
 cia política, como, de fato, mais tarde veio a con-   
 seguir, então, a presença de uma força naval bra-   
 sileira, numa escala de amizade ao país irmão,   
 poderia subrepticamente ser considerada <sup>de</sup> um gesto   
 de apoio à permanência da soberania portu-   
 guesa, foi o que pude perceber nos contactos que man-   
 tive em Angola, entretanto, é preciso esclarecer as   
 razões de minha presença na bela colônia portu-   
 guesa-africana, tudo se passou assim: recebi con-   
 vite do Embaixador ~~de~~ do Itamarati, por intermédio do   
 Embaixador <sup>Donatello</sup> ~~de~~ grego, ~~para~~ Chefe do Departamento   
 Cultural, para proferir uma conferência em An-   
 gola, na ocasião de visita de esquadra brasileira,   
 o Embaixador declarou-me: Venhemos buscar você, e o   
 valioso documento que tem dado ao Itamarati em alguns   
 países estrangeiros, seus pronunciamentos culturais   
 são muito apreciados, veja ~~o~~ continue o em-   
 baixador - a sua missão em Angola é afastar   
 qualquer ideia de uma visita naval com obje-   
 tivos políticos, é simplesmente a velha amizade   
 histórica que nos une a Portugal, ninguém me-   
 lhor que você, amigo indiscutível de Portugal, a   
 emérito historiador, para cumprir a missão. ~~Desse~~   
 diálogo com o Embaixador entendi bem os sub-   
 ternaes da medida de aproximação e   
 amizade, sem nenhum compromisso polí-   
 tico, alegrei-me com o convite, pois, no futuro,   
 se mostrará simpáticas pela neutralidade do.

tilibra

11

minha conferência durou mais de duas horas,  
 e foi ouvida em silêncio, e bastante aplaudi-  
 da no final, (esta conferência está publicada no livro  
 Vida, Cultura e Ação, (Editora Arte Nova, prefácio do Pub-  
 linciano José Maria Sacramento) (Livraria S/D, e  
 o livro ~~está~~ está esgotado), porém teve a pri-  
 meira e desagradável surpresa: um alto funcio-  
 nário português, servindo no governo colonial de  
 Angola, falou-me, com educação: "Vossa Excelência,  
 sinto dizer-lhe, vai ter problemas em Lisboa com  
 esta sua conferência, que valoriza por demais  
 a presença do negro em Angola e no Brasil!"  
 Espanto, respondi: somente repeti a história, na-  
 da mais! e quando cheguei a Lisboa, a porta  
 do hotel, meu velho conhecido, segredou-me: "Um  
 agente da PIDE esteve aqui, provocando-o!" logo tele-  
 foneei ao Adido Cultural, meu amigo (Odilo Costa  
 Filho; "estão provocando por você desde cedo, pode  
 vir, agora, à Embaixada?" Na mesma hora diri-  
 gi-me à Representação Brasileira, e Odilo Costa Filho  
 fez-me o obscuro relato: "O Embaixador recebeu uma  
 nota verbal do Ministro do Exterior, Francisco Nogueira,  
 em que estranha o tema de sua conferência em  
 Angola, ele censura inoportuno o tratamento  
 dado ao elemento negro, neste momento em que  
 Portugal sustenta seus direitos de conservar Angola  
 e Moçambique na esfera portuguesa." O Embaixador  
 replicou: "Ouvi a conferência e aplaudi,  
 não percebi nenhuma nota desabonada de  
 Portugal, ~~em~~ ~~proposta~~ ~~política~~, ao contrário,  
 Portugal, sua expressão colonizadora no Bra-



O Congresso Nacional elegeu seu sucessor  
 o General Emílio Médica, chegou o novo  
 governo, que o Ministro Gama e Silva dirigiu  
 ao: afastou-se, depois de três anos de suspense  
 dirigir <sup>condição de</sup> ~~na~~ ~~para~~ ~~parte~~, dirigiu ~~o~~, então ao  
 novo ~~chefe~~ primeiro magistrado, e, em  
 longo caminho, solicitou seu afastamento  
 do cargo, visto que é um gesto imprevisto,  
~~o~~ e não me reste senão aceitá-lo, mas  
 com a condição de aceitar as Embaixadas  
 das de Buenos Aires, em Madrid, em Paris,  
 e em exaltação! O Ministro Gama e Silva  
 não pensou duas vezes: "e por que não  
 Portugal?", não pôde o General Médica res-  
 ponder: "claro também Portugal, já estou  
~~certa~~ <sup>certo</sup> que aceita"; pois é assim, Gama e  
 Silva entrou Ministro e saiu Embaixador,  
 a ser nomeado logo após a posse do  
 novo Presidente, e por uma coincidência,  
 nesse mesmo dia, o Ministro Gama e  
 Silva exerceu-se também na porta do  
 elevador oficial que nos conduzia ao  
 andar de seu gabinete, no Rio de Janeiro,  
 em breve espera, ali em rezado chão, o  
 Ministro contou-me, em detalhes, o que  
 aconteceu no encontro com o Presiden-  
 te eleito, quando o elevador ~~para~~ subia  
 os andares, então veio a surpresa: "que-  
 ro que você desempenhe o cargo de adido  
 cultural na Embaixada!" Jamais espe-  
 raria. esse convite, dentro de um elevador.

CÓPIA.

Lisboa, 7 de dezembro de 1971

Prezada Marita Leite Ribeiro:

Em aditamento à minha última carta, venho sugerir mais uma possibilidade de escolha para o filme destinado a encerrar a Retrospectiva. Acabo de receber uma carta de Cacán Diegues, mostrando-se entusiasmado com "São Bernardo", e êle me aconselha a incluí-lo como a película final da Retrospectiva. Se isso for possível, então desistitiríamos de qualquer um daqueles filmes apontados em minha última carta, a favor de "São Bernardo," que sendo um filme de excelentes qualidades artísticas e plásticas também soma o fato de ser baseado no romance de Graciliano Ramos, nome bastante conhecido e admirado em Portugal.

Quanto a "Mulheres e Milhões", mantenho a consulta.

O caso fica muito bem entregue à sua sensibilidade.

Mostrei aos exibidores "Brasil Bom de Bola". Sucesso. A empresa Castelo Lopes já se dirigiu a Embrafilmes fazendo proposta de compra.

Pensamos fazer um Festival em Angola e Moçambique, na ocasião em que o Embaixador visitar as ditas províncias ultramarinas. Que acha da idéia? Escreve de São Paulo de Luanda o meu amigo Sandro Polônio, que lá está tentando apresentar a companhia de sua mulher Maria Della Costa: está desolado porque a presença cultural do Brasil naquelas bandas é mínima, praticamente não existe. Cinema, teatro, ~~então~~ nem se fala. Enquanto isso, os EE UU, a Alemanha, o Japão são fortes em sua promoção. Isto me inquieta. Quem sabe se o Festival do Cinema não poderá <sup>ser</sup> uma janelinha que se abre?

Bem, fico por aqui, aguardando suas notícias.

Cordial abraço de

P.S. Providenciamos a remessa de Paris (onde se encontrava) do curta metragem "Museu Nacional de Belas Artes". O Embaixador telegrafou a





FIGURA 19

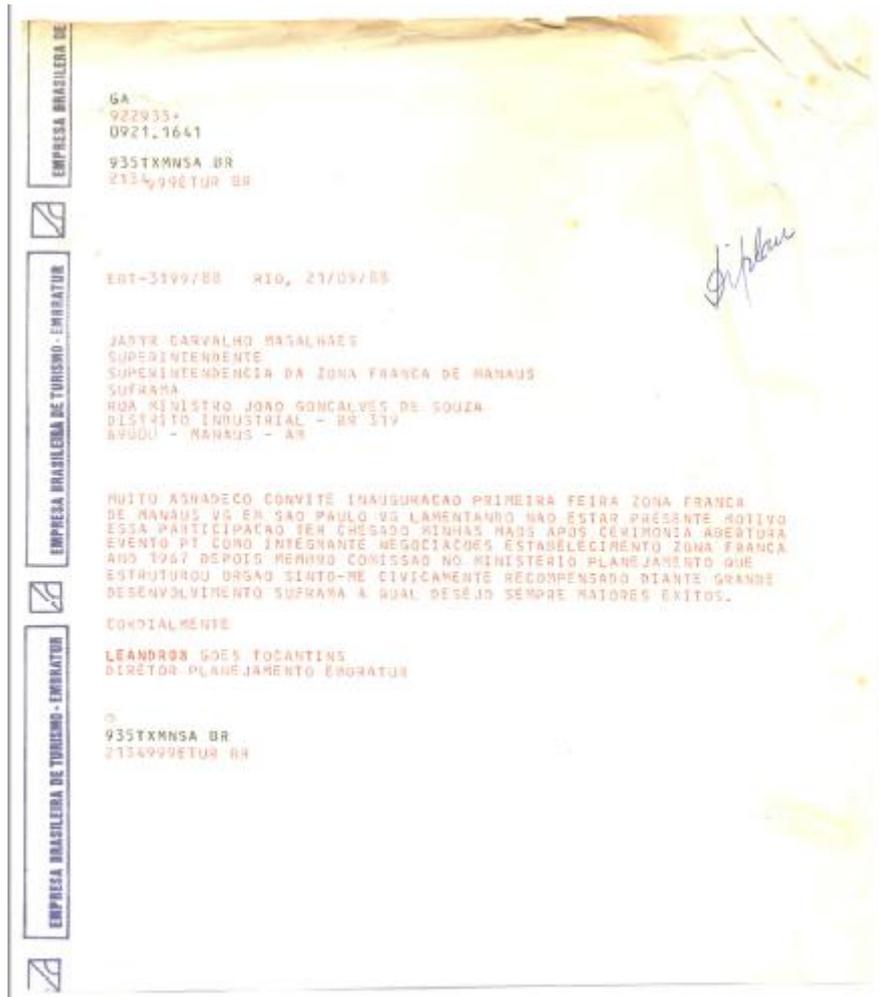


FIGURA 20

*J. P. L.*

GA  
922535+  
0921.1644

935TKMNSA BR  
2121066ETUR BR

TELEGRAMA  
GOVERNADOR AMAZONINO ARMANDO MENDES  
GOVERNADOR  
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
PALACIO RIO NEGRO  
AV. SETE DE SETEMBRO MANAUS - CEP 69000  
AMAZONAS

MUITO AGRADEÇO CONVITE INAUGURAÇÃO PRIMEIRA PEIRA ZONA FRANCA DE  
MANAUS, EM SAO PAULO, LAMENTANDO NÃO ESTAR PRESENTE MOTIVO ESSA  
PARTICIPACAO TER CHEGADO MINHAS MAOS APOS CERIMONIA ABERTURA  
EVENTO. COMO INTEGRANTE NEGOCIACÇES ESTABELECIMENTO ZONA FRAN-  
CA ANO 1967 DEPOI MEMBRO COMISSAO NO MINISTERIO PLANEJAMENTO QUE ES-  
TUTUROU ORGAO SINTO-ME CIVICAMENTE RECOMPENSADO DIANTE GRANDE DESEN-  
VOLVIMENTO SUPREMA A QUAL DESEJO SEMPRE MAIORES EXITOS.

CORDIAIS SAUDAÇES.

LEANDRO GOMES TOCANTINS  
DIRETOR PLANEJAMENTO  
EMBRATUR

✦  
935TKMNSA BR  
2121066ETUR BR

EMPRESA BRASILEIRA DE LINGUAGEM - EMBELING

FIGURA 21

